

MAGALI LOPES ENDRUWEIT

**A *ESCRITA* ENUNCIATIVA E OS
RASTROS DA SINGULARIDADE**

Porto Alegre

2006

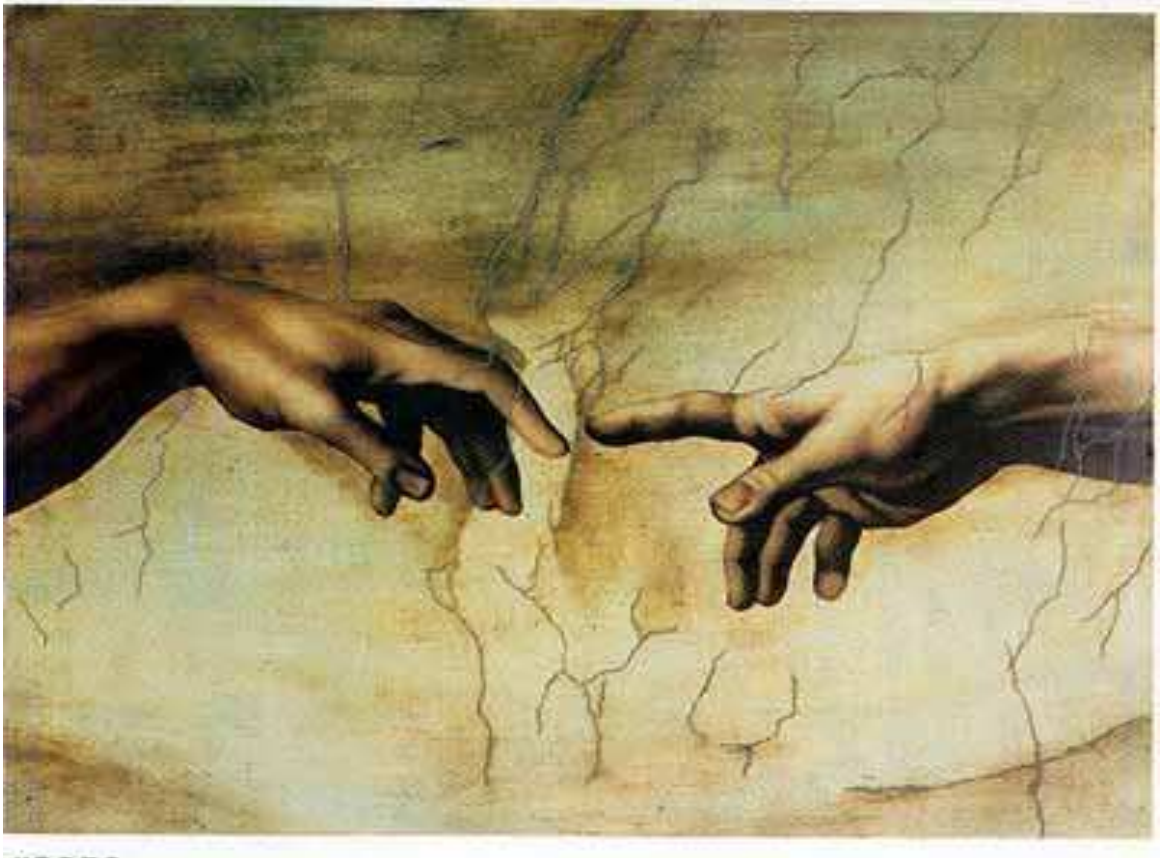
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO
LINHA DE PESQUISA: ANÁLISES TEXTUAIS E DISCURSIVAS

MAGALI LOPES ENDRUWEIT

**A *ESCRITA* ENUNCIATIVA E OS
RASTROS DA SINGULARIDADE**

Orientador: Professor Doutor: Valdir do Nascimento Flores

Porto Alegre
2006



Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem.

Émile Benveniste

Para ser um, é preciso ser dois, mas quando se é dois, já se é três. Um é igual a dois, mas dois é igual a três.

Dany-Robert Dufour

*Para o Gilberto, a força que me move.
O amor de salvação.*

*Para o Valdir, a confiança que me sustenta.
A amizade de superação.*

Por vocês eu pude ser, com vocês, eu sou.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Valdir do Nascimento Flores, pelas incansáveis leituras e releituras de minha Escrita, por seu rigor mesclado à generosidade e por permitir que em sua volta todos floresçam.

Ao meu marido, Gilberto Endruweit, por me fazer crescer com seu amor. Pela paciência com que acompanhou esses anos de busca e questionamento e, principalmente, pelo respeito com que me ama.

Ao Mário Corso, pelo lugar de escuta, pelo meu lugar.

À professora Leci Barbisan, primeira mão estendida, primeira possibilidade de realização, que, juntamente com a professora Marlene Teixeira, apontaram caminhos para esta tese no exame de qualificação.

Ao meu orientador de mestrado, Paulo Guedes, com quem aprendi a prática do texto em sala de aula.

À amiga de muito tempo, Jane Naujorks, pelo encorajamento constante.

À querida companheira de trajetória, Luiza Millano Surreaux, pela cumplicidade com que pudemos dividir tantas dúvidas e angústias.

Às colegas de discussão Silvana Silva, Carmem da Costa e Silva e, em especial, Sônia Lichtenberg, cujas observações valiosas muito me auxiliaram a chegar até aqui.

Aos meus alunos que, durante minha vida de professora, muito me ensinaram.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro.

A esta instituição que muito me deu ao longo do curso de mestrado e doutorado.

RESUMO

Esta tese se propõe a estudar a escrita como possibilidade enunciativa. Significa abordá-la além de seu caráter representacional, entendendo que a escrita, excluída da reflexão lingüística, permeou a instauração dessa ciência e fez-se presença constante na escola. Quer-se, portanto, compreender as razões de sua exclusão da reflexão lingüística ao mesmo tempo em que se entende a possibilidade de seu retorno pelas mesmas vias pelas quais foi excluída. Para isso, será averiguada a relação dessa exclusão com a fundação da lingüística realizada por Ferdinand de Saussure (1857-1913). O *Curso de Lingüística Geral* (1916) será o ponto de partida para tal investigação por ser a obra em torno da qual a ciência lingüística se estruturou, ao mesmo tempo em que deixa à mostra a possibilidade de reabilitação da escrita. Os *Escritos* e os *Anagramas* serão trazidos para complementar o pensamento saussuriano, capaz de trazer à tona uma escrita enunciativa. A possibilidade de que escrita possa ter permanecido de forma latente nas bases da lingüística, sugere averiguar como e onde ela permaneceu. A escola, lugar da escrita, demonstra que a sua permanência está ligada à cientificidade pretendida por tal instituição. Na verdade, o que sempre esteve presente na escola foi uma escrita relacionada a um sujeito do conhecimento, distante de uma escrita enunciativa. Segundo a proposta aqui formulada, a escrita enunciativa é da ordem do irrepetível, do singular, manifesta a cada vez que alguém diz “eu” a um “tu” em relação a “ele”. O referencial teórico mobilizado é o da Lingüística da Enunciação na versão de Émile Benveniste (1991) e na releitura que dela faz Dany-Robert Dufour (2000). Finalmente constrói-se uma argumentação em favor da escrita entendida a partir do que Dufour considera ser a trindade natural da língua (“eu” - “tu” / “ele” / “~~ele~~”). O objetivo da tese é, enfim, encontrar na Teoria da Enunciação um lugar para a escrita entendida como intersubjetividade, capaz de se mostrar através dos movimentos realizados pelo sujeito no momento em que escreve. Para esse fim, um *corpus* composto de dez textos escolares será analisado, contendo o rascunho e a versão final de cada um, demonstrando que a *supressão*, a *inserção* e a *substituição* são movimentos constitutivos da escrita.

RESUMÉ

Cette thèse se propose d'étudier l'écriture comme possibilité énonciative. Cela signifie la voir en-dehors de son caractère représentationnel, entendant que l'écriture, qui a été exclue de la réflexion linguistique, a participé à la constitution de cette science et est devenue une présence constante à l'école. On veut donc comprendre les raisons de son exclusion de la réflexion linguistique en même temps qu'on veut comprendre la possibilité de son retour par les mêmes voies qui l'ont exclue. Pour cela sera analysé le rapport de cette exclusion avec la fondation de la linguistique faite par Ferdinand de Saussure (1857-1913). Le Cours de Linguistique Générale (1916) sera le point de départ pour cette investigation parce que c'est l'oeuvre autour de laquelle la science linguistique s'est structurée en même temps qu'elle laisse voir la possibilité de réhabilitation de l'écriture. Les Écrits et les Anagrammes seront vus en tant que compléments de la pensée saussurienne capable de faire émerger une écriture énonciative. La possibilité que l'écriture puisse demeurer cachée dans les fondements de la linguistique suggère que l'on vérifie où et comment elle y est demeurée. L'école, là où on écrit, montre que sa permanence est en rapport avec la scientificité demandée par cette institution. En réalité, ce qui a toujours été présent à l'école a été une écriture produite par un sujet de connaissance, éloigné d'une écriture énonciative. On propose ici que l'écriture énonciative est de l'ordre de l'irrépétibile, du sigulier, manifestée à chaque fois que quelqu'un dit "je" à un "tu" à propos d'un "il". La théorie est la Linguistique de l'Énonciation d'Émile Benveniste (1991) et la lecture que en a été faite par Dany-Robert Dufour (2000). Finalement on contruit une argumentation du point de vue de l'écriture proposée par Dufour, qui considère que la trinité est naturelle à la langue ("je" – "tu" / "il"). Le but de cette thèse est finalement celui de trouver dans la Théorie de l'Énonciation une place pour l'écriture vue comme intersubjectivité, capable de se montrer à travers les mouvements faits par le sujet au moment où il écrit. Pour cela, un corpus composé de dix textes d'élèves sera analysé, comprenant chacun le brouillon et sa forme finale. L'analyse montre que la suppression, l'insertion et la substitution sont des mouvements constitutifs de l'écriture.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: A ESCRITA E O ATO INAUGURAL DA CIÊNCIA LINGÜÍSTICA ..	19
1.1 A escrita e o discernível.....	24
1.2 A escrita e o <i>Curso</i> : instaura-se uma crise	33
1.2.1 A herança de Rousseau.....	41
1.3 Um herdeiro infiel ou <i>dois Saussure</i> ?	46
1.3.1 A escrita e o <i>Curso</i> : para além das aparências	48
1.3.2 Com que escrita/ <i>Escrita</i> se escrevem os <i>Escritos</i> ?.....	57
1.3.3 A escrita <i>sob os Escritos</i>	62
1.4 Conclusões parciais: do gesto inaugural e do que retorna à escrita.....	69
CAPÍTULO 2: UMA PRESENÇA CONSTANTE: A ESCRITA NA ESCOLA	73
2.1 A escola como o lugar da escrita	75
2.1.1 Das muitas querelas entre fala <i>versus</i> escrita	78
2.1.2 A escrita na escola: entre a proposta pedagógica e a produção textual.....	83
2.1.2.1 A escrita é o texto	85
2.1.2.2 O sujeito do texto: a autoria.....	90
2.2 Enfim, o que é escrever na escola?.....	94
CAPÍTULO 3: EM BUSCA DE UMA TEORIA DA ENUNCIÇÃO NA/DA ESCRITA	97
3.1 A lingüística da enunciação	104
3.1.1 Émile Benveniste e a subjetividade: o pregador no deserto	105
3.2 A trindade natural: <i>eu e tu</i> falam d' <i>ele</i>	117
3.2.1 A enunciação é trinitária.....	118
3.3 Trindade, enunciação e <i>Escrita</i>	124
3.4 <i>Escrita</i> , estilo e enunciação	128
CAPÍTULO 4: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA A ANÁLISE DA ENUNCIÇÃO ESCRITA/ESCRITA	131
4.1 Da constituição do <i>corpus</i> e da noção de <i>fato</i> enunciativo.....	133
4.1.1 Da coleta do <i>corpus</i>	135
4.1.2 As características gerais do <i>corpus</i>	137
4.1.3 Apresentação do <i>corpus</i>	137
4.1.3.1 Das notações utilizadas.....	138

4.2 A metodologia de análise	138
4.2.1 A unidade de análise.....	139
4.2.2 Os procedimentos de análise	140
CAPÍTULO 5: O JOGO ENTRE SUJEITO E LÍNGUA: ANÁLISES DA	
ENUNCIÇÃO ESCRITA.....	145
5.1 Supressão	147
5.1.1 Rasura total	147
5.1.2 Rasura parcial	148
5.1.3 O elemento ignorado	152
5.2 Inserção.....	154
5.2.1 A inserção mantida	155
5.2.2 A inserção apenas na versão final	156
5.3 Substituição	157
5.4 A <i>Escrita</i> de um palimpsesto.....	162
5.4.1 A supressão: uma permuta em <i>absentia</i>	163
5.4.2 A inserção: um movimento em <i>praesentia</i>	165
5.4.3 A substituição: o elo final	166
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	169
REFERÊNCIAS	171
ANEXOS: TEXTOS DE ANÁLISE.....	178

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	<i>O corpus de fatos</i> – Proposta de produção textual apresentada aos alunos.....	136
Quadro 2 –	O esquema da forma e do sentido em Benveniste.....	140
Quadro 3 –	O esquema da conjunção e da disjunção em Dufour.....	141
Quadro 4 –	Projeção da díade transitivo/intransitivo na estrutura da enunciação	142
Quadro 5 –	Síntese da estrutura da enunciação com a projeção das díades transitivo/intransitivo constituinte/integrante.....	142
Quadro 6 –	Os movimentos da <i>Escrita</i>	146

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura básica da enunciação	141
---	-----

INTRODUÇÃO

Esta é uma tese sobre a escrita. É uma tese sobre uma escrita cindida entre a representação gráfica e a enunciação do sujeito – a *Escrita*¹. Trata-se de um objeto de estudo excluído do centro de interesse da lingüística, mas que sempre margeou seu caminho, insinuando-se e, de certa maneira, enredando-se em uma turbulenta relação entre teoria e prática: a sala de aula.

Esta é uma tese que parte deste lugar de práxis, a sala de aula, em direção à teoria. Trata-se, igualmente, de um sujeito dividido entre o professor e o pesquisador, buscando encontrar na ciência lingüística um lugar para seu objeto de estudo. Ainda assim – ou justamente por isso – insisto que a *Escrita*, objeto desta tese, será focada pela lente da lingüística, que a excluiu de seu escopo. Novamente não se pode falar de totalidade: a escrita como representação foi útil para a ciência. O que foi deixado de lado foi o “estilhaço” de uma *Escrita* enunciativa. “Pedacos” que sempre se fizeram presentes na enunciação do aluno que escreve na escola e fora dela, nas redações de vestibular e em todos os lugares em que a mão e a tinta marcam um lugar subjetivo. O resultado? Um impossível assombrando o ensino de redação e sua avaliação. Uma impossibilidade feliz na medida em que deixa a descoberto a fragilidade das totalidades. E a *Escrita*, de maneira representativa, marca o lugar da não-totalidade.

Representativa porque encerra concepções tomadas como antagônicas: ao mesmo tempo em que a *Escrita* traz à tona o sujeito da enunciação, é ainda a face da língua. E é

¹ *Escrita*, nomeia um saber não-positivo e enunciativo; **escrita**, denomina uma escrita positiva, simbólica; **escrita/Escrita**, é a concomitância de ambas.

próprio que assim seja. Contrariamente às oposições fundantes, escapando às antinomias binárias encerradas no “ou”, é possível enxergar a ilusão da unidade, abrindo espaço para o “e” complementar em uma relação de adição. É a soma da teoria e da prática, do professor e do pesquisador, da fala e da língua, da lingüística e da enunciação que estão no cerne desta tese e que possibilitaram unir o caminho já trilhado a este novo momento de reflexão.

A *Escrita* é também marca da aproximação entre lingüística e psicanálise, já que a concepção de sujeito é central para esta tese. Trata-se de um sujeito com inconsciente, constituído pela língua e por ela estruturado. No entanto, é preciso adiantar: a aproximação é rápida e sem pretensão de originalidade. Algumas noções serão tomadas de empréstimo da psicanálise, na medida em que podem servir para o desenvolvimento de questões lingüísticas, movimento já realizado anteriormente por outros lingüistas - entre eles Jean-Claude Milner (1987) - de quem retiro tais noções. O olhar que parte sempre da lingüística a ela retorna, trazendo outras concepções que possam iluminar as reflexões.

As preocupações da professora, discutidas em um mestrado que tratava do texto, encontraram uma sustentação teórica e um ponto de apoio em uma teoria enunciativa. Este encontro significou a ampliação de um olhar até então encerrado na planície, sem coragem de alçar vôos mais amplos. Era hora de olhar de longe, de distanciar-se das questões cotidianas capazes de envolver-nos em um estafante imediatismo solitário. Assim, de uma concepção de texto escolar, de uma escrita formal fui em direção a uma reflexão que contemplasse uma *Escrita* como subjetividade, uma *Escrita* enunciativa. A escolha do tema foi, portanto, também uma soma.

Falo de soma, não de totalidade. A junção dos “estilhaços” jamais permitira uma “colagem” total, pode-se tratar de uma totalidade imaginária: de uma ciência, de uma teoria, de um pesquisador, de um sujeito e isso é necessário na medida em que constrói uma idéia de identidade, mas essa unidade somente tem lugar por estar em confronto com o que a excede. E é deste ponto que foi possível construir o objeto de estudo desta tese: a *Escrita* como exclusão.

Para isso, é preciso, antes, acompanhar o movimento de exclusão da escrita/*Escrita* feito pela lingüística, conhecer as razões e as raízes de tal concepção, para, a partir daí, procurar encontrar vestígios do que foi excluído como uma presença indelével, teimando em permanecer onde aparentemente foi erradicada. Significa que esta reflexão partirá do regular

para excedê-lo, significa, ainda, procurar na própria lingüística um lugar para o que a excede. Vejamos, então, como este trajeto se constrói.

O primeiro capítulo, *A Escrita e o ato inaugural da ciência lingüística*, trata do problema da cientificidade da lingüística e as conseqüências de sua delimitação. A hipótese deste capítulo é de que **a exclusão da escrita operada pelo ato fundador da lingüística, legitimado pela publicação do *Curso de Lingüística Geral*² de Ferdinand de Saussure, é correlativa à busca da ciência lingüística de regularização do objeto**. Em outras palavras, a reflexão norteadora centra-se na instauração da lingüística como ciência, buscando encontrar em tal movimento as razões das exclusões, especificamente, a supressão da escrita. Para esse fim, partirei do CLG em direção aos *Escritos* e aos *Anagramas*, reconhecidos representantes do pensamento saussuriano.

O ponto de partida será o *Curso de Lingüística Geral* de Ferdinand de Saussure - o livro em torno do qual a lingüística se estruturou, legitimando a exclusão da escrita como sendo a transcrição da oralidade. Justamente a primeira possibilidade de abordar a questão da escrita passa pelo CLG e pela singularidade que acompanhou sua edição. A condição de obra póstuma, “escrita de punho alheio”, não pode ser desconsiderada quando se trata desta publicação sob pena de atribuir a Saussure as marcas dos editores. Na verdade, ambos, autor e editores, inscrevem nesse livro suas visões de ciência. Uma ciência da palavra falada, delegando à fonologia a tarefa de libertar a lingüística da exterioridade pouco confiável atribuída à escrita. Assim, seguindo de perto o capítulo intitulado *Representação da língua pela escrita*, presente na introdução do *Curso*, é possível encontrar as justificativas para a exclusão efetuada pela ciência lingüística em relação à escrita decorrente do processo de representação a que a língua é submetida constantemente.

Tal visão excludente da escrita pode ser relacionada ao pensamento rousseauísta pelo entendimento de que a escrita se prestaria mais ao exercício da razão, enquanto a fala seria a expressão das emoções humanas. A partir desta aproximação, duas perguntas podem ser formuladas: por que a escrita relaciona-se com a razão? Qual a origem dessa exterioridade atribuída à escrita e que lhe confere um caráter tão duvidoso no *Curso*?

Através da argumentação desenvolvida no CLG, exemplarmente no capítulo citado, vê-se o discurso clássico sobre a escrita, possibilitando entrever a presença de Rousseau

² A partir desse momento, o *Curso de Lingüística Geral* será referido por CLG ou apenas por *Curso*.

apontando a escrita como responsável pela ruptura com a natureza pelo pecado original da escrita. É dessa concepção que Saussure vai retirar sua filiação filosófica. Essa relação entre a filosofia clássica (exemplarmente Rousseau) representada por modelos que priorizam a fala e o pensamento expressos no *Curso* é entendida por Jacques Derrida como uma submissão à exigência de cientificidade necessária para a lingüística.

Procurar “além das aparências” é o que seguirei buscando ao olhar novamente para o *Curso*, pois a partir das marcas e das fissuras que expõe será possível perseguir a presença da escrita/*Escrita* dentro da própria lingüística saussuriana, e redimensionar seu lugar na ciência da língua.

Alguns indícios serão trazidos para corroborar a suspeita de que a escrita já estava contida no próprio *Curso*, de certa forma, enclausurada nas certezas de um pensamento refém das oposições excludentes e dicotômicas. Nesse caminho há a possibilidade de buscar um “outro” Saussure menos submetido a um enfrentamento maniqueísta e, portanto, mais sujeito a dúvidas e incertezas. Trata-se do Saussure dos *Escritos*.

Tomada em sua totalidade, a leitura dos *Escritos* (SAUSSURE, org. por BOUQUET; ENGLER, 2004) deixa à mostra a busca do pesquisador pela palavra certa, pela expressão mais precisa, justificando a presença de frases entrecortadas e interrompidas antes de serem concluídas. Por serem anotações, não há neste momento a preocupação com a edição de um livro, com a necessidade de concluir, de apresentar respostas definitivas. E nesse fascinante movimento das idéias de Saussure, em nenhum momento a escrita/*Escrita* é combatida.

Há ainda a face mais oculta de Saussure: os *Anagramas*. Talvez a aura de mistério que rode os *Anagramas* seja devido à possibilidade de exceder o discernível da língua. A busca por encontrar um lugar para o que “sobra” atribuiu as pesquisas anagramáticas ao domínio da literatura, franqueando a existência de um funcionamento estranho ao discernível. Mas independente do modo como entendemos a relação da língua com os anagramas, uma afirmação permanece: a escrita/*Escrita* é a via de acesso aos anagramas.

A tentativa de regularização excluiu a *Escrita* que tem a ver com a enunciação, e a escrita como regularidade. No entanto, ambas retornam com variados nomes. Aquela que diz do excedente encontra lugar na literatura, na poesia; a que diz do regular conserva-se no quadro da lingüística e tem seu lugar nas teorias destinadas ao ensino e à aquisição da escrita. É deste retorno – talvez uma presença subterrânea – que tratará o capítulo seguinte.

O segundo capítulo, *Uma presença constante: a Escrita na escola*, parte da reflexão em torno da instauração da lingüística como ciência e o que, a partir desse gesto, pode ter retornado à escrita/*Escrita*. Significa que ainda seguirei entendendo a *Escrita*, relacionada com o sujeito, como uma exclusão decorrente da busca de regularização exigida pela cientificidade, em oposição à “outra face” da escrita, aquela que diz do regular da língua.

Tendo, então, como pressuposto a possibilidade de um retorno do que foi excluído como um movimento próprio de qualquer exclusão, a hipótese que norteia este capítulo entende que **a exclusão da escrita do escopo da lingüística é correlativa à exclusão do sujeito, e as formas de inclusão dos excedentes que a lingüística produziu priorizam um retorno vinculado à regularização do objeto**. Nesse sentido, uma pergunta norteará as reflexões deste capítulo, a saber: **como retorna a escrita, em uma das manifestações, no pensamento lingüístico pós-saussuriano?** E o lugar para essa reflexão é a escola.

Eleger a escola como exemplar para tratar a presença da escrita implica deixar de contemplar, pelo menos de forma mais detida, outras instâncias em que a relação com a escrita se fez notar, como é o caso da Crítica Genética e da Aquisição da Linguagem. Mas por que a escola?

A primeira resposta já se adivinha pelo que foi anunciado até aqui. Esta é uma tese cuja origem foi a escrita da/na escola e que vai em direção a uma teoria lingüística que lhe dê sustentação. É próprio, portanto, que a escola seja chamada a testemunhar.

A segunda justificativa se assenta na condição da escola como um lugar de regularização, em que a prática põe em relevo as mais diversas teorias expressas pelos livros didáticos, sinalizando a necessidade de aproximação à ciência lingüística. O lugar reservado à escrita e também à *Escrita* na escola é, sem dúvida, o lugar da regularização.

A possibilidade de pontuar a presença da escrita tão arraigada ao discernível da língua em relação ao ensino é a proposta deste capítulo, perseguindo as formas de retorno da escrita através das publicações dirigidas aos professores, pois, certamente serão um testemunho da época em que surgiram.

Para esse fim, as publicações mais representativas de cada década (abordando os últimos trinta anos) formarão um panorama sobre o ensino de língua materna na escola brasileira. A questão de fundo, no entanto, é saber como a escrita situa-se dentro das teorias

lingüísticas apresentadas aos professores, posição que, conseqüentemente, repercutirá no ensino da escrita em sala de aula.

De acordo com o entendimento que cada professor tiver do que seja ensinar a escrever na escola, a escrita poderá ser abordada ora como produção textual, ora como lugar de autoria, de uma subjetividade tão exterior à ciência quanto a escrita/*Escrita*. Mas, acima de tudo, será tratada como a expressão do domínio das estruturas lingüísticas, adquiridas através do exercício escrito: a produção de texto.

Vê-se que a escrita é um instrumento de que se pode lançar mão com o intuito de comunicar através de textos; nesse sentido, a escrita continua a ser entendida como exterioridade, reforçando a concepção de escrita apenas como representação. Importante salientar que essa forma de tomar a escrita passou a fazer parte do ensino de língua, sendo acusada de utilizar “o texto como pretexto” para ensinar nomenclatura.

Significa que, para a escola, escrever é principalmente um ato utilitário, pois a subjetividade que a escola busca encontrar nos textos dos alunos é, sobretudo, uma argumentação que denote o domínio do conteúdo aprendido. Esse é, portanto, um sujeito do conhecimento, que usa da escrita como representação e que, de certa forma, ocupa um lugar que lhe foi destinado pela impossibilidade de manter esse lugar vazio. Emparelham-se sujeito e escrita utilitária como o par ideal. De toda sorte, há sujeito e há escrita na escola, reforçando um “retorno imaginário”, embora ambos pouco digam da subjetividade, assim como a entendo.

Uma *Escrita* enunciativa estende-se para além da simbolização e para tanto se entrelaça com o sujeito. Decorrente dessa afirmação cabe perguntar que conseqüências advirão de tal ligação, já que sujeito e *Escrita* põem em relevo o singular, o irrepetível. A resposta já se advinha: trata-se de enunciação.

O terceiro capítulo, *Em busca de uma teoria da enunciação na/da Escrita*, parte da teoria da enunciação de Benveniste, tendo como hipótese a concepção de que **a abordagem da relação sujeito/estrutura no estudo da escrita está articulada a uma teoria enunciativa do sujeito na língua**. Em decorrência, a *Escrita* não mais será tomada apenas como regularidade, sendo possível entendê-la em sua singularidade enunciativa, nem por isso menos estruturada e submetida ao sistema da língua. É esta estrutura que comporta a singularidade que permite abordá-la dentro do escopo da lingüística e da teoria da enunciação.

É, também, o entendimento de que *toda a língua é intersubjetiva* que se abre tal possibilidade, especificamente em decorrência da relação *pessoa/não-pessoa*.

Na verdade, a categoria de não-pessoa, o terceiro que está ausente no momento da enunciação, é que abre caminho para a *Escrita*, para a “trindade natural da língua”. Essa é a argumentação de Dany-Robert Dufour (2000) que, partindo de Benveniste, desenvolve um modelo trinitário relevado do conjunto constituído pelos pronomes pessoais e pela discussão em torno da não-pessoa. Por esse entendimento, o modelo trinitário constituído pelas três pessoas verbais organiza toda a linguagem, incluindo a *Escrita*, um acontecimento enunciativo.

A possibilidade de captar a *Escrita* de um sujeito, uma sincronia da enunciação, emergindo de uma diacronia, em nada se afasta das lições de Saussure registradas no CLG. Lembremo-nos que para ele *tudo quanto seja diacrônico na língua, não o é senão pela fala* (p.115), pelo individual que faz evoluir a língua. É a enunciação que possibilita o surgimento de novos sentidos, o aparecimento das marcas do sujeito, enfim, de seu estilo. De um estilo *que é o sujeito*, que é a *Escrita*.

Do que foi pontuado até aqui, a partir dos três capítulos anteriores foi possível construir uma proposta de metodologia para analisar a enunciação escrita, desenvolvida no capítulo quarto, intitulado *Uma proposta metodológica para a análise da enunciação escrita /Escrita*. Nesse momento será apresentada a forma de constituição do *corpus*, dentro do qual serão recortados *atos* enunciativos que sustentarão a análise da enunciação *Escrita*. O *corpus* é constituído por dez textos produzidos por alunos em contexto escolar cada um com seu rascunho, formando um total de vinte textos, datados de junho de 2003. Tais textos são provenientes de uma escola de ensino médio, da rede particular de ensino, da cidade de São Leopoldo.

Os elementos que permitirão a análise da enunciação *Escrita* constroem-se a partir da relação desenvolvida por Benveniste em *Os níveis de análise lingüística* (1991) ao apontar um método para abordar a linguagem, partindo de uma relação do mesmo nível e outra de nível diferente. No primeiro caso, há distribuição; no segundo, há integração. A forma é do nível da distribuição e o sentido é do nível da integração. Tal construção une-se ao dispositivo lingüístico trinitário, comum a todos os sujeitos, apontado por Dufour (2000). Tal dispositivo contém uma dupla relação explicitada em duas díades: “eu” e “tu”, de um lado, e “eu” e

“tu”/“ele”, de outro lado. O resultado, segundo o autor, é que os movimentos decorrentes dessa relação ordenam toda a linguagem: conexão e disjunção.

A análise do *fato enunciativo* situa-se na relação **transitiva**, cujo movimento torna-se visível através das manobras entre os interlocutores e a língua. A transitividade, que traz virtualmente as operações **intransitivas**, contempla as relações *constituente/integrante* como sendo inerentes a toda enunciação.

O capítulo final, *O jogo entre sujeito e língua: análises da enunciação Escrita*, apresentará as análises em dois níveis complementares, mas não necessariamente sucessivos. O primeiro deles, destinado à descrição do *corpus*, será dividido em três partes, pois, a negociação do locutor com a língua em busca do sentido e em direção à completude imaginária com o “tu” ancora-se, segundo foi possível observar, em três movimentos: supressão, inserção e substituição. O segundo nível de análise busca relacionar a descrição com a noção de *Escrita* desenvolvida até o momento.

Sigamos, então, em busca de uma *Escrita* que permita ver além da marca da tinta, as várias *Escritas* escondidas no papel - no palimpsesto -, sobretudo, que permita vislumbrar o selo/sê-lo de uma enunciação.

CAPÍTULO 1

A ESCRITA E O ATO INAUGURAL DA CIÊNCIA LINGÜÍSTICA

[...] absolutamente incompreensível se eu não fosse obrigado a confessar-lhe que tenho um horror doentio pela pena, e que esta redação me causa um suplício inimaginável [...]³

(SAUSSURE *apud* STAROBINSKI, 1974, p.11)

Toda modernização se crê obrigada a desnaturalizar seus objetos.

(PAVEL, 1990, p.43)

³ Segundo Starobinski: *numa folha rasgada, não datada, encontra-se esta nota de Ferdinand de Saussure.*

A hipótese de que **a exclusão da escrita operada pelo ato fundador da lingüística**⁴, **legitimado pela publicação do *Curso de Lingüística Geral* de Ferdinand de Saussure, é correlativa à busca da ciência lingüística de regularização do objeto** será o norte do primeiro capítulo desta tese. Nele, trato da instauração da lingüística como ciência, buscando encontrar em tal reflexão o lugar ocupado pela escrita, partindo do *Curso de lingüística geral*⁵ em direção aos *Escritos*⁶ e aos *Anagramas*⁷, todos reconhecidos representantes do pensamento saussuriano.

Sabemos que tratar de lingüística neste início de século significa tratar de questões envolvendo o nome de Ferdinand de Saussure. Suas idéias suscitaram uma verdadeira revolução no desenvolvimento da lingüística do século XX. Idéias tão amplas a ponto de extrapolarem as margens da disciplina para serem inspiradoras das ciências humanas e naturais, de tal forma que *não há um só lingüista hoje que não lhe deva algo. Não há uma só teoria geral que não mencione seu nome* (BENVENISTE, 1991, p. 34).

O pensamento saussuriano passou a ser difundido após a publicação póstuma do *Curso de lingüística geral* (CLG) deixando marcas indeléveis nos estudos lingüísticos. Uma glória alcançada por conta de uma publicação de punho alheio, a partir de notas colhidas por seus alunos. Desde então, a lingüística pôde ser denominada estruturalista, sustentada pelo reconhecimento de que um elemento de um sistema somente terá sentido em relação a outro elemento do mesmo sistema ou ao sistema como um todo. De toda sorte, as notas do professor que se transformaram em livro nunca cessaram de causar polêmica; como bem ressaltou Bouquet (1997, p.13) “singular aventura a desse texto – singular aventura com a qual se confunde o destino de um pensamento”.

É sob a luz do pensamento saussuriano que essa tese se inscreve, partindo de seus fundamentos, afastando-se algumas vezes, sem, no entanto, distanciar-se demais a ponto de

⁴ O termo lingüística, nesta tese, tem o uso circunscrito ao paradigma oriundo da teoria saussuriana.

⁵ O CLG foi editado por Charles Bally, Albert Sechehaye, com a colaboração de A. Riedlinger. As anotações foram provenientes dos alunos: L. Caille, L. Gautier, Paul Regard, Mme. A. Sechehaye, George Dégallier, Francis Joseph, e as notas de A. Riedlinger (CLG, 1991. Prefácio à edição brasileira).

⁶ O livro *Escritos de lingüística geral* foi organizado por Simon Bouquet e Rudolf Engler (2004) e reúne os manuscritos de Saussure descobertos em 1996 e depositados na Biblioteca Pública e Universitária de Genebra, juntamente com o conjunto dos textos também manuscritos sobre lingüística geral, igualmente conservados na Biblioteca Pública. Na presente edição, os documentos foram agrupados conforme a seguinte ordem: 1. Sobre a essência dupla da linguagem; 2. Item e aforismos; 3. Outros escritos de lingüística geral; e 4. Notas preparatórias para os cursos de lingüística geral.

⁷ Segundo Starobinski (1974), as pesquisas de Saussure nesse campo duraram de 1906 até 1909. A dedicação intensa pode ser comprovada pelo número de cadernos escolares preenchidos: aproximadamente 99 cadernos. Somam-se as folhas soltas e os cadernos sobre o verso saturnino e sobre a métrica védica totalizando cerca de 140 cadernos.

perder de vista seu lume. Tendo, portanto, em mente a lingüística renovada por Saussure, esse capítulo busca apreender qual o lugar reservado à escrita nessa ciência da linguagem.

Se foi possível elevar a lingüística ao nível científico, o ato inaugural de Saussure se deve à compreensão simultânea da natureza de seu objeto e a exigência de um método necessário para sistematizar tal objeto. É preciso pensar sobre a concepção de ciência em que a lingüística se inscreveu, pois é como decorrência dessa visão que a escrita pode ser entendida. Tratem, então, primeiramente da ciência.

Se, conforme Milner (1996) só conhecemos os fenômenos e não as coisas-em-si, é pertinente que uma ciência, como a entendemos ainda hoje, não trate propriamente dos objetos, mas dos fenômenos por eles suscitados. Da mesma forma, a ciência moderna procura afastar de seu meio as qualidades que deverão desaparecer para possibilitar a ascensão de proposições matematicamente literalizadas. Milner (*op. cit.*), a esse respeito, exemplifica com a física, dizendo da sua impossibilidade de referir-se a qualidades como claro e escuro quando trata de um fenômeno como a luz.

Esse lugar da ciência apresenta-se associado à combinação de duas condições: a) o estabelecimento de uma relação com a técnica, que seja uma aplicação prática da ciência; b) a matematização do empírico, isto é, a literalização possibilitando designar o objeto da ciência (MILNER, 2000).

Decorrente dos itens acima é a possibilidade de o saber científico ser registrado e, em consequência, repetido. E essa definição de ciência tem como uma de suas consequências a divisão dos saberes, separando, de um lado, o conjunto de proposições que estejam de acordo com as características que formam *o saber positivo* e, de outro lado, o conjunto de proposições que, não estando de acordo com as mesmas, formam o *saber não-positivo* (BOUQUET, 1997).

A seu modo, a lingüística estrutural também reclama para si esse estatuto de ciência positiva procurando afastar de seu quadro epistemológico qualquer interferência relativa ao fenômeno estudado ou a suas qualidades. Mas é também verdade que as representações são caras ao homem; há uma necessidade natural de recorrer a um ideal de ciência para representar o que (acreditamos) deva ser uma ciência, ou seja, uma ciência ideal. Para Saussure, o ideal de ciência está relacionado à fundação da lingüística como ciência a partir da distinção entre os fenômenos e as coisas-em-si: de um lado, a linguagem, a ligação entre

um som e uma coisa do mundo (coisas-em-si) e, de outro lado, a língua e o arbitrário do signo (os fenômenos). Dessa forma, o ideal de ciência, *refrata-se em uma ciência ideal que nada mais é do que o modelo de uma ciência particular* (FLORES, 1999, p.34).

Nessa concepção de ciência ideal, a lingüística circunscreveu seu objeto através de exclusões, que, uma vez afastadas de seu domínio, permaneceram à espreita, de certa forma, forçando as paredes da epistemologia lingüística. Para além da ciência ideal estão os saberes não-positivos, excluídos de seu quadro epistemológico.

É possível pensar na escrita, dentro de uma concepção ideal de ciência, apenas como um saber positivo, a serviço da ciência, visto ser instrumento da literalização dos conceitos, podendo ser entendida como despersonalizada, para usar um termo de Rey-Debove (1996)⁸. A despersonalização pode ser tomada como uma higienização da escrita, um afastamento do sujeito⁹ em direção a uma escrita como representação, como expressão mesma da ciência.

Pelo viés dessa concepção de escrita como formalização¹⁰ cabem algumas observações. Juranville (1995) entende que existem dois tipos de relações implicadas na escrita: a relação de diferença pura e formal, manifestada na página, e a relação de significação, criada pelo ato de escrever. A partir da relação de significação, a letra transforma-se em símbolo, constituída a partir de outros símbolos. Dessa forma:

Nas matemáticas, o elemento escrito é o número, que, enquanto símbolo, pressupõe uma operação, mas é também o ponto de partida das operações, infinitamente, e aquele que escreve já não aparece senão como efetuando operações (p.269).

Por sua vez, Milner (1987, p.29) levanta dúvidas quanto à certeza de que a lingüística possa ignorar o que excede a sua própria escrita, aos seguimentos que não saberia descrever

⁸ Esse termo, usado por Rey-Debove aplica-se a uma comparação entre escrita e língua oral e diz respeito à situação em que ambas são produzidas. Em relação à escrita, a autora afirma haver uma neutralização da personalidade quando submetida à cópia: *hoje, na vida social, resta pouca coisa de pessoal além da assinatura, ela mesma ameaçada (cartões magnéticos), ou da letra manuscrita destinada aos grafólogos para fins de identificação ou caracterização do escriba. O manuscrito não neutralizado torna-se mesmo um documento íntimo e um pouco perigoso* (p. 78).

⁹ Entendo sujeito como sendo estabelecido pela língua e cuja existência está enlaçada à existência da língua. Trata-se do sujeito da enunciação, que segundo Flores (1999, p.241) *não é a fonte do sentido, mas é constituído pelo sentido*. Enfim, trata-se de um sujeito *capaz de desejo e não simétrizável* (MILNER, 1987, p.29). Esse assunto será melhor desenvolvido no cap. 3.

¹⁰ Trata-se da escrita capaz de se transmitir integralmente por conta da formalização matemática. Nesse sentido, *a escrita matemática seria a escrita pura, forma ideal de todo saber. [...] O que caracteriza a escrita da ciência é não apenas o fato de ela deixar seu sujeito fora dela mesma, mas de tentar reduzi-lo "positivamente"* (JURANVILLE, 1995, p.268).

sem a intervenção do sujeito, ainda que tenha necessidade de fazê-lo. Tendo isso em mente, divide a escrita lingüística em dois campos

absolutos e contraditórios: o da completude, segundo o qual é necessário que tais segmentos recebam uma representação, e o da consistência, segundo o qual toda representação deve obedecer às mesmas leis da escrita.

Esses dois trechos têm em comum a presença-ausência de um sujeito que “efetue as operações matemáticas” e que, por isso, seja capaz do não-simetrizável. Um sujeito de enunciação e de desejo.

Essa digressão aponta a possibilidade de que a escrita, mesmo a da ciência, seja também entendida como possibilidade do não-simetrizável, isto é, como uma escrita não-positiva, uma vez que *a escrita científica não é o ideal da escrita, mas uma escrita por definição inconclusa [...], porque é da essência da escrita advir como falante* (JURANVILLE,1995, p.269).

A escrita como um saber positivo¹¹ tem seu par opositor na escrita como um saber não-positivo, desde já grafada como *Escrita* - o lugar da subjetividade, da enunciação e, portanto, impossível de regularização como exige o ideal de ciência. Justamente a impossibilidade de regularização da *Escrita* como um saber não-positivo é o que interessa a esta tese. Tal distinção apenas anunciada será esclarecida no decorrer da reflexão, por ora, escrita e *Escrita* seguirão paralelas e, em alguns momentos, até entrelaçadas¹².

Mas é possível fazer essa distinção de forma tão pontual? Antes de uma resposta, é preciso entender em que medida a lingüística realmente excluiu a escrita/*Escrita* para se constituir como ciência. Se excluiu, é importante lembrar que o que se pretende erradicar carrega consigo a possibilidade latente de ressurgir onde menos se espera.

É, pois, dessa exclusão que tratarei neste capítulo.

¹¹ Para tratar a questão da *positividade* da escrita, Chiss & Puech (1996, p.50) acreditam ser necessário aprofundar a discussão acerca das relações entre línguas naturais e linguagens formais, bem como as especificidades de suas escritas: *sem dúvida, uma reflexão sobre a teorização da escrita pelos lingüistas não é independente da escrita da própria ciência lingüística.*

¹² Retomando: **escrita**: denomina uma escrita positiva, predominantemente simbólica; **Escrita**: nomeia um saber não-positivo e enunciativo; **escrita/Escrita**: concomitância de ambas.

1.1 A ESCRITA E O DISCERNÍVEL

Milner, em *O amor da língua*, trata da pretendida cientificidade da lingüística a partir do movimento de Ferdinand de Saussure rumo ao ideal de ciência e faz isso afirmando: “toda a lingüística é por definição saussuriana” (1987, p.32). Milner toma essa contribuição de Saussure a partir de três referências: a) o ideal de ciência, que, em Saussure, é isomórfico à função da lingüística enquanto ciência; b) a ciência ideal admitida como “instância simbólica” onde todo o discurso da ciência se articula e c) o articulador entre **a** e **b**: o conceito de signo.

Tal abordagem possibilita a Milner apreender o que o gesto inaugural de Saussure instaurou sobre a ciência da linguagem e, para esta tese, o que, por esse gesto, se pode dizer da escrita. Em função disso, será feita uma digressão maior enfocando as questões epistemológicas subjacentes ao pensamento do autor porque delas deriva o entendimento que tenho do lugar reservado à escrita na constituição da ciência.

A questão que conduz Milner diz respeito ao termo *lingüística*, ou melhor, ao que está pressuposto quando nomeamos tal ciência com essa etiqueta. Há uma suposição de unicidade entre as diferentes teorias que reclamam filiação à lingüística, deixando em aberto a existência de um núcleo comum a todas as versões. É possível pensar em uma tese comum unindo as teorias, sustentada pela referência a um estruturalismo que permitiu à lingüística existir por conta da regularidade de seu objeto. No entanto, o primado do paradigma estrutural ancorado em uma visão de mundo insípida ou em uma epistemologia geral bastante simples deve ser substituído por um conjunto de proposições não triviais, *capazes de tocar o real da língua*.

Tais proposições sustentam-se basicamente sobre dois pontos: a língua definida como um sistema de signos permitirá à lingüística um lugar de cientificidade e somente operações deduzidas desse princípio serão admitidas na ciência. Em conseqüência, a noção de lingüística pareceu ser decorrente da versão estruturalista, possibilitando que ainda hoje a noção de signo seja necessária.

Esta união consubstancial da lingüística e do signo autoriza-se de um fiador único, e indiscutível no essencial: o **Curso** de Saussure. Neste caso, o estruturalismo, tal como é entendido aqui, volta a afirmar isto: toda lingüística é por definição saussuriana (MILNER, 1987, p.32).

Para o autor, as contribuições de Saussure são apreendidas sob três aspectos.

O primeiro deles diz respeito ao ideal de ciência e a conseqüente fundação da lingüística como ciência, partindo da gramática comparada. Não se trata, portanto, de iniciar, mas de autorizar em direito. Na mesma direção, Saussure sustenta a necessidade de distinguir os fenômenos das coisas-em-si, resultando pares célebres (linguagem/língua; a ligação entre um som/significado, etc), capazes, eles mesmos, de impedir a lingüística de chegar às coisas-em-si. Sempre haverá as antinomias para evitar tal aproximação.

Ponto de partida para Saussure, a gramática comparada serviu de berço para a ciência lingüística¹³. Segundo Foucault (1999), a chamada “revolução saussuriana” poderia ser definida como um ato de *restauração*; nesse sentido, o CLG seria o espaço de uma redescoberta, uma reabertura, um reencontro com a gramática geral.

Por sua vez, Normand (1999, p.26) lembra que Saussure não parte do zero, pois retoma elementos que se encontravam presentes de maneira dispersa em seus contemporâneos, a fim de transformá-los em proposições novas:

A proposta é explícita: é necessário fundar a lingüística, pela definição de seu objeto próprio e de seu método; para fazê-lo, é preciso definir um ponto de vista propriamente lingüístico, no conjunto heteróclito de enfoques possíveis da linguagem; o ponto de vista novo é dito “semiológico” e o objeto do qual ele permite se aproximar é a língua (e não mais a linguagem)¹⁴.

De todo modo, a reorganização feita por Saussure atendia à solicitação do ideal da ciência, instância simbólica, lugar onde o discurso se organiza.

O segundo aspecto determinando a posição de Saussure decorre do primeiro. O lugar simbólico do ideal da ciência passa a ser encarnado por seu correspondente imaginário: uma ciência ideal. Assim, a busca em direção a esse lugar autoriza Saussure a referenciar implicitamente traços distintivos capazes de retratar sua figura ideal. Em outras palavras, segundo Milner, temos um modelo de ciência euclidiano¹⁵: o princípio do mínimo e o princípio da evidência. Nas palavras de Milner (1987, p.34), *o modelo euclidiano é*

¹³ Para Silveira (2003), a gramática comparativa é fundamental nas elaborações de Saussure, principalmente na compreensão da diacronia, embora seja possível notar no CLG um processo de apagamento da gramática.

¹⁴ Tradução de Francisco Settineri.

¹⁵ A criação desse modelo de ciência deve-se a Aristóteles. Uma ciência aristotélica é uma série de proposições incidindo sobre os elementos de um único e mesmo campo; tais proposições dividem-se em axiomas e proposições derivadas (teoremas). Em decorrência, os conceitos que aparecem nas proposições dividem-se em conceitos primitivos e derivados. Quanto aos axiomas: a) eles devem ser evidentes e por isso indemonstráveis; b) eles devem ser suficientes. Quanto aos conceitos primitivos: a) eles devem ser imediatamente inteligíveis e por isso indefiníveis; b) eles devem ser suficientes (MILNER, 1987, p.34).

*praticamente o único que a filosofia reconheceu até uma data recente; não é, pois, surpreendente que Saussure tenha se inspirado nele*¹⁶.

Em terceiro aspecto, Saussure separa um conceito capaz de articular o ideal da ciência à ciência ideal: o signo. É o signo que permite construir a ciência lingüística em conformidade com o modelo euclidiano: o princípio mínimo, o axioma *a língua é um sistema de signos*; o princípio da evidência, *o conceito de signo*. Assim, *com este axioma que não se demonstra e com a ajuda deste conceito que não se define, todas as operações necessárias à lingüística serão deduzidas* (MILNER, *op. cit.*, p. 34).

A filiação ao ideal da ciência trouxe como consequência para a lingüística a presença de um resto que foi posto de lado para possibilitar a construção de seu próprio saber, provocando exclusões. É o não-todo¹⁷ da língua à qual a lingüística está ligada. Mas como pensar tal exclusão se a ciência mudou?

De fato, a ciência ideal mudou. Para a gramática transformacional, por exemplo, houve a substituição de axiomas por hipóteses, o que certamente não se inscreve no modelo euclidiano (Cf. nota 15). A ciência ideal, vale lembrar, trabalha com hipóteses falsificáveis e não evidentes. É por essa razão que Milner (*op. cit.*, p.35) afirma que *a ciência ideal se faz popperiana*. E o conceito de signo que articulava o ideal de ciência à ciência ideal era necessariamente atingido pelo desaparecimento de tal modelo; por essa razão, o signo mostra em que medida Saussure se filia a tal ciência ou escapa dela.

Do que foi dito, Milner passa a tratar da teoria saussuriana do signo, ou seja, do que poderia ser o núcleo único da lingüística.

Na verdade, o signo não é o objeto de uma teoria, ele é o meio pelo qual há a possibilidade de expor uma teoria cujo objeto é inteiramente outro, nesse caso, a língua: mas é o conceito de signo que se torna sua expressão.

¹⁶ A respeito dessa afirmação, é preciso esclarecer alguns pontos. A aproximação de Saussure ao modelo euclidiano, como proposto por Milner, difere do pensamento de Bouquet, para quem Saussure buscara aproximar-se de uma ciência galileana, cujo modelo sustenta-se sobre três critérios: a) da literalização, b) de formalização, c) de refutabilidade, que, segundo Bouquet (2000:16) são postulados pelos escritos e pelo *Cours* de Saussure: *a possibilidade de uma tal análise ser aplicada ao pensamento saussuriano deve-se precisamente à ilusão de óptica criada pelos redatores do Cours*. De toda forma, não é possível esquecer que Milner refere-se ao Saussure do CLG, enquanto Bouquet toma como objeto de estudo os textos originais que ficaram fora da publicação.

¹⁷ Os termos “todo” e “não-todo” são retirados da teoria psicanalítica lacaniana e retomados por Milner no campo da lingüística. Por esse viés, o que faz o “todo” é a idéia de unidade que imaginariamente sustenta a completude. Já o “não-todo” é o impossível dessa completude (Cf. Cap. 3 e 5 de MILNER, 1987).

O signo é capaz de reunir três propriedades dadas como evidentes e que não necessitam demonstração de razão: ele é arbitrário, negativo e bifacial. Ao recorrer a esse conceito de signo, Saussure demonstrou sua filiação à tradição filosófica em que estava inserido.

O arbitrário possui uma função positiva e outra negativa. A primeira permite entender que entre a ordem dos signos e a ordem das coisas não há relação¹⁸ alguma, isto é, entre o signo e a coisa significada há apenas acaso. Assim também tal arbitrariedade governa a relação entre significante e significado, visto o som e a idéia pertencerem igualmente à ordem das coisas-em-si. Esse posicionamento possibilitou a Saussure afastar-se de uma teoria das coisas, romper definitivamente com a tradição filosófica e conseqüentemente criar uma teoria dos signos. Nas palavras de Milner (*op. cit.*, p.38), *o arbitrário do signo equivale a afirmar que ele não saberia ser pensado diferente do que ele é, já que não há razão para que ele seja como ele é*. Assim, dizer que o signo é arbitrário é afirmar que “há língua”, o que vai ao encontro da segunda função, negativa, do arbitrário. Para Saussure (CLG, 1991, p.81):

O laço que une o significante ao significado é arbitrário ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: *o signo lingüístico é arbitrário*.

Mas aqui, alguns problemas se avizinham, e o que parece consenso torna-se contradição. Nessa direção, Arrivé (1999) sustenta que o “primeiro princípio” saussuriano é bastante explícito: a arbitrariedade situa-se entre as duas faces do signo, como demonstra a citação acima. A questão é que, diz Arrivé, Saussure passa da arbitrariedade entre significante e significado para a arbitrariedade entre o signo e o referente, como vemos no trecho do CLG, a seguir:

Assim, a idéia de “mar” não está ligada por relação alguma interior à seqüência de sons *m-a-r* que lhe serve de significante; poderia ser representada igualmente bem por outra seqüência, não importa qual, como prova, temos as diferenças entre as línguas e a própria existência de línguas diferentes: o significado da palavra francesa *boeuf* (“boi”) tem por significante b-ö-f de um lado da fronteira franco-germânica, e o-k-s (ochs) do outro (CLG, 1991, p.82).

¹⁸ Arrivé (2001, p.27) sustenta que a leitura de Milner sobre a arbitrariedade é *apenas aparentemente judiciosa*, pois as inferências de Milner passam do dualismo da ordem das coisas e da ordem do signo ao dualismo do significante/significado, estendendo para a noção de significado um caráter material, o que é saussurariamente impossível.

Arrivé aponta a derrapagem de Saussure por conta dessa relação entre duas línguas diferentes, fazendo supor que o significado de “boeuf” é exatamente idêntico ao de “ochs”. *Isso está em plena contradição com as posições defendidas, pouco antes, pelo próprio Saussure: se ele afastou a concepção da língua como “nomenclatura”, é precisamente porque “ela supõe idéias já constituídas, preexistente às palavras”* (ARRIVÉ, *op. cit.*, p.42).

O que é preciso reter dessa argumentação de Arrivé é justamente isto: o princípio da arbitrariedade¹⁹ continua não-demonstrado, tornando-se um postulado.

Também discutindo essa questão, é importante salientar o artigo de Benveniste, escrito em 1939, *A natureza do signo lingüístico*, pela polêmica instaurada em torno do assunto, sendo lembrado como *um dos primeiros a questionar a primazia da arbitrariedade dentro da interpretação do trabalho de Saussure* (GADET; PÊCHEUX, 1984, p.54).

Benveniste, reconhecendo que a noção de arbitrariedade é tomada por Saussure *como uma verdade evidente, não ainda explícita, mas incontestada na realidade* (1991, p. 53), tenta esclarecer a natureza dos argumentos usados por Saussure para enunciar o caráter arbitrário do signo lingüístico. O autor reconhece a existência de contradição entre a definição de signo e a exemplificação através da qual intervém um terceiro elemento que não estava contido na definição de Saussure: a realidade.

Quando fala da diferença entre *b-ö-f* e *o-k-s*, (Saussure) refere-se, contra a vontade, ao fato de que esses dois termos se aplicam à mesma *realidade*. Eis aí, pois, a *coisa*, a princípio expressamente excluída da definição do signo, e que nela se introduz por um desvio a aí instala para sempre a contradição (*op. cit.*, p. 54).

Benveniste²⁰ opta por uma nova definição para a relação significante e significado, a partir da aceitação de que a língua é forma e não substância e, conseqüentemente, entende que a lingüística preocupa-se com as formas, legitimando, portanto, a exclusão da substância do signo. Dessa argumentação decorre que, para Benveniste, a relação entre significante e significado não seria mais arbitrária, mas necessária, tributando a arbitrariedade apenas ao signo no seu caráter estrutural em relação à realidade. *O arbitrário só existe aqui em relação*

¹⁹ Muito ainda poderia ser dito dessa discussão em torno da arbitrariedade, mas seguir por esse caminho desviaria demasiadamente os propósitos desse estudo. Ainda assim, vale lembrar a abordagem feita por Bouquet (2000) em capítulo intitulado *O arbitrário como razão do signo*, em que denomina o signo como *um conceito escorregadio*.

²⁰ Dufour (2000, p.118) afirma que Benveniste corrigiu o raciocínio de Saussure, reintroduzindo o “terceiro termo” implicado no raciocínio do mestre e por ele omitido. Trata-se do terceiro termo da trindade natural: o referente (Cf. 3.2).

com o fenômeno ou o objeto material e não intervém na constituição própria do signo (op. cit., p. 57).

De fato, o que é possível perceber é justamente a recuperação da noção de *valor*, sendo remetida ao lugar pensado originalmente por Saussure, pois, a língua é um sistema de valores cuja combinação entre os elementos que compõem o signo produz uma forma e não uma substância. O signo assim constituído se *relaciona na totalidade com outros signos, pois a língua é um sistema no qual seus termos são solidários* (FLORES, 1999, p.31). Noção que remete à segunda propriedade do signo apontada por Milner, a negatividade.

É devido à arbitrariedade, responsável pelo fato de o signo ter uma identidade independente da ordem das coisas, que é possível pensar a negatividade como uma relação mantida com os outros signos do sistema. Portanto, aceitar a negatividade²¹ significa, segundo Saussure, aceitar que há oposição e relação.

Tudo o que precede equivale a dizer que *na língua só existem diferenças*. E mais ainda: uma diferença supõe em geral termos positivos entre os quais ela se estabelece; mas na língua há apenas diferenças *sem termos positivos*. Quer se considere o significado, quer o significante, a língua não comporta nem idéias nem sons preexistentes ao sistema lingüístico, mas somente diferenças conceituais e diferenças fônicas resultantes deste sistema (CLG, 1991, p. 139) [grifos do autor].

Se existe oposição, é porque os signos são vários e formam uma ordem em que cada um somente terá identidade pela relação que mantiver com os outros signos. Na verdade, somente haverá negatividade se o significante e o significado forem tomados separadamente. Ao formarem uma totalidade, ou seja, um signo, estaremos diante de *uma coisa positiva em sua ordem* (op. cit., p.139).

Sobre o último item, a bifacialidade, Milner não se detém, justamente por ser essa uma propriedade do signo. Sem dúvida, a bifacialidade é a propriedade natural do signo, estando contida em sua própria noção, pois não há como conceber o signo sem a relação entre significante e significado. É, portanto, essa propriedade que permite atribuir ao signo uma idéia própria à linguagem: a relação entre um movimento sonoro e um conceito. Nas palavras de Saussure:

²¹ Essa questão fica bem clara nos *Escritos de lingüística geral* (2004, p.73): *Vemos, então, que não é a idéia POSITIVA contida em suplício e martírio, mas o fato NEGATIVO de sua oposição, que estabelece toda a série de seus empregos, permitindo qualquer emprego, contanto que não invada o domínio vizinho.*

O signo lingüístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (*empreinte*) psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos; tal imagem é sensorial e, se chegamos a chamá-la “material”, é somente neste sentido, e por oposição ao outro termo da associação, o conceito, geralmente mais abstrato (CLG, 1991, p. 80).

Para Milner, foi a reunião das três propriedades, ainda que a relação entre elas não seja evidente, que possibilitou a Saussure fundar a lingüística. Para esse fim, a arbitrariedade responde à necessidade do ideal de ciência em ignorar o irrepetível. A ciência ideal, sustentada pelo repetível, garante a unidade do *Todo*, e a arbitrariedade aparta a ciência do *não-todo*. Em síntese: tal abordagem dualista sustenta a teoria lingüística, pois necessariamente filia-se ao repetível,

o que implica que ela descarta tanto o que da realidade não é necessário à repetição em seu objeto, quanto aquilo que, por si mesmo, não é repetível – digamos o acidental –, e enfim aquilo que poderia, naquilo que se repete, mascarar o que aí se repete, ou seja, as variações individuais (MILNER, 1987, p.39).

E é o signo arbitrário que opera todas as exclusões. Além disso, é também o signo que possibilita tornar a língua manuseável, conceito essencial à lingüística, através de seu caráter bifacial: juntar uma vibração sonora com um sentido²².

De todas as propriedades do signo (a arbitrariedade, a negatividade e a bifacialidade), a negatividade é capaz de amarrar definitivamente a lingüística à tese estruturalista. Para Milner (1984, p.41), *é aparentemente aí que se amarra mais estreitamente o laço da lingüística com sua versão estruturalista. No entanto, ao trazê-la de volta à sua essência, a tese diz apenas isto: na língua, há o discernível.*

Em essência, a tese da negatividade traduz-se na afirmação: *na língua, há o discernível*, isto é, na língua há a regularidade, o Um²³, nos termos de Lacan. Para Saussure, é

²² Vale lembrar Benveniste (1991, p.43): *Aí está, parece-me, o centro da doutrina, o princípio de onde procede todo o aparato de noções e de distinções que forma o Cours publicado. Realmente, tudo na linguagem tem de ser definido em termos duplos; tudo traz a marca e o selo da dualidade opositiva: - dualidade articulatória/acústica; - dualidade do som e do sentido; - dualidade do indivíduo e da sociedade; - dualidade da língua e da fala [...].*

²³ Os termos “Um” e “não-Um” empregados por Milner foram retirados da teoria psicanalítica lacaniana. O que faz o “Um” é a idéia de unidade, de completude, que imaginariamente sustenta a identidade. Já o “não-Um” é o impossível dessa identidade.

através do signo que se opera essa regularização e torna possível a escrita²⁴ da teoria.

Desse modo, considerando o signo como o elemento essencial, redefine-se o núcleo da lingüística, compondo-se, então, de três elementos capazes de unificá-la; capazes, também, de apontar respostas à questão inicial referente à exclusão da escrita para se constituir como ciência:

- a) a escolha de um modelo de ciência capaz de tornar o objeto representável, regular;
- b) a operação pela qual simultaneamente o não-todo é tratado e se realiza a regularização;
- c) a tese do discernível.

É, pois, a própria tese do discernível que impõe um limite à teoria. Nas palavras de Milner: *a lingüística impõe a um objeto que a ignora as redes de discernimento que lhe convém* (p. 41). Significa que a lingüística visa a um real de quem quer apartar-se, ou melhor, de quem se distancia ao se marcar no Um.

Mas em que medida a reflexão de Milner acerca da instauração da “lingüística una e indivisível” pode ajudar a dizer algo sobre a *Escrita*, objeto desta tese?

Parece ser senso comum afirmar que a lingüística privilegia a fala em detrimento da escrita (e também da *Escrita*), assim, a pergunta que cabe ser feita, tomando por base os termos de instauração do Um traçados por Milner, é: de que maneira a exclusão da escrita/*Escrita* do escopo da lingüística, tal como ele é definido no *Curso de Lingüística Geral*, responde pela relação ideal de ciência/ciência ideal? Não parece absurdo considerar que, se a lingüística filiou-se a um modelo de ciência regulado por princípios rígidos, fez isso delimitando fortemente os termos em que o objeto pode ser concebido, a escrita/*Escrita* ameaçava a instauração da lingüística como ciência.

Mas até que ponto a escrita poderia ameaçar a cientificidade da lingüística? Na medida em que se aproxima de outro excluído: o sujeito²⁵ e, conseqüentemente, da *Escrita*. Ainda assim, tal resposta é insuficiente para sustentar um anátema tão fortemente marcado no CLG. A escrita está atrelada à dicotomia língua/fala. O estigma da escrita tem a ver com a representação das coisas do mundo, como se a escrita fosse a materialidade de uma relação

²⁴ Cf. nota 10, item 1.

²⁵ Ainda que por diferentes vieses, Paul Henry (1992, p.194) trata também das exclusões da lingüística: *Tal é a posição singular dos lingüistas: fazer existir aquilo que não é do seu objeto [...]*.

inadequada. Também ela diria respeito às coisas-em-si, aproximando-se do mundo e, desse modo, distanciando-se dos fenômenos, objetos da ciência. Já, a *Escrita* distancia-se da ciência e aproxima-se do mundo por outro caminho: sua ligação com o sujeito. Por isso, pode-se considerar que ambas, escrita/*Escrita* estão excluídas do gesto inaugural de criação da lingüística. Se isso as une, há, por outro lado um traço que as separa: os termos da exclusão. No caso da escrita, a exclusão é explícita e o Curso a ela dedica capítulos e passagens que serão objeto de análise a seguir. No caso da *Escrita*, a exclusão é menos aparente e, ao que parece, menos eficaz, visto sua reaparição no “outro Saussure”, nos trabalhos com os anagramas.

Nesse momento, algumas confluências. Se a fala²⁶, definida por Saussure como sendo *sempre individual e dela o indivíduo é sempre senhor* (CLG, 1991, p.21), não é objeto da lingüística por que pressupõe um sujeito, não menos “dotada” de subjetividade está a escrita/*Escrita*. Talvez se houvesse a possibilidade de uma “escrita da língua” esta estaria sob medida para a ciência. De certo modo, é o que por muito tempo pretendeu o discurso da história como podendo “contar-se a si mesmo”, sendo, por isso, isento de qualquer subjetividade. Em uma tentativa de síntese seria possível dizer que a oposição sempre tão marcada entre fala/escrita encontra-se já virtualmente presente na dualidade língua/fala. Enquanto *ato individual*, tanto a fala como a escrita/*Escrita* serão apenas *o embrião da linguagem* em comparação ao fato social (CLG).

Dessa forma, o percurso pelo pensamento de Milner permite sustentar que a tese do discernível torna possível a unicidade em lingüística, isto é, a instauração de uma instância que permite enquadrar o objeto no âmbito do regular. Contudo, a pergunta persiste: por que a escrita/*Escrita* ameaçaria o domínio do Um? Que Saussure operou exclusões para inscrever a lingüística no campo das ciências é sabido de todos os que de alguma forma se detiveram na

²⁶ Na página seguinte, o CLG complementa o conceito de “fala” como sendo *um ato individual de vontade e inteligência, no qual convém distinguir: 1º, as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2º, o mecanismo psico-físico que lhe permite exteriorizar essas combinações*. Note-se que dois conceitos de “fala” podem ser retidos de tal explanação: um entendendo a fala como produto fonatório e outro definindo-a como realização do sistema. A esse respeito, Arrivé (1999, p.37) salienta que as fontes manuscritas diferem da edição do CLG por introduzirem a oposição entre língua e “a faculdade da linguagem” e não entre língua/fala, dicotomia da qual decorre o conceito de fala expresso no Curso. Para o autor, há um equívoco em torno da noção de fala. *O erro consiste em dizer que Saussure excluiu do campo da lingüística tudo o que é utilização pelo “sujeito falante” do código da língua*. O que há, segundo Arrivé, é apenas a distinção, feita por Saussure, entre dois campos vizinhos: a “lingüística da língua e a lingüística da fala”. Também Dufour (2000, p.277) critica a edição do CLG e classifica como sendo *uma idéia ingênua da “separação” entre fala e língua* [...] Por fim, é possível pensar que a dicotomia apresentada pelo Curso, se tomada em relação a outros textos de Saussure, cede lugar a uma complementaridade, nesse caso, língua e fala estariam em relação e não em exclusão.

reflexão epistemológica acerca da lingüística. É isso que atestam trabalhos como o de Dosse (1993, p.67), para quem

a abordagem descritiva, a prevalência do sistema, a preocupação em remontar até as unidades elementares a partir de procedimentos construídos e explícitos, tal á a nova orientação, oferecida por Saussure, e que vai construir o menor denominador comum de todos os movimentos estruturalistas.

Também o sujeito é vítima de uma redução formalista, onde não tem mais lugar, posto ter sido expulso da perspectiva científica saussuriana, transformando essa exclusão em um paradigma estruturalista (Idem).

Ainda em relação ao sujeito, Milner (1987, p.29) assim se refere: *nós sabemos que para ela (a lingüística) o exorbitante concentra-se em um ponto, que ela sutura: o sujeito da enunciação.*

De resto, importa é a aceitação de que a lingüística saussuriana se constituiu a partir de uma tese unificadora: **há o discernível. E nesse regular, acrescento, não há lugar para a escrita, nem para o que diz do sujeito, a Escrita.**

E é próprio que a escrita/*Escrita* esteja também colocada fora dessa regularização da ciência? Em que medida a escrita/*Escrita* não se molda ao gesto de busca da cientificidade?

Nesse sentido, para melhor fundamentar o argumento de que *a lingüística, desde o gesto fundador que Saussure instaura, excluiu a escrita/Escrita de seu objeto pelos mesmos motivos que excluiu temas como sujeito e referência*, a seguir proponho a retomada dos termos da exclusão da escrita/*Escrita* primeiramente no que o *Curso de Lingüística Geral* permite entrever.

1.2 A ESCRITA²⁷ E O CURSO: INSTAURA-SE UMA CRISE

Este homem (Saussure) abrigou um dos mais difíceis problemas possíveis. Ele foi a sede de uma luta entre ordens de pensamento irreduzíveis umas às

²⁷ Pela grafia constante no título já é possível anteciper o que será tratado. De certa forma não seria possível iniciar de outra maneira, já que a exclusão da escrita é explícita no CLG. Mas é pelo entendimento da exclusão da escrita que será possível chegar a *Escrita*.

outras. [...] Para desenvolver uma ciência binária, Saussure precisou subtrair dela o “terceiro termo”. Esta expulsão voluntária da forma trina é, parece-me, tanto a origem quanto a expressão desse drama (DUFOUR, 2000, p.120).

A exclusão da escrita foi certamente um dos dramas de Saussure. Talvez tenha sido um movimento “voluntário”, como sugere Dufour ao se referir à “luta entre ordens de pensamento irreduzíveis”, na medida em que a forma binária o levaria (Saussure) à ciência ideal. É possível pensar que não houvesse outro caminho se não “aparentemente” ceder ao modelo de ciência vigente na época, escondendo a amplitude de seu pensamento. E o *Curso* seria a prova dessa luta.

A possibilidade de abordar a questão da escrita a partir do CLG pode ser conduzida pela própria conclusão de Milner: no momento em que o objeto teorizado é a língua e não o signo, a noção de representação desloca-se do centro da reflexão lingüística. Tal deslizamento autoriza vislumbrar em Milner uma crítica quanto à tendência de tornar a semiologia a finalidade única do pensamento saussuriano. Nesse sentido, a escrita tomada apenas como representação seria uma redução desfocada de um pensamento mais amplo. E agora cabe perguntar em que medida o *Curso* autorizaria essa digressão. Pergunta que conduz de imediato à questão central deste item: pode, pois, a escrita encontrar na lingüística um lugar para si?

Para trazer à discussão o próprio *Curso* e o tratamento dado à escrita em suas páginas, em um primeiro momento é preciso tratar da constituição da edição do *Curso de lingüística geral*, pois não é desconhecida a singularidade que acompanha essa publicação. Não sem motivo, acrescento.

A publicação do CLG resulta das notas compiladas de alguns manuscritos preparados por Saussure provavelmente com a intenção de organizar os Cursos de Lingüística Geral que ministrou de 1907 a 1911; também as anotações dos alunos que freqüentaram os cursos foram usadas na edição. A sistematização do material, no entanto, foi feita por dois discípulos de Saussure que, sem ter freqüentado às aulas somente tiveram acesso às anotações por via indireta²⁸. Como apropriadamente perguntam Bally e Sechehaye no prefácio do *Curso: saberá a crítica distinguir entre o mestre e seus discípulos?*

²⁸ Cf. nota 5.

Tudo indica que sim, pois tanto Bally como Sechehayé nunca foram considerados co-autores do CLG, apenas figuram como bons discípulos, ou como responsáveis pelas *ambigüidades* e até mesmo pelos *contra-sensos* criados pela compilação das notas dos cursos (BOUQUET, 2000, p.14)²⁹: *quem pode, neste caso, ser literalmente chamado de autor (não se fala de autor de um curso), senão um personagem imaginário, um Saussure criado por Bally e Sechehayé precisamente como autor da homogeneização discursiva do texto de 1916?*

Mas não parece ser uma tarefa fácil separar autoria de idéias. Certamente não é. A esse respeito, Salum, no prefácio à edição brasileira, apresenta os problemas decorrentes da publicação por via indireta:

Entretanto, hoje, não se pode deixar de reconhecer que o *Cours* levanta uma série interminável de problemas. Porque, no que toca a eles, Saussure – como Sócrates e Jesus – é recebido de “segunda mão”. Conhecemos Sócrates pelo que Xenofonte e Platão escreveram como sendo dele. O primeiro era muito pouco filósofo para entendê-lo, e o segundo, filósofo demais para não ir além dele, ambos distorcendo-o. Jesus nada escreveu senão na areia: seus ensinamentos são os que nos transmitiram os seus discípulos, alguns dos quais não foram testemunhas oculares. Dá-se o mesmo com o *Cours* de Saussure (p.XVI).

Na verdade, esse amalgamar de idéias faz com que o *Curso* seja mais que a reprodução do pensamento saussuriano ou a alteração desse pensamento pelos editores. Significa que existem marcas tanto da edição quanto de Saussure. Ambos, autor e editores, imprimem nessa publicação suas visões de lingüística e de ciência. Entretanto, a palavra final parece ser dos discípulos que reconstituíram o pensamento de Saussure *numa ordem conforme à intenção do autor, mesmo quando semelhante intenção fosse mais adivinhada que manifesta* (BALLY; SECHHAYE, Prefácio à primeira edição, p.3). O resultado é também anunciado pelos editores no prefácio: temos apenas ecos de um pensamento.

E é assim, entendendo o CLG em toda a sua singularidade, que a leitura a seguir se fará, procurando através desses *ecos discordantes* situar a escrita dentro da reflexão instaurada por essa publicação.

²⁹ Bouquet(2000), em importante obra sobre a fundação da lingüística e o pensamento saussuriano, não se furta de apresentar um julgamento a respeito dos editores. Comprovando a posição do autor, Silveira (2003, p.26) elenca grande número dessas referências para demonstrar o estatuto atribuído aos editores por Bouquet. Vale citar algumas: *Homogeneização artificial* (p.14) [...] *essa infidelidade de Bally e Sechehayé* (p.215) *Os editores impõem uma modelação de sua lavra a esses testemunhos* (p.217) *Bally e Sechehayé merecem ser censurados* (p.266).

Talvez seja possível ver na própria constituição da lingüística como ciência a possibilidade mesma de um fechamento para a escrita anunciada por Saussure: *língua e escrita são dois sistemas distintos de signos; a única razão de ser do segundo é representar o primeiro; o objeto lingüístico não se define pela combinação da palavra escrita e da palavra falada; esta última por si só constitui tal objeto* (CLG, 1991, p.34) [grifo nosso].

A afirmação acima sugere que é preciso ceder à cultura para se fazer ouvir (MILNER, 1996), e assim fez Saussure do *Curso*; portanto, neste item, sempre que seu nome for referido será em relação com o *Curso* apenas, apartado do Saussure dos *Escritos* e dos *Anagramas*, assuntos abordados no item 1.3.2, e 1.3.3 respectivamente.

Seguindo essa tradição, já instituída muito antes do próprio CLG apregoar a *tiranía da letra* sustentando que *a escrita obscurece a visão da língua; não é um traje, mas um disfarce* (1991, p.40), Saussure reproduz uma definição já muito arraigada de escrita cujo cerne baseava-se no modelo de escritura fonética: a escrita seria o significante do significante primeiro, capaz de representar a voz, cuja primazia situava-se na relação direta e natural com o sentido.

Sob o ponto de vista de Gnerre (1987) a escrita ocupou lugares diametralmente opostos no quadro da lingüística: em alguns momentos foi considerada como elemento interno, em outros, completamente externa aos estudos lingüísticos. A lingüística histórica baseava suas análises em documentos escritos, conseqüentemente, a escrita como pré-requisito para sua própria existência era um elemento interno. Ao ser apartada da investigação por conta do surgimento da dialetologia, a escrita foi considerada externa à pesquisa.

Uma exterioridade aparentada da desconfiança. É possível observar em Saussure *a desconfiança das formas escritas, desconfiança comum aliás a todos os neo-gramáticos e que se explica pelo seu desejo de evitar a confusão prejudicial dos primeiros comparatistas entre grafia e pronúncia* (PAVEL, 1990, p.16). De fato, o momento não era favorável à escrita.

O ponto de partida, portanto, deve-se à delimitação do objeto de estudo. Para Derrida³⁰ (1973), a lingüística se pretende uma ciência da linguagem como sendo da palavra falada. É

³⁰ A presença de Derrida se deve, em primeiro lugar, ao reconhecimento de que a reflexão sobre a linguagem não é uma tarefa restrita à lingüística; em segundo lugar, pela aceitação de que a tese derridiana da desconstrução do logocentrismo – a crença na soberania da razão – parte de uma discussão sobre o lugar da escrita como representação da linguagem oral – o fonocentrismo –. Importante salientar que a noção de escrita para Derrida compreende e excede a de linguagem.

possível afirmar a existência de um consenso segundo o qual a cientificidade da lingüística é devido ao seu fundamento fonológico:

A fonologia, afirma-se hoje, freqüentemente, comunica sua cientificidade à lingüística que serve, ela mesma, de modelo epistemológico para todas as ciências humanas. Visto que a orientação deliberada e sistematicamente fonológica da lingüística (Troubetzkói, Jakobson, Martinet) realiza uma intenção que foi de início a de Saussure [...] (1973, p.35-36).

Foi, então, tarefa da fonologia libertar a lingüística da palavra escrita (CLG,1991). Lançando mão de mais uma bela metáfora³¹, Saussure compara o caráter artificial da escrita com flutuadores de cortiça usados pelo aprendiz de natação. Quando retirados *os apoios enganosos*, tais aprendizes não sabem o que fazer. O mesmo se dá àqueles que tentam substituir a escrita pelo pensamento, pois precisam *desapegar-se da letra* sob pena de *perderem o pé*, e apenas o estudo da língua, apartada da escrita, poderá proporcionar esse apoio necessário.

De fato, a imagem dos flutuadores de cortiça remete a uma falsa sensação de segurança, sendo, além disso, dotados de um caráter acessório em relação ao próprio aprendiz de natação. Igualmente a escrita é acessória em relação à oralidade, essa, sim, essencial à língua. Se acessória, é porque sobra, pode, tal qual os flutuadores, ser retirada sem afetar o que realmente faz diferença. Esse é, pois, o próprio conceito de escrita como representação da fala.

O Saussure do *Curso* sustenta essa concepção de escrita, nomeando um capítulo como *Representação da língua pela escrita*. Justifica a necessidade de estudar a escrita para conhecer sua utilidade, seus defeitos e os inconvenientes decorrentes do processo de representação a que a língua é submetida ininterruptamente. Saussure afirma tratar-se de uma escrita *por si estranha ao sistema interno*, impossibilitando as abstrações desse processo. O lugar da escrita é, portanto, o de representar a voz, com toda a carga depreciativa que este lugar lhe reserva: ser a imagem imóvel de um fenômeno vivo, ocupando um espaço que não lhe pertence. Um vicário apenas³².

³¹ Interessante a forte presença de metáforas no CLG. A reflexão de Saussure a esse respeito, intitulada *Chega de figuras*, encontra-se nos *Escritos* (2004) e deixa claro que Saussure tinha consciência do uso que fazia das figuras.

³² A posição de Mattoso (1986, p.108) ilustra a concepção de escrita como representação: *A escrita é representação visível e durável da linguagem, que, de falada e ouvida, passa a ser escrita e lida. [...] Assim se estabelece numa língua dada a escrita ao lado da fala [...] (A escrita) consiste numa transposição do discurso falado, de que resultam novas condições de funcionamento da linguagem.*

É possível notar o esforço explícito de Saussure em retirar a escrita da reflexão lingüística, aproximando-a unicamente da função representativa da fala. Esforço demasiado, talvez, chegando mesmo a exceder a imparcialidade científica. A intenção é mostrar *o quanto a língua independe da escrita*, e mesmo considerada em relação com a palavra falada, as comparações pertinentes à escrita são depreciativas, atribuindo-lhe um caráter falacioso. Assim,

[...] a palavra escrita se mistura tão intimamente com a palavra falada, da qual é a imagem, que acaba por usurpar-lhe o papel principal; terminamos por dar maior importância à representação do signo vocal do que ao próprio signo. É como se acreditássemos que, para conhecer uma pessoa, melhor fosse contemplar-lhe a fotografia do que o rosto (p.34).

A escrita, nesse sentido, é como uma fotografia, exterior; o rosto é o essencial, o próprio, a fala. A imagem de exterioridade e de dissimulação sustenta a argumentação ao explicar o prestígio da escrita, pois somos “impressionados” pelo caráter de permanência e solidez inerentes à imagem gráfica das palavras. Mas essa permanência é uma exterioridade artificial, uma vestimenta: *a escrita obscurece a visão da língua; não é um traje, mas um disfarce* (p.40). Como dizia Platão, *o mal da escritura vem de fora*.

É bem possível que a primeira reflexão crítica relativa à escrita seja justamente encontrada em *Fedro* de Platão, onde Sócrates põe Fedro a par dos perigos que o *logos* escrito representa, como exemplifica o trecho a seguir em que Thoth, descobridor da aritmética e das letras, anuncia suas invenções ao rei Thamous:

[...] quando chegou a vez da invenção da escrita, exclamou Thoth: “Eis, oh Rei, uma arte que tornará os egípcios mais sábios e os ajudará a fortalecer a memória, pois com a escrita descobri o remédio para a memória.

- Oh, Thoth, mestre incomparável, uma coisa é inventar uma arte, outra julgar os benefícios ou prejuízos que dela advirão para os outros! Tu, neste momento e como inventor da escrita, esperas dela, e com entusiasmo, todo o contrário do que ela pode vir a fazer! Ela tornará os homens mais esquecidos, pois que, sabendo escrever, deixarão de exercitar a memória, confiando apenas nas escrituras, e só se lembrarão de um assunto por força de motivos exteriores, por meio de sinais, e não dos assuntos em si mesmos. Por isso, não inventaste um remédio para a memória, mas sim para a rememoração. Quanto à transmissão do ensino, transmites aos teus alunos, não a sabedoria em si mesma, mas apenas uma aparência de sabedoria, pois passarão a receber uma grande soma de informações sem a respectiva educação! Hão de parecer homens de saber, embora não passem de ignorantes em muitas matérias e tornar-se-ão, por consequência, sábios imaginários, em vez de sábios verdadeiros!” (PLATÃO, 1994, p.121).

O oferecimento da escrita ao rei como remédio, como *phármakon*, possibilita duas interpretações: a primeira delas toma *phármakon* como um benefício, a segunda, como veneno. E essa ambigüidade é usada para convencer o rei, que, no entanto, não se deixa enganar. A escrita é então considerada como maléfica, pois queria colocar-se no lugar da fala. Por essa razão, Platão a acusa de órfã, bastarda, e até parricida (MOTA, 1995).

O fora *obscurece*, pois é apenas *imagem* que escapa à relação natural do sentido ao som: *liame natural, o único verdadeiro, o do som* (CLG, p.35). Note-se que à fala é atribuída uma presença transparente e inocente.

O caráter *natural* do som opõe-se, como se viu, à artificialidade da escrita, assim, *acabamos por esquecer que aprendemos a falar antes de aprender a escrever, e inverte-se a relação natural* (p.35). Trata-se de um rompimento com a natureza, simbolizado pela escrita, capaz de encarnar a inversão das relações naturais. A escrita é, portanto, capaz de enganar. Quando os lingüistas se deixam enredar pela escrita, esquecendo *que a língua tem uma tradição oral independente da escrita*, caem em uma *cilada* da escrita, deixando-se fascinar *pelo prestígio da forma escrita* (p.35). Como se vê, a “armadilha” é o exterior dissimulado na natureza. Talvez por essa razão, Saussure dedique-se a afastar a escrita do quadro da lingüística já no início do CLG, demorando-se em enumerar razões para sustentar sua posição.

Outra causa atribuída ao prestígio da escrita é anunciada da seguinte forma: *na maioria dos indivíduos, as impressões visuais são mais nítidas e mais duradouras que as impressões acústicas* (idem). Essa argumentação empírica³³ sustenta-se em pressupostos fisiológicos desmentidos pela ciência, transformando a visão em elemento essencial da escritura. Principalmente, ao considerar o audível como o elemento *natural* em que os signos são recortados, Saussure contradiz sua informação capital segundo a qual *o essencial da língua é estranho ao caráter fônico do signo lingüístico* (p.14)³⁴.

Ratificando a afirmação segundo a qual *a língua independe da escrita* (p.34), Saussure demonstra que a fala é afetada e alterada pela escrita, denuncia o mal que esta faz àquela. A força desse mal atinge a primazia da fala e seu caráter de verdade natural através de perturbações de fora, capazes de penetrar o interior dessa natureza. Tais acontecimentos são denominados de *monstruosidades*:

³³ Argumentação desenvolvida por Derrida (1973).

³⁴ Essa afirmação será retomada mais adiante quando for tratada a materialidade do significante.

Darmesteter prevê o dia em que se pronunciarão até mesmo as duas letras finais de *vingt*, verdadeira monstruosidade ortográfica. Essas deformações fônicas pertencem verdadeiramente à língua, apenas não resultam de seu funcionamento natural; são devidas a um fator que lhe é estranho. A lingüística deve pô-las em observação num compartimento especial: são casos teratológicos (p.41).

Grave punição a que a escrita é submetida a ponto de a ela ser reservado *um compartimento especial* para mantê-la à distância³⁵. Vê-se que o exterior pode perverter o interior, pois as anomalias não decorrem do funcionamento natural da língua.

Do que se elencou até agora, salta aos olhos o caráter representacional que o CLG impõe à escrita, estendendo a rede de oposições entre interno/externo, imagem/realidade, representação/presença, aparência/essência, responsáveis pela instituição da ciência binária³⁶. O caráter *natural* delegado à fala extrapola a oposição à escrita como fato cultural, pois o alcance de tal dicotomia vai além da submissão à binariedade a que se submete a alma humana. A escrita, para além do campo da ciência assentada em uma lógica binária, alcança uma instância vazia de oposições. E o que há para além dessa relação? A possibilidade de a escrita pertencer ao trinitário³⁷.

Tal raciocínio excludente busca suas raízes no século XVIII quando Rousseau afirmava: *expressam-se os próprios sentimentos ao falar e as próprias idéias quando se escreve* (2003, p.118), reforçando o entendimento de que a escrita se prestaria mais ao exercício da razão, enquanto a fala seria a expressão das emoções humanas.

Mas por que a escrita relaciona-se com a razão? Qual a origem dessa exterioridade atribuída à escrita e que lhe confere um caráter tão duvidoso no *Curso*?

Essas são questões importantes, pois permitem clarear as concepções subterrâneas que constituem o CLG, que como todo livro, científico ou não, irá refletir a ciência da época em que foi editado. Para esse percurso, o pensamento de Rousseau será trazido pela relevância de suas idéias cuja influência não cessa de nos atingir. A nós e a Saussure.

³⁵ Derrida (1973, p.51) se refere a essa separação da escrita como a um *leprosário intralingüístico*.

³⁶ Dufour (2002) define *binariedade* como o modo de fazer ciência que substitui as clássicas análises causais.

³⁷ Por trinitário, Dufour (2000, p.16) entende *um conjunto de três termos, irreduzível às relações habituais de dois termos utilizadas pela razão para abrir seus caminhos*. Essa relação da escrita com o trinitário será objeto de discussão no capítulo 3, por ora será apenas anunciada.

1.2.1 A herança de Rousseau

Ainda com o objetivo de procurar as razões que favoreceram a exclusão da escrita das pesquisas saussurianas, pontualmente no CLG, o pensamento de Rousseau expresso no *Ensaio sobre a origem das línguas* será seguido, para, a partir dele, identificar as reflexões que lhe sucederam. Nesse momento, o contraponto de Jacques Derrida³⁸ e de Lévi-Strauss será de valia para esclarecer algumas posições derivadas do pensamento de Rousseau.

O mesmo movimento capaz de excluir um elemento atribui a outro um *status* elevado. Se a escrita é perniciosa, a fala é dotada de virtudes. De onde provém esse privilégio metafísico da fala? É possível entrever um discurso clássico sobre a escrita. É possível enxergar, portanto, através da argumentação de Saussure³⁹ a presença indelével de Rousseau apontando a escrita como a responsável pela ruptura com a natureza pelo pecado original da escrita.

Mas seria o propósito de Saussure reduzir a escrita à categoria de instrumento subordinado à fala? Talvez seja possível atribuir tal concepção à tradição filosófica a que Saussure estava inserido. É essa relação que Derrida se propõe a analisar na *Gramatologia*. Sua busca é situar na filosofia clássica (Aristóteles, Platão, Hegel, Condillac, Rousseau) os modelos que priorizam a fala. No dizer de Derrida, Saussure filia-se a tais concepções clássicas sobre a escrita como uma submissão à exigência de cientificidade necessária para a lingüística.

O pecado é a inversão das relações naturais entre a alma e o corpo. Analogamente, Saussure sustenta a inversão de relações naturais entre a fala e a escrita. Para Derrida (1973, p.42),

Não é uma simples analogia: a escritura, a letra, a inscrição sensível, sempre foram consideradas pela tradição ocidental como o corpo e a matéria exteriores ao espírito, ao sopro, ao verbo e ao logos.

Somente através da palavra seria possível transmitir o verdadeiro conhecimento, pois é necessária a presença de quem fala e de quem escuta no momento mesmo em que a conversa

³⁸ O pensamento de Derrida será representado, nesse item, pelas seguintes obras: *Gramatologia* (1973), *A escritura e a diferença* (2002), *De que amanhã...*(2004) este último trabalho em parceria com Elisabeth Roudinesco.

³⁹ Ainda nesse item, a referência a Saussure significa também se referir ao *Curso* com todas as controvérsias vistas no item 1.2.

se dá. Por esse ângulo, a presença física seria a garantia de verdade, e estar ausente, fazendo-se representar através da escrita, em nada garantiria o comprometimento do autor.

Rousseau em *Ensaio sobre a origem das línguas* já apontava os efeitos negativos da escrita sobre a fala, afirmando que as línguas foram feitas para serem faladas, e a escrita é apenas a representação da fala. Assim, *para os gramáticos, a arte da palavra quase se limita à arte da escrita, como se pode ver pelo uso que fazem dos acentos, muitos dos quais permitem alguma distinção ou desfazem algum equívoco para os olhos, mas não para os ouvidos* (2003, p.31). Portanto, estar surdo às diferenças da voz significa estar cego às alterações de sentido. Crítica semelhante a essa é feita por Saussure ao se referir às armadilhas da escrita a que os lingüistas sucumbem.

A aproximação entre Saussure e Rousseau sugere, então, uma pequena digressão com o intuito de trazer à tona alguns pontos do raciocínio rousseauísta para ali situar o nascimento da argumentação saussuriana.

Rousseau⁴⁰, precursor do Romantismo, refuta a razão. A corrupção que permeia a sociedade pode ser corrigida se a razão ouvir o coração, o sentimento, colocando em prática as virtudes do homem em estado de natureza. A razão em segundo plano deixa em relevo o modelo ideal do homem em estado de natureza, pois o sentimento é prioritário em relação à razão⁴¹.

Sobre a relação entre razão e sentimento, Marilena Chauí, em apresentação da obra de Rousseau, comenta:

Rousseau desloca, assim, duplamente o centro de gravidade da reflexão filosófica. Em primeiro lugar, não é razão mas o sentimento o verdadeiro instrumento do conhecimento; em segundo lugar, não é o mundo exterior o objeto a ser visto mas o mundo humano. Ambos os aspectos vinculam-se intimamente e implicam a passagem da atitude teórica para o plano da valorização moral (1997, p.15).

⁴⁰ Para Russell (1968), a rejeição da razão a favor do coração não foi um progresso, pois deu lugar a um ilogismo sentimental que prescinde de argumentação; não pode ser refutado na medida em que não se propõe a provar os seus pontos de vista. Na atualidade, Isaiah Berlin (2005) entende que o romantismo foi o movimento mais importante da história cultural por ter colocado em cheque uma tradição milenar, baseada na proposição socrática, de que virtude é conhecimento. Para o autor, o legado do romantismo é o liberalismo, a tolerância e a aceitação das imperfeições da vida.

⁴¹ É possível notar que em todos os campos em que Rousseau se expressa desde a antropologia filosófica até o romance, a música, a educação e a política, o sentimento tem primazia sobre a razão.

Ao evoluir para o estado de raciocínio, de vida social, o homem engendra todas as formas de maldade, perversão e opressão. Somente há pureza no domínio da natureza; o que está fora dela ou provém de fora é pernicioso. A angústia de Rousseau é, assim, decorrente de um perigo extrínseco. E é de fora que vem a escrita. E será contra ela que Rousseau irá se lançar decididamente. Diz Derrida:

Ora, no interior desta época da metafísica, entre Descartes e Hegel, Rousseau é, sem dúvida, o único ou o primeiro a fazer um tema e um sistema de redução da escritura, tal como era profundamente implicada por toda a época. [...] O que ele excluía mais violentamente do que qualquer outro devia, bem entendido, fasciná-lo e atormentá-lo mais do que a qualquer outro (1973, p.123).

A relação entre a escrita e a razão faz com que Rousseau condene a primeira como a responsável pela destruição da presença e como uma doença da fala; a segunda é relacionada com a técnica, não sendo, portanto, origem da linguagem: o homem *não começou por raciocinar mas por sentir* (2003, p.105). Em outras palavras, a razão é função relativa à necessidade, e a linguagem nasce da imaginação, do sentimento, da paixão. Rousseau discorda da idéia segundo a qual as palavras foram inventadas para expressar as necessidades, pois a tentativa de satisfazer as necessidades resultou em um afastamento entre os homens, não em uma aproximação. Por outro lado, as paixões aproximam os homens, pois,

não foi a fome nem a sede mas o amor, o ódio, a piedade, a cólera que lhes arrancaram as primeiras vozes. Os frutos não fogem de nossas mãos, deles é possível alimentar-se sem falar; persegue-se em silêncio a presa que se quer comer: porém, para comover um jovem coração, para repelir um agressor injusto, a natureza dita acentos, gritos, lamentos (p.106).

A animalidade está ligada à necessidade, ao gesto, à razão; já a humanidade é a paixão, a imaginação, a liberdade, a fala. *E a voz sempre se dá como melhor expressão da liberdade* (DERRIDA, 1973, p.204). O *Ensaio sobre a origem das línguas* deixa clara a oposição entre a voz e escrita: esta como ausência e servidão; aquela como presença e liberdade. As últimas palavras do *Ensaio* assim atestam: *Ora, digo que toda língua com a qual não podemos ser entendidos pelo povo reunido é uma língua servil; é impossível que o povo se mantenha livre e que fale essa língua* (p.178). Mas que sociedade é essa em que todos podem estar ao alcance da voz? É o lugar da inocência natural, onde a escrita entraria para destruir essa harmonia.

Bento Prado Jr. (2003, p.19), na apresentação do *Ensaio sobre a origem das línguas*, ao comentar o estatuto da escrita, pensa ser possível entendê-la como nascida de um descaminho, tendo, por isso, uma vocação suicida: *as palavras se inscrevem sobre o papel apenas para melhor mostrar, ao apagar-se, o rosto do homem atrás daquele do Autor*. Mas também a linguagem para Rousseau é exterioridade por não ser a primeira expressão do homem; ela expressa o que já foi representado na intimidade do corpo, *lá onde se entrelaçam o desejo e a percepção* (p.23).

No capítulo V, intitulado *Da escrita*, Rousseau afirma que

a arte de escrever não decorre da arte de falar. Decorre de necessidades de outra natureza que nascem mais cedo ou mais tarde, segundo circunstâncias totalmente independentes da duração dos povos e que poderia nunca ter acontecido em nações muito antigas (2003, p.115).

Diferentemente da fala, que está presente em todas as sociedades humanas (AUROUX, 1998), a escrita somente está em algumas delas. Quando uma comunidade ágrafa toma contato com a escrita, surgem, concomitantemente, novas formas de poder a ela atrelados. Essa foi a reflexão de Lévi-Strauss.

É possível pensar que Lévi-Strauss tenha sido um dos primeiros estudiosos a refletir sobre a relação da escrita com o poder decorrente de seu domínio. Um episódio de *Tristes Trópicos* (2004) demonstra a primeira experiência de uma tribo indígena com a escrita sem que esta tenha alguma função além de manifestar o poder. Trata-se de *Lição de escrita*.

O episódio narra o primeiro contato da tribo Nambiquara com a escrita. O etnólogo distribui entre os índios lápis e papel, instrumentos usados por ele mesmo e que lhe conferem uma certa distinção entre eles. Apenas o chefe da tribo fará uso do papel sobre o qual traça linhas sinuosas, fingindo escrever, em uma tentativa de imitar os movimentos da escrita, reproduzindo o prestígio que dela provém. Dessa forma, a relação que se estabelece entre os índios após o contato com a escrita é uma relação de poder.

No momento em que a escrita surge entre os índios, Lévi-Strauss faz os seguintes apontamentos:

Seu símbolo fora imitado, ao passo que sua realidade continuava a ser desconhecida. E isso, com vistas a uma finalidade mais sociológica do que intelectual. Não se tratava de conhecer, reter ou compreender, mas de

aumentar o prestígio e a autoridade de um indivíduo – ou de uma função – às custas de outrem (p.281).

Bons, sem saber escrever; expostos ao mal, a partir da intrusão da escrita vinda de fora⁴²: *a escrita e a perfídia penetravam de mãos dadas entre eles* (p.284).

De comum entre Rousseau, Saussure e Lévi-Strauss está a escrita, ou melhor, a exterioridade da escrita. Por motivos políticos, científicos ou antropológicos, os três irmanam-se quanto ao caráter suplementar da escrita; quanto aos dois últimos é possível pensar em herança: ambos são tributários de Rousseau.

Mas o que significa atribuir a alguém o compromisso de ser legatário de uma epistemologia que o precedeu? Uma resposta superficial contemplaria apenas a fidelidade decorrente dessa noção, medida apenas na capacidade de continuar estritamente dentro do quadro inicial a que se filiou.

Uma outra forma de pensar a questão pode ser tomada de Roudinesco (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p.11),

Quanto a mim, pretendia-me fiel, mas não dogmática. [...] Daí a idéia de que a melhor maneira de ser fiel a uma herança é ser-lhe infiel, isto é, não recebê-la à letra, como uma totalidade, mas antes surpreender suas falhas, captar seu “momento dogmático”: “sinto-me herdeiro, fiel na medida do possível” [...].

Há, portanto, no herdeiro uma certa contradição. É preciso reafirmar o que vem antes dele, o que recebeu sem escolher, mas mesmo assim comportar-se como alguém livre. Reafirmar significa não apenas aceitar essa herança, mas refazê-la para mantê-la viva. A herança *obriga-o a receber o que é maior, mais antigo, mais poderoso e mais duradouro que ele. Mas a mesma finitude obriga a escolher, a sacrificar, a excluir, a deixar de lado* (op. cit., p.14).

Essa foi a herança reconhecida de Saussure, manifestada na aparente filiação às idéias vigentes, mas que não abafou a rebeldia do pesquisador independente. Submissão e rebeldia apartaram o espírito saussuriano, cindindo os caminhos de pesquisa, característica que o acompanhou para sempre, transformando-o em uma figura enigmática, sujeita a muitas denominações: o Saussure do dia e o Saussure da noite, fazendo referência ao CLG e aos

⁴² Interessante a análise feita por Derrida (1973, p.150): *lição num duplo sentido e o título é belo por mantê-lo reunido. Lição de escritura, pois é de escritura ensinada que se trata.*

Anagramas (GADET; PÊCHEUX, 1984). De resto, a observação de Lopes (1997, p.15) a esse respeito sintetiza a grandeza de Saussure:

Como todos os fundadores acima da bitola normal, Saussure tem um rosto de Jano, com uma face voltada para o passado e outra para o futuro. É, pelo menos, com esse semblante que ele redige a sua *Mémoire*, que, sendo o maior livro jamais produzido pela escola dos neogramáticos, é, ao mesmo tempo, a obra que joga a última pá de cal na sepultura deles. É assim que ele perfila a tradição da sua ciência: retomando-a não para fazê-la estacar no que já estava feito, mas, ao contrário, para, através do procedimento de *soma e transporta* de todos os balanços, refazê-la, engrossando-a no seu *cursus*, a fim de que ela pudesse continuar, rejuvenescida.

Pois bem, do que foi dito é importante retomar que a escrita é colocada como ameaça à legitimidade científica da lingüística por um motivo central: **a exterioridade representada pelo seu caráter material**. Desse fato decorre a utilização da escrita como suplemento, como recurso artificial a que se lança mão quando não se pode usar o meio natural que é a voz. Essa dissimulação pretende tornar presente a fala quando ela está ausente. Uma presença-ausência.

E a lingüística, ao excluir essa presença-ausência para além do discernível da língua, constitui-se expulsando a escrita para as *trevas da linguagem*, no dizer de Derrida. Por tudo isso, é fácil concluir, apressadamente, por certo, não haver lugar para a escrita na lingüística inaugurada por Saussure. Felizmente, pensar assim é um engano.

Partindo, então, desse engano, o item seguinte se deterá em uma leitura do *Curso* preocupada em procurar “além das aparências” o lugar da escrita através das possíveis contradições do pensamento expresso na edição do CLG. Não é demais lembrar que se trata da escrita como representante de um saber positivo, possibilidade de toda a ciência.

Também os *Escritos* e os *Anagramas* serão objeto de reflexão nessa busca, tomados, evidentemente, como representativos de um outro momento na obra saussuriana.

1.3 UM HERDEIRO INFIEL OU *DOIS SAUSSURE*?

Gostaria de retomar uma citação de Gadet & Pêcheux (1984) evocada no final do item anterior e presente no título acima, pois ela permite pensar a obra saussuriana e sua relação

com a escrita⁴³ sob um outro ponto de vista:

Ségun nosotros, el saussurismo no se divide de esa manera: lo que irrumpe así en la lingüística (y que se queda ahí parcialmente atrapado) tiene que ver precisamente con la relación entre lo diurno y lo nocturno, entre la ciencia y la poesía (incluso la locura). Lo cual no se concibe sino tomando las dos caras de la obra saussuriana bajo la perspectiva dominante del concepto de valor (p.56).

A possibilidade da existência desse outro Saussure, *o noturno*, franqueia o surgimento de incertezas e impasses. Afinal, é o próprio Saussure quem desabafa suas dúvidas em carta a L. Gautier, quanto às dificuldades com os cursos que ministraria:

Vejo-me diante de um dilema: ou expor o assunto em toda a sua complexidade e confessar todas as minhas dúvidas, o que não pode convir para um curso que deve ser matéria de exame, ou fazer algo simplificado, melhor adaptado a um auditório de estudantes que não são lingüistas. Mas a cada passo me vejo retido por escrúpulos. (SAUSSURE apud SALUM em *Prefácio à Edição Brasileira*, CLG, 1991, p.XVIII)

A confissão de dúvida deixa marcas no *Curso* e atraem para Saussure as mais variadas críticas. Entre elas a queixa da impossibilidade de encontrar o “verdadeiro Saussure” e descortinar seu pensamento original. Mas como será isso possível? Além da impossibilidade de encontrar essa autenticidade está a necessidade de continuar a procura, pois a resposta encontra-se no próprio texto quando submetido a uma exegese renovada, de tal modo que as aparentes falhas e contradições possam ser entendidas como um enigma a ser desvendado, como algo que interroga o leitor.

Referindo-se à fundação da lingüística por Saussure via CLG, Silveira (2003, p.34) propõe entender a edição como um enigma:

O enigma se diferencia da dificuldade porque essa é causada por uma falta que pode ser suprida. Falta informação ao leitor para ler esse texto ou falta clareza ao autor para que o leitor compreenda o texto. No caso do enigma pode haver dificuldade, mas ela se refere à posição do sujeito. Em geral, a resposta está no próprio texto e à vista.

A partir das marcas e das fissuras que o CLG expõe será possível perseguir a presença da escrita dentro da própria lingüística saussuriana, e redimensionar seu lugar na ciência lingüística. Para isso, recuperarei, então, alguns pontos importantes até o momento: a) na língua, há regularização, conforme foi visto no item 1.1; b) a exclusão da escrita relaciona-se

⁴³ Neste item, a grafia continuará a ser “escrita” porque o objetivo é recuperar o que no item anterior foi apontado como exclusão, ou seja, a escrita como regularidade.

com outra exclusão, a do sujeito, como demonstra o item 1.2 e, além disso, c) tal materialidade está ligada à exterioridade, ameaçando a cientificidade da lingüística, filiando o CLG ao pensamento filosófico clássico, conforme apontado no item 1.2.1.

Considerando esses três pontos será importante retomar a leitura do *Curso* para examinar a possibilidade de reabilitar a escrita pelo caminho do próprio CLG, apenas procurando nos desvios as pistas dos enigmas saussurianos, pois para além das aparências há sempre a presença do excluído forçando a passagem, legitimando o resto das próprias refutações como *traços duráveis das utopias refutadas* (BOUQUET, 2000, p.17). A própria delimitação do Um traz à revelia vestígios dessa separação, *uma fala sem princípio consonântico, isto é, segundo Rousseau, uma fala ao abrigo de toda escritura, não seria uma fala: ela se manteria no limite fictício do grito inarticulado e puramente natural* (DERRIDA, 1973, p.385). Não há, pois, como pensar a fala sem pensar a escrita, da mesma forma como não é possível pensar o Um sem o não-Um: as antinomias se opõem e na mesma medida se completam. O *Curso* também traz, ainda que de uma forma subterrânea, a possibilidade de retorno da escrita já no próprio pensamento saussuriano.

Da singular posição de Saussure é possível, então, como diz Dufour (2000, p.120) *compreender e interpretar as duas faces ora conhecidas do personagem: seus lados “Jeekyll” e “Hyde”*.

1.3.1 A escrita e o *Curso*: para além das aparências

Retomando o item anterior quanto à presença da escrita como representação da fala, gostaria de citar a observação de Salum no prefácio do *Curso* (p.XXII):

[...] o famoso livro de Saussure, que ele não escreveu, poderá ter também o seu interesse pedagógico: será uma fotografia fiel de como é apreendido diversamente aquilo que é transmitido via oral.

Além dos problemas decorrentes de uma publicação póstuma soma-se o complicador da infidelidade “própria da escrita”. Estranhos desígnios do CLG: tornar-se prova material de tal descaminho. No entanto, não é possível esquecer que essa apreensão deve ser deslocada em direção àquele que ouve, extrapolando a capacidade de uma escrita como capaz de se dar “à revelia”, como movimento autônomo, subjugada pela “mão do acaso”.

Também por isso, o *Curso* precisa ser lido além da aparência judiciosa, e embora seja sabido que sua edição sempre suscitou discussões em torno das idéias apresentadas, em relação a sua autoria e, principalmente, quanto aos conceitos expressos, as palavras de Lopes (1997, p.46) recolocam a questão nos seguintes termos:

Certamente, um livro de ciência não vale pelo que ele fixa, mas pelo que ele põe em movimento; não pelo que ele colhe, mas pelo que semeia. Sabemos todos bem que o futuro é caprichoso e se compraz em entortar hoje o que ontem pareceu correto e em endireitar amanhã o que hoje nossa miopia entorta.

Esse foi o destino do *Curso*, semear uma epistemologia para o futuro ao mesmo tempo em que instaurava as bases de uma ciência. A importância do CLG encontra eco no pensamento saussuriano extensivo a outras pesquisas, tanto é assim que sob a etiqueta “lingüística geral” é possível distinguir três campos do saber (BOUQUET; ENGLER, 2004): uma epistemologia, uma filosofia da linguagem e uma epistemologia programática⁴⁴. É esse último campo do pensamento saussuriano que Bally e Sechehaye acabam por divulgar com a edição do *Curso*, fixando o nome de Saussure unicamente a uma epistemologia. Assim restritas, as reflexões saussurianas acabam por encerrar-se em certezas que precisam ser relativizadas dentro da totalidade de um pensamento.

Considerando o que foi dito, o primeiro movimento na tentativa de “reabilitar” a escrita através de uma releitura do CLG será em direção ao capítulo IV da segunda parte: o *valor lingüístico*. O capítulo organiza-se da seguinte forma: a primeira parte apresenta a teoria da língua enquanto sistema; a segunda traz o aspecto conceitual, ou seja, o significado; a terceira discute o aspecto material, isto é, significante e, a quarta, o signo em sua totalidade.

Nesse capítulo, o *Curso* aborda questões cruciais em relação à ordem própria da língua, tocando diretamente na constituição do signo, assunto já tratado nos capítulos I e II da primeira parte, conforme a seguinte constatação: *estas considerações fazem compreender melhor o que foi dito à p.81 sobre o arbitrário do signo* (CLG, p.132). Tal observação dos editores demonstra a preocupação com a totalidade da obra, procurando retomar conceitos que já figuraram em outra parte do texto e que pela complexidade ainda carecem de reflexão. Conceitos denominados por Gadet e Pêcheux (1984) como uma novidade de Saussure na teoria do valor. Para eles, propor a existência do valor significa conceber a língua

⁴⁴ Lopes (1997) sugere a existência de quatro Saussures diferentes: um comparatista, um geralista, um estruturalista e um semiolingüista. Segundo o autor, o CLG é fruto do geralista, que começa a desenhar-se três anos após a morte de Saussure, quando Bally e Sechehaye editam o *Curso*.

movimentada por um ausente, como a própria materialidade da língua, ou seja, a negatividade.

Portanto, esse é um capítulo central no CLG ainda que trate de questões de difícil compreensão⁴⁵. Nas palavras de Normand (2000, p.68) *Les trois chapitres (II, III, IV de la 2^o partie) qui développent le terme valeur sont en effet d'une grande complexité sous la lisibilité apparente*⁴⁶.

É, pois, acreditando na possibilidade de que *uma grande complexidade sob uma legibilidade aparente* possa ser de valia para as questões referentes à escrita, interesse desta tese, proponho seguir passo a passo as noções desenvolvidas no item 3: *O valor lingüístico considerado em seu aspecto material*.

O item inicia pelo caráter diferencial da propriedade do signo em seu aspecto conceitual, assim resumido:

[...] uma palavra pode ser trocada por algo dessemelhante: uma idéia; além disso, pode ser comparada com algo da mesma natureza: uma outra palavra. Seu valor não estará então fixado, enquanto nos limitarmos a comprovar que pode ser “trocada” por este ou aquele conceito, isto é, que tem esta ou aquela significação; falta ainda compará-la com os valores semelhantes, com as palavras que se lhe podem opor. Seu conteúdo só é verdadeiramente determinado pelo concurso do que existe fora dela. Fazendo parte de um sistema, está revestida não só de uma significação como também, e sobretudo, de um valor, e isso é coisa muito diferente (CLG, p.134).

Quanto à parte material da língua, o funcionamento é idêntico ao que rege o conceito diferencial no seu aspecto conceitual. Assim:

Se a parte conceitual do valor é constituída unicamente por relações e diferenças com os outros termos da língua, pode-se dizer o mesmo de sua parte material. O que importa na palavra não é o som em si, mas as diferenças fônicas que permitem distinguir essa palavra de todas as outras, pois são elas que levam a significação (CLG, p. 137).

Portanto, um significante sem substância e que apenas adquire valor na relação que mantém no sistema lingüístico, nada tem de material. Desse modo, não é o som o responsável pela delimitação do significante, mas sim as diferenças fônicas que estão inscritas na língua. *Se o que importa na palavra não é o som em si*, é possível acrescentar que “o que importa na

⁴⁵ Silveira (2003) observa que em relação a esse capítulo, vários autores reconhecem a *dificuldade* em sua leitura. Cita De Mauro (1986), Normand (2000). Em nota de rodapé, cita Rodrigues (1975).

⁴⁶ Os três capítulos (II, III, IV da segunda parte) que tratam do termo valor são de grande complexidade sob a aparência de legibilidade (tradução de Luciana Cavalheiro).

palavra não é a letra em si”. Tanto na fala como na escrita o que importa é a relação, visto que o valor na língua independe de uma exterioridade além da própria língua, e a significação decorre da relação de negatividade responsável por afastar qualquer positividade da língua.

O resultado dessa relação é denominado pelo *Curso* como *arbitrário e diferencial*, entendidas como qualidades *correlativas*. O exemplo do que pode ser percebido em relação aos signos *a* e *b incapazes de chegar, como tais, até as regiões da consciência – a qual não pode perceber perpetuamente mais que a diferença a/b* (p.137), demonstra que o valor é uma noção alcançada pela pura diferença: *esses signos atuam, pois, não por seu valor intrínseco, mas por sua posição relativa* (idem). Contudo, o que impede que tal característica seja estendida à escrita? Não é também a possibilidade da correlação entre a arbitrariedade, no sentido saussuriano, e a diferença que possibilitam a existência da significação?

Um único entrave poderia se apresentar: a escrita ser elemento secundário em relação ao som, este sim fazendo parte do sistema da língua. Mas a esse respeito o CLG esclarece:

Ademais, é impossível que o som, elemento material, pertença por si à língua. Ele não é, para ela, mais do que uma coisa secundária, matéria que põe em jogo. Todos os valores convencionais apresentam esse caráter de não se confundir com o elemento tangível que lhes serve de suporte (CLG, p.137).

Para esclarecer as noções acima expostas, o *Curso* apresenta uma comparação entre o significante e a moeda em um sistema econômico, concluindo que não é o metal de que é feita a moeda que fixa o seu valor, mas a rede de relações que se estabelece dentro do sistema. Essa mesma característica se aplica ao significante. Assim, de um lado, o valor convencional, imaterial e o próprio significante; de outro, os elementos tangíveis – o metal da moeda, por exemplo – material de suporte, o som. Portanto, o valor que é constituído unicamente a partir das relações do sistema é também o responsável por estabelecê-las: *esse princípio é tão essencial que se aplica a todos os elementos da língua, inclusive os fonemas* (p.138).

Se tal princípio *se aplica a todos os elementos da língua*, evidentemente a escrita deve estar aí incluída e, por conseguinte, também se organiza por uma rede de oposições imateriais. E mais: *se os fonemas são, antes de tudo, entidades opositivas, relativas e negativas* (p.138), é possível dizer o mesmo dos grafemas⁴⁷. Prova disso é a liberdade de que podemos fazer uso no momento de escrever, pois, o grafema *a*, por exemplo, pode ser realizado por diversos

⁴⁷ Entendo “grafema” como *a unidade mínima contrastiva no sistema de escrita de uma língua*. (Cf. CRYSTAL, 1988, p.128).

alografes⁴⁸: A, a, a, etc. sem com isso alterar a identidade da letra em questão: como registra o CLG, *contanto que os sons continuem sendo distintos uns dos outros* (p.138). Significa que tanto o som quanto a letra fundam-se no carácter diferencial decorrente da relação dada no próprio sistema, sendo, por isso, igualadas nesse momento.

Então já é possível aceitar que a escrita também possui um sistema de relações que lhe é próprio. O *Curso* (p.138) demonstra essa aceitação:

Como se comprova existir idêntico estado de coisas nesse outro sistema de signos que é a escrita, nós o tomaremos como termo de comparação para esclarecer toda a questão [grifo nosso].

Pode-se concluir então que há um lugar para a escrita entre os outros sistemas de signos. Nesse momento será necessário recorrer ao capítulo III, item 3 da Introdução do CLG para trazer a questão suscitada acima. O item 3 tem por título *Lugar da língua nos fatos humanos. A Semiologia* e trata, como o título adianta, da ciência denominada de *Semiologia*.

Concebida como *uma ciência que estude a vida dos signos no seio da vida social* (CLG, p.24), a *Semiologia*⁴⁹ será uma teoria geral dos diversos e diferentes sistemas de signos que podem ser comparados entre si. Assim entende o *Curso* (p.24):

A língua é um sistema de signos que exprimem idéias, e é comparável, por isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares etc., etc. Ela é apenas o principal desses sistemas.

Na *Semiologia* a escrita teria um lugar ao lado de outros sistemas semiológicos, pois, *todo meio de expressão aceito numa sociedade repousa em princípio num hábito coletivo ou, o que vem a dar na mesma, na convenção*⁵⁰ (CLG, p.82). O importante é que Saussure ressalta como principal objetivo da *Semiologia* tratar *o conjunto de sistemas baseados na arbitrariedade do signo* (p.82). A conclusão é clara: a escrita, por ser um sistema pertencente à *semiologia*, possui a característica que a une aos outros sistemas, isto é, a arbitrariedade.

⁴⁸ Os *alografes* são variantes gráficos do grafema abstrato <A>, como no exemplo citado. O prefixo *alo-* designa qualquer variação perceptível da forma de uma unidade lingüística, sem afetar a identidade funcional desta unidade na língua. Não há, portanto, mudança de sentido (CRYSTAL, 1988, p.22).

⁴⁹ Segundo o CLG (p.24), *Semiologia* (do grego *sêmêion*, “signo”) *ensinará em que consistem os signos, que leis os regem*.

⁵⁰ Aqui a expressão *convenção* poderia dar idéia de motivação, mas segundo De Mauro (1976), o que se pode notar pelas fontes manuscritas indica que a intenção de Saussure seria a de tributar à *Semiologia* a tarefa de *classificar os diferentes sistemas segundo seus aspectos mais ou menos arbitrário*. O exemplo apresentado pelo CLG sugere que os signos de cortesia são representativos dessa escala arbitrária em comparação com a língua *o mais completo e o mais difundido sistema de expressão [...]* (CLG, p.82).

A escrita, então, entendida como *um sistema de signo* será tomada pelo *Curso* a fim de esclarecer *toda a questão* (p.138) referente ao caráter a-substancial do significante. O primeiro item assim se apresenta: *os signos de escrita são arbitrários; nenhuma relação existe entre a letra t e o som que ela designa* (p.138). O que sugere a existência de uma relação entre som e grafia. Mas, segundo Arrivé (1999, p.8)⁵¹ há uma alteração na última frase da citação acima em relação à edição-padrão:

Na verdade, Saussure, segundo as notas totalmente homogêneas dos seus ouvintes, não falou do “som que ela designa”, mas da “coisa a designar”. Vemos a diferença: não é o som que é assumido, a título de significado, pela letra, mas uma “coisa”. Reconhecemos facilmente nela o significante incorpóreo, efetivamente difícil de extrair da sua ganga fônica ou gráfica.

Essa diferença desvia o rumo da argumentação: *a partir desse momento, a escrita tem pleno acesso à dignidade de sistema de signos* (ARRIVÉ, idem), pois a relação estabelecida anteriormente entre o som e a letra que a escrita designa passa a fazer parte de um sistema de oposição entre os elementos, noção que inviabiliza entender a escrita como representação. Saussure mesmo afirma que

os valores da escrita só funcionam pela sua oposição recíproca dentro de um sistema definido, composto de um número determinado de letras. [...] Como o signo gráfico é arbitrário, sua forma importa pouco, ou melhor, só tem importância dentro dos limites impostos pelo sistema (p.139).

Se possui um sistema próprio, a escrita não pode ser apenas a imagem da fala. A possibilidade é a existência de um funcionamento semelhante ou até mesmo idêntico (Saussure assim o denomina - p.139) entre os dois sistemas distintos. Diferença que não se traduz em exclusão, como bem sintetiza o último exemplo do item 3:

4º o meio de produção do signo é totalmente indiferente, pois não importa ao sistema (isso se deduz também da primeira característica). Quer eu escreva as letras em branco ou preto, em baixo ou alto relevo, com uma pena ou com um cinzel, isso não tem importância para a significação.

Ratifica-se assim a existência de sistemas próprios, cuja forma não importa, pois não interfere na significação.

Retomando, então, o que essa releitura do CLG, mais precisamente do item referente à materialidade do significante, pôde trazer quanto à presença da escrita no *Curso*, é possível apontar três conclusões:

⁵¹ Arrivé refere a edição-padrão segundo Engler (1989).

- 1º) o que importa na escrita não é a letra, mas a relação estabelecida entre os elementos;
- 2º) a escrita possui um sistema próprio de significação;
- 3º) tal sistema se dá por uma rede de oposições totalmente arbitrárias.

Tais conclusões reforçam a concepção quanto ao caráter imaterial do significante, trazendo a contrabando um outro problema: a linearidade do significante, entendida como uma sucessão temporal.

Abre-se, portanto, o leque de discussão em duas direções: em um primeiro momento, a escrita tomada como um sistema arbitrário, cuja relação se dá entre seus próprios elementos; e em um segundo momento, a arbitrariedade da escrita com relação à fala, em uma exterioridade própria da representação. Tal exterioridade sugere que façamos uma breve digressão para tratar do caráter arbitrário do significante.

Essa noção de escrita como representação, como símbolo, não poderia ser sustentada no decorrer do *Curso* pela própria tese da *arbitrariedade do signo*. A argumentação não é nova. A prioridade do oral em relação à escrita está relacionada com a precedência temporal do primeiro em relação ao último, isto significaria, portanto, entender a escrita como representação da fala. A esse respeito, a explicação de Rey-Debove (1996, p.76) é bastante convincente: *isso é impossível porque, nesse caso, o discurso escrito seria metalingüístico e seria necessário passar pela expressão oral para ter acesso ao conteúdo do escrito*. Para a autora, a prioridade do oral ou do escrito é apenas fortuita, pois depende unicamente da aprendizagem que nem sempre se dá na mesma ordem. A aquisição de uma língua estrangeira, por exemplo, passa, na maioria das vezes, primeiramente pelo escrito como pré-requisito para o oral.

A própria exemplificação de Saussure a esse respeito é um tanto vaga (Cf. item 1.2). O sistema gráfico é comparado a uma fotografia de um rosto em relação ao próprio rosto, isto é, o gráfico seria a imagem do fônico. E mais: seria uma representação icônica. Uma relação impossível para Rey-Debove (1996, p.77):

[...] ora, a passagem do oral ao escrito não é icônica. E se se trata de representação não-icônica, o isomorfismo entre os dois sistemas (relação biunívoca entre os grafemas da “palavra escrita” e os fonemas da “palavra falada”) é por demais aleatório para “representar” o oral, sobretudo para o francês.

Como explicar, então, que a escrita seja apresentada como imagem da fala? Se assim pensasse, Saussure estaria concordando como o caráter simbólico da escrita, com sua função de representação da fala, e mais que isso, não poderia sustentar a definição segundo a qual *língua e escrita são dois sistemas distintos de signos*.

Cabe aqui, uma alusão ao item 3. *Segundo princípio: caráter linear dos significantes*, situado na primeira parte do CLG, sob o título de *Natureza do signo lingüístico*.

A subordinação da escrita em relação à fala somente é possível se as colocarmos em uma situação de comparação ou tomarmos aquela como representação desta. A esse respeito, o CLG assim se posiciona:

O significante, sendo de natureza auditiva, desenvolve-se no tempo, unicamente, e tem as características que toma do tempo: a) *representa uma extensão*, e b) *essa extensão é mensurável numa só dimensão: é uma linha* (1991, p.84).

A linearidade se apresenta como uma característica de elementos colocados um após o outro, situados em um contínuo espacial. De todo modo, o caráter da linearidade é que permite a sucessão de fonemas na fala⁵² e também a seqüência de letras na escrita: *esse caráter aparece imediatamente quando os representamos pela escrita e substituímos a sucessão do tempo pela linha espacial dos signos gráficos* (Idem).

Sustentar a materialidade do significante traz, no mínimo, duas implicações contraditórias. A primeira delas aparta duas noções inseparáveis: significante e significado. Arrivé (1999) desenvolve essa questão de forma minuciosa e aponta para uma substituição da nomenclatura utilizada por Saussure no CLG. O caráter linear do significante passa a ser tomado pelo caráter linear da língua para sustentar a definição de sintagma:

De um lado, no discurso, os termos estabelecem entre si, em virtude de seu encadeamento, relações baseadas no caráter linear da língua, que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo. Estes se alinham um após outro na cadeia da fala. Tais combinações, que se apóiam na extensão, podem ser chamadas de sintagma (p. 142) [grifo nosso].

⁵² No CLG (p.84), consta que *a sílaba e seu acento constituem apenas um ato fonatório*. Para Arrivé (1999) esse trecho demonstra uma análise situada na fala e não na língua. Por sua vez, Jakobson (1963) abordará esse problema do significante criticando a posição de Saussure. Também Milner (1989) fará eco às críticas. Segundo ele, ao pronunciarmos /b/, pronuncia-se ao mesmo tempo a labialidade, a sonoridade e a oclusão. Essa questão, portanto, não foi tratada por Saussure.

Arrivé (1999) justifica esse deslizamento terminológico pelo fato de a linearidade atravessar os limites dos signos. Assim, é o caráter material do significante que torna possível a sua linearidade, manifestada na atualização da língua. Mas é essa mesma materialidade que revela outra contradição, pois, contrariando a concepção da materialidade do significante, sua assimilação ao som, o *Curso* defende o caráter não-material do significante conforme vimos acima.

Ora, ter um caráter incorpóreo é próprio da não-materialidade do significante. O interessante aqui é notar que a linearidade do significante somente é possível por conta de sua materialidade e a conseqüente submissão ao tempo; portanto, é próprio submeter à linearidade um elemento incorpóreo?⁵³

Do que vimos acima é possível concluir que o significante, no CLG, é um conceito que apresenta duas definições: a) como materialidade marcada pela linearidade, e b) como imaterial definida pela noção de valor.

Somente em relação à materialidade sonora é possível entender a escrita como representação do som e, por conseguinte, vê-la como sua subordinada. Ao assumir um significante incorpóreo, a escrita perde o contato com o som e pode, a partir de então, ser também considerada um sistema de signos. Pode, principalmente, ser aceita em posição de igualdade em relação à língua, sendo submetida à noção de valor. O que temos agora é a escrita dotada de uma estrutura, ratificando o conceito saussuriano de que *a língua é forma e não substância*, ao que se pode acrescentar: a língua não é som, ela se manifesta também na substância sonora ou escrita. Portanto, a existência ou não de matéria fônica em um signo importa menos que o que existe nos signos ao seu redor, pois, *o valor de qualquer termo que seja está determinado por aquilo que o rodeia [...]* (CLG, p.135). Sem alterar o sentido ou o som de um termo, é possível alterar-lhe o valor apenas modificando a palavra seguinte.

Essa conclusão conduz de imediato a outra síntese: a possibilidade da existência de significação sem a presença do caráter fônico. A reflexão de Arrivé (1999, p.75) vai nessa direção:

Mas apagar o som não é abolir o significante; este último não pode estar ausente, pois então o signo lingüístico seria dissolvido. [...] a *oralidade* (se

⁵³ Arrivé (1999) recorre à pesquisa de Saussure sobre os anagramas para discutir o conceito de linearidade, que o autor considera como *o nó da reflexão saussuriana* (p.52). Essa questão será retomada no item seguinte quando tratarei dos Anagramas.

por oralidade se compreende metaforicamente a presença do signo lingüístico) *não é redutível ao interior de uma língua*. Ou então, se se tenta reduzi-la, se deve bem renunciar à língua.

Por fim, é possível dizer que a escrita já estava, sim, contida no próprio *Curso*, por caminhos tortuosos, é certo, mas sempre houve um caminho e um lugar para a escrita em uma reflexão marcada por exclusões e dicotomias. Enclausurado em certezas, o CLG expõe o pensamento de um Saussure refém dessas convicções. Nas palavras de Gadet & Pêcheux (1984, p.56): *bajo estas dos formas aparentemente opuestas, esa visión maniqueísta conduce a enfrentar a uno de los dos Saussure contra el outro*.

Por sorte, diferentes fontes trazem à tona um outro Saussure, menos categórico, na medida em que confessa suas dúvidas, ao mesmo tempo em que revela uma busca obstinada em duas frentes completamente diferentes: a legitimação de uma ciência da linguagem e a pesquisa anagramática.

1.3.2 Com que escrita/*Escrita* se escrevem os *Escritos*?

Do que foi dito até aqui é possível pontualmente elencar algumas conclusões: 1ª há no CLG duas concepções de significante: material/imaterial; 2ª a imaterialidade do significante permite à escrita estabelecer-se como um sistema de valor cuja relação se dá entre os próprios elementos submetidos a uma rede de oposições; 3ª totalmente arbitrárias. Tomado como materialidade, o significante submetido à linearidade permite, somente aí, o entendimento de uma escrita dotada de caráter representacional.

Tais reflexões ancoradas no *Curso* necessitam ser abordadas através de um olhar proveniente do *outro Saussure*, o dos Anagramas e o dos *Escritos*, pois entre esses dois pólos, o pensamento saussuriano⁵⁴ se permite ser vislumbrado em sua plenitude, podendo ceder às dúvidas e inquietações próprias de um pesquisador. Mas impróprias a um livro sobre lingüística geral.

⁵⁴ Silveira (2003) ao examinar a fundação da lingüística moderna a partir das elaborações da psicanálise lacaniana, apresenta o nó borromeano como capaz de dizer sobre um movimento marcado pelos anagramas, o indo-europeu e a teoria do Valor sem ordená-los ou hierarquizá-los. O importante dessa nodulação diz respeito ao caráter borromeano de interdependência: implica que ao soltar um dos elos, os outros dois se desenlaçam.

Assim, com esse olhar diverso, sem a pretensão de exaustão em relação aos *Escritos de lingüística geral* (BOUQUET; ENGLER;2004), a discussão que segue procura nesse *outro Saussure* o lugar destinado à escrita – e, quem sabe, à *Escrita*.

Sobre a pertinência de retomar os manuscritos de Saussure, as palavras de Salum no prefácio do CLG, são esclarecedoras. O autor salienta que a frase final do *Curso – a Lingüística tem por único e verdadeiro objeto a língua encarada em si mesma e por si mesma* - embora muito citada, não é de Saussure, mas do editores. Para Salum,

Aí está um problema crítico com tríplice complicação. Problema crítico grave como o da exegese platônica ou o problema sinótico dos Evangelhos. Naturalmente, as notas dos discípulos de Saussure foram apanhadas ao vivo na hora, como cada um podia anotar (p.XVIII).

Tratar dos *Escritos* significa tratar de uma exterioridade ao CLG sem afastar-se do pensamento de Saussure e sem a pretensão de encontrar “o verdadeiro Saussure”. Esse tipo de busca acaba por facultar desvios desastrosos, conforme assinala Normand ao apontar que a busca pelo “verdadeiro Saussure”, acabou por implantar o “terrorismo” dos manuscritos. Longe dessa intenção, a pertinência em trazer os manuscritos à discussão tem a ver com a possibilidade de divisar o processo de construção do pensamento saussuriano, para poder situar as questões relativas à escrita.

Tomada em sua totalidade, a leitura dos *Escritos* deixa perceber a gênese do pensamento saussuriano. As dúvidas expressas através de frases entrecortadas e interrompidas antes de serem concluídas, tornam-se uma dificuldade aparente, superada pela surpresa decorrente dessa leitura em comparação com o CLG. Sem o enquadramento proveniente de uma organização editorial e sem os compromissos com a cátedra, é possível encontrar um pensamento mais *sutil, mais límpido, mais convincente do que o do Cours. No livro de 1916, eles são como que esmagados e, até mesmo, sistematicamente apagados* (BOUQUET; ENGLER, 2004, p.14)⁵⁵.

Uma dificuldade apontada no item 1.3.1 diz respeito ao caráter material do significante. No CLG é possível encontrar, como vimos, duas definições para o significante: uma o entendendo como expressão de materialidade e, portanto, submetido à linearidade e

⁵⁵ É preciso considerar a decisão dos editores pela exclusão das rasuras: *as passagens riscadas no manuscrito não foram reproduzidas* (p.17). A esse respeito, Silveira (2000, p. 111) comenta: *é realmente impossível ignorar as elipses de sentido que as rasuras do manuscrito encarnam. Os impasses quase sem sentido que se apresentam nas tentativas de escrita, na escrita e reescrita sobrepostas, nos incisos; enfim, não é possível desviar-se do que se apresenta como uma tentativa de escrever o que ainda não fora escrito por ninguém.*

outra o apresentando como imaterial definido pela noção de valor; momento em que a escrita encontra a possibilidade de instaurar-se como um sistema próprio de significação. Essa questão pode ser encontrada nos *Escritos* da seguinte forma sob o título 1 [*Natureza incorpórea das unidades da língua*]⁵⁶:

Natureza *incorpórea*, como para todo valor, daquilo que faz as unidades da língua. Não é a matéria fônica, substância vocal que []. Não se pode tratar um instante a língua sem se ocupar do som e dos sons, a mudança dos sons é um fator capital, e isso não impede que, num certo sentido, o som seja estranho à natureza, etc. Do mesmo modo, por exemplo, a matéria que entra numa moeda não é uma coisa de que não se possa tratar, mas seria um grande erro acreditar que é ela que constitui a moeda; o valor lingüístico será como o valor de uma moeda de cinco francos. [...] Esse valor é uma coisa incorpórea; ora, do mesmo modo, é preciso representar as palavras, para se ater à verdade, como unidades incorpóreas; não se considera [...] (p.247) [grifo nosso].

A observação do item 3 [*Língua*] complementa essa questão sublinhando que *a língua não está no que parece indispensável para produzi-la, jogo de órgãos vocais ou convenções da espécie voluntária* (p.248).

Como é possível notar, a comparação com a moeda de cinco francos é a mesma encontrada no CLG para sustentar a argumentação quanto à impossibilidade de o *som*, *elemento material* pertencer à língua. Em ambas as publicações, há a preocupação em afastar a materialidade presente no metal da moeda, já que esta não é constituída por aquele. Então *esse valor é uma coisa incorpórea*, e nesse momento, Saussure escreve: ***do mesmo modo, é preciso representar as palavras como unidades incorpóreas***. E como seria isso possível, a não ser pela noção de arbitrariedade decorrente do valor como uma rede de oposições? Então, mesmo como representação, a escrita seria incorpórea, escaparia da noção de *letra*⁵⁷ relacionada com o som e passaria a ser entendida como um sistema de signos.

Em 15b[*Reflexões sobre as entidades*] Saussure discute as causas que fazem com que a linguagem fique fora de qualquer comparação e acabe tornando-se *não classificada* pelos lingüistas, apontando como primeira causa *a ausência de linguagens importantes que repousem sobre outro instrumento, que não a voz, para produzir o signo*. E segue:

Com isso, chegou-se a qualificar a linguagem falada de *função* do organismo humano, misturando, assim, sem volta, o que é relativo à *voz* e o que é relativo apenas à tradução do pensamento por um signo, que pode ser

⁵⁶ Título dado pelos editores e grafado entre colchetes no livro.

⁵⁷ *Letra* entendido aqui como sendo um sinal gráfico, em nada se aproximando do sentido lacaniano.

absolutamente qualquer um e comportar um aperfeiçoamento e uma gramática de acordo com signos visuais ou táteis ou de acordo com signos não menos convencionais que se escolherá na voz (p.219).

A relação da voz com a escrita⁵⁸ e a decorrente submissão desta em relação à vocalização, como vimos em 1.2, é tema importante no CLG, comprovado pela presença do capítulo VI *Representação da língua pela escrita* ainda na introdução. A referência a esse assunto é bem menos pontual nos *Escritos*. As observações em relação à não prioridade sonora espalham-se por todo o texto, de certa forma, respondendo a pergunta: *as entidades de ordem vocal são entidades lingüísticas?* (p.34), respondida por Saussure pontualmente logo a seguir: *as entidades da ordem vocal não são entidades lingüísticas*. Mas em outras passagens, a mesma questão retorna.

Em [*Notas de fonologia; abertura; teoria da sílaba (1897?)*] Saussure constrói a argumentação para sustentar que *nem os sons nem as idéias são objetos lingüísticos* (p.214). Assim,

O ato fonatório aparece como um instrumento necessário mas tão pouco essencial, em si mesmo, quanto, no caso dos sinais marítimos, o ato do tingidor que preparou as bandeiras para dar a impressão do verde, do vermelho, do preto, etc (p.212).

E mais adiante encontramos:

Nós reconhecemos, assim, que o fato fonatório não começa nem na ordem acústica e nem na ordem fisiológica, mas representa, em sua natureza essencial, um equilíbrio entre as duas, constituindo uma ordem própria, que pede suas próprias leis e suas próprias unidades (p.213).

Os trechos acima demonstram que a questão sonora não é essencial aos fatos da língua, na verdade, opõe-se à língua como manifestação coletiva e não individual. Cabe então precisar a relação da escrita com a fala, isto é, trata-se de estabelecer as semelhanças e diferenças entre fala e som; pois, como vimos, o conceito de escrita deriva de como entendemos sua produção: se a partir de um significante material, tomada como reprodução, ou se a partir de um significante incorpóreo, dotada de um sistema próprio.

⁵⁸ A discussão a respeito da relação entre fala/escrita será trazida no capítulo 2.

Pode-se, portanto, entender a fala⁵⁹ como: a) ato fonatório, e sonoro, tendo como consequência a exclusão da escrita; e/ou b) como uso da língua, permitindo a inclusão da escrita.

Desse modo, as questões presentes nos *Escritos* podem ser revistas em uma maior amplitude. Há um redimensionamento quanto à inclusão de outros sistemas de signos nos estudos lingüísticos, e o mais importante para o prosseguimento dessa pesquisa, em nenhum momento a escrita é combatida com a virulência encontrada no *Curso*. Se é apresentada em relação ao caráter sonoro da língua, também passa a ser digna de estudo:

De uma maneira mais geral, me parece que, seja no campo do *efeito individual* (= semiológico), seja na perspectiva histórica, os fatos relativos à escrita apresentam, talvez, a respeito de todos os fatos que existem na linguagem, sem exceção, uma mina de observações incessantes e de fatos não apenas análogos, mas completamente homólogos, de um extremo ao outro, aos que se pode discernir na linguagem falada (p.48) [grifo nosso].

Mas ainda resta um problema: a questão da linearidade. Preliminarmente uma suposição poderia ser lançada em relação ao estatuto da escrita: a perenidade decorrente de sua expressão minimiza os traços temporais da situação, isto é, o importante para a escrita é a linearidade espacial. Já para a fala como ato fonatório, há imediata submissão à linha temporal. Quanto a essa questão, convém citar uma passagem dos *Escritos* que demonstra as impressões de Saussure:

Para representar verdadeiramente os elementos fônicos sucessivos de uma palavra, seria preciso uma tela onde se pintasse, com lanterna mágica, cores *sucessivas* e, no entanto, isso seria falso na medida em que nos seria impossível recolher essas cores sucessivas numa única impressão, e é por isso que a palavra escrita inteira sobre a tela, [...] *espacialmente*, é, para nós, uma representação melhor da palavra, que é, no entanto, temporal [grifos do autor].

Assim como a frase musical se desenvolve no tempo, porque nós retemos [], assim também a frase visual, que seria, por exemplo, uma linha de montanhas – Mas coisa curiosa: não há frase visual que consista em momentos sucessivos, e é por isso que somos levados à representação gráfica (p.101) [grifo nosso].

Note-se que a noção de linearidade pode ser encontrada sob outra denominação: a noção de *sucessividade*. Igualmente, a característica temporal (linear, sucessiva) do elemento fônico passa a ser substituída pelo caráter espacial da escrita. Ainda que uma imagem, como a

⁵⁹ Conferir nota 26.

exemplificada acima, de uma linha de montanhas seja colocada uma após outra, linearmente, ao ser escrita, esse caráter de sucessividade será minimizado. Mas não é possível esquecer que a sujeição ao tempo dos significantes acústicos é próprio da língua. Ainda assim, Saussure se pergunta da possibilidade de haver impressões acústicas fora do tempo: *fora da ordem que têm os elementos no tempo?* (Starobinski;1974:35). Essa reflexão atinge um outro tempo que não o da consecutividade e, portanto, não mais restrito à linguagem habitual, mas apenas atinge *um domínio infinitamente especial como este que temos de tratar* (Idem).

Assim, perseguindo o estatuto da escrita na reflexão saussuriana, o item seguinte se deterá nesse *domínio especial* a que Saussure se dedicou: os anagramas. Para tanto, a interpretação de Milner (1987) será seguida de perto; igualmente Starobinski e Lopes serão convocados a auxiliar nessa intrincada relação entre a lingüística e os anagramas. Como diz Milner (p.55), *é mais difícil do que parece estabelecer a verdadeira importância dos anagramas.*

1.3.3 A escrita⁶⁰ sob os escritos

Nada puede ocurrir una sóla vez.

J. L. Borges

Atividade a que se dedicou com afinco, a pesquisa anagramática constituiu-se bem mais que um passatempo casual para Saussure. Seus estudos sobre os anagramas⁶¹ eram discutidos com os amigos mais chegados através de cartas, a quem confessava suas dúvidas quanto ao caráter ilusório do estudo. Prova disso é a carta datada de 12 de novembro de 1906, endereçada a Meillet:

Tendría usted la amabilidad de leer unas notas sobre *El anagrama em los poemas homéricos* que consigné, entre otros estudios, durante mis investigaciones sobre el verso saturnino, y a propósito de las cuales le

⁶⁰ Como sabemos, este capítulo dedica-se a buscar o lugar da escrita na obra de Saussure, no entanto, cabe salientar que a escrita presente nos Anagramas deixa espaço para a *Escrita*, objeto desta tese.

⁶¹ O anagrama forma-se pela transposição dos fonemas de outra palavra. No caso dos poemas pesquisados por Saussure: *em um verso saturnino, os fonemas são escolhidos a partir de um nome, ligado de maneira crucial ao sentido narrativo do verso* (MILNER, 1987, p.55). Exemplificando, *com o fato de que o nome da divindade a que o poema era dedicado ou o nome daquele que havia encomendado o poema para a lápide de um túmulo, compareciam no poema através de segmentos, sílabas, consoantes, vogais presentes nas palavras dos versos. Assim, em um poema dedicado a Apolo, pode-se ler seu nome no verso “Ad temPLa pOrtatO”* (Tradução: “levado diante dos templos) (LEMOS, 1998, p.15)

consulta [aría, si usted] confidencialmente, porque escrita casi imposible para el [que él] que tiene la idea, averiguar si escrita víctima de una ilusión, o si hay algo de cierto em la base de su idea, o si ésta escrita cierta sólo a medias (JAKOBSON, 1986, p.19).

Os estudos de Saussure sobre os anagramas, ainda que conhecidos, especialmente após a publicação de Starobinski, sempre foram tratados com certa reserva em relação às outras pesquisas do lingüista. A descoberta em um verso saturnino de que *o poema é uma modalidade de discurso que se constrói pelo procedimento combinatorial de reconstruir um discurso anterior* (LOPES, 1993, p.110), isto é, da existência de um *princípio par* (MILNER, 1987, p.55) fora reservada para as solitárias elucubrações realizadas à noite, paralelamente aos cursos ministrados por Saussure durante o dia.

Assim, a existência dos anagramas, muito embora reconhecida, foi aceita sem que isso significasse qualquer relação com as questões apresentadas pelo *Curso*. Como sabemos, esses cursos deram origem ao CLG; portanto, não é descabido, dada a concomitância das pesquisas, suspeitar de que as indagações de Saussure, aparentemente antagônicas, não foram tão dissociadas quanto pareciam. Há, claramente, pelo menos um momento em que essas duas indagações se tocam, momento em que Saussure busca uma regularização, uma lei para a teoria anagramática. Mas é preciso notar que a busca por essa lei não se dá sem alguma relação com a teoria da linguagem:

Que os elementos que formam uma palavra se sucedem, é uma verdade que seria melhor não considerar em lingüística, como uma coisa sem interesse pelo fato de ser evidente, mas que dá ao contrário, de antemão o princípio central de toda reflexão útil sobre as palavras. Num domínio infinitamente especial como temos que tratar, é sempre em virtude da lei fundamental da palavra humana em geral que se pode colocar uma questão como a da consecutividade ou não consecutividade, e desde a primeira⁶² (SAUSSURE *apud* STAROBINSKI, 1974, p. 34) [grifo nosso].

Em relação ao fragmento acima, Arrivé (1999, p.52) comenta: *com isso, começamos até a especular sobre a cronologia. Imagine-se que Saussure escrevia **no mesmo dia**, mas em dois cadernos diferentes, o texto que acabamos de ler e o que lhe faz eco no CLG.*

Silveira (2003) juntamente com Lemos (1995) observam que o *Curso* é uma obra que não desmente os anagramas. A lei fundamental, a consecutividade, também retorna no CLG nomeada agora como relações sintagmáticas, e também se apresenta em diversos momentos

⁶² Starobinski apresenta esse fragmento de um manuscrito de Saussure e em nota de rodapé frisa que se trata de uma frase inacabada.

através das investigações sobre a unidade da língua. É possível, ainda, pensar em subversão, ambigüidade com o que excede o discernível da língua. É esse, pois, o caminho que interessa a esta tese. Por esse viés, as reflexões de Milner serão importantes.

Para Milner (1987, p.57), *o anagrama revela-se, então, ambíguo: de um lado, ele fala da pertença da homofonia à língua, como objeto da lingüística; mas por outro lado, ele diz o não assimilável disto*, pois o anagrama somente pode ser o que é negando as propriedades regulares do signo. O anagrama faz sombra ao signo. Ainda assim, eles não podem ser comparados pelo fato de que os anagramas trazem, através da homofonia, um real⁶³ que excede à própria língua.

E é desse real que Saussure tem que dar conta. A possibilidade proveniente da descoberta anagramática expõe Saussure a um encontro desconcertante. Mas como lidar com o que não se deixa regularizar? A descoberta é quase um lamento:

Quando um primeiro anagrama surge parece uma luz. Quando se vê que se pode acrescentar-lhe um segundo, um terceiro, um quarto [...] começamos a não ter mais confiança no primeiro: porque chegamos a perguntar-nos se não poderíamos encontrar definitivamente todas as palavras possíveis em cada texto, ou até que ponto, aquelas que se ofereceram sem que as procurássemos são verdadeiramente cercadas de garantias características, e implicam uma maior soma de coincidências que as da primeira palavra ou aquela a que não se prestava atenção. Estamos a dois passos do cálculo das probabilidades como recurso final, mas como este cálculo neste caso desafiaria as forças dos próprios matemáticos [...] (SAUSSURE *apud* STAROBINSKI, 1974, p.89).

As certezas escapam pela presença de *uma maior soma de coincidências*, levando Saussure até mesmo a duvidar do que encontra. Como lidar com o não-previsto? A esse respeito, Milner (1987, p.57) sustenta que:

Assim o anagrama representa, incluído na rede do impossível da língua, um “a mais” que dele se distingue. De um lado, ele é inteiramente formulável em termos de fonemas, e supõe uma análise fundamentada, por sua vez, no princípio que torna contingente a homofonia – de sorte que esta só ganha um estatuto através de um sistema que a desvaloriza -; por outro lado, ele nomeia um real que excede toda fonologia possível [...].

⁶³ O *real* pode ser entendido como um tempo anterior às palavras, um momento pré-simbólico ou pré-lingüístico. Para Lacan, *o Real é sem fissuras: não tem quebras, espaços ou buracos; não tem rasgos. Não há ausência no Real* (Seminário 2, p.390); *Por definição, o Real é pleno* (Seminário 4, p.224). Desse modo, é o Simbólico que cria a “realidade” – aquilo que é nomeado pela linguagem – ao neutralizar o Real. Uma definição possível para o *Real* é tomá-lo como aquilo que não foi simbolizado: *é o impossível, aquilo que não pode ser simbolizado totalmente na palavra ou na escrita e, por consequência, não cessa de não se escrever* (CHEMAMA, 1995, p. 182).

Mas Saussure procura o semelhante. Segundo Starobinski (p.16), a busca através dos anagramas vai ao encontro da palavra-tema, momento em que Saussure se depara com *a lei do acoplamento que pretende que seja redobrada, no interior de cada verso toda vogal e toda consoante utilizadas uma primeira vez. A aliteração deixa de ser um eco ocasional, repousa numa duplicação consciente e calculada*. Portanto, o interesse situa-se na existência de uma lei no interior da poesia latina⁶⁴. Ao formular essa lei para os anagramas, Saussure foi mais longe e elaborou hipóteses sobre tal funcionamento.

Atribuir ao leitor a total responsabilidade de decifrar os anagramas foi a primeira hipótese a ser posta de lado, pela própria incapacidade de tal fato constituir-se uma prova, sendo, no máximo, um indício de um funcionamento. Volta-se, assim, para o outro extremo: o autor. Portanto, *faltaria verificar se aquilo que ele procurou e achou, lendo os poetas antigos, corresponde a uma regra conscientemente seguida por estes*. (STAROBINSKI, 1974, p.84) O intuito é encontrar a confirmação de que existe uma causa comum justificando tal organização. E Saussure conclui:

[...] eu afirmo efetivamente (como sendo minha tese a partir de agora) que o poeta se entregava, e tinha como ‘métier’ comum entregar-se à análise fônica das palavras; que é esta ciência da forma vocal das palavras que constituía provavelmente, desde os mais antigos tempos indo-europeus, a superioridade, a qualidade particular, do kavis dos hindus, dos Vates dos latinos etc (*apud* STAROBINSKI, 1974, p.27).

A intenção, portanto, era o que conduzia o poeta a cifrar uma palavra e distribuí-la pela poesia. Caberia ao leitor recolher os ecos esparsos (SILVEIRA, 2003), resultantes do ‘métier’ do poeta para poder formar a palavra-tema. Atribuir a uma vontade secreta dos poetas a causa da homofonia de forma unificada recoloca a língua dentro da rede do discernível, recuando seus limites: *o que poderia excedê-la não é mais atribuído a um efeito de real, mas a uma figura imaginária: o gênio poético* (MILNER, 1987, p.58). Mas muito mais que recuar, Saussure se calou. E é o próprio Milner quem irá responder qual foi a causa desse silenciamento: o Real que não cessava de comparecer nos anagramas calou Saussure. E, acrescento, a impossibilidade de simbolizar este Real levou-o a ser tomado pelo Imaginário.

Esse interessante recuo de Saussure em direção à regularização foi esclarecido por Silveira (2003, p.93):

⁶⁴ A importância de tal descoberta é valiosa, tanto que Saussure escreve em letra maiúscula em um dos seus cadernos: NUMERO DEUS PARI GAUDET (STAROBINSKI, p.18) (Deus se alegra com o número par)

Diante da potência do Real, Saussure recorreu à tela do Imaginário como uma proteção ao desconcerto total do sujeito diante do inominado. Nessa nodulação que propomos⁶⁵, o Imaginário, aqui encarnado pela intenção do poeta em codificar uma palavra-tema, recobre em dois pontos o Real – a homofonia.

De certa forma, é como se o real criasse “força” nos anagramas, sendo mais fácil de ser identificado na mesma medida em que é preciso ignorá-lo. Esse movimento significa restituir para o domínio da língua o que excede a ela mesma, a exemplo do que fez Roman Jakobson tentando *fazer ver estrutura e estruturação onde a lingüística não via senão erro, desvio e violação, isto é, na fala do afásico, na fala da criança, na poesia*. (LEMOS, 1998, p.9)

Também Lopes (1993) fala de regularidades. Seguindo a conceituação inicial de Starobinski, ao separar a noção de *discurso* contraposta à de *língua*, Lopes salienta a importância do estabelecimento de uma relação entre esses dois conceitos, visto ser possível distinguir o signo construído no discurso daquele que é construído na língua. O discurso não se origina unicamente na língua, mas *de um outro discurso anterior*, como afirma Starobinski (1974, p.12):

Mas o que é a língua separada do discurso? O anterior ao discurso é realmente a língua, ou não seria de preferência um discurso antecedente? A língua, simples repertório de conceitos isolados, separada do discurso (da fala) é uma abstração. A audácia de Saussure consiste em tratar esta abstração como um material concreto, uma matéria-prima.

Assim, para Lopes (1993, p.110), o que se formula, nesse caso é o problema da identidade e da diferença que, transposto para as relações que mantém o signo da língua com o signo do discurso, possibilita falar de uma “igualdade parcial” em termos de identidade, e de “desigualdade parcial” em termos de diferença. *O discurso surge, assim, aos olhos de Saussure, como um processo combinatório entre o já-feito da língua (e dos discursos anteriores) e o por-fazer dele mesmo, discurso em construção, até o arresto do seu ponto final*. O que resulta dessa combinação, é, portanto, o sentido.

Essa é a hipótese que Saussure aplica ao estudo da poesia clássica e que viabiliza a descoberta peculiar da possibilidade de reconfigurar os elementos já dados sob a forma de outros elementos, semelhantes, ou seja: *fazer o mesmo de outro modo*.

⁶⁵ A nodulação referida diz respeito ao nó borromeano. Silveira aponta, a partir de Granon-Lafont (1985), que uma das funções da figura é mostrar como o que está excluído é necessário. No caso, os anagramas figuram como a intersecção entre os três elos, ou seja, entre o Real, o Simbólico e o Imaginário.

Lopes intitula o anagrama como *um texto sobre um texto anterior*, atribuindo à reduplicação de sinais, sons ou letras a possibilidade da criação da palavra-tema. Palavra que será retomada e redistribuída em novas sílabas ou em outras palavras, ou seja:

A produção do texto passa necessariamente por um vocábulo isolado – vocábulo que se relaciona com o destinatário ou com o assunto da passagem – via de acesso e reserva de fonemas privilegiados sobre os quais se apoiará o discurso poético acabado. [...] Entre as rasuras, uma das mais significativas concerne ao antecedente da palavra tema; Saussure primeiro escreveu “texto” depois riscou essa palavra para substituí-la por “tema”. Ele portanto pensou num texto sob o texto, num pré-texto, no sentido lato do termo (STAROBINSKI, 1974, p.18-19).

A busca por encontrar um lugar para o que excede o regular atribuiu as pesquisas anagramáticas ao domínio da literatura, domínio em que poderia ser incluído o *gênio poético*, no dizer de Milner. Ao se dar esse desligamento da lingüística com o que é literário, franqueia-se a existência de um funcionamento estranho ao discernível. Ao fato de que Saussure pensava na existência de palavras sob outras palavras tanto na poesia quanto na prosa significa para Lopes (1993, p.113) *uma das chaves da composição do discurso literário em geral; a teoria da literatura seria, em tese, uma teoria do discurso anagramático*.

Ainda assim, foi preciso aproximar a reescritura anagramática do que não faz parte do regular: a pintura. O procedimento anagramático descrito por Saussure foi nomeado por Lopes (1997, p.82) de *procedimento cubista⁶⁶ de reescrita, da montagem por meio da reestruturação cubista de uma forma anteriormente dada e desestruturada em seus constituintes imediatos*.

De todo modo, para os fins desta tese, interessa o que é possível dizer da escrita em decorrência da teoria anagramática de Saussure: se visto pelo viés do que excede à língua, ou seja, a alíngua⁶⁷, ou pela tentativa de enquadramento em uma regularização. Independente de como tomarmos a relação da língua com os anagramas, uma afirmação subsiste: **a escrita é a via de acesso aos anagramas**, o que significa dizer que **a Escrita é a possibilidade de**

⁶⁶ O procedimento cubista é descrito por Lopes (1997) como um momento de desconstrução de uma forma já dada, ao que seguia a reestruturação. É preciso notar, que ao mesmo tempo em que há uma aproximação da pintura, da arte, da poesia em relação à teoria anagramática, Lopes frisa que *o cubismo tem um caráter altamente intelectualizado: ele não faz a menor concessão às paixões. É um exercício cerebral, crítico, pleno de conseqüências [...]* (p.24)

⁶⁷ Termo utilizado por Milner (1987, p.57) para designar a relação de Saussure com os anagramas: *ele (Saussure) nomeia um real que excede toda fonologia possível: por aí, pelo incontornável de seu real, ele coloca a língua em excesso, que a tomemos em si mesma ou na sua representação calculável: esta função de excesso, nós a chamamos de alíngua*.

“tocar” o real. Dito de outro modo, é a própria escrita que abre caminho para que a *Escrita* possa vir à tona.

É notável a característica do anagrama de trazer um terceiro excluído como resultado das duas unidades distintas explícitas no texto. Uma série de fonemas pode fazer eco a outra, resultando na presença desse excluído: a homofonia. Não há, portanto, como negar a distância e ao mesmo tempo a complementaridade entre o Saussure do *Curso* e o Saussure das pesquisas anagramáticas. Para Flores (1999, p.44), *o anagrama pertence ao impossível da língua, pois se ele pode ser formulável em termos de fonemas (da ordem da contingência), não há fonologia que o torne possível.*

Se tomarmos como uma propriedade da língua o que Saussure estabelece como característica dos versos saturninos, a escrita anagramática seria própria de toda a linguagem. Essa é a visão trazida por Gadet & Pêcheux (1984) e retomada por Flores (2003), para quem tal visão seria decorrência da articulação do CLG com os anagramas através do conceito de *valor*, único capaz de possibilitar a percepção da língua como investida de *não-Um*, ... *porque o todo da língua não existe senão sob a forma não finita do não-todo* (GADET; PÊCHEUX, 1984, p.58). Significa aceitar que a língua suporta e comporta o não-todo, lugar do impossível. *Se de um lado, enquanto sistema, o sujeito dela está excluído, de outro lado, enquanto ordem não submetida ao sistema, reaparece o sujeito foracluído através de um “em Si” das unidades da língua* (FLORES, 1999, p.45). Disso decorre a possibilidade de que a língua comporte escrita/*Escrita*, pois a “escrita” do regular, apartada do sujeito e submetida ao sistema franqueia a presença da *Escrita* que traz a reboque o sujeito da enunciação.

Se por um lado, as três vias de reflexão saussuriana – o CLG, os anagramas e os *Escritos* – ao teorizarem a respeito dos fenômenos pertencentes à língua, parecem excluir a escrita/*Escrita*, por outro lado, os fatos analisados nos itens 1.3.1; 1.3.2 e 1.3.3 demonstram tratar-se de uma exclusão aparente. Ainda que a substância gráfica seja desconsiderada em favor dos fonemas, é a própria homofonia como resultado dessa combinação de fonemas que possibilitará enxergar a escrita/*Escrita* como uma presença a reaparecer. Mais precisamente os *Escritos*, talvez pelo seu caráter reflexivo, ao retratar um pensamento inacabado deixam à mostra as dúvidas que o assunto desperta, contudo não há uma teorização explícita sobre o lugar da escrita. De sorte que em nenhum dos “Saussures” é possível afirmar que a escrita tenha sido radicalmente banida da ciência da lingüística. A sempre presença esgueirada da escrita/*Escrita* estava somente à espera para ressurgir.

A escrita/*Escrita* retorna pelo seu caráter incorpóreo, liberta do jugo sonoro de quem não é mais escrava nem representação. Contudo, o “retorno” – ou a sempre presença - da escrita é possível de ser verificado (Cf. cap. II), mas o mesmo não pode ser dito com relação à *Escrita*, escondida sob a regularidade do sistema. Escondida mas sempre presente. E é esta *Escrita* o objeto desta tese.

1.4 CONCLUSÕES PARCIAIS: DO GESTO INAUGURAL E DO QUE RETORNA À ESCRITA/*ESCRITA*

Cabe ainda saber, a exemplo do que sugere o título deste item, o que retorna à escrita do gesto inaugural de Saussure, e o que se pode dizer da *Escrita* a partir de tais conclusões.

Do que foi possível concluir a partir dos itens que compuseram este capítulo, a exclusão da escrita/*Escrita*, respondeu a uma necessidade de cientificidade requerida pela lingüística estrutural. Tal constatação ratifica a hipótese que abre este capítulo, a saber: **a exclusão da escrita operada pelo ato fundador da lingüística moderna, legitimado pela publicação do *Curso de Lingüística Geral* de Ferdinand de Saussure, é correlativa à busca da ciência de regularização do objeto.**

Na língua há o discernível, e nesse regular, não há lugar para a escrita nem para a *Escrita*. Afirmção que legitima a exclusão da escrita encontra no CLG seu mais importante propagador, na medida em que atribui à escrita um estatuto de exterioridade notadamente decorrente da materialidade. Por esse viés, a escrita não pode encontrar na lingüística um lugar para si, respondendo, em um primeiro momento, a pergunta que abre o item 1.2: pode, pois, a escrita encontrar na lingüística um lugar para si?

A depreciação da escrita pode ser atribuída como uma decorrência da tradição filosófica em que Saussure estava inserido, cujos modelos priorizavam a oralidade como verdadeira e a escrita como falsidade. Mas essa aparente filiação ao modelo vigente, de certa forma materializada na *Introdução* do CLG (*Representação da língua pela escrita*), não impediu que Saussure se dedicasse a uma investigação exaustiva em relação à língua. A possibilidade da existência de outra pesquisa, menos submetida aos cânones da época e, por conseguinte, mais livre para abordar questões apartadas do quadro de reflexão abriu caminho para um entendimento da escrita para além da representação gráfica, isto é, como *Escrita*. A

grandeza do gênio investigativo de Saussure possibilitou que essa *Escrita* pudesse permanecer de forma virtual⁶⁸, dando-se a ver somente além das aparências.

Ultrapassadas as barreiras responsáveis por apartar a escrita da reflexão lingüística, através de uma releitura do CLG, é possível concluir que o que importa na escrita não é a letra, mas a relação estabelecida entre os elementos, pois, a escrita possui um sistema próprio de significação, que se dá por uma rede de oposições, totalmente arbitrárias. Abre-se, portanto, o leque de discussão em duas direções: em um primeiro momento, a escrita tomada como um sistema arbitrário, cuja relação se dá entre seus próprios elementos; e a arbitrariedade da escrita com relação à fala, em uma exterioridade própria da representação.

Essas duas maneiras de entender a escrita relevam das concepções de significante apresentadas no CLG: material/imaterial. Por um lado, a imaterialidade do significante permite à escrita estabelecer-se como um sistema de valor cuja relação se dá entre os próprios elementos submetidos a uma rede de oposições, totalmente arbitrários; por outro lado, tomado como materialidade, o significante submetido à linearidade permite o entendimento de uma escrita dotada de caráter representacional. É apenas em relação ao caráter material que a escrita é posta em relação com a fala. Esta, por sua vez, é passível de duas interpretações.

Pode-se, portanto, entender a fala como um ato fonatório, e sonoro, tendo como consequência a exclusão da escrita; e/ou como uso da língua, permitindo a inclusão da mesma.

Como vimos, o percurso da pesquisa saussuriana, aqui esboçado em traços gerais e direcionado para a presença da escrita na ciência lingüística, permite vislumbrar o caráter binário de tal reflexão, como escreveu Saussure: *numero deus pari gaudet*. Talvez seja possível situar aí, no lugar em que duas hipóteses se apartam, a opção por abordar o discernível, restituindo aos domínios da língua o que escapa dela mesma em direção ao real.

A tentativa de regularização excluiu a *Escrita*, que tem a ver com a enunciação, no entanto, “outra” escrita se mantém e retorna por vias diversas, com variados nomes. Aquela que diz do não-um retorna como literatura, como poesia; a que diz do regular permanece no quadro da lingüística e tem seu lugar nas teorias destinadas ao ensino e à aquisição da escrita.

⁶⁸ *Virtual* é tomado no sentido atribuído por Lévy (1996), isto é, virtual é o que existe em potência e não em ato, estando, portanto, latente.

A bem da verdade, a escrita como representação permaneceu em condição assessória, a tinta que substitui o ar, emprestando para a lingüística uma noção cara ao seu caráter de cientificidade, quer dizer, a presença utilitária da escrita da ciência. Soma-se a esse fator sua filiação ao saber positivo. Mas mesmo assim, a *Escrita* não deixou de ser a materialidade e de marcar uma exterioridade mal vista por remeter à substância própria da fala e do sujeito. Eis aqui a presença de outro excluído. E é pela mão desse sujeito que também a *Escrita* será alijada.

Mas o mesmo fluxo que carrega para longe retorna trazendo à tona o que tentou abafar. A impossibilidade reside em elidir o que existiu, pela necessidade de retornar incansavelmente para o lugar de onde foi banido. O eterno retorno. Assim, a *Escrita* retorna do não-todo, mas não caminha sozinha. Novamente sua condição será o sujeito.

Do que foi dito, é a *Escrita* o objeto desta tese. Uma escrita tomada como processo ou, para fazer uma analogia que será de muita valia adiante, como enunciação e não como enunciado, ou ainda, como suporte de língua e não como a língua em si.

Por fim, retomando a epígrafe deste capítulo em que Saussure confessa ter *horror doentio pela pena* em uma citação sem data e bruscamente interrompida é possível vislumbrar a relação entre Saussure e a *Escrita*. O horror de Saussure pela escrita não pode ser tomado como uma simples aversão a um ato de reprodução gráfica. Essa afirmação traz a presença virtual de uma escrita desvinculada da idéia de representação, de imagem da fala. Se assim não fosse, qual a razão de tamanha tortura ao escrever? A angústia de Saussure adianta a resposta: o sentido não está nem antes nem depois da marca no papel, constitui-se no momento mesmo da escrita. Como bem disse Arrivé (1999, p.197), *a escrita não designa: ela faz, ela é.*

Antes de anunciar o próximo capítulo, cabem algumas observações. O esforço para reabilitar a escrita dentro da fundação da lingüística, como vimos até agora, é a possibilidade dessa reflexão avançar. É a partir das conclusões aqui enumeradas que será possível elaborar uma proposta, uma forma de abordar a escrita pelo viés da enunciação: a *Escrita*. Logo, esse percurso serve para dois propósitos: dar possibilidade de retorno e ver os termos desse retorno. Como vimos, esta tese segue em direção à enunciação, possibilidade de que ela se construa.

A seguir, para dar conta do propósito de buscar elementos que permitam detectar a presença da escrita, o próximo capítulo se deterá no âmbito escolar: o “mundo da escrita”.

CAPÍTULO 2

UMA PRESENÇA CONSTANTE: A ESCRITA NA ESCOLA

A língua é não-toda: segue-se que alguma coisa não cessa de não se escrever aí, e em todas as formas discursivas relacionadas à alíngua, esta alguma coisa exerce uma ação. Para a lingüística, a coisa é simples: trata-se de ignorar totalmente o ponto de cessação, e esta ignorância a estrutura.

(MILNER, 1987, p. 25)

Este capítulo parte do que foi examinado no capítulo anterior, cuja reflexão centrou-se em torno da instauração da lingüística como ciência e o que, a partir desse gesto, pode ter retornado à escrita/*Escrita*. Significa que ainda seguirei entendendo a *Escrita*, relacionada com o sujeito, como uma exclusão decorrente da busca de regularização exigida pela cientificidade, em oposição à “outra face” da escrita, aquela que diz do regular da língua.

Tendo, então, como pressuposto a possibilidade de um retorno do que foi excluído como um movimento próprio de qualquer exclusão, a hipótese que norteia este capítulo entende que **a exclusão da escrita do escopo da lingüística é correlativa à exclusão do sujeito, e as formas de inclusão dos excedentes que a lingüística produziu priorizam um retorno vinculado à regularização do objeto**. Nesse sentido, uma pergunta norteará as reflexões deste capítulo, a saber: **como retorna a escrita, em uma das manifestações, no pensamento lingüístico pós-saussuriano?**⁶⁹

Evidentemente, tal pergunta enseja uma pretensão que, adiante, não se concretizará: a da exaustividade. Apesar da amplitude que orienta este capítulo, as reflexões a seguir são apenas ilustrativas, e restritas ao campo da escola, de como se deu o retorno, se é que ele aconteceu de fato, e as possíveis conseqüências desse movimento.

Eleger a escola como exemplar para tratar a presença da escrita implica deixar de contemplar, pelo menos de forma mais detida, outras instâncias em que a relação com a escrita se fez notar, como é o caso da Crítica Genética e da Aquisição da Linguagem. Cabe, portanto, apontar o porquê de tal escolha.

Em primeiro lugar, a relação entre o ensino de língua materna e a escrita segue um senso comum responsável por ligar a escrita ao ensino e à escola, filiando a prática da escrita escolar ao positivo próprio da ciência. Por esse prisma, “é preciso ir à escola para aprender a ler e a escrever”.

Em segundo lugar, pela tão defendida relação entre lingüística e escola (2.1), sugerindo que esta possa tornar-se um lugar em que as teorias sejam aplicadas, oportunizando, de certa forma, uma “prática” a uma epistemologia.

⁶⁹ Pós-saussuriano releva da afirmação de Milner, já utilizada no Cap.1, segundo a qual toda a lingüística é por definição saussuriana. Assim, o “pós” aqui significa não necessariamente influenciado diretamente por Saussure ou que a ele faz referência, mas que vem depois e por vir depois, de alguma forma, a ele está ligado, já que ele foi condição de enunciação do que veio.

Por fim, por uma razão de trajetória⁷⁰. Significa que um professor de língua portuguesa falará de sua relação com a escola, posicionando-se como alguém que tem com a escrita/*Escrita* uma estreita proximidade. É, pois, deste lugar que falo.

De certa forma, este capítulo pretende demonstrar que entre a escrita e a *Escrita* a que sobreviveu foi a escrita e em duas versões: a) na relação com a ciência e b) na relação com a fala. Ambas as versões estão presentes na escola e estão autorizadas pelo CLG.

Mas como se chegou a conceituação de escrita como sendo “da escola”? Para responder a essa pergunta será necessário um passo atrás, ou seja, tentar acompanhar a discussão de como a escrita é entendida na escola e as prováveis conseqüências dessa conceituação para o ensino da escrita.

Pela impossibilidade de abordar essa relação de forma integral, a reflexão feita no Brasil será tomada como representativa para ilustrar tal raciocínio. Logo, o item a seguir deve ser visto como uma ilustração do que se quer aqui provar e não como exaustividade.

2.1 A ESCOLA COMO O LUGAR DA ESCRITA

Evidentemente a Linguística nada tem contra a escrita, onde sem dúvida a língua atinge os níveis mais elevados de expressão, ao menos mais rebuscados, sofisticados, sutis, até pela possibilidade de revisar, corrigir, aperfeiçoar o texto. Mas talvez seja bom que a ciência da linguagem nos lembre que não haveria língua escrita se primeiro não houvesse a língua falada. E que a escrita é um sinal secundário: representa (imperfeitamente, claro) a fala, que por sua vez representa o pensamento. É pois, a escrita, um “sinal de sinal”.

A escola deveria cuidar primeiramente da fala dos alunos, único meio de comunicação que a imensa maioria deles terá pela vida toda. Uma adequada terapia da fala (e do pensamento nela expresso), quem sabe, encaminharia uma natural terapia da escrita (LUFT, 1985, p.72) [Grifo nosso].

As conclusões do capítulo anterior autorizam afirmar que a tentativa de regularização excluiu a *Escrita* que entendo estar relacionada com a enunciação, entretanto, tal exclusão parece tê-la fortalecido, sua “ausência” tornou-se, durante todos esses anos, uma “presença” incômoda, por vezes ignorada, que, ao fim e ao cabo, sempre esteve espreitando seu lugar na língua. De todo modo, o ensino de língua materna parece tê-la ignorado, sua presença está

⁷⁰ Conferir Endruweit (2000, 2003).

ligada a uma escrita distante de qualquer subjetividade, aproximando-se de uma pretensa objetividade da ciência. Nessa direção, a questão tratada a seguir diz respeito ao caminhar da escrita – enquanto saber científico – e sua relação com o saber escolar – enquanto prática de ensino da língua escrita.

Para esse fim, o pensamento de alguns lingüistas brasileiros será de valia como balizadores dessa reflexão, pois o ensino de língua acaba por refletir as concepções assumidas pela lingüística, muito embora nem sempre essa relação se dê sem descompassos. Exemplarmente, uma pequena incursão histórica será esclarecedora.

No final dos anos sessenta, era grande o entusiasmo dos lingüistas em relação à gradual sobreposição da Lingüística em relação à Gramática⁷¹ e à Filologia, sendo vista como um fator de renovação do ensino de língua (ILARI, 1986). Até os anos cinqüenta, o ensino destinava-se às camadas privilegiadas da população que já chegavam à escola com razoável domínio do dialeto de prestígio; em contrapartida, a função do ensino de língua portuguesa era levar o aluno a ter contato com textos literários que desenvolviam uma habilidade, de certa forma, já dominada (SOARES, 1998). O propósito era formar imitadores de autores consagrados, como bem ilustra o trecho a baixo, retirado da “Seleta em Prosa e Verso”, publicada em 1883 e posteriormente reedita em Porto Alegre em 1934, sendo o livro didático de várias gerações de alunos:

Muito de propósito conservei nesta edição trechos de escritores clássicos, principalmente do incomparável P. Antônio Vieira, pois, em que pese a certos críticos e prosadores de quotiliquê, esses trechos, no entender dos nossos melhores escritores, ainda hoje podem servir de modelo para os que aspiram a escrever com correção, pureza e elegância a nossa bela língua (PINTO, 1936, p.5).

Naturalmente, a lingüística oferecia uma renovada visão para o ensino, justificando o entusiasmo com que fora acolhida. Havia uma ciência autônoma, com princípios teóricos e métodos investigativos próprios, distinta da Gramática Tradicional, disciplina que comporta um estudo gramatical anterior ao advento da ciência lingüística. Mas a visão “renovada” que a lingüística poderia fornecer ao ensino não diria respeito à escrita, considerada desde sempre “coisa menor”. Se a escola instaura-se como sendo o “mundo da escrita”, a lingüística, por sua vez, rechaça a escrita, demonstrando que entre ambas existe um desencontro.

⁷¹ Uso Gramática em maiúscula para indicar a disciplina.

De fato, a Gramática Tradicional é até hoje *o ponto de partida e também o pano de fundo da atividade científica e especulativa da Lingüística e da Filosofia da Linguagem* (BAGNO, 2000, p.17). É uma tradição de mais de dois mil anos, que, inegavelmente, está incluída – os estudos gramaticais –, juntamente com a filologia no rol dos fenômenos examinados pela lingüística atual. Portanto, se aceitamos *que todos os professores, de um modo ou de outro, ensinam gramática* (NEVES, 2001) e que a vêem como uma teoria, então à lingüística não pode ser creditada a totalidade da responsabilidade quanto ao descompasso entre teoria e prática.

Ainda que a aplicação da lingüística ao ensino desse margem a inúmeras distorções, como de fato ocorreu (ILARI, 1986), sua presença em sala de aula proporcionou mais liberdade quanto ao uso de expressões até então somente abordadas pela literatura; a linguagem coloquial começa a aparecer nos textos usados para leitura, possibilitando o surgimento, em âmbito escolar, da variação lingüística, atrelada à valorização da língua oral. Tal abordagem seria impensável na perspectiva histórica de alguns anos atrás, e, inegavelmente, esses avanços se devem às idéias debatidas em lingüística. O que se viu, no entanto, foi que essas idéias não foram suficientes para diminuir o ensino da nomenclatura gramatical. Para Ilari (1986), a situação continua a mesma: o ensino maciço de terminologia gramatical, exercícios escritos, e a escola continua ignorando as variedades regionais e sociais. Assim também a escrita seguiu na esteira dessa acomodação entre os conceitos provenientes das pesquisas lingüísticas; as necessidades práticas do ensino aliaram-se a uma escrita próxima do modelo de cientificidade.

Acontece que para atender a esse propósito de objetividade seria preciso circunscrever o uso da escrita apenas como representação do som, ratificando a crença de sua submissão em relação à fala, esta sim, verdadeiramente própria do homem.

Seguindo essa discussão, a exemplo do que foi feito no item 1.2.1, alguns pontos necessitam ser trazidos com o intuito de situar as concepções atuais que permeiam a relação fala/escrita. Procurar, então, entender as razões de tão forte dicotomia é o assunto a seguir.

2.1.1 Das muitas querelas entre fala *versus* escrita

As querelas entre fala e escrita relevam de uma filiação ao pensamento clássico filosófico que relaciona a escrita à exterioridade, e, portanto, pernicioso, conforme vimos em 1.2.1. No capítulo anterior, essa relação foi examinada tendo como ponto central o pensamento saussuriano expresso no CLG; para o interesse deste capítulo, as diferenças entre fala e escrita serão abordadas sob outro viés que não exclusivamente o de um lingüista. Desse modo, uma abordagem da escrita como um fenômeno antropológico, pertencente à humanidade em geral, será o tema desse item. Para tanto, as idéias de Marcuschi, Sampson e Havelock serão elucidativas.

Inegavelmente, a fala é a característica que distingue sobremaneira o homem do animal, e por esse ângulo, a fala seria considerada como um fato biológico, e a escrita como um fato cultural. Tomando as palavras de Marcuschi (2003, p.17), seria possível definir o homem como *um ser que fala e não como um ser que escreve*.

Talvez não seja exagero afirmar que durante a maior parte do século XX, a lingüística ignorou a escrita, no que pese as idéias difundidas pelo grupo de lingüistas pertencentes à escola de Praga⁷². É possível que essa atitude seja uma reação contra a tradição dos estudos lingüísticos iniciadas antes mesmo do século XIX. Por essa época, os estudiosos que se dedicavam às pesquisas relativas à língua possuíam um espírito avaliador e estavam preocupados em erradicar os erros lingüísticos. Para esse fim, a escrita estaria sob medida. Para citar Sampson:

É claro que qualquer um que pense a língua desta forma irá se concentrar principalmente na língua escrita, pois é ao escrever que, por assim dizer, vestimos “nossos trajes lingüísticos de domingo”, ponderando e censurando nossas expressões para obter um produto final elaborado (1996, p.8).

Além disso, os estudos diacrônicos, principalmente as pesquisas referentes à etimologia histórica direcionaram a atenção para a escrita como uma forma conservadora em oposição à fala, menos sujeita às pressões sociais. Como a fonética ainda não existia, tal como

⁷² A idéias de Vachek, baseadas no funcionalismo do Círculo de Praga, inspiraram muitos lingüistas. Resumidamente, Vachek propõe o estabelecimento da linguagem escrita como domínio legítimo dentro da lingüística. Oralidade e escrita são entendidas como dois sistemas de meios lingüísticos que não diferem apenas materialmente, mas sobretudo funcionalmente. Postula também a heterogeneidade das diversas formas de escrita. Ainda Trubetzkói em “Nota para uma ciência pura da escrita” afirma que *essa futura ciência da escrita deverá ligar-se o mais intimamente possível à moderna lingüística estrutural*. (TOLEDO, 1978, p.129).

a conhecemos hoje, os estudos atinham-se ao processo de mudança das letras que compunham as palavras.

Toda essa bagagem relacionada com o estudo prescritivo da língua assombrou o surgimento da lingüística sincrônica cuja base epistemológica ancorava-se em uma ciência basicamente descritiva: o que interessava era a língua em uso, não mais sua adequação às regras prescritas pelos puristas. Para os estudiosos dedicados a uma abordagem mais inovadora, a expressão oral era o lugar por excelência para tal investigação. Dessa distinção entre a abordagem tradicional da filologia e a lingüística como uma ciência autônoma (Cf. Cap.1) – em que entre outros fatores soma-se a primazia da fala – resultou o preconceito em relação à validade da escrita como objeto de estudo⁷³. A aceitação da primazia da língua falada foi uma conquista árdua para a lingüística e o fato de ter ultrapassado a idéia de olhar a fala somente através de sua representação escrita significou um avanço tão grande que conceder qualquer espaço para a escrita representava um recuo. Tem-se, portanto, mais uma razão para a exclusão da escrita, além das questões apontadas no capítulo anterior.

É possível pensar que a anatomia da boca e da laringe humanas, bem como o aparelho auditivo, possam ter evoluído biologicamente com o propósito de se tornarem mais eficientes no homem do que em outros animais da escala evolutiva; no entanto, não seria plausível sugerir que nossas mãos e olhos tenham sofrido mudanças biológicas para se adaptarem à tarefa de ler e escrever⁷⁴. Assim, somente a fala seria capaz de oferecer aos pesquisadores alguma pista do funcionamento biológico do intelecto humano. A esse respeito, Sampson (1996) cita um estudo realizado por Love (1980) em que alguns pesquisadores sugeriram que as línguas, o francês padrão, por exemplo, deveriam ser estudadas através de um *corpus* exclusivamente composto por falantes adultos não-alfabetizados, pois acreditavam que a cultura escrita havia contaminado os dados lingüísticos. Também Havelock (1995, p.27) aborda essa questão:

Durante um período de, possivelmente, sete mil anos ou menos, a espécie humana adquiriu a capacidade por meio da qual a mão e o olho, suplementados pelo ouvido e pela boca, conseguem produzir pequenas formas visíveis que desencadearão uma memória da língua previamente

⁷³ Para Weedwood (2002, p.10): *De fato, a distinção entre lingüística e filologia tinha que ver, no século XIX, e em grande medida ainda tem, com questões de atitude, ênfase e objetivo. O filólogo se preocupa primordialmente com o desenvolvimento histórico das línguas tal como se manifesta em textos escritos e no contexto da literatura e da cultura associadas a eles. O lingüista, embora possa se interessar por textos escritos e pelo desenvolvimento das línguas através do tempo, tende a priorizar as línguas faladas e os problemas de analisá-las num dado período de tempo.*

⁷⁴ Para uma abordagem mais aprofundada, conferir Sampson (1996).

pronunciada e ouvida. E essa realização epigráfica ocupou apenas um breve momento na linha evolutiva! O ser humano natural não é escritor ou leitor, mas falante e ouvinte. Isto é tão válido para nós quanto foi há sete mil anos. A cultura escrita, em qualquer estágio do seu desenvolvimento e em termos do tempo evolutivo, é mera “presunção”, um exercício artificial, um produto da cultura, não da natureza, imposto ao homem natural.

De qualquer forma, não se pode deixar de pensar que essa idéia segundo a qual a fala é um acontecimento puramente natural, não maculado pelas regras prescritivas artificiais é um tanto romântica, já que é do conhecimento de todos – pelo menos nos dias de hoje – a influência exercida pelas pressões sociais com relação ao prestígio atribuído a determinadas expressões orais. O que não se pode é ignorar a condição biológica da fala e a decorrência de que a escrita seja um fenômeno exclusivamente cultural, e por isso, esta última seria irrelevante aos estudiosos da linguagem. Mas ainda resta uma pergunta: a quem caberia estudar o fenômeno cultural chamado escrita? Se o lingüista abdica dessa tarefa, nenhuma outra área de conhecimento a tomaria como objeto de estudo. Ou ainda, por que supor que a lingüística deva contemplar somente fatos biológicos ou deixar de estudar um fenômeno apenas por ele ser relativamente novo como a escrita?

Mesmo que a escrita tenha sido deixada de lado em benefício da oralidade e a relação entre ambas entendida como dicotômica, as conseqüências intelectuais e sociais da cultura escrita foram maximizadas em muitos aspectos; ainda hoje é fácil se envolver pela crença de que a escrita é um saber superlativo, exagerando os efeitos da cultura escrita sobre o pensamento humano.

Em decorrência do fato de a escrita ter se tornado indispensável para a própria sobrevivência em sociedade – e de certa forma, da sociedade – seja em meio rural ou em centros urbanos, e nesse sentido, essencial à permanência em um mundo moderno, muitos autores defenderam a tese da supremacia cognitiva da escrita⁷⁵.

Basicamente, as discussões, iniciadas nos anos 60, foram polarizadas em dois grupos de pesquisadores. Por um lado, a “teoria da continuidade” sustenta que a oralidade e a escrita são equivalentes para o desempenho de funções semelhantes, também interpreta as mudanças culturais em termos de alterações nas práticas sociais, presumindo que os processos cognitivos individuais permanecem inalterados. Assim, o papel da escrita é mais social do que

⁷⁵ Conferir Walter Ong, Sylvia Scribner, Jean Bottéro, entre outros. David Olson em seus primeiros trabalhos (1977) apresentava uma posição bem mais defensável em relação à escrita do que em seus trabalhos mais recentes (1995).

lingüístico ou psicológico. Nesse grupo, entre outros, o nome mais representativo é o de Eisenstein (1979).

O outro grupo, representantes da tese denominada “grande teoria da divisão” ou a “grande virada” cognitiva, por outro lado, interpreta essas mudanças culturais deflagradas pela introdução da escrita em termos de alterações psicológicas e de organização social. Nesse grupo, estão incluídos McLuhan (1964)⁷⁶, Havelock (1963), Goody (1977), Ong (1982) e Olson (1977).

Atualmente pouco se fala a respeito dessa oposição tão demarcada quanto ao estatuto da escrita. Marcuschi (2003, p.17) faz alusão, em nota de rodapé, à “tese da virada”, ressaltando que *essas teses não são mais sustentáveis hoje. Os próprios autores deixaram-na de lado*. Realmente, nota-se no trabalho atual de Olson (1997) uma postura bem menos radical quanto à importância da escrita, chegando a revisar suas posições com relação ao aspecto cognitivo decorrente da aquisição da escrita. Mas por muito tempo essas idéias permaneceram vigentes no imaginário da sociedade alfabetizada, permeando, talvez até hoje, o sentimento de admiração provocado pela expressão escrita. É como se o domínio da escrita garantisse o ingresso para a civilização e para o conhecimento. Tal crença resultava de uma concepção distorcida do fenômeno em si. De certa forma, ao creditar valores imanentes à própria escrita, estaremos aceitando que qualquer outra tecnologia seria responsável pelo desenvolvimento mental do ser humano (usar o computador seria condição para que o raciocínio fosse mais apurado, por exemplo).

Sem dúvida, houve uma repentina supervalorização da escrita, ainda que seu surgimento na humanidade tenha se dado tardiamente em relação à fala: a escrita surgiu há 5.000 anos, no ocidente, seu aparecimento data de 2.500 anos⁷⁷. Na verdade, ao longo dos anos, a relação entre aquisição da escrita e desenvolvimento, tanto intelectual como financeiro, foi sendo consolidada, fazendo parecer que os povos mais alfabetizados seriam sempre os mais prósperos. Marcuschi (2003) lembra o caso da Suécia, plenamente alfabetizada já no século XVIII e economicamente marginalizada. É claro que não se pode argumentar em favor do desconhecimento da escrita em uma sociedade como a nossa, seria

⁷⁶ Interessante a leitura de “A palavra escrita, um olho por um ouvido” em que o autor sustenta que o homem ocidental perde a sensibilidade pelo emprego do alfabeto fonético, ao contrário da escrita chinesa, por exemplo.

⁷⁷ Segundo Graff (1994, p.38), *a cronologia é devastadoramente simples: o homo sapiens, como espécie, tem cerca de um milhão de anos; a escrita data de aproximadamente 5.000 anos (0,5 por cento da existência da humanidade), [...]*

negar a todos o acesso a um bem social histórico. O falacioso é propagar a escrita como detentora de um valor intrínseco responsável por sua supremacia.

É um mito acreditar que somente a escrita possibilita o desenvolvimento do raciocínio lógico e abstrato, como também é equivocado pensar que a fala é o lugar do pensamento concreto e a escrita, o lugar do pensamento abstrato. Não há, portanto, diferenças quanto à qualidade dos conhecimentos transmitidos ou gerados pela escrita ou pela oralidade. Para citar Marcuschi (2003, p.47):

Assim, fala e escrita não são dois modos qualitativamente diversos de conhecer ou dar a conhecer. A escrita não acrescenta massa cinzenta ao indivíduo que a domina bem como o não-domínio da escrita não é evidência de menor competência cognitiva. Deve-se, pois, distinguir entre o conhecimento e a capacidade cognitiva. Quem domina a escrita pode, eventualmente, ter acesso a um maior número de conhecimentos.

Do ponto de vista da praticidade, a expressão oral está em desvantagem com relação à escrita. O oral implica a presença simultânea – da boca que fala e dos ouvidos que ouvem, sua natureza é a fugacidade, pois não é feita para durar, nem para ser retida com facilidade (há um limite para o armazenamento da memória); por outro lado, a escrita transcende o espaço e a duração, dispensa a presença simultânea (algo praticamente impossível na atualidade), e o mais importante, a escrita dá a idéia de fidelidade. De certa forma, é como se a escrita substituísse o homem. Em uma sociedade oral, o homem se impunha por sua palavra. Se ele jurasse, bastava para que fosse considerado inocente, e qualquer acusação contra ele deixava de existir. Após a aquisição da escrita, o juramento cedeu lugar ao manuscrito: agora o que importava era o registro, e não mais a palavra empenhada. Indubitavelmente, o *status* da escrita superou qualquer outra forma de expressão.

Do que vimos, muito mais poderia ser trazido à discussão, visto a sempre presente oposição entre fala e escrita. Mas para o interesse desta pesquisa, o exposto permite entender que as divergências capazes de opor essas duas questões vão além de uma filiação epistemológica ou do caráter de cientificidade exigido por um domínio do saber, atingem a essência humana e a relação com o outro. Tais divergências enredam-se na busca da primazia, reforçando o caráter excludente próprio das antinomias. Parafraseando Graff (1994), essas oposições sugerem que estamos sob a *tiranía das dicotomias conceituais*.

Assim, nesse caminho de oposições, a escrita chega ao ensino de língua portuguesa marcada ora pela desvalorização, ora pela supervalorização em relação à fala⁷⁸. Sua presença, entretanto, estará garantida por conta da sua aproximação com a posituação (Cf.Cap.1) requerida pela instituição escolar. De resto, a escola acabou por legitimar a escrita como regularização, distanciando-se de uma visão enunciativa do escrever, paradoxalmente, reservando um lugar para um “sujeito imaginário” dos textos escolares.

Nesse sentido, o próximo item buscará exemplificar as maneiras como a presença da escrita chega à sala de aula, através, principalmente, das publicações que circularam entre os professores nos últimos trinta anos no Brasil.

2.1.2 A escrita na escola: entre a proposta didática e a produção textual

Como foi possível acompanhar através dos itens anteriores, o ensino da língua vale-se da legitimação da escrita como regularidade, própria do saber escolar, resultando no distanciamento de qualquer visão enunciativa da escrita, ou seja, da *Escrita*. Na verdade, a escola é, sim, o lugar da escrita regular. Talvez porque a primazia cronológica da fala como prática oral desenvolvida em interações do dia-a-dia, sendo adquirida naturalmente à medida que a criança cresce, seja entendida como uma aquisição informal. Ao contrário da escrita que, tomada como uma manifestação formal da alfabetização⁷⁹, representa a aquisição de um bem cultural, significando certo prestígio decorrente do processo de escolarização⁸⁰. É, portanto, na escola que a criança tendo maior contato formal com a língua escrita, será tida como alfabetizada⁸¹.

⁷⁸ É preciso lembrar que a partir dos anos 80, a visão dicotômica entre fala e escrita foi sendo substituída pelo entendimento de um contínuo entre elas; significa dizer que ambas, fala e escrita, possuem características próprias, valorizadas como práticas da língua. No entanto, esse é um pensamento recente em comparação a já arraigada oposição vigente.

⁷⁹ O aprendizado da escrita pode ser entendido como *alfabetização*, mas é preciso diferenciar esse termo de *letramento*, que extrapola o mundo da escrita como é entendido pela escola. A alfabetização, prática individual, é apenas um tipo de letramento: este, por seu lado, é entendido como prática social (KLEIMAN, 2001).

⁸⁰ Para Graff (1994), é equivocada a identificação entre alfabetização e escolarização, pois é possível haver alfabetização desvinculada de escolarização.

⁸¹ Importante via de acesso à escrita é, sem favor, as Teorias de Aquisição de Linguagem. Inúmeras são as possibilidades que se abrem pela via da aquisição, principalmente, sobre a aquisição da escrita, assunto que precisará ser tangenciado devido aos limites desta tese.

Lemos (1999)⁸² aponta como um problema em relação à alfabetização a suposição de que a simples aproximação entre letras e sons, palavras e sons ou mesmo sons e a forma de textos faça com que a escrita se torne transparente. Também a crença de que a escrita seja um conhecimento a ser ensinado/aprendido deixa em suspenso uma certa descontinuidade. Quer dizer, se há a possibilidade de uma mediação para essa aprendizagem no sentido de uma transmissão, é também preciso considerar a possibilidade de não-continuidade “natural” entre a linguagem oral e escrita. Dessas reflexões, Lemos pontua sua atuação ao tratar da aquisição da escrita, ou da linguagem em geral, como uma transformação que se opera através do funcionamento simbólico, tendo em mente sujeito e objeto (para um sujeito) como efeito desse funcionamento. Em síntese: há um sujeito efeito de linguagem, há um outro representante da língua que com ele interage e há a língua em seu funcionamento.

O importante é que ao reconhecer o funcionamento da língua reforça-se a possibilidade de que as investigações sobre a aquisição da escrita não mais se reduzam à relação binária oral/escrita, passando a contemplar uma relação triádica oralidade/escrita/língua (MOTA, 1995). Ainda que o objetivo dessa pesquisa não contemple as questões referentes à aquisição da escrita, a possibilidade do rompimento da dicotomização, que tanto mal fez à escrita, justamente por um viés que contemple também a presença do sujeito, reforça a hipótese de que **a exclusão da escrita do escopo da lingüística é correlativa à exclusão do sujeito.**

A escrita está presente na maioria das práticas sociais dos povos em que penetrou. Mesmo quem não sabe escrever está constantemente sendo influenciado por ela. Segundo Kato (1995), é função da escola introduzir a criança no mundo da escrita para que esta seja capaz de fazer uso desse tipo de linguagem para comunicar-se, em uma sociedade que prestigia a escrita. A escrita faz parte da escola, tanto que é impensável uma sala de aula sem quadro negro - ou branco, seguindo o avanço tecnológico - ainda mais nos ensinos fundamental e médio. Por mais que mudem as metodologias, os recursos usados no dia-a-dia escolar, “dar aula” significa, também e ainda, escrever no quadro; frequentar a sala de aula, por sua vez, também implica envolver-se muito mais com a expressão escrita do que com a

⁸² Trata-se da proposta Interacionista que entende a aquisição como estando ligada ao funcionamento da língua, melhor dizendo, submetida a tal funcionamento. O trabalho de Cláudia de Lemos é significativo nessa área e distingue-se de outras abordagens ao reconhecer a impossibilidade de categorizar as formas que emergem na fala inicial da criança. Para Lemos, é impossível uma descrição que enquadre em estágios o processo de aquisição dessa fala. Sob essa perspectiva, a aquisição da escrita tem relação direta com o lugar do outro, possibilitando dar ao interlocutor um lugar que não seja o de transmissor do processo, mas de intérprete.

oral. Sem dúvida, a escrita facilita as atividades desenvolvidas na escola. Citando Bottéro (1995, p.21):

Por outro lado, ao contrário do discurso oral, flutuante, lábil e contínuo, que não se pode apanhar, como água e o tempo que escorrem, a mensagem escrita é materializada, tendo recebido ao mesmo tempo consistência e duração: não é uma corrente de água inesgotável e impermanente como o rio de Heráclito, no qual nunca nos banhamos duas vezes; tornou-se um objeto, coerente, autônomo e manipulável à vontade.

A escrita como um objeto material se presta à análise, à separação de suas partes e ao retorno reparador sobre o que foi escrito, mas talvez sua principal função seja a de armazenar. De fato, a função de arquivar da escrita parece ser decisiva para compreenderem-se as implicações sociais e intelectuais da cultura escrita⁸³ e, acrescento, de sua importância em sala de aula como representação do oral e da regularidade. Mas é possível pontuar essa presença da escrita tão arraigada ao discernível da língua em relação ao ensino? Apontar gestos dessa presença é a proposta do item seguinte, perseguindo as formas de retorno da escrita através das publicações dirigidas aos professores, pois, certamente serão um testemunho da época em que surgiram.

Para esse fim, as publicações mais representativas⁸⁴ de cada década (abordando os últimos trinta anos) serão chamadas a testemunhar sobre o ensino de língua materna na escola.

A questão de fundo, no entanto, é saber como a escrita situa-se dentro das teorias lingüísticas apresentadas aos professores, posição que, conseqüentemente, repercutirá no ensino da escrita em sala de aula.

2.1.2.1 A escrita é o texto

Entre os anos 70 e 80 o ensino volta-se para as teorias da comunicação, prioriza o uso e vê a língua como um instrumento de comunicação transparente, afastando-se gradativamente do ensino da gramática. A discussão sobre o ensino ou não de gramática na escola é tema de grande interesse na época. Por conta disso, textos não literários, do dia-a-dia,

⁸³ Olson (1995) refere-se à cultura escrita em âmbito mais geral do que apenas a instrução, em sentido restrito, como à capacidade de ler e escrever. Tomo emprestada a condição de armazenamento, característica da cultura escrita, estendendo-a para o processo de escrita dentro da escola.

⁸⁴ Evidentemente, essa escolha irá retratar uma visão particular em relação à escolha das obras citadas. No entanto, não deixa de ser um testemunho em relação à importância da publicação.

passam a fazer parte dos livros didáticos; a linguagem oral torna-se parte das aulas. A visão instrumental domina a concepção de língua como veículo de comunicação.

Até a década de 70, o estudo centrado no ensino da Gramática priorizava a escrita. Com a mudança de enfoque, as atenções voltadas para a oralidade, o trabalho em sala de aula buscou atividades diferenciadas do que se fazia até então. Em vista disso, surge no Brasil, nos anos 80, uma gama de autores dedicados a estudar a relação que se estabelece entre a lingüística e o ensino de língua materna em sala de aula. Tais trabalhos repercutem até hoje entre os professores, refletindo a delicada situação que se abateu sobre o ensino, sugerindo que muitas questões (talvez a maioria delas) ainda permanecem insolúveis⁸⁵.

De certa forma, algumas previsões foram lançadas bem antes, em 1973, com *Lingüística e ensino do Português* (GENOUVRIER; PEYTARD)⁸⁶, e alcançaram os dias de hoje. A posição de vanguarda defendida pelos autores abre caminho para as novas discussões a respeito da adoção de textos literários consagrados como modelo do bem escrever: *cremos que bons textos não são apenas os do passado; cremos que a língua escrita vive também nas cartas, nas revistas, nos jornais, e que uma língua existe, antes de mais nada, oralmente* (1973, p.146). Já afirmavam que não deveria haver primazia da língua escrita em relação à oral: duas faces da mesma moeda, interdependentes entre si. A língua escrita é vista como transcrição gráfica, como a materialização da oralidade. Os autores acreditam que o aprendizado da escrita, a partir da entrada para a escola, é o momento em que a criança passará a conhecer verdadeiramente a língua: *A primeira distância experimentada e vivida em relação à língua refere-se portanto ao contacto da criança com a escrita. É isso que caracteriza sua situação de aluno* (p.20).

É possível perceber que o ponto de vista defendido pelos autores reflete o momento de mudança por que passam os estudos lingüísticos no Brasil. Nota-se a tendência da valorização da expressão oral relegada ao segundo plano devido aos estudos gramaticais, e o professor é

⁸⁵ Ilustrando esse período vale lembrar as palavras de Ataliba Castilho ao apresentar o livro de Perini (2000): *Uma aula de gramática, ou mesmo um livro de gramática, funcionam mais ou menos assim: o professor diz lá umas coisas em que você não crê, os alunos piscam, piscam, e fingem que acreditam, e tudo fica na mesma. Para que então aprender gramática? Porque cai no vestibular. Mas haveria alguma razão verdadeira para tudo isso? Ah, bom.. As coisas estavam nesse pé quando, em 1985, apareceram três professores universitários e seus livros maravilhosos. Sem nenhum acordo prévio, usando argumentos não coincidentes, eles semearam a desconfiança quanto às certezas da gramática escolar: Rodolfo Ilari, Celso Pedro Luft e Mário Perini.*

⁸⁶ Trata-se de uma obra singular: precursora de uma discussão que perduraria muitas décadas, traduzida do francês para o português por Rodolfo Ilari, tinha como objetivo atender às necessidades do professor português e brasileiro, resultando em reformulações frequentes e radicais do original francês. O princípio básico foi o de utilizar o arcabouço conceitual do texto francês estofando-o com material luso-brasileiro.

instigado a recorrer à lingüística para poder realizar a *passagem além das aparências gráficas* (p. 45).

Vê-se que a escrita é a exterioridade, representando um empecilho para se chegar até a verdadeira essência: a fala como oralidade. Tal caracterização da escrita testemunha a concepção de escrita como simples reprodução do som (Cf.1.2.1).

Seguindo essa discussão, Ilari (1984-1986)⁸⁷, em *Lingüística e ensino da língua portuguesa*, apresenta a coletânea de seis artigos que procuram responder a uma mesma pergunta: *pode a Lingüística contribuir para o aperfeiçoamento do ensino da língua materna?*

Considerando algumas orientações teóricas presentes em nosso ensino, o autor tenta avaliar a assimilação de idéias provenientes da lingüística e suas conseqüências práticas para o ensino: a primazia da expressão falada sobre a escrita, proporcionando o uso de textos antes pouco valorizados por não serem literários. E é pela via da redação que a escrita aparece como a expressão de um exercício escolar tendo como função escrever textos.

Ilari propõe uma perspectiva formal mais ampla que a gramática para pensar a redação escolar: a teoria do texto ou teoria do discurso. A partir daí, apresenta objetivos para a aula de redação, priorizando a expressão escrita como uma oportunidade de explorar a variabilidade da língua.

É preciso dizer que essa forma de ver a escrita como “expressão escrita” manifestada através de textos não chega a colocar em questão a relação de submissão ou não da escrita em relação à oralidade. O interesse passa a ser o texto tomado como unidade essencialmente comunicativa da língua; ponto de vista assumido pelas Teorias do Texto e pela Lingüística Textual⁸⁸ - termos nem sempre sinônimos. Nessa visão,

o texto consiste em qualquer passagem, falada ou escrita, que forma um todo significativo, independente de sua extensão. Trata-se, pois, de uma unidade de sentido, de um contínuo comunicativo contextual que se caracteriza por um conjunto de relações responsáveis pela *tessitura* do texto – os critérios ou

⁸⁷ Será citada entre parêntese a data da primeira edição seguida da data da publicação em uso.

⁸⁸ A lingüística textual começou a desenvolver-se na década de 60, na Europa, em especial, na Alemanha. Marcuschi (1983, p.12) assim a define: *proponho que se veja a Lingüística Textual, mesmo que provisória e genericamente, como o estudo das operações lingüísticas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos ou orais [...] Em suma, a lingüística Textual trata o texto como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas.*

padrões de textualidade, entre os quais merecem destaque especial a coesão e a coerência (FÁVERO; KOCH, 1988, p.25).

A escrita é, portanto, tomada como a expressão do domínio das estruturas lingüísticas, adquiridas através do exercício escrito: a produção de texto. Exercício que passou a ser sinônimo de escrita na escola, tornando-se o ponto centralizador das aulas de língua materna, buscando instrumentalizar o aluno para que seja capaz de fazer uso das operações que a língua oferece.

Vê-se que a escrita é um instrumento de que se pode lançar mão com o intuito de comunicar através de textos; nesse sentido, a escrita continua a ser entendida como exterioridade, reforçando a concepção de escrita apenas como representação. Importante salientar que essa forma de tomar a escrita passou a fazer parte do ensino de língua, sendo acusada de utilizar “o texto como pretexto” para ensinar nomenclatura.

Assim, é possível vislumbrar uma visão “textual” nas publicações que seguiram nos anos 80, transformando o texto no lugar em que o aluno mostra o domínio gramatical da língua e depois da “subjetividade”.

Como podemos ver na obra de Celso Pedro Luft – professor de português e gramático - em *Língua e Liberdade* (1985), a questão levantada pelo autor é *a maneira de se ensinar a língua materna*, a postura opressora de um ensino cuja obsessão gramaticalista acaba por traduzir uma visão distorcida de que ensinar uma língua está relacionado com a correção da escrita.

Luft defende que falar e escrever bem tem a ver com a *gramática natural* – sistema de regras que os falantes interiorizam ouvindo e falando, um dom que qualquer indivíduo adquire por volta dos cinco ou seis anos, acessível a todas as pessoas normais⁸⁹. Significa dizer que nascemos programados para falar e que *toda pessoa sabe a língua que fala*, assim, *aprender a língua é evolução natural, como crescer* (p. 62). Esta gramática natural é uma gramática da fala, um sistema de regras para a comunicação oral, que nada tem a ver com a correção escrita, pois *a verdadeira língua é a fala* (p. 44). A escrita é vista como uma sinalização secundária que pode mesmo nem ocorrer, como é o caso dos analfabetos e dos

⁸⁹ A argumentação de Luft ancora-se a partir de influências estruturalistas e gerativistas. Significa dizer por este viés que a língua é vista como internalizada, dotando o falante de um saber intuitivo e de uma gramática natural. O funcionamento efetivo da língua é assimilado pela exposição a modelos e a treinamento intensivo, isto é, pela prática. Quanto à escrita, Luft refere *uma natural terapia da escrita* (p.72) como decorrência da fala, isto é, escrever se aprende escrevendo.

povos ágrafos. Luft sustenta que a escola tradicional volta-se prioritariamente a atividades relacionadas com a leitura e a escrita, deixando de lado o ouvir e o falar, já que *letras e outros sinais servem apenas para representar o que alguém falou, o que vai ou poderia falar* (p.44). Dessa forma, o ensino deve priorizar a gramática natural da fala, e esta, por sua vez, *deve sempre preceder, fundamentar e controlar a gramática artificial da escrita* (p.44).

A posição de Luft traz de volta a questão relativa à escrita como representação da fala. Reafirma-se a antiga antinomia entre fala e escrita, entre naturalidade e exterioridade (Cf.1.2.1 e 2.1.1), para a partir daí poder ser discutido o ensino da gramática. A aproximação entre escrita e gramática prescritiva reforça a concepção de que a escrita é formalidade, regra artificial, em oposição à gramática natural da fala, que, por ser verdadeira, deve ser priorizada. O ensino dessa gramática artificial escrita se dá na escola, lugar da regularização. É, pois, sobre o ensino de língua na escola que discute Possenti.

Em seu livro, *Por que (não) ensinar gramática na escola*(1996-2000), Sírío Possenti expõe questões relativas à contribuição da lingüística para o ensino de língua, afirmando que a escola não ensina língua materna, mas língua padrão.

A justificativa para o ensino do português padrão por parte da escola relaciona-se com a aquisição do domínio da escrita e da leitura de textos variados, excetuando-se a produção de textos literários, *já que literatos certamente não se fazem nos bancos escolares; o máximo que se pode esperar é que eles aí não se percam* (p.20). O importante é que o aluno egresso da escola seja capaz de escrever textos com naturalidade. Mas para que esse grau de utilização da língua escrita possa ser atingido é necessário escrever constantemente, inclusive na própria sala de aula. Possenti sugere que a escola “imite” as atividades lingüísticas da vida: se nas ruas, nas casas, na vida, o que se faz é falar e ouvir; na escola, as práticas mais relevantes serão escrever e ler. Desse modo, como aprendemos a falar falando e ouvindo, aprenderemos a escrever *escrevendo e lendo, e sendo corrigidos, e reescrevendo, e tendo nossos textos lidos e comentados muitas vezes, com uma freqüência semelhante à freqüência da fala e das correções da fala* (p.48). A escrita é, portanto, um trabalho, assim como falar e ler também são trabalhos, e a escola é um lugar de trabalho.

Ainda que não seja apenas redação, a escrita é vista como a materialização do texto, e o autor lembra que é nesse nível, o do texto, que residem os principais problemas escolares, cuja tentativa de solução se dá na aproximação entre escrita e fala, tentando vencer a distância

que as separa. Também por esse viés a escola é lugar de regularidades, onde uma escrita própria desse regular deve ser ensinada.

E é também sob esse viés, a menção do texto, que podemos aproximar a obra de Possenti a outra publicação contemporânea: *O texto na sala de aula* (1984-2000) de João Wanderley Geraldi (org.)⁹⁰.

Antes de oferecer sugestões para o desenvolvimento de atividades com a produção de textos e a avaliação, Geraldi aponta a necessidade de levarmos em consideração que *uma diferente concepção de linguagem constrói não só uma nova metodologia, mas principalmente um “novo conteúdo” de ensino* (2000, p.45). A escrita é vista através da produção de textos na escola, e esta, por sua vez, deve oportunizar ao aluno o domínio da variedade padrão como uma forma de acesso a bens que são de todos.

Ao entender linguagem como interação, Geraldi sustenta que é preciso – enquanto professor – mudar de atitude em relação ao aluno, para que possamos nos tornar interlocutores e sermos parceiros reais, devolvendo ao aluno o direito à palavra - *e na nossa sociedade isto inclui o direito à palavra escrita* (p.131). Tal afirmação sugere a presença de um sujeito que possa se tornar autor do seu dizer. Tratemos, pois, dessa possibilidade a partir de agora.

2.1.2.2 O sujeito do texto: a autoria

Já no início dos anos noventa, é ainda João Wanderley Geraldi quem apresenta *Portos de Passagem* (1991-1993), livro em que o autor contrapõe à prática tradicional do ensino de conteúdos gramaticais uma prática baseada em textos enquanto uma alternativa cujas preocupações fundamentais fossem as operações de construção de textos. Geraldi defende a atividade de produção de textos e de análise lingüística como produtores de conhecimento e não meros reprodutores:

⁹⁰ No início dos anos 80, surge a coletânea cujos artigos abordam aspectos pedagógicos e sociais relativos à área do ensino, sempre com vistas à sala de aula. Um propósito interliga os textos que compõem essa publicação: todos têm como objetivo principal um (re)dimensionamento das atividades de sala de aula e pretendem servir, em conjunto, como subsídio teórico-prático. Artigos como: *Sobre o ensino de português na escola* (Sírio Possenti), *Concepções de linguagem e ensino de português* (Geraldi), *Gramática e política* (Sírio Possenti), *Em terra de surdos-mudos (um estudo sobre as condições de produção de textos escolares)* de Luiz Percival de Leme Britto, entre outros, tornaram-se leitura obrigatória para os professores.

A busca do já produzido não faz sentido quando a reflexão que a sustenta é sonogada a quem apreende. Esta busca deve ser resultado de perguntas e de reflexões, e não de mero conhecimento do conhecido (1993, p.220).

A construção de sujeitos, e da própria linguagem, têm lugar em um espaço em que a interação é fundamental, sustentado por uma *concepção de linguagem enquanto atividade constitutiva, coletiva, histórica e social* (p.XIII); deixando claro a opção do autor por uma teoria da linguagem que a considere em sua dimensão discursiva. A produção de textos é o lugar onde a escrita se efetiva, sendo (incluindo a oralidade) o centro de todo o processo de ensino aprendizagem da língua, visto que é no texto que a língua se revela em sua totalidade. Para Geraldi, há um *sujeito* que produz discursos, concretizados em textos, um sujeito comprometido com sua palavra, ainda que vinculado a uma formação discursiva, *dentro da qual nada de novo se diria e apenas se repetiria o já dito* (p.135).

É possível afirmar que Geraldi trata de enunciação, pois mobiliza conceitos centrais dessa teoria (Cf. Cap.3) como sujeito e enunciação, dentro de uma regularidade. A relação de que trata o autor é entre o texto e o sujeito que o escreve, buscando as qualidades dessa escrita. A visão de enunciação em que esta tese se inscreve entende sujeito e língua como indissociáveis, e a noção de escrita/*Escrita* como sendo constitutiva do sujeito.

Nesse momento, além de uma visão textual, há um outro elemento a intervir: o sujeito. No entanto, segundo Geraldi, é preciso afastar *qualquer interpretação que tome o sujeito como a fonte dos sentidos* (p.16). Mas como entender esse sujeito que não atribui sentidos? Como é possível sua presença no ensino? Perguntas importantes para o prosseguimento desta tese, sugerindo, portanto, um breve desvio do caminho.

Não é por acaso que o retorno do sujeito (do que diz do regular, apenas) se dê justamente pela via escolar, lugar da regularidade e normatização, lugar, principalmente, do saber; portanto, do conhecimento. Em contrapartida, a escola sustenta a necessidade de o aluno ser o autor de seu texto, garantindo à escrita o lugar, por excelência, de instauração da subjetividade na linguagem. Tal posicionamento reflete-se nas afirmações do tipo *o aluno precisa se tornar sujeito de seu texto*, ou *a escrita é o lugar de emergência da subjetividade*, ou ainda, *os alunos escrevem sempre igual*, protestos que demonstram a insatisfação por parte dos professores em relação ao escrever em sala de aula.

Parece que existe uma certa vagueza de tratamento desse conceito de *subjetividade*, oscilando entre uma concepção ampla – que poderia ser parafraseada por algo como

manifestação lingüisticamente marcada daquele que escreve – até uma concepção mais restrita próxima de algo como *qualidade estilística superior*. Nesse sentido, não é exagero apontar essa busca pela subjetividade como uma condição perseguida nos textos escritos na escola, atributo responsável pelas mais variadas tentativas de *ensinar o aluno escrever para esse ou aquele propósito*. Significa que para a escola, escrever é principalmente um ato utilitário. Se não é verdade, como entender o direcionamento das aulas de língua materna para a construção de um texto que contemple as exigências do concurso vestibular?

Há sempre a necessidade de escrever *para algum fim*, para mostrar conhecimento, para aferir um domínio de conteúdo apreendido durante a trajetória escolar. Esse é o caminho trilhado pelo texto escrito em aula, e conseqüentemente pela redação de vestibular⁹¹, tomado como exemplo de bem escrever.

Os efeitos dessa visão não podem ser minimizados. Por conta desse entendimento, escrever bem significa escrever conforme as regras norteadoras desse texto ideal. Ideal em forma e também em conteúdo, separação que abriu a discussão em dois pólos distintos: a importância ou não da presença da redação no ensino médio⁹².

Mas entre os muros da escola o embate é outro. É na escola que o aluno aprende que escrever bem seria aproximar-se de modelos pré-estabelecidos, fugindo de uma escrita reveladora de conflitos, fracassos, abandonos. Há um aprendizado de não envolvimento, de falsificação das emoções e conseqüentemente de não reflexão sobre a própria história. Nesse sentido, não é difícil perceber que o cerne do problema está na escola que ajudou a construir uma imagem da escrita como formalidade, resultado de um treinamento para escrever na escola e fora dela.

⁹¹ Sobre a presença da redação no concurso vestibular conferir Endruweit (2003).

⁹² Como conseqüência, praticamente dois momentos recebem a atenção nas aulas de língua portuguesa: a gramática normativa e o ensino de redação. Creio não ser exagero afirmar que há submissão do ensino médio em relação ao vestibular, ou seja, não é difícil suspeitar da existência de uma estreita relação entre o que é pedido no vestibular e o que é ensinado em sala de aula. Lembremos que quando a redação não mais constou na prova de vestibular, em 1970, também sumiu da sala de aula no ensino médio. Nessa época, jornais e revistas apontavam o ensino de língua portuguesa nas escolas como decadente e insatisfatório; o Conselho Federal de Educação emitiu parecer sobre o assunto; educadores indicavam a presença de grave crise no ensino da língua. Enfim, em meio à grita generalizada, o uso de provas de múltipla escolha e a ausência de redação no concurso vestibular foram apontados como responsáveis pelo fracasso dos jovens no uso do português escrito. Em resposta, a prova de redação surgiu como medida de correção para a crise da língua portuguesa. Demasiada responsabilidade atribuída ao ensino médio e particularmente ao ensino de redação, ainda mais em se tratando de um gênero específico de texto, com um único fim que não extrapola o âmbito do concurso vestibular.

Para os alunos, a língua escrita é encarada como capaz de significar por si só, em nada semelhante à língua falada no dia a dia, capaz de produzir todos os sentidos desejados. O texto escrito em sala de aula, para a escola, não pretende incluir-se na discussão do mundo real sobre o tema em questão; tem seu fim determinado no próprio momento da escrita: não nasceu para significar, para somar-se a uma discussão, para dizer da forma como seu autor encara o mundo. Na verdade, passa à margem do diálogo com outros textos do mundo lá fora. Nesse sentido, a “escrita da escola” deixa de ser representação da fala e passa a obedecer outras normas, diferentes da fala, subordinadas às questões relativas aos gêneros textuais.

Discussão que de tão ampla excede os limites desta reflexão, ainda que toque questões importantes em relação ao ensino, à escrita e ao sujeito⁹³.

O que é possível constatar é que a escrita “da escola”, tomada, repito, como a expressão do domínio das estruturas lingüísticas, como regularidade traz contrabandeado um sujeito que emerge, no dizer da escola, da *produção textual*. Mas o que *produz* esse sujeito se não conhecimento? A subjetividade que a escola busca encontrar nos textos de seus alunos é apenas uma argumentação que denote o domínio do conteúdo apreendido. Trata-se, pois, de um retorno imaginário. A bem da verdade, trata-se de um falso retorno, pois, o sujeito que retornou não é o mesmo que foi excluído pela lingüística; isto é, o que retorna sempre esteve presente na escola: o ideal de ciência (Cf.1 e 1.1)⁹⁴. Ao que parece, a escola cumpre seu papel regularizador, enquadrando sob seus moldes escrita e sujeito.

A escrita presente na escola, na tentativa de aproximar-se da cientificidade, não esqueçamos disso, acaba por tornar-se um poderoso reforço entre as desigualdades sociais, de certa forma, reeditando as crenças de supremacia de quem domina a escrita (Cf.2.1.1). Nesse sentido, a escrita presente na escola passa a ser relacionada com a norma-padrão e, em alguns momentos, chegam a ser tomadas como sinônimos.

⁹³ Em Endruweit (2000), constato que as redações consideradas pela banca como sendo nota dez são as que mais se aproximam de um modelo formal vigente na escola. Três fatores contribuíram para que a redação seja assim entendida: o momento histórico em que o concurso surgiu no Brasil, a pouca valorização do ensino médio por entendê-lo apenas como uma ponte entre a universidade e a presença da redação no concurso como sendo responsável pela qualidade do ensino de língua na escola.

⁹⁴ A própria ausência de teorização sobre o sujeito pela lingüística estrutural possibilita esse “retorno imaginário”. Se há um lugar vazio deixado pelo sujeito, é legítimo seu preenchimento. Foi o que fez a escola, ainda que tal retorno se desse de forma parcial. Essa questão será retomada no terceiro capítulo. Conferir também Trois (2004).

2.2 ENFIM, O QUE É ESCREVER NA ESCOLA?

As obras apresentadas, principalmente as dos anos 70 e 80, entendem a língua como um instrumento de comunicação. A discussão centra-se nos métodos de melhorar essa função comunicativa, e com o surgimento dos estudos lingüísticos no Brasil, a questão preponderante passou a ser a validade ou não do estudo gramatical nas aulas de língua portuguesa. A escrita entra como um subproduto dessas discussões, que de um modo ou de outro, sempre estivera presente na escola: ora como objeto da Gramática ou Filologia, ora como um instrumento da comunicação escrita e da interação pessoal. Certo é que mesmo não sendo o centro das atenções das discussões e das pesquisas, a escrita conquistou um lugar cativo no ensino e parece ter se tornado uma questão à parte das mudanças de rumo do ensino de língua. A presença da escrita em sala de aula impõe sua inclusão nas publicações destinadas aos professores, criando um caminho paralelo em meio às reflexões lingüísticas, pois, é praticamente impossível passar ao largo das questões da escrita quando se trata de ensino. Mesmo sendo relegada a um segundo plano, em relação à oralidade, a escrita retorna sempre, forçando sua passagem e consolidando seu lugar na escola.

O que se pode depreender é que a escrita ocupa papel de destaque em sala de aula, mais valorizado em relação à fala, e também por isso mais sujeito ao treinamento. Ainda assim, o trabalho escrito seria uma decorrência do oral, este sim, entendido como um processo natural. É possível pensar que decorrente dessa visão de escrita, alguns livros didáticos buscam desenvolver a criatividade do aluno através de exercícios de fluência e desinibição do ato de escrever, estímulo para escrever e, por fim, criação de um texto⁹⁵.

A expressão escrita pode também ser entendida como um modo de interação entre falante e ouvinte, em uma relação intersubjetiva construída no processo de enunciação. A linguagem - fala e escrita - é vista como um trabalho do sujeito com a língua. Geraldi (1993, p.183) afirma que ter acesso ao mundo da escrita é poder escolher as estratégias de dizer, *mais do que definir como se diz*.

O acesso ao mundo da escrita é também um acesso a estas estratégias que resultam de relações interlocutivas do passado, de seus objetivos (razões para dizer) e das imagens de interlocutores com que aqueles que escreveram

⁹⁵ O exercício de fluência se propõe a levar o aluno a “soltar a imaginação”. Semelhante processo é a “explosão de idéias” em que o aluno deve registrar no papel as idéias que lhe vierem à mente, sem censura prévia, apenas associando-as.

pretenderam um certo tipo de relação. As estratégias que se escolhem revelam, em verdade, esta história porque delas são resultado.

Pelo que se pode notar, a intersubjetividade apontada por Geraldí diz respeito às relações de interlocução instituídas entre os locutores envolvidos no processo da escrita, esta, por sua vez, reveladora dos caminhos de tal processo.

Como geralmente acontece, a proposta dos livros didáticos inicia por um texto para leitura, buscando a interlocução com o aluno para que este “desperte” para a necessidade da escrita a partir de perguntas prévias⁹⁶. Independente da teorização a que se filiem, as lições destinadas ao uso em sala de aula, em sua maioria, extrapolam os limites estritos de uma única teoria. Desse modo, a presença de um artigo, resenha ou qualquer outra manifestação escrita se junta a exercícios destinados ao manejo do vocabulário.

A escola é, portanto, o lugar onde o aluno entra em contato com uma visão de escrita instrumental, como formalidade da qual ele pode lançar mão para significar – pensamento e/ou fala – ou representar. Muito mais significativo do que a constatação da presença constante da escrita na escola é a consciência de que essa presença foi apenas a sombra de um fenômeno maior: uma escrita além da forma, em direção à substância, em direção à *Escrita*.

Mas de que escrita falamos, afinal? Vimos que a escola é apenas aparentemente “o mundo da escrita”, apresentando unicamente um lado do fenômeno, e de certo modo, ratificando a idéia de escrita como representante da fala. A escrita como *produto* resulta em um ensino centrado na *produção* de texto, supervalorizando os aspectos formais, as questões situadas na superfície do texto (caligrafia, margem, distribuição dos parágrafos, aspectos organizacionais, por exemplo), superando até mesmo a preocupação com a correção gramatical⁹⁷.

Na escola é preciso que o aluno conheça para que possa passar suas conclusões para o papel; não há a possibilidade de construção durante o momento em que escreve. Mesmo que seja levado em consideração o caráter dialógico para a *produção de texto* em sala de aula, fica-se sempre dentro da esfera formal, de uma escrita instrumental, alheia à mão que escreve tanto quanto distante do olhar que a recebe.

⁹⁶ Geraldí (1993, p.170) critica a presença da leitura em sala de aula como mero recurso didático e não como um meio para a produção de conhecimento: *Não há perguntas prévias para se ler. Há perguntas que se fazem porque se leu.*

⁹⁷ Considerações baseadas em estudo realizado por Garcez (1998).

Se for certo o retorno da escrita, visto o lugar ocupado por ela no ensino de língua, o que não está claro diz respeito à qualidade dessa presença que chega mesmo a ser ausência. Ou seja, estar presente nas atividades de aula não garantiu que a escrita deixasse de ser entendida como um modelo de cientificidade, distante de uma visão enunciativa, muito pelo contrário, sua presença no ensino reforçou a distância entre escrita e subjetividade. Há, portanto, duas escritas: a que retornou, ou se manteve, via ensino e a “outra face”, a *Escrita*, obscura, a que diz do sujeito, ainda oculta.

Por fim, partindo do que foi discutido no primeiro capítulo, ou seja, da constatação da exclusão da fala/escrita para atender ao caráter de cientificidade exigido pela ciência lingüística, foi possível suspeitar que a escrita poderia retornar. Nesse sentido, a hipótese que norteou este capítulo entende que **a exclusão da escrita do escopo da lingüística é correlativa à exclusão do sujeito, e as formas de inclusão dos excedentes que a lingüística produziu priorizam um retorno vinculado à regularização do objeto.**

Como a tentativa de regularização exclui a escrita relacionada com a subjetividade, a possibilidade de retorno, então, se daria apenas da escrita que diz do regular, do discernível da língua. Para tanto, uma pergunta embasou essas reflexões, a saber: **como retorna a escrita na escola, em uma das formas do pensamento lingüístico pós-saussuriano?**

Ao enfatizar a relação entre ensino de língua e escrita (2.1), buscou-se verificar como ela retornou no âmbito da escolarização. Tal relação, dentro da instituição escolar, creditou à escrita o modelo de cientificidade, garantindo sua presença por conta da sua aproximação com a positivação (Cf.1) requerida pelo caráter institucional da escola. Pelo mesmo caminho retornam escrita e sujeito: pela trilha do conhecimento. Significa que para a escola, escrever é principalmente um ato utilitário, pois a subjetividade que a escola busca encontrar nos textos dos alunos é, sobretudo, uma argumentação que denote o domínio do conteúdo aprendido. Não é demais repetir: o sujeito que retornou não é o mesmo que foi excluído pela lingüística; o que retorna à lingüística sempre esteve presente na escola: o ideal de ciência (Cf.1 e 1.1).

Cabe ainda anunciar, a partir do que vimos até aqui, que esta tese busca uma abordagem da *Escrita* e da enunciação por um viés em que a *Escrita* articula-se a uma teoria do sujeito na língua. Em outras palavras, significa procurar uma forma de falar do singular, acrescentando algo para as teorias da escrita em geral e, pelos dados, para a escola em particular.

CAPÍTULO 3

EM BUSCA DE UMA TEORIA DA ENUNCIÇÃO

NA/DA *ESCRITA*

O sujeito é constitutivo da língua porque sua existência dela depende e nela se realiza.

(FLORES, 1999, p.191)

Afirmar seguir uma abordagem enunciativa para tratar da *Escrita*, conforme indica o título deste capítulo, implica tomar como norte alguns pressupostos decisivos, de certa forma já anunciados no decorrer dos capítulos anteriores quando questões relativas à binariedade vieram à tona, deixando a descoberto a unicidade exigida pela lingüística. Faz-se necessário, então, retomar as questões até aqui levantadas com o intuito de balizar a discussão a seguir.

A hipótese norteadora do primeiro capítulo de que a exclusão da escrita operada pelo ato fundador da lingüística moderna, legitimado pela publicação do *Curso de Lingüística Geral* de Ferdinand de Saussure, é correlativa à busca da ciência de regularização do objeto, ao mesmo tempo em que conduz a discussão precedente, abre outra possibilidade de entender a questão. O que se disse da escrita até o momento (Cf.1.1), refere-se à instauração da lingüística como ciência e da escrita como representação da fala. Entretanto, não é de toda verdade afirmar que a ciência excluiu toda e qualquer escrita, pois o caminho da lingüística esclarece a necessidade da escrita ser entendida como representação, ligada a um ideal de ciência que exige regularidade de seu objeto. Correspondendo imaginariamente a uma ciência ideal, a escrita formal, sustentada pelo repetível, garante a unidade do todo. Não é por acaso que a noção de arbitrariedade do signo tornou-se central para a lingüística, pois, deixa claro que entre a ordem dos signos e a ordem das coisas não há relação, apartando, definitivamente, a ciência do não-todo (Cf. nota 17). A escrita como representação da fala é a escrita do repetível, capaz de mascarar as incidências individuais e elidir as manifestações do irregular, do excedente.

Entretanto, há a possibilidade de pensar a existência de outro conceito de escrita capaz de dar conta do que foi deixado de lado pelo rigor do cientificismo: uma escrita como subjetividade – grafada como *Escrita* - e, portanto, com um impossível de regularização, o que, certamente, a afasta do ideal de ciência. Ou seja, a *Escrita* do irrepitível falseia a instauração da lingüística porque traz atrelado outro excluído, o sujeito, capaz de abalar o domínio do Um. Como se vê, a verdadeira oposição é sempre entre Um e não-Um, entre regular e irrepitível, oposições bem mais amplas do que a diferença entre *fala e escrita*. A possibilidade de oposição entre língua e fala pode ser vista como relacionada ao geral – a língua – e ao individual – a fala.

Retomemos mais detalhadamente a diferenciação já anunciada no início desta tese entre escrita e *Escrita*.

A *Escrita* deve distanciar-se da escrita tal como foi caracterizada nos capítulos anteriores. E isso por um motivo: neste trabalho, a *Escrita* é tomada não pelo seu enunciado, mas pela sua enunciação. O que isso quer dizer? Quando tomada somente pelo enunciado, a escrita é texto e, como tal, ideal de significado, de sentido. O texto permite (e por isso mesmo obriga) a leitura. De certa forma, é à escrita entendida como texto que se pode comparar a fala como ideal de comunicação. Nessa instância falamos para nos comunicar, para expressar pensamentos, ações, vontades e desejos. Também escrevemos para isso: é bem assim que a escola entende a escrita; como texto, como qualidade que permite a acesso a um código de regras⁹⁸.

Esse lugar para a escrita, que denominei de “imaginário”, é necessário, pois sem ele não há a possibilidade de pensarmos na enunciação da *Escrita*. Portanto, não se entenda que é feita crítica à escola ou ao aqui denominado de dimensão textual da escrita. Entretanto, o recorte que a consideração da *Escrita* pela enunciação impõe é de outra ordem. Não se visa, com ela, a distribuição de um sentido, um reconhecimento “do que se quer dizer”, um conteúdo a ser explicado. Nem mesmo se quer explicar/descrever os meios de acesso às regras da escrita em qualquer de seus vieses (letramento, ortográfico, alfabético...).

A *Escrita* na enunciação é de outra ordem: se nas teorias da escola a lógica imposta é a do sentido, por isso do enunciado; na *Escrita* a lógica é a do sujeito. E isso é definidor. Daqui para frente, falarei em *Escrita*, em enunciação e em lógica do sujeito. Por conta disso, estarei distante do texto, do enunciado, da lógica do sentido. Assim, é preciso reconhecer que abordar a *Escrita* na enunciação implica um gesto de leitura singular. A leitura que é exigida aqui passa por uma noção peculiar: a decifração. A decifração do quê? Da metáfora. Tal como o inconsciente que só produz “sentido” na metáfora, a *Escrita* exige uma leitura que passa pela decifração da metáfora que a constitui. Evidentemente, continuarei trabalhando sobre a materialidade gráfica, ou seja, quando digo que a *Escrita* se aproxima da enunciação e a escrita do enunciado, quero com isso dizer que não estudarei a *Escrita* como um conteúdo em si. O enunciado, em minha perspectiva, é o nível aparente do escrever, aquele que se deixa mostrar; a enunciação é o nível de uma heterogeneidade radical, constitutiva e refratária à representação total. Enfim, trata-se de uma forma de olhar “enviesado”, enxergando singularidades através da regularidade.

⁹⁸ Guardadas as proporções é também ao enunciado que visam as teorias de aquisição de escrita, na medida em que o ponto de vista ali desenvolvido é o do acesso a um sistema com regras próprias tanto em termos de desenvolvimento, letramento, alfabetização, etc.

Seguindo, então, o percurso feito nos capítulos anteriores, cabe retomar uma pergunta capital para o prosseguimento das reflexões: a *Escrita*, tal como a estamos supondo, pode encontrar na lingüística um lugar que lhe seja próprio?⁹⁹ Como vimos, se na língua há o discernível, nesse regular não há lugar para a *Escrita*, na medida em ela releva do sujeito. Há, sim, lugar para a escrita como representação.

Interessante é o fato de que mesmo quando se afirma a exclusão da escrita pela lingüística, O *Curso de Lingüística Geral*, usado como prova cabal de tal exclusão, deixa à mostra uma presença indelével. Ironicamente, o CLG é a maior prova de que a escrita é também do irrepitível: ele traz as marcas dos editores confundidas com as idéias de Saussure. De fato, é um terreno fértil para as ambigüidades.

Presente no CLG está a concepção de escrita como modelo de escritura fonética (Cf. 1.2), representativa da voz e por isso depreciada, um modelo binário. A *tiranía da letra*, apresentada pelo *Curso*, ancora-se na concepção segundo a qual *a escrita obscurece a visão da língua: não é um traje, mas um disfarce* (1991, p.40). Mas que escrita é essa capaz de opacificar a visão da língua se não uma *Escrita* que extrapola o caráter representacional? Quem pode ser capaz de *vestir* a língua com um *disfarce* e de certa forma *obscurecer* sua visão? Novamente chegamos ao sujeito. E esse encontro justifica o esforço de Saussure¹⁰⁰ em aproximar a escrita da função representativa, reforçando o entendimento de que a primazia do oral deve-se ao *liame natural, o único verdadeiro, o do som* (CLG, p.35). O caráter *natural* do som, como vimos em 1.2, opõe-se à artificialidade da escrita, remetendo a um rompimento com a natureza, a uma exterioridade capaz apenas de ser realizado pelo homem. Significa que a capacidade de falar é um atributo singular e ao mesmo tempo responsável por irmanar a todos em um mesmo grupo: somos humanos porque falamos. Mas, se todos falam, nem todos escrevem.

Os que escrevem acabam por criar um subgrupo diferenciado de homens que, de certo modo, afastam-se do caráter de naturalidade atribuído à oralidade. Estão, portanto, ligados à razão e afastados da universalidade de que todos somos dotados. O fato de se relacionar com a razão torna a escrita uma característica individualizante e, portanto, de

⁹⁹ Importante recorrer à publicação organizada por Nina Catach, *Para uma teoria da língua escrita*, cujo sugestivo título marca a necessidade de trazer a escrita para dentro da discussão da lingüística. Para Catach, *está sendo criada uma disciplina, uma verdadeira e nova lingüística do escrito, inteiramente separada da outra por um século de esclarecimento entre os dois meios humanos fundamentais* (1996:261).

¹⁰⁰ Ainda aqui, ao citar Saussure, refiro-me apenas ao *Curso de Lingüística Geral*.

caráter duvidoso, como vimos no *Curso*. Tal raciocínio é o responsável pela oposição entre fala e escrita, dotando aquela de um privilégio jamais igualado por esta. De resto, o caráter de universalidade oferecido pela oralidade atendia sob medida as exigências do modelo de ciência da época.

Se esse raciocínio estiver correto, encontra-se no CLG a demonstração de uma filiação aos moldes de cientificismo, expressa pelo caráter unicamente representacional da escrita. Ao situar a publicação em um contexto clássico cujos moldes priorizavam a fala, é possível perceber que os problemas do *Curso* deixam transparecer a complexidade de questões ainda em elaboração. Mais que isso. Permitem enxergar uma ciência em construção, e um pensador exposto às dúvidas, sujeito aos impasses. Como resultado, tem-se a possibilidade de ler uma hermenêutica do *Curso*, cujo estudo traz à tona a presença da escrita além do caráter representacional.

Novamente é preciso frisar (Cf. 1.2) que o Saussure do CLG ancorou-se em uma doutrina binária de dualidades opositivas. A escrita que figura por detrás dos anátemas e das dicotomias do CLG surge através de brechas. Em um primeiro momento, vê-se que há um lugar para a escrita entre os outros sistemas de signos (Cf.1.3.1). Se possui um sistema, a escrita pertence à semiologia e possui a característica que a une aos outros sistemas: a arbitrariedade. E é justamente a tese da arbitrariedade do signo que inviabiliza entendê-la apenas como representação. Há, sim, a existência de sistemas próprios, cuja forma não importa, já que não interfere na significação, pois o que importa não é a letra, mas a relação entre os elementos em uma rede de oposições arbitrárias.

A escrita é, então, arbitrária. Se tomada em relação à fala ou se entendida como um sistema próprio, o que a constitui é a arbitrariedade. Está, portanto, em pé de igualdade com a fala também por conta da noção de valor: se a língua não é som e a escrita não é tinta, a existência ou não de matéria – fônica ou gráfica – importa menos que o termo ao lado, pois, *o valor de qualquer termo que seja está determinado por aquilo que o rodeia [...] (CLG, p.135)*. Como se sabe, sem alterar o sentido ou o som de um termo, é possível alterar-lhe o valor apenas modificando a palavra seguinte.

Por fim, o que releva da constatação de que a escrita possa ser também arbitrária e imaterial permite encerrar o primeiro capítulo desta tese afirmando que há uma escrita que retorna pelo seu caráter incorpóreo, liberta do jugo sonoro de quem não é mais escrava nem

representação, ainda que diga do regular. Tal afirmação carece, agora, de uma retificação, reforçando a separação apontada no início deste capítulo: é inegável o caráter representacional da escrita. Ela representa, sim. Mas não só. Há um mais além na escrita. Além da representação, além da tinta, além da forma. Lugar de onde escreve o sujeito, para além do discernível.

Se o lugar reservado à escrita dentro da lingüística somente diz respeito ao regular, também o sujeito escapa a tal regularidade. Na verdade, a escrita deixada de fora mascara a mais vital exclusão que é a do sujeito, pois este caminha lado a lado com a *Escrita*, com a enunciação.

Uma conclusão como esta sugere algumas interrogações, que por ora serão apenas anunciadas.

A primeira delas alude especificamente às características do sujeito (Cf. nota 3) que constatei alijado da lingüística e ligado à *Escrita*. É necessário olhá-lo com mais demora, detidamente, procurando identificar quem é este sujeito, afinal. Pode-se pensar em falante? Talvez escrevente? Pelo mesmo caminho que foi apartado da língua e ligado à fala, o sujeito da enunciação colou-se à escrita como representação e à *Escrita* enunciativa como um rastro de seu movimento na língua. Por motivos aparentemente diversos, o sujeito não pôde irromper por detrás de nenhuma escrita, permaneceu à espreita, na soleira da lingüística, às vezes, apenas divisado. Será, por fim, e já é tempo de anunciar, pela Teoria da Enunciação de Benveniste que as questões referentes à intersubjetividade poderão dizer desse sujeito.

O sujeito força sua passagem em qualquer instância da escrita. Lembremo-nos do segundo capítulo, cuja hipótese relaciona a exclusão da escrita com a exclusão do sujeito, sugerindo que as formas de inclusão dos excedentes produzidas pela lingüística priorizaram um retorno submetido à regularidade. A questão é saber como retorna (ou permanece) a escrita no pensamento lingüístico pós-saussuriano (Cf. nota 69), especificamente, na escola, demonstrando uma presença ligada à cientificidade.

A segunda questão entrelaça sujeito da enunciação e *Escrita* em uma ligação única e singular. A possibilidade de um homem escrever coloca-se como uma aptidão latente, podendo ou não ser atualizada. É, sim, única esta capacidade que segrega ao mesmo tempo em que franqueia o encontro consigo mesmo, autorizando o homem a lançar-se na singular aventura de escrever-se, de forma semelhante ao contar-se. Se a *perfidia* da escrita está

relacionada com a racionalidade, com as elocubrações de alguém apartado da natureza, no dizer de Rousseau, tal falsidade caminha *pari passu* com o sujeito.

Quero retomar aqui duas perguntas que permearam a discussão ao tratar da escrita na escola (Cf.2.1), por terem surgido a reboque da noção de texto, trazendo novamente a questão do sujeito à baila. Tais questões surgiram motivadas pela afirmação de Geraldi (1993, p.16), segundo a qual é preciso afastar *qualquer interpretação que tome o sujeito como a fonte dos sentidos*. Como entender esse sujeito que não atribui sentido? Como é possível sua presença no ensino?

O que predomina na escola é a presença de uma “subjetividade utilitária” expressa na escrita de textos com um fim pré-determinado. É de conhecimento de todos que os alunos escrevem para tirar nota, para passar no vestibular, para responder alguma questão, mostrando que sabem o conteúdo. Esse é, portanto, um sujeito do conhecimento, que usa da escrita como representação, e, que de certa forma, ocupa um lugar que lhe foi destinado pela impossibilidade de manter esse lugar vazio. Emparelham-se sujeito e escrita utilitária como o par ideal. De toda sorte, há sujeito e há escrita na escola, reforçando um “retorno imaginário” (Cf.2.1.2), embora ambos pouco digam da subjetividade, tal como a entendo.

A regularização da escrita efetuada pela escola também surte efeitos no sujeito, expressa na determinação em imitar modelos consagrados. As várias tentativas de escrever um texto vão pouco a pouco elidindo as diferenças e tornando todos os textos semelhantes. É provável que as rasuras deixem à mostra o movimento do sujeito em relação à língua, ao jogo com o estilo, emergindo na tentativa de tornar a escrita bem mais do que representação gráfica, jogando com significações. Nesse movimento de várias escritas, o sujeito tem uma certa autonomia em relação ao seu escrever. Ao que tudo indica, quanto mais bem acabada a versão de um texto escolar, menos se divisa a face da subjetividade. Como resultado, vimos florescer na escola o mito de que era preciso escrever com objetividade, retirando-se do texto, para alcançar um modelo de cientificidade. Terreno fértil para fórmulas de bem escrever, cuja máxima até hoje persegue os alunos: jamais escrever na primeira pessoa.

O que foi abordado até aqui, resultando em uma retomada dos capítulos anteriores, possibilitou ratificar a afirmação segundo a qual a escrita que retorna é a *Escrita* que tem a ver com a subjetividade na linguagem; a escrita como simbolização permaneceu presente na escola, trazendo também um sujeito a ela atrelado, ainda que seja um sujeito imaginário. Em

outras palavras: dizer que a *Escrita* estende-se para além da simbolização e que para tanto se entrelaça com o sujeito sugere tratar dessa relação com mais acuidade. Que conseqüências advirão de tal ligação, já que sujeito e *Escrita* põem em relevo o singular, o irrepetível? Trata-se, portanto, de enunciação.

Por esse caminho, mesmo a escrita da ciência coloca cada um que escreve no centro do ato de escrever: aquele que diz “eu” está no centro da linguagem. De tal fato decorre o deslizamento da barra que separa representar/significar – o par opositivo definidor de escrita -, pois, não há aqui uma dicotomia, mas uma complementaridade. Representar é, sim, uma propriedade da escrita; significar decorre da atividade do escrevente, sem a qual, a primeira nada seria.

Cabe, então, anunciar que a escrita que será trazida a seguir é a da irrepetibilidade, a *Escrita*, sugerindo um lugar teórico capaz de contemplar a singularidade própria de cada sujeito. Tal é o assunto a seguir.

3.1 A LINGÜÍSTICA DA ENUNCIÇÃO

Ela não diz nem oculta, mas ela significa.

(BENVENISTE, 1989, p.234)

A proposta alinhavada até aqui e apenas mencionada em alguns momentos já anuncia que tratarei de uma *Escrita* que diz do sujeito, do irrepetível e da singularidade, remetendo de imediato à enunciação. É, pois, da Teoria da Enunciação e de seus desdobramentos que este item tratará.

Filiar-se a um lugar teórico é uma decisão que traz comprometimentos importantes, sugerindo justificar tal decisão. Em primeiro lugar, faz-se necessário precisar os termos centrais da Teoria e sua relação com o objeto aqui estudado, a *Escrita*; significa, por fim, perguntar o que releva para esta tese ligar-se à Teoria da enunciação.

Em se tratando de uma área teórica, não é possível falar em homogeneidade, e a Teoria da Enunciação não foge à regra. Diversas são as teorias à sombra dessa etiqueta,¹⁰¹ inviabilizando o entendimento de que exista *uma* teoria da enunciação. Referindo-se à tal pluralidade Teixeira e Flores (1995, p.20) afirmam que,

Teorias da Enunciação é como se conhece o conjunto de trabalhos que estuda os fatores e atos que comprovam a produção de um enunciado. Refletindo sobre questões de interlocução, intersubjetividade, tempo e lugar, essas teorias buscam preencher as lacunas da lingüística pelo argumento de que o estudo semântico dos enunciados é insuficiente quando não se leva em conta a enunciação.

E é, ainda, Flores (2001) quem se refere à existência de uma *lingüística da enunciação* capaz de ligar todas as teorias que tratam da enunciação, desenvolvendo um estudo da semântica da língua, pois, *a lingüística da enunciação vê os fenômenos que estuda, sejam eles de natureza sintática, morfológica ou de qualquer outra, do ponto de vista de seu sentido* (p.57). Soma-se a esses, mais um traço comum: todas as teorias concebem uma cena enunciativa. O próprio autor sintetiza a questão, afirmando que, *desde que se considere a enunciação como centro de referência do sentido dos fenômenos lingüísticos, há sempre sujeitos, espaço e tempo implicados* (p.58).

Mas de todos os autores que tomam a enunciação como centro de seu trabalho é à reflexão de Benveniste que é preciso recorrer nesse momento. Qual a razão de tal opção? Se todos tomam sujeito, espaço e tempo como implicados na enunciação, por que especificamente Benveniste poderia ancorar um estudo sobre a *Escrita* como entendida aqui? Procuremos, a seguir, as razões de tais opções.

3.1.1 Émile Benveniste e a subjetividade: o pregador no deserto¹⁰²

A escrita de Benveniste é muito difícil de descrever, porque ela é *quase* neutra; só por vezes uma palavra, à força de ser justa, poder-se-ia dizer, de tal modo a justeza parece acumular-se nela, brilha, arrebatada como um feitiço, arrastada por uma sintaxe cuja medida, o ajustamento e a exactidão (todas

¹⁰¹ Flores (2001:55) elenca vários autores que se dedicam a estudar a semântica da língua: *Bally fala de modus e dictum no quadro da estilística; Jakobson fala das funções da linguagem e dos shifters no escopo da teoria da comunicação; Benveniste dos indicadores de subjetividade e do aparelho formal de enunciação; Ducrot da polifonia integrada à concepção da argumentação na língua; Bakhtin das formas de apresentação da voz de outrem no quadro do dialogismo; Authier-Revuz das não-coincidências do dizer concernentes ao campo da enunciação e da metalinguagem e Orecchioni das formas da subjetividade na linguagem.*

¹⁰² Tal expressão é retirada da Dosse (1994) e refere-se à atuação de Benveniste no campo estruturalista.

elas qualidades de um marceneiro) atestam o prazer que o cientista sentiu ao formar as suas frases. (BARTHES, 1984, p.152)

Uma escrita “*quase neutra*” diz muito para esta pesquisa. A citação de Barthes, ao mesmo tempo em que descreve o cientista Benveniste, revela a relação do homem com a língua, escultor cuidadoso envolvido em sua criação e, por isso, parcial. Para ser justa, uma palavra não pode ser neutra, não pode abstrair-se do sujeito. Tratar de enunciação é tratar do sujeito. Tanto é assim, que facilmente, pode-se notar o estatuto que o sujeito tem na Teoria da Enunciação, levando a crer que estamos diante de uma teoria do sujeito. Para esclarecer esse assunto, ocupemo-nos uns instantes da questão do sujeito na Teoria de Benveniste.

Para Dosse (1993, p.61), Benveniste foi um iniciador em *um período em que se pensava a linguagem abstraindo-se do sujeito*; época refratária e pouco fecunda a uma teoria enunciativa. Sem dúvida, era árida a terra à volta de Benveniste. Sua singularidade deve-se sobremaneira ao contexto histórico no qual sua teoria foi produzida. Flores (2001, p.24) entende *tratar-se do apogeu do estruturalismo nas ciências humanas como método rigoroso da análise de fenômenos antes excluídos da investigação científica*. Mas as adversidades iniciais não o impediram de reintroduzir *o recalcado no âmago da preocupação da lingüística: o sujeito, por sua abordagem enunciativa* (DOSSE, 1993, p.62), não o impediram também de fundar lingüisticamente a noção de subjetividade.

No texto “Da subjetividade na linguagem” (PLG I), pode-se notar o caráter constitutivo da linguagem, distanciado do aspecto instrumental, pois, não é possível estabelecer uma oposição entre ela e o homem, o que significaria, segundo Benveniste, opor o homem a sua própria natureza:

Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem (BENVENISTE, 1991, p.285)

Esse belíssimo texto aproxima homem e linguagem, criando uma relação entre locutores, admitindo a existência da intersubjetividade e marcando a epistemologia da enunciação para Benveniste. Para ele, a linguagem é intersubjetiva.

A possibilidade de o locutor tornar-se sujeito se dá em um processo de apropriação¹⁰³ da língua, em um jogo de interação dado pelo uso das formas lingüísticas, pertencentes à língua. Assim afirma Benveniste:

É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de “ego” (Idem, p.286).

O sujeito constitui-se pela propriedade fundamental que é a subjetividade-intersubjetividade um atributo da *linguagem* e não de algumas *línguas particulares*, uma característica universal, pois todas as línguas possuem categoria de pessoa, *uma língua sem expressão de pessoa é inconcebível* (*op. cit.*, p.287). Assim, Benveniste retoma os pronomes pessoais a partir da noção de pessoa, tornando-se esta uma questão central em enunciação. *Eu*, para o autor, é essencialmente lingüístico, é a palavra que coloca a língua em funcionamento, e *eu* e *tu* constituem-se as únicas palavras da língua indispensáveis para que haja relação entre os sujeitos, para que haja intersubjetividade. É, pois, a partir do *tu* que é possível pensar o *eu*. No momento da enunciação e pela enunciação, o *eu* se constitui, sendo, portanto, *sui-referencial*. Mas tal constituição não é possível de se dar sem a presença do *tu*. Logo, o *eu* necessita do *tu* para poder constituir-se como pessoa, para poder enunciar, criando uma relação de troca entre ambos. Na medida em que se constituem mutuamente, são constituídos pela língua.

Entretanto, os pronomes pessoais prevêm a terceira pessoa, *ele*, e como diz Benveniste (1991, p.250, “Estruturas das relações de pessoa no verbo”), *estamos aqui no centro do problema*, visto *ser questionável a legitimidade dessa forma como “pessoa”*, pois tudo o que não pertence a *eu-tu* recebe como predicado a forma verbal de terceira pessoa. *Ele* pode ser qualquer sujeito ou nenhum, apenas é impossível invertê-lo com os dois primeiros. Dessa forma, o sistema pronominal pessoal foi dividido em dois grupos, deixando claro a existência de uma estrutura opositiva entre eles. O autor aponta, ainda, a divisão de *pessoa* em *pessoa subjetiva* e *pessoa não-subjetiva*, ou seja, a *correlação de subjetividade* e a de *personalidade*, marcando definitivamente a diferença entre *eu-tu* e *ele*.

¹⁰³ Tal posicionamento, segundo Flores (1999, p.189), tem sido alvo de críticas que contemplam apenas parte do pensamento do autor. Tomadas descontextualizadas do todo, as afirmações de Benveniste podem sugerir um afastamento do quadro estruturalista saussuriano. Esse assunto será tratado a seguir.

A *correlação de personalidade* aparta a pessoa da não-pessoa, separando *eu-tu*, como um par em que existe a inversibilidade e as marcas de pessoa, do *ele*, privado dessa marca e caracterizado como forma verbal para indicar a não-pessoa. A categoria de pessoa prevê a unicidade do *eu*, garantindo que cada enunciação seja única, irrepetível e, que após o seu término, esse *eu* seja necessariamente convertido em *tu*. Essa estreita relação entre *eu* e sua enunciação *revela, igualmente, o princípio da comunicação intersubjetiva: tu é uma possibilidade de vir ser eu, sendo pressuposto em toda enunciação. É essa possibilidade que faz com que tu seja uma pessoa* (SILVA, 2005, p.86).

A inversibilidade entre *eu* e *tu* é expressa na *correlação de subjetividade*. Essa inversibilidade não os torna hegemônicos, pois é sempre *eu* que propõe *tu*, conferindo ao *eu* uma transcendência em relação ao *tu*. Há uma assimetria entre os dois termos impossibilitando que sejam tomados como dois centros independentes de emissão e de recepção. É também unicamente o *eu interior* ao enunciado e *exterior* a *tu*, sendo, portanto, a única pessoa realmente subjetiva. Significa que a categoria de pessoa passa a ser definida em termos de subjetividade, além do traço de pessoalidade, significa, também, que a diferença entre pessoa e não-pessoa reside na natureza da referência que estabelecem.

Tomemos a pergunta feita por Benveniste em “A natureza dos pronomes” (1991, p.278), *qual é, portanto, a “realidade” à qual se refere eu ou tu?* E a resposta afirma tratar-se de algo *muito singular*, isto é, *uma “realidade de discurso”*¹⁰⁴. Tal par tem como referência somente a instância de discurso que os contém, visto serem únicos a cada enunciação e pertencerem ao nível pragmático da linguagem. Segundo ele, *eu não tem valor a não ser na instância na qual é produzido*, ou ainda, *a forma eu só tem existência lingüística no ato de palavras que a profere* (op.cit, p. 279). Desse modo, *eu* e *tu* são signos vazios que se tornam plenos em cada enunciação, que é, por conta disso, única e irrepetível. Tal é a *propriedade que fundamenta o discurso individual, em que cada locutor assume por sua conta a linguagem inteira* (op.cit., p. 281). Sintetizando, é preciso citar a célebre frase do autor em que ele qualifica a subjetividade como uma propriedade fundamental da linguagem,

¹⁰⁴ Benveniste entende “realidade de discurso”, “instâncias do discurso” como *os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavras por um locutor* (1991, p.277).

definida como “É “ego” que¹⁰⁵ diz ego” (*op.cit.*, p.286), como sendo um locutor que se diz sujeito¹⁰⁶.

Mas, como vimos, a existência do par *eu* e *tu* depende da relação com o *ele*. Por isso, tratemos ainda um instante dos signos de *não-pessoa*, definidos por Benveniste como pertencentes à sintaxe da língua em oposição às instâncias de discurso.

Para o autor, a forma *ele*, que tem por função combinar-se com uma referência objetiva de maneira independente da instância enunciativa que a contém, pertence ao nível sintático da língua. A “terceira pessoa” ou a não-pessoa apresenta algumas propriedades distintivas (PLG I, p. 283):

1° de se combinar com qualquer referência de objeto; 2° de não ser jamais reflexiva da instância de discurso; 3° de comportar um número às vezes bastante grande de variantes pronominais ou demonstrativas; 4° de não ser compatível com o paradigma dos termos referenciais como *aqui*, *agora*, etc.

Há, portanto, uma diferença de forma e de natureza entre o par *eu-tu* e a não-pessoa *ele*. A função de *representação sintática* de termos funciona como substituição abreviativa. Benveniste exemplifica tal característica na frase *Pedro está doente; ele está com febre*, em que é possível observar a substituição que corresponde a uma necessidade de economia, não havendo *nada de comum entre a função desses substitutos e a dos indicadores de pessoa* (*op. cit.*, p.283). Vê-se que o paradigma *ele* adquire existência lingüística apenas quando usado, pois *a forma ele...tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por “eu”* (*op. cit.*, p.292). É, pois, um signo móvel, capaz de remeter a sintagmas diferentes em cada enunciação e apresentar um sentido único, podendo, por isso, combinar-se com qualquer referência ou nenhuma. A esse respeito Lichtenberg (2001, p.124) conclui:

A *não-pessoa* que, na língua, “não designa nada nem ninguém”, em certa medida não difere muito dos *indicadores de subjetividade*, que são móveis, instituindo, a cada enunciação, um *eu*, um *tu*, um *este*, um *aqui*, um *agora*. A *não-pessoa*, embora, guardando resquícios da significação, um certo conceito existente na língua, a cada situação de uso, a cada situação de *emprego*, relaciona-se a um referente determinado pela *idéia* expressa pelo locutor. É, na língua, conceito, “o não importa quem ou não importa o que”; na instância de discurso, não tem um referente *fixo*, *atualiza-se* na situação

¹⁰⁵ No original (1966, p.260), *est “ego” qui dit “ego”*, há a possibilidade do pronome *qui* ser entendido como *quem*.

¹⁰⁶ A esse respeito, Flores (1999, p.206) salienta não se tratar de um “ego” exterior, *mas de um sujeito que se instaura lingüisticamente pelas formas da língua (entre elas o eu) numa situação temporal específica*. Silva (2005, p.88) afirma haver nessa repetição um “retorno” sintático que produz uma unicidade da enunciação. Sob seu ponto de vista, o segundo “eu” passa a ser apenas marca lingüística do locutor.

na qual o locutor se insere, à idéia que esta situação suscita, à atitude do locutor diante desta situação.

Do que foi dito a respeito da Teoria da Enunciação, proposta por Benveniste, importa retomar alguns pontos capitais para o prosseguimento deste trabalho.

O primeiro ponto deve precisar o objeto da Teoria da Enunciação, ou seja, o que pretende estudar tal teoria? Trata-se de uma semântica, em seu sentido mais amplo, cujo interesse é o ato mesmo de produzir um enunciado marcado pela enunciação, esta sim fugaz e irrepitível. Para Flores (2005, p.107), *o sujeito não é propriamente o objeto de estudo de uma teoria lingüística, mas, sim, a representação que a enunciação dá dele*. Na verdade, o interesse de Benveniste é a intersubjetividade, o que bem comprova o que vimos até aqui sobre a categoria de pessoa e de não-pessoa. Vale, portanto repetir Benveniste (1991, p.285): *...não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro*. A condição para o homem existir é ser constituído pelo outro, seu *a priori* é a intersubjetividade, e esta, a condição para a subjetividade.

É possível pensar então em um *ausente* na teoria de Benveniste? Claudine Normad (1991, p.145) afirma que sim. E mais, para ela, não há o sintagma *sujeito da enunciação* na obra de Benveniste, posto que *seu problema era, explicitamente, a significação; mas ele encontrava, necessariamente, o sujeito que fala e dá (ou pensa dar) sentido*. Como seria possível não tropeçar a todo o momento no sujeito, se a significação ancora-se na enunciação? Só se tropeça no que é impossível desviar. Em suma, ainda que o sujeito em si não seja a questão proposta pela Teoria da Enunciação, não me furto de pensar a respeito desse *ausente* que quanto mais evidente, menos aparente, como bem comprova a trajetória da *carta roubada*¹⁰⁷, cujo esconderijo a deixava à mostra e, por isso, a escondia.

Flores (1999, p.189), visando responder a pergunta: *o que é esse sujeito do qual fala Benveniste?* sustenta que a subjetividade ancora-se na categoria de pessoa presente no sistema da língua, mas totalmente dependente da inversibilidade entre “eu”-“tu”. É, pois, a partir da intersubjetividade, decorrente de tal relação, que se pode pensar na categoria lingüística de pessoa e que o uso da língua é viabilizado. Por essa razão, *é possível dizer que o sujeito tratado por Benveniste não pode ser visto como egocêntrico no sentido genérico atribuído a*

¹⁰⁷ Refiro-me ao conto de Edgar Allan Poe “A carta roubada”, retomado por Lacan em um texto que inaugura seus *Escritos*. O conto revela a trajetória de uma carta/letra (em francês o significante designa os dois termos) e os efeitos que seu desaparecimento/aparecimento vai produzindo em relação aos personagens, ainda que para todos o seu conteúdo seja desconhecido.

esse termo em um contexto psicológico, mas é um sujeito que se representa lingüisticamente (op. cit., p. 190). E mais: se Benveniste trata da significação¹⁰⁸, a reflexão sobre o sujeito vem atrelada a ela. É o sujeito¹⁰⁹ da enunciação, através do aparelho formal da enunciação, que possibilita a significação se atualizar.

A segunda consideração releva da primeira, mais precisamente do que se entende por enunciação intersubjetiva constituída pela co-referência dialética com o outro. Se na enunciação o locutor se apropria da língua e ao dizer *eu* institui-se como sujeito ao mesmo tempo em que instaura um *tu* diante dele, esse diálogo somente torna-se possível por conta da determinação do espaço e do tempo fundados em relação ao *eu*. Novamente, esbarra-se no sujeito. E é este encontro que possibilita o entendimento de que a enunciação é um ato singular e único. A questão é que tal singularidade, instaurada em um momento fugaz traz à tona a referência como decorrência dessa relação com o momento presente. Mas o que significa tratar da referência?

Significa colocar esse termo em relação à interação de um homem com outro homem, entre a língua e o homem, mas não entre a língua e o mundo. As palavras em Benveniste referem-se sempre ao *eu* e não à realidade, pois o autor coloca a enunciação na língua, por isso, trata-se de referência ao sujeito que enuncia. Segundo Benveniste, nós usamos a língua para falar do mundo através do sujeito, sempre excluindo a referência ao mundo. Se é possível tal movimento, devemos ao sujeito sua articulação, tributamos a ele a fugacidade da enunciação. Bressan (2003, p.13), tratando do *ato evanescente* como objeto da Teoria da Enunciação, diz que: *Talvez se entenda o motivo pelo qual o locutor só se torna sujeito ao dizer “eu”, e a razão de uma referência não estável, já que ela só existe na situação de discurso, que é cada vez única, e que depende de um sujeito que logo não é mais sujeito. Nada permanece. Nem no mundo, nem na língua.*

Por esse caminho, Benveniste poderia ter se afastado de Saussure?

Na verdade, Benveniste é tributário de Saussure, visto entender a língua como pertencente a um sistema, e desenvolver uma semântica pautada pelos princípios estruturais

¹⁰⁸ Tal interesse pode ser comprovado no texto “Semiologia da língua” em que Benveniste opõe os dois níveis semiótico e semântico para dar conta da significação.

¹⁰⁹ É importante salientar que entendo o sujeito da enunciação como sendo dotado de inconsciente, noções, a meu ver, inseparáveis. Tal ponto de vista embasa-se nas reflexões de Flores (1999).

(FLORES, 2001, p.25)¹¹⁰.

Por conta dessas questões, fazamos um breve desvio a fim de situar mais claramente a relação entre Benveniste e Saussure.

Como se sabe, é a língua o objeto da lingüística, não a fala. Encontra-se no CLG sustentação para entendermos a língua como sendo autônoma, formando um sistema e podendo ser estudada cientificamente; por possuir um caráter social, pode ser compartilhada pelos membros de uma comunidade.

Sendo a língua uma parte da linguagem, a fala é o outro aspecto, destinado à utilização individual e criadora. Devido ao seu caráter acessório, a fala não pode ser o objeto próprio da lingüística, estando, pois, subordinada à língua. Seguindo Saussure, língua e fala formam, cada uma, uma lingüística¹¹¹.

Mas, como diz Normand (1996, p.139), Benveniste diferencia-se de Saussure pela inclusão da referência e do sujeito na língua, mas *longe de desfazer as oposições de Saussure, ele as complica, as reformula [...] Por sua vez, amplia a noção de língua através da dimensão intersubjetiva, tornando-a a própria condição para o uso da língua; ao mesmo tempo em que sustenta o conceito de língua proposto por Saussure, passa a considerar a língua em uso: diremos, com Saussure, a título de primeira aproximação, que a língua é um sistema de signos.* (PLG II, p.224, “A forma e o sentido na linguagem”)

Por outro lado, Flores (2005), referindo-se ao objeto unificador da Lingüística da Enunciação, defende haver uma vinculação à dicotomia saussuriana *langue/parole*, não derivando, porém, nem de sua negação, nem de sua afirmação absoluta; pelo contrário, há uma falta de crença em tal dicotomia. Ou seja, *os fenômenos estudados nas teorias da enunciação pertencem à língua, mas não se encerram nela; pertencem à fala à medida que só nela e por ela têm existência, e questionam a existência de ambas já que emanam das duas.* (2005, p.105) O que vemos, portanto, é a língua em uso.

Também Dufour (2000, p.118) reconhece a sustentação da doutrina de Saussure em um princípio binário de dualidades opositivas, afirmando *parecer* não restar dúvidas quanto

¹¹⁰ Parece coerente afirmar que Benveniste é um seguidor de Saussure ao mesmo tempo em que tenta ultrapassá-lo por conta da inclusão das questões relativas à subjetividade (NORMAND, 1996).

¹¹¹ A respeito dos conceitos língua e fala na Teoria saussuriana e na Teoria Enunciativa de Benveniste interessante a leitura de Barbisan (2004).

ao caráter dual das articulações. O que sugere, no entanto, é a denegação¹¹² da forma trina. Para o autor, *a trindade se apresenta para Saussure no momento em que ele estabelece uma das principais dualidades opositivas. Ela se apresenta como resto, sob a forma de uma “anomalia” que prejudica o raciocínio binário.* Do par significante-significado passa-se à tríade “significante-significado-referente”¹¹³. Esse termo recalcado insiste em aparecer fora das pesquisas “noturnas” de Saussure, ou seja, os trabalhos “diurnos” e binários de Saussure encontram eco nos “anagramas”, a atividade trina (Cf. cap.1). A relação apenas anunciada aqui entre binariedade e trindade será discutida adiante, por hora, ainda é preciso deter-se no viés enunciativo e o que ele pode trazer para o entendimento da *Escrita* que interessa a esta tese, pois a partir de um conceito como subjetividade uma nova luz clareia os caminhos da lingüística.

A conseqüência é o redimensionamento de outro conceito central em enunciação: a linguagem.

Se para Saussure (CLG, p.17) a linguagem é uma *faculdade de natureza multiforme e heteróclita*, para Benveniste passa a ser *a própria natureza do homem* (PLG I, p.285)¹¹⁴, já que *a linguagem é a atividade significante por excelência* (PLG II, p.223). Na verdade, a capacidade de a linguagem significar é um atributo constitutivo, *não é qualquer coisa que lhe seja dada por acréscimo*, pois, *se ela não fosse assim, não seria nada* (op. cit., p.223,224). Não há, portanto, possibilidade de entender a linguagem como um “instrumento de comunicação”, como uma propriedade decorrente de outra atividade. Em “Da subjetividade na linguagem”, encontramos explicitamente a recusa de Benveniste em tomar a linguagem como comunicação, resultando em um dos mais belos trechos de sua obra:

Na realidade, a comparação da linguagem com um instrumento, e é preciso realmente que seja com um instrumento material para que a comparação seja pelo menos inteligível, deve encher-nos de desconfiança, como toda noção simplista a respeito da linguagem. Falar de instrumento, é pôr em oposição o homem e a natureza. A picareta, a flecha, a roda não estão na natureza. São fabricações. A língua está na natureza do homem, que não a fabricou. [...] Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a (PLGI, p.285).

¹¹² Denegação entendida como a possibilidade de conservar na enunciação o termo excluído.

¹¹³ Dufour (2000) sustenta sua argumentação na crítica feita por Benveniste a Saussure em relação ao conceito de arbitrariedade do signo (PLG I “Natureza do signo lingüístico”). Benveniste expõe o que ele chama de “anomalia” no raciocínio de Saussure, pois a demonstração dos exemplos apresentados por este faz inserir o referente entre o par significante/significado.

¹¹⁴ Argumentação desenvolvida por Silva (2005, p.81), para quem, *Benveniste resgata a dimensão da linguagem, relegada por Saussure ao status de não-objeto da Lingüística, e a posiciona como um mecanismo maior e mais importante do que a língua enquanto sistema de signos, porque inclui a comunicação e o homem.*

Comunicar é inerente ao homem na medida em que a linguagem o constitui, dotando-o da capacidade de se propor como sujeito, definida por Benveniste como subjetividade, pois, *é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem.* (op. cit., p.285) Dessa forma, retomamos o fio condutor da reflexão, o sujeito.

É preciso repetir: o sujeito não é o objeto da Teoria da Enunciação¹¹⁵, cujo interesse é a significação e, portanto, teoriza sobre a representação do sujeito *na língua*. Conseqüentemente, podemos afirmar que *toda a língua é intersubjetiva*. A imagem decorrente dessa relação é de um sujeito afastado e que acaba por se imiscuir em todas as instâncias da língua¹¹⁶. Novamente, uma ausência presente, marcada na própria estrutura da língua, através do aparelho formal de enunciação que *é uma espécie de dispositivo que as línguas dispõem para que possam ser enunciadas. Essa aparelho nada mais é que a marcação da subjetividade na estrutura da língua.* (FLORES, 2005, p.36). Assim, se de um lado nos deparamos com a fugacidade da enunciação produzida por um ato individual de utilização da língua em um tempo/espço determinados, de outro, temos um aparelho formal do qual o locutor se apropria produzindo uma referência nova e, portanto, irrepitível.

É do irrepitível que esta tese quer tratar. Melhor dizendo, é da *Escrita* como sendo do irrepitível, de uma *Escrita* enunciativa também produto desse aparelho formal de que todo sujeito falante e escrevente é dotado. Proponho, portanto, a possibilidade de tomar a *Escrita* como pertencente ao aparelho formal, ou seja, a *Escrita é também* a escrita de um sujeito, portanto, a *Escrita* de sua lógica.

Ao referir-se à linguagem, Benveniste afirma ser sua propriedade significar, não particularizando tal característica. No entanto, estendo aqui, a questão da significação à escrita/*Escrita*, entendendo seu pertencimento à linguagem e não podendo fugir a sua natureza: significar. Trata-se da escrita do enunciado, do texto. Mas essa não é toda a escrita. Vista de outro ângulo, temos a *Escrita* de um sujeito, da enunciação, pois aquele que escreve se enuncia naquilo que escreve.

¹¹⁵ A Teoria da enunciação toma para si o estudo das representações do sujeito que enuncia, das marcas formais no enunciado. Significa que seu interesse é a enunciação do sujeito e não o sujeito em si.

¹¹⁶ Sobre a presença do sujeito *redistribuído* na língua, lembro Deleuze (1973, p.300), para quem *o estruturalismo não é absolutamente um pensamento que suprime o sujeito, mas um pensamento que o esmigalha e o distribui sistematicamente, que contesta a identidade do sujeito, que o dissipa e o faz passar de um lugar a outro, sujeito sempre nômade [...].*

Entender que o sujeito deixa traços ao escrever releva da própria conceituação de enunciação: *a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização* (BENVENISTE, 1989, p.82). Desse modo, ao enunciar-se – o que inclui a escrita – o locutor mobiliza uma outra enunciação de retorno. Partindo, então, da noção de pessoa é possível entender a *Escrita*, resultado do escrever, como capaz de fazer aparecer o trabalho do sujeito na língua, *por um ato individual de utilização*. A bem da verdade, deixa emergir aquele que se enuncia para além do que diz ou escreve. Certamente, trata-se de uma escrita que extrapola a relação com o alfabeto, que é capaz de significar “com e mais” do que a representação gráfica.

Ao tratar da relação *pessoa/não-pessoa*, Benveniste introduz a subjetividade na língua, deslocando as formas *puras* do sistema para o *uso*, as quais passam a adquirir *substância*. Como resultado, há a presença de formas puras na língua e de forma e substância na enunciação. É essa possibilidade de contemplar a *referência* que cria espaço para a presença da subjetividade. É também tal abordagem que servirá para examinar a escrita dentro de uma teoria em que há lugar para o sujeito enunciativo. Significa perguntar *em que consiste uma Escrita entendida pelo viés da enunciação?*

Portanto, este capítulo parte da teoria da enunciação de Benveniste, tendo como hipótese a concepção de que **a abordagem da relação sujeito/estrutura no estudo da escrita está articulada a uma teoria enunciativa do sujeito na língua**. Em decorrência, a *Escrita* não mais será tomada apenas como regularidade, sendo possível entendê-la em sua singularidade enunciativa, nem por isso menos estruturada e submetida ao sistema da língua. É esta estrutura que comporta a singularidade que permite abordá-la dentro do escopo da lingüística e da teoria da enunciação.

Retornemos mais uma vez ao célebre artigo *O aparelho formal da enunciação*, em que Benveniste acentua a subjetividade e a intersubjetividade como pertencentes a um quadro dialógico constitutivo da língua. Se ao escrever, não o faz com a mesma presença pontual exigida pela oralidade, inevitavelmente há uma presença/ausência desejada ou imaginada. Especificamente sobre a escrita, apenas uma menção no final do texto:

Muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação. [...] Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Esta se situa em dois planos: *o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem* (PLGII, 1989, p.90) [Grifo nosso]

A conclusão possível depreendida desse final é que Benveniste já vislumbrava a existência de uma *enunciação escrita* e que também ela pressupõe a intersubjetividade dialógica ao fazer *os indivíduos se enunciarem*.

Ao retomar a definição de enunciação, ainda no mesmo artigo: *a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização*, duas outras afirmações são possíveis: 1) a língua é entendida em sua totalidade – fala e escrita, sendo ambas suportes para a língua. 2) *um ato individual de utilização* significa um agir a partir da língua. Se há, portanto, uma *tomada da língua* no momento mesmo da enunciação, essa relação se estende para a escrita. Dessa forma, é lícito dizer que o locutor *mobiliza a língua por sua conta*, usando os meios de que dispõe para produzir um enunciado. Tais “meios” ou índices têm uma *descrição um pouco abstrata* (PLGII, p.84) no dizer de Benveniste, logo, cabem à fala e à escrita. Esses termos que se constituem no momento da enunciação – índice de pessoa, índice de ostensão e as formas temporais – são o resultado da ação do homem na língua¹¹⁷.

Se podemos pensar que o sistema lingüístico não deixa de constituir um sistema ainda que considere a enunciação, é legítimo estender essa afirmação para a *Escrita*. A questão aqui proposta é a aceitação de que o sujeito escrevendo deixa traços de sua experiência, por isso é pertinente que se entenda o produto da enunciação como conseqüência da utilização da língua. Indo mais além, é possível ver na *Escrita*, igualmente um ato de apropriação de um sujeito marcado no enunciado produzido. Assim, *Escrita* pretende reunir uma proposta teórica, sendo, por isso, bem mais do que apenas um recurso tipográfico.

Do apanhado que vimos a respeito da Teoria da Enunciação, gostaria de reter um ponto fundamental: a categoria de não-pessoa, o terceiro que está ausente no momento da enunciação. Penso ser esta a grande questão da obra de Benveniste, e, também, o caminho para chegar à *Escrita* pelo viés da enunciação. Por conta dessa conclusão, seguirei o pensamento de Dufour (2000, p.115), para quem é possível acreditar que Benveniste abra caminho para o trinitário, pois, *o trabalho de Benveniste é, nesse sentido, exemplar e insubstituível, na medida em que permite ver se perfilar, por trás das díades construídas, uma pressuposição trinitária*.

¹¹⁷ Trato desse assunto em *A Teoria da Enunciação e a escrita*, (LETRAS DE HOJE, 2004).

Acompanhemos, então, os passos de Dufour, mas sempre nas pegadas de Benveniste e Saussure. Enfim, muitas sementes lançadas por Benveniste frutificaram. Nem tudo é deserto.

3.2 A TRINDADE NATURAL: *EU E TU FALAM D' ELE*

Para ser um (sujeito), é preciso ser dois, mas quando se é dois, já se é três. Um é igual a dois, mas dois é igual a três.

(DUFOUR, 2000, p. 92)

Ao definir subjetividade como sendo a capacidade do locutor de se propor como sujeito, Benveniste cunha a expressão sobre a qual embasa a Teoria da Enunciação, é “*ego*” quem diz *ego*. Essa mesma expressão é vista por Dufour (2000, p.8) como uma tautologia, *uma dobra do pensamento que nunca deixa de suscitar o espanto e a desorientação: o pensamento parece reservar-se no momento em que se exprime*. O certo é que sua resposta circular apresenta-se como um novo problema ou a mesma questão reeditada: nada é possível saber a respeito de quem seja esse “eu”. O que era clareza e precisão em definição, passa a ser obscuridade. Trata-se aqui da forma unária.

Por unário, Dufour entende o enunciado cujo predicado retoma exatamente o sujeito da frase; por oposição, o enunciado binário é aquele em que o predicado é diferente do sujeito que enuncia. Este é, pois, o discurso da ciência, cujos termos estão necessariamente em uma relação diferencial ou binária. Mas o homem escapa a essa definição binária, tampouco os termos “vida” e “morte”, tão caros a todos nós, podem ser enquadrados nessa definição. Nem tudo pode ser explicado pela ciência binária; nem todo objeto pode ser acomodado a este modo¹¹⁸. As relações entre os homens e os conceitos que lhe são caros extrapolam a definição dicotômica de “ou isto ou aquilo”, pois longe de se oporem, a “vida” define-se pelo seu caminhar em direção à “morte” e vice-versa; por sua vez, a *Escrita* em nada se opõe à fala, ambas se complementam em suas diferenças.

A definição unária, de Benveniste, encravada em uma teoria estruturalista evidencia uma insistência, uma “gagueira”, no dizer de Dufour¹¹⁹. Significa que a expressão central para

¹¹⁸ Para Dufour (2000), a relação binária extrapolou as ciências exatas e entrou à força no campo do homem.

¹¹⁹ Juntamente com Benveniste, também Lévi-Strauss, com a análise do relato e Lacan com a psicanálise são apontados pelo autor como *não fazerem outra coisa a não ser “gaguejar”* (2000, p.36).

a Teoria da Enunciação escapa a uma definição diferencial entre dois termos e também não pode ser enquadrada em uma relação causal (sendo o primeiro termo causa do segundo), na medida em que apresenta um *único termo* submetido a uma divisão interna. Na verdade, há uma *dobra*. Originária da ordem do *dois*, a *dobra* não se enquadra no campo binário da razão porque não pertence ao campo da explicação, pois, *esse modo transforma a ausência de significação em princípio inicial* (*op. cit.*, p.38). Ao excluir a explicação, a forma unária introduz a implicação, criando um lugar de *insaber*.

A impossibilidade de tal implicação fazer parte do mundo da lógica não pode apartá-la definitivamente como objeto de estudo. Nossa condição de “homem na língua” nos confronta constantemente com os efeitos desse funcionamento. Para Dufour (*op. cit.*, p.39),

A coisa unária merece, de fato, uma atenção tão constante quanto aquela que sempre foi suscitada pela lógica binária; é necessário, em outras palavras, construir a “lógica” do unário, simplesmente porque ele “estrutura” nosso uso quotidiano da linguagem, o qual repousa nessas expressões reflexivas geradoras de mal-entendidos, paradoxos, lapsos, raptos no tempo e no espaço, relatos involuídos sobre si mesmos, conscientes ou inconscientes como no sonho: o “eu”, nota Benveniste, como expressão reflexiva, não obedece à condição de verdade [...].

Incluir a *lógica unária* no pensamento binário instaura um contínuo onde apenas emergiam oposições; do hiato entre termos surge um novo espaço em que o *sujeito advém na evidência* (*op. cit.*, p. 41). Tal sujeito “gaguejante” tem a escrita literária como um *quase-saber*, acolhendo sob seus domínios o que foi excluído do campo da ciência, pois, *enquanto a escrita da ciência dedica-se às formas binárias, a segunda, a escrita literária, devota-se às formas unárias* (*op. cit.*, p.42). Tal afirmação sugere a possibilidade de duas escritas, aprisionando-nos novamente entre oposições. Por certo, haverá uma terceira via. Providencialmente, lembremo-nos de Benveniste e de suas afirmações sobre a não-pessoa como imprescindível na constituição da intersubjetividade, ou seja, aponta para uma relação de três termos, abrindo a possibilidade de entender o homem como capaz de exprimir-se em uma forma trinitária que lhe é natural. Sigamos, então, em direção à trindade.

3.2.1 A enunciação é trinitária

A teoria desenvolvida por Benveniste, principalmente com relação à não-pessoa, permite afirmar que a enunciação repousa sobre axiomas trinitários. Assim, para definir o

“eu” faz-se necessário relacioná-lo negativamente com o “tu” e com o “ele”, ou seja, “eu” não é *nem* “tu”, *nem* “ele”; relação que deixa claro a necessidade de um conjunto de três termos para ser possível a definição de “eu”.

Vimos com Benveniste a impossibilidade de existir uma língua sem expressão de pessoa; dizendo “eu” falo de mim e ao mesmo tempo designo um “tu” que não pode ser pensado fora dessa situação proposta a partir do “eu”. Se “tu” é pessoa pela possibilidade de vir a ser “eu”, o mesmo não ocorre com “ele”, visto somente ser enunciado fora da relação “eu” e “tu”. Benveniste entende a forma de não-pessoa como o “ausente” dos gramáticos árabes¹²⁰, concluindo que as duas primeiras pessoas não estão no mesmo plano que a terceira, pois é *questionável a legitimidade dessa forma como pessoa* (1991, p.251).

Retomando a questão proposta por Benveniste, Dufour trata dos pronomes pessoais como sendo um sistema específico responsável por colocar a língua em ação, pois, *quando um sujeito fala, ele diz “eu” a um “tu”, a propósito d’“ele”* (DUFOUR, 2000, p.69). Nesse sentido, este é um sistema *instantaneamente* posto em atividade cada vez que alguém enuncia para um outro alguém. Dufour insiste no termo *sistema* como sendo *um dispositivo no interior da língua, que inscreve sempre em seus lugares os alocutários* (*op. cit.*, p.69), no qual o conjunto “eu”, “tu” e “ele” formam uma espécie de *língua prévia* capaz de possibilitar o acesso à língua: *uma língua na língua*, no dizer do autor. Mas tais conclusões suscitam dúvidas (*op. cit.*, p.70):

Quais as condições desse sistema? Como é organizado esse conjunto que nos organiza e distribui como falantes no decorrer do tempo da fala? Como descrever o conjunto “eu”, “tu”, “ele”, que partilhamos sem jamais nos darmos ao trabalho de falar disso e que transmitirmos sem prestar atenção? É claro que não são o nome genérico de “pronomes pessoais” e os de primeira, segunda e terceira pessoas, dados pelos gramáticos a este conjunto, que podem fazer crer resolvidas essas questões.

Suscitam, também, algumas certezas. A primeira delas é que essa *língua na língua* não deixa de ser um aprendizado¹²¹, por sinal, o mais tardio deles, sugerindo a necessidade de uma maturação anterior. A segunda é que tal dispositivo trinitário salva-nos, a todos os falantes, de nos perdermos na gagueira unária. Às voltas com a língua, ou com a inevitável “entrada” na fala, tomamos o lugar do “eu” e somos arrastados, como diz Dufour (2000, p.70) pela *trivial e*

¹²⁰ Benveniste exemplifica o uso da terceira pessoa em várias línguas: no semítico, no turco, no ugro-finico, no georgiano etc. e conclui pela impossibilidade de haver uma classificação uniforme em três pessoas paralelas.

¹²¹ Dufour relembra a postura de Jakobson para quem o sistema de pronomes pessoais é a última aquisição da criança.

pungente tomada dos corpos na língua. Teria então Benveniste previsto que a enunciação ancorava-se em axiomas trinitários?

A questão de Benveniste centra-se em duas fórmulas: *é “eu” quem diz “eu” e “eu” não é nem “tu” nem “ele”*, constituindo-se os axiomas de análise do autor, não sugerindo o “resvalar” para a forma trinitária a propósito da segunda relação. Dufour encontra nesse silêncio o calar das evidências, que por tão óbvias não despertam cuidados. Contudo, não podemos esquecer que para Benveniste é sempre *útil pedir à evidência que se justifique*. De toda sorte, o importante é que mesmo sem ser nomeada, a trindade estava posta nas relações fundantes da enunciação.

As duas definições cunhadas por Benveniste fogem ao modelo causal de formas diferentes. A primeira, “eu” quem diz “eu”, escapa da definição binária por sua circularidade e por definir-se a si mesmo; a segunda, o “eu” passa a ser definido negativamente, pois não é nem “tu” nem “ele”. A conclusão é a mesma para Benveniste e Dufour: existem somente três pronomes pessoais sujeitos. Tais termos formam uma estrutura em que os três termos são interdependentes, já que não há possibilidade de definir algum deles sem evocar os outros dois. Dufour sustenta que qualquer um dos termos *implica negativamente* os outros dois. Podemos entender que para cada termo em *praesentia* haverá outros dois em *absentia*, ou seja, a relação formada por três termos é indissolúvel e interdependente, capaz de tornar a língua discurso¹²².

Uma relação trina pode ser decomposta em relações binárias, mas é impossível recompor uma estrutura de três termos partindo de relações binárias. Benveniste divide o conjunto trinitário dos pronomes pessoais em dois subconjuntos binários: “eu” e “tu” de um lado; “eu” e “tu” / “ele” de outro. O resultado é a criação de duas díades a partir do conjunto trinitário.

A primeira díade é “eu”- “tu”. Da interlocução criada pelos termos em movimento emergem características próprias a estes dois pronomes pessoais da tríade: “eu” designa apenas a quem o diz, mas imediatamente após proferido já irá ser tomado pelo “tu”: são, pois, “eu” e “tu” inversíveis, partícipes de uma troca em que a moeda de câmbio é o “eu”, a

¹²² Interessante a expressão usada por Dufour quando refere à relação trina como *a partir da qual a língua se precipita em discurso* (p.72) [Grifo nosso]. *Precipitar-se* é uma ação sem volta, com a qual comparo uma queda. Não há retrocesso possível.

qualidade específica do “eu”, no dizer de Dufour. Troca-se, efetivamente, a temporalidade de cada locutor. Benveniste (1989, p.77) observa que:

Algo singular, muito simples e infinitamente importante se produz realizando algo que parecia logicamente impossível: a temporalidade que é minha, quando ela organiza meu discurso, é aceita sem dificuldade como sua por meu interlocutor. [...] A temporalidade do locutor, ainda que literalmente estranha e inacessível ao receptor, é identificada por este à temporalidade que informa sua própria fala quando ele se torna, por sua vez, locutor.

À singularidade de tal fato é acrescida ainda outra. Dufour lembra que além dos indicadores de tempo, o interlocutor aceita de imediato os índices dêiticos e reflexivos, sejam eles de tempo, espaço e pessoa. Tal fato, *prodigioso e trivial*, demonstra a aceitação e identificação do interlocutor com as premissas enunciadas, a ponto de serem tomadas para formar seu próprio discurso. Assim, *o par dos dois primeiros pronomes pessoais da tríade é um dispositivo de troca e de gestão dos efeitos da realização auto-referencial de “eu”* (DUFOUR, 2000, p.74). A característica da auto-referenciação só é possível por serem dois signos vazios, não-referenciais com relação à realidade; por outro lado, autorizam a comunicação intersubjetiva por serem tomados por todos os que se tornam locutores e interlocutores.

Mas Dufour encontra alguns inconvenientes nesse sistema forjado por Benveniste, embora seja comparado pelo primeiro à genealidade de Galileu: a eficácia da alienação e inversão características de “eu” e “tu” aproximam-se em demasia da *loucura unária*. É preciso, portanto, romper a circularidade auto-referencial para que a intersubjetividade se instaure, é necessário que “eu” deixe de ser “eu” e ceda seu lugar ao outro “tu” para que este, por sua vez, passe a ser “eu”. A condição para escapar de tal loucura é, segundo Dufour (*op. cit.*, p.75), amparada pela seguinte prescrição permanente: *o uso dos índices de primeira e de segunda pessoas é especificado pela unicidade; sua referência só vale por um tempo de discurso dado; ela está limitada a uma só alocução*. Paradoxalmente, o lugar da intersubjetividade abre um caminho para a loucura do encarceramento unário, cuja salvação somente se dará pela capacidade de usar o “eu”, de trocar, de partilhar com o “tu” o lugar de locutor; portanto, é a relação entre “eu-tu” a responsável pela reorganização da desordem instituída pelo unário.

Lembremos que para Benveniste (Cf.3.1.1) “eu” é sempre transcendente em relação ao “tu: por não estarem no mesmo plano, nosso espaço simbólico é dominado pelo “eu”. Mas

essa dominância transforma-se em sustentação do “tu” pela inviabilização que a auto-suficiência do “eu” acarreta, pois “*eu*” só tem uma definição: *ele falta a si mesmo na sua presença mesma. Ele é totalmente auto-suficiente, sob a condição de ser totalmente auto-insuficiente* (DUFOUR, 2000, p.84). A única certeza capaz de garantir nossa presença é torná-la copresente na díade “eu-tu”, instaurando um presente em que “eu” fala a “tu”, *um momento eternamente presente*, como escreve Benveniste (1991, p.289). Ao falar ganhamos a eternidade e a esperança de superar a fugacidade do “eu”; é a interlocução que nos permite tal relação, somente *com* o outro poderemos alcançar *a presença eterna do presente*.

Dufour salienta que além da fórmula unária, “eu” que diz “eu”, outros dois pontos constituem a lingüística da enunciação: a relação com a eternidade, com o momento de interlocução entre “eu” e “tu”, e a forma trinitária do conjunto, referindo-se à inclusão do “ele”, da não-pessoa como nos diz Benveniste.

A inclusão do “ele” na relação instituída entre “eu” e “tu” vem elidir os efeitos da forma unária que ainda subsistiriam entre os dois pronomes pessoais da primeira díade, segundo Dufour (2000, p.89), *a segunda díade recicla esses elementos residuais e estabiliza as incertezas geradas pela primeira. Expondo novos problemas*.

Benveniste (Cf.3.1.1) já mencionava a delicadeza da questão ao questionar a legitimidade dessa forma como pessoa, pois “ele” não requer, como as duas primeiras formas, presença física, sendo a única capaz de predicar uma “coisa”. Seguindo o pensamento de Benveniste ao qualificar o “ele” como marcando a ausência do que seria o “eu” e “tu”, uma não-pessoa, Dufour acrescenta que “ele” é ninguém¹²³, um ausente que *faz ver aquilo que não está presente. “Ele” re-presenta o que está ausente* (*op. cit.*, p.90).

Com efeito, é essa ausência a condição para que haja interlocução. A relação *inclusiva* entre os termos da primeira díade, “eu” e “tu”, forma-se no campo da presença, mas o “ele” quebra a inversibilidade dessa relação manifestando-se pela *disjunção*, ou seja, entre presença *ou* ausência. Apenas quando os dois protagonistas *expulsaram a ausência de seu campo e a delimitaram* (*op. cit.*, p.91) é que se tornará possível o estabelecimento de uma temporalidade relativa ao “aqui e agora”, ao presente da alocação. Significa que a condição para que “eu” e “tu” estejam “aqui e agora” copresentes é que o “ele” esteja “lá” ausente. A presença apenas

¹²³ Em nota consta o termo usado pelo autor: *personne*, que tanto pode significar *pessoa* como *ninguém*.

poderá ser assegurada pela referência à ausência, fazendo surgir uma nova relação que não se deixa decompor em relações diádicas: tem-se então a tríade “eu-tu/ele”.

A retomada por Dufour das questões discutidas por Benveniste sobre os pronomes pessoais propiciou o encadeamento de noções já apresentadas em enunciação sob um outro prisma. As discussões lingüísticas de Benveniste permitiram a Dufour enxergar os elementos responsáveis pelo nascimento do sujeito, relacionados aos três tempos decorrentes das relações entre os pronomes pessoais: o tempo reflexivo do “eu” unário, o tempo da díade “eu-tu” e o tempo da tríade “eu-tu/ele”. Assim, da noção de não-pessoa como exterioridade oposta às instâncias de discurso, Dufour (*op. cit.*, p.92) chega a tal exterioridade como sendo uma necessidade para que o espaço da simbolização seja possível, pois, *se a ausência não é exterior, então ela é interior; e se a ausência é interior, então ela me devora [...]*. A exterioridade necessária é instaurada pelo alijamento do “ele” da relação entre “eu e tu”; separação que pressupõe existência, não aniquilamento, pois, haverá sempre a necessidade do “outro” atestar sua exterioridade. Na verdade, a prova da copresença exigida pela interlocução entre os dois pares é sempre exterior a eles. Mas o passo dado por Dufour (*op. cit.*, p.98) é bem largo: ultrapassa os limites da língua. Para ele, *a língua só se constitui como tal (como vetor de um sistema simbólico permitindo a gênese social e individual dos sujeitos) integrando alguma coisa que está radicalmente fora da língua*. Em outras palavras, *o ausente é exterioridade que retorna para tornar possível a presença, a enunciação, constituindo, juntamente com a alteridade entre “eu” e “tu”, as condições do discurso*.

São essas *condições* relevadas do conjunto trinitário as responsáveis pelo controle da gagueira reflexiva do unário, vencendo a ameaça *de um delírio onde a linguagem falaria sozinha* (*op. cit.*, 103). Segundo Dufour, o dispositivo lingüístico, comum a todos os sujeitos, é trinitário, portanto, contém a dupla relação explicitada entre “eu” e “tu”; “eu” e “tu”/“ele”, estando à disposição de todo sujeito. O resultado de tal articulação conduz o autor novamente a uma questão central para a lingüística: conjunção e disjunção ordenam toda a linguagem. Assim (*op. cit.*, p.104),

O eixo “sintagmático” organiza a *consecução* da frase ali onde o paradigma introduz a substituição; a “metonímia” é esta figura construída por *conexão*, enquanto a metáfora procede da *substituição*. Surgem, pois, dois grandes eixos: por um lado, o sintagma, a metonímia, a continuidade, a aposição, o “e” – em suma, a *transitividade* - ; por outro lado, o paradigma, a metáfora, a disjunção, a oposição, o “ou”: em suma, a *intransitividade*.

Como vimos, as relações decorrentes do modelo trinitário desenvolvido por Dufour são relevadas do conjunto constituído pelos pronomes pessoais e pela discussão em torno da não-pessoa apresentados por Benveniste. Mas Dufour ainda se pergunta até onde o “ele” poderá representar a ausência e se poderia haver uma ausência não-representável. Não encontrará no trabalho de Benveniste resposta para tais questões. Talvez algumas previsões.

Benveniste (1991, p.254) aponta existirem duas expressões de “ele”, atribuindo-lhe dois valores opostos: de um lado é forma de polidez, de reverência, de tal modo que é capaz de elevar o interlocutor *acima da condição de pessoa e da relação de homem a homem*; por outro lado, pode *rebaixar aquele que não merece que alguém se dirija “pessoalmente” a ele*. É justamente por conta de suas características de não-pessoa que o “ele” se torna apto a desempenhar essa função tão díspare, ora exprimindo respeito, ora demonstrando ultraje. Pode, para Dufour (2000, p.109), *indicar mais ou menos que uma pessoa*, e para Benveniste, *pode ser uma infinidade de sujeitos - ou nenhum (op. cit., p.253)*.

Desse desdobramento do terceiro termo, a “coisa” predicada por “ele” pode ser apreendida sob dois pontos opostos: a) uma ausência representada pela presença, uma memória, a presença de muitas ausências, b) e uma ausência radical, irrepresentável no campo da presença – o “nenhum sujeito” de Benveniste. Assim, o “ele” re-presentado carrega junto consigo um “ele” cuja ausência radical seria impossível de captar, não fosse a possibilidade de escrevê-lo, *depois barrá-lo*, criando uma nova díade dentro da estrutura trinitária, isto é, “ele/ele”.

Não há, portanto, presença na escrita do “~~ele~~”. E Dufour (2000, p.110) acrescenta: “*Escrevo ‘~~ele~~’ - digo, mesmo, “escrever”: escrever e calar-se. Este termo, “~~ele~~”, só pode com efeito ser escrito [...]. Mas que escrita é essa atrelada irremediavelmente à ausência? Quais as conseqüências dessa aproximação? Tratemos, então, de desvendar tais questões.*

3.3 TRINDADE, ENUNCIÇÃO E ESCRITA

No começo da escrita existe uma perda. O que não se pode dizer – impossível adequação entre a presença e o sinal – é o postulado do trabalho sempre recomeçando que tem como princípio um não-lugar da identidade e um sacrifício da coisa. [...] Ela (a escrita) soletra uma ausência que é o seu preâmbulo e o seu destino final (CERTAU, 1994, p.299).

Chegamos à última díade da trindade: “ele/ele” situada fora do campo da presença e da ausência. Dufour (*op. cit.*, 111) localiza esse “ele” como sendo externo à estrutura trinitária: *ele a garante e a delimita, na medida em que é sua perfeita exterioridade. A necessidade de barrá-lo decorre da impossibilidade de simbolização, pois, se não existe não pode ser representado. Seu substituto é o “ele”, situado entre a ausência re-presentada e a ausência radical; simulacro do que nomeia, assume sua contradição: “ele” porta em si uma negação que não pode assumir totalmente (op. cit., p.112). Por trás da representação subsiste um não-representável que apenas pode ser escrito, porque o escrito visa à ausência radical. [...] a escrita visa o ele* (ibid). Estamos agora, a exemplo de Benveniste, no centro do problema.

Não só *uma língua sem expressão de pessoa é inconcebível* (BENVENISTE, 1991, p.287), como o modelo trinitário constituído pelas três pessoas verbais *está em posição de interface entre as diferentes metalinguagens da língua natural* (DUFOUR, 2000, p.105). Por esse entendimento, o modelo trinitário organiza também a *Escrita*, pois, *estando no centro do dispositivo de enunciação, ele está à disposição imediata de todo sujeito (op. cit., p.105)* [grifo nosso]. O que poderia estar assim tão disponível a todo sujeito senão o próprio *aparelho formal da enunciação*? Situado no interior da língua, permite a uma manifestação individual atualizar os caracteres formais da enunciação. Assim, a *Escrita* é um acontecimento enunciativo, um ato de enunciação, dotada da trindade natural.

Dufour (*op. cit.*, p.112) chega à questão da escrita pelo caminho da última díade “ele/ele” em que a ausência é simbolizada. Pois,

é nessa terceira díade, “ele/ele”, invisível fenomenologicamente, que me parece residir a chave da compreensão das relações entre as duas grandes práticas de simbolização sobre as quais se funda nossa civilização: a fala e a escrita. [grifo nosso]

Nesse ponto, reaparecem e se imbricam as conceituações de escrita trazidas nos capítulos anteriores, de certa forma, postas às claras. A escrita estigmatizada como mera cópia apagada do original (Cf. 1.2) é posta por Dufour em pé de igualdade à fala porque ambas simbolizam, ambas estão entre o homem e a língua. A exterioridade de que a escrita era acusada por Rousseau (Cf.1.2.2) soçobra abafada pela exterioridade de uma ausência constitutiva da própria escrita: a escrita visa o *ele*. Tratemos um pouco dessa afirmação.

A trindade da *Escrita* marca-se igualmente pelo operador conjuntivo “-” entre “eu-tu” e pelo operador disjuntivo “/” entre “eu-tu/ele”. Mas como trocar de lugar com o “tu” e garantir por contraste nossa presença comum no presente? O “aqui” e o “agora” do “eu” passam a não ser mais inversível com o “tu”, já que o interlocutor não está presente. Se *o espaço e o tempo atuais do discurso têm uma só e única definição: o presente nada mais é que o tempo em que “eu” fala a “tu”* (DUFOUR, 2000, p. 86), para a *Escrita* apenas o “eu” está no presente, já que escreve a um “tu” ausente da cena enunciativa. Semelhante ao “ele”, o “tu” marca-se por uma presença-ausência, mescla-se com ela até o ponto de deslizar em direção ao “ele/ele”. É por isso que a *Escrita* enlaça-se com a ausência, dirigindo-se a um “tu” impossibilitado de lhe ser copresente, precipita-se para o “ele”, o *eco ensurdecido* do “ele”. De resto, é o que não pode ser escrito o que nos faz escrever, e o que é mostrado designa aquilo que não é mais.

Igualmente sobre a ausência escreve Certeau (1994). A *Escrita*, por ele denominada de *o derradeiro momento*, a repetição de uma falta em cada sinal gráfico é assim definida:

prática da perda da palavra, a escritura só tem sentido fora de si mesma, num lugar outro, o do leitor, que produz como a sua própria necessidade indo ela mesma para esta presença que não poderia ganhar. Vai em direção a uma palavra que não lhe será jamais dada e que, por isso mesmo, constrói o movimento de ser indefinidamente ligada a uma resposta solta, ab-soluta, a do outro. Dessa perda se forma a escrita. É um gesto de moribundo, uma defecção do ter percorrendo o campo de um saber, modesta aprendizagem do “fazer sinal” (*op. cit.*, p. 299).

A leitura instaura, portanto, um fazer (uma “arte” para Certeau) que não é passividade. Há uma reapropriação *no* escrito do outro, uma interlocução que se faz no momento presente da leitura.

Fala-se sempre no presente. Igualmente, escreve-se sempre no presente. Mas se o tempo em que se fala é *o tempo eternamente presente*, como afirma Benveniste (1991, p. 289), a eternidade da *Escrita* é de outra ordem. Dufour (*op. cit.*, p.114), entende ser o tempo da *Escrita a passividade de um tempo sem presente*. Como afirma Certeau, apenas será possível tornar presente o escrito pela ação da leitura realizada pelo “tu”, repetidamente presentificada a cada nova leitura; entretanto, o momento da escritura pertence unicamente ao “eu”. Estaríamos então no domínio do unário? Em alguns momentos parece que sim. Dufour (*op. cit.*, p.122) aponta o trabalho de Saussure com os anagramas como sendo *uma forma*

escavada pela divisão interna [...]. Os anagramas são a exibição da dobra em todos os seus estados.

Com efeito, a enunciação *Escrita* distingue-se das relações enunciativas instituídas na oralidade. Benveniste aponta a existência de dois planos de enunciação: *a do discurso e a enunciação histórica*. Esta última, *hoje reservada à língua escrita* (1991, p.262), caracteriza-se por não comportar nenhuma intervenção do locutor, os fatos narrados devem necessariamente pertencer ao passado. O locutor *não dirá jamais eu nem tu nem aqui nem agora [...]*, pois, *na narrativa histórica estritamente desenvolvida, só se verificarão formas de “terceira pessoa”*. A consequência de tal narrativa é que os fatos parecem ser narrados por si mesmo, a ponto de Benveniste sublinhar que *ninguém fala aqui* (*op. cit.*, p.267). Como bem salientou Benveniste, a distinção entre narrativa histórica e discurso nada tem a ver com a distinção entre língua escrita e língua falada: *o discurso, porém, é tanto escrito como falado* (*ibid*). Se ninguém fala aqui, então não há enunciação, apenas ausência.

A ausência de que se faz a *Escrita* em relação à representação do “tu” e do “ele” também pode ser notada no momento da enunciação. Podemos chamar esse momento de *acontecimento enunciativo da Escrita*, no qual a questão da temporalidade é posta em relevo. É a peculiar manifestação da temporalidade na *Escrita* que permite supor a existência de uma diacronia em *absentia* na sincronia da enunciação. Há, pois, um resto, um rastro – uma diacronia – manifesta na enunciação *Escrita* - uma sincronia – que cada locutor marca no enunciado escrito, deixando à vista sua negociação com a língua, cujo movimento não pode ser mostrado. A enunciação *Escrita* não pode ser tomada como um *tempo eternamente presente*, como diz Benveniste, entretanto, podemos entendê-la como uma manifestação atemporal: toda a diacronia encontra um ponto de estofa no momento da enunciação, a sincronia amálgama a história do “eu”, que não pode ser mostrada, mas que é *Escrita* cada vez de forma única. É do rastro que se trata, de uma *Escrita* que se inscreve, como diz Derrida (2002, p.74), *não é a ausência em lugar da presença mas um rastro que substitui uma presença que jamais esteve presente, uma origem pela qual nada começou*.

Mas então será possível dizer algo desse sujeito e dessa *Escrita* que é tão única e irrepetível? Penso que sim. Através da fina película do escrito é possível remover as camadas e mostrar a ficção da folha em branco, deixando à mostra o jogo de espaços magistralmente jogado pelo sujeito da *Escrita*. Um palimpsesto, talvez. Assim para cada sujeito, cada *Escrita particular é um espelho de cem faces (neste espaço os outros estão sempre aparecendo), mas*

um espelho partido e anamórfico (os outros aí se fragmentam e se alteram)(CERTEAU, 1994, p.110).

A possibilidade de captar a *Escrita* de um sujeito, uma sincronia da enunciação, emergindo de uma diacronia em nada se afasta das lições de Saussure registradas no CLG. Lembremo-nos que para ele *tudo quanto seja diacrônico na língua, não o é senão pela fala* (p.115), pelo individual que faz evoluir a língua. É a enunciação que possibilita o surgimento de novos sentidos, o aparecimento das marcas do sujeito, enfim, de seu estilo. De um estilo *que é o sujeito*.

Tratemos, a seguir, dessa afirmação.

3.4 *ESCRITA, ESTILO E ENUNCIÇÃO*¹²⁴

O estilo é o próprio homem
(LACAN, 1998)

Falar de estilo implica falar de sujeito, de um sujeito que tem a língua como condição para se constituir. Da relação língua – estilo – sujeito percebe-se a possibilidade de tomar a noção de estilo como sendo muito mais ampla do que um desvio da norma, pois ter estilo não é o mesmo que subverter o sistema lingüístico. Ter estilo é a possibilidade de todo sujeito que enuncia em qualquer manifestação da língua, isto é, na fala e na *Escrita*.

Na verdade, não ver a língua como um lugar de normatização do dizer implica que ela seja, para o sujeito, tão somente a condição de possibilidade de constituição de um estilo. Somente faz sentido falar de *desvio* a partir da suposição de uma norma. Ora, se se considera que a língua não é mais feita sem que o sujeito nela se faça ouvir, então a língua comporta o estilo, de todos e o de cada um. Pretender que a língua seja outra coisa que não o império da norma implica tomá-la numa dimensão de autonomia frente a um saber que se inscreve na ordem da repetibilidade.

A repetibilidade do sistema da língua comporta a singularidade do sujeito (do seu estilo, portanto), que, segundo Benveniste, podemos chamar de *subjetividade, indicadores de subjetividade, dêixis, categoria de pessoa*, etc...(Cf. FLORES, 2004). Significa que para

¹²⁴ Parte dessa reflexão encontra-se em Flores e Endruweit (2005).

Benveniste a estrutura somente tem existência no singular. E é a enunciação que permite falar de uma singularidade que resiste a estar na repetição, mas que a constitui em cadeia e isso não se faz sem convocar a língua do outro, sem enunciar.

Como vimos em 3.2.1, segundo Dufour (2000) o dispositivo lingüístico comum a todos os sujeitos resulta da articulação entre conjunção e disjunção, que ordenam toda a linguagem: um eixo sintagmático, da metonímia e um eixo paradigmático, da metáfora.

As relações apontadas pelo autor como decorrentes dos dois eixos da linguagem serão desdobradas em função da metodologia apresentada no capítulo seguinte; trazê-las nesse momento implica em fazer menção a um lingüista que relacionou tal estrutura da linguagem a estilo.

Jakobson (1974) diz que a predominância de um desses pólos pode estar relacionada ao estilo pessoal.

Manipulando esses dois tipos de conexão (similaridade e contigüidade) em seus dois aspectos (posicional e semântico) – por seleção, combinação e hierarquização – um indivíduo revela seu estilo pessoal, seus gostos e preferências verbais (p.56).

Partindo dessa articulação entre metáfora e metonímia é possível pensar a noção de estilo como sendo uma forma do sujeito enunciar-se a partir dessas posições. Significa que no quadro enunciativo, as referências produzidas pelo sujeito relevam do deslocamento metafórico e metonímico, instaurando diferentes valores para o que é dito ou escrito. Tem-se, assim, um índice de enunciação do sujeito na língua.

Desse prisma, a escrita/*Escrita* passa a ser um constante e ininterrupto produzir de metáforas e metonímias, evidentemente, desde o ponto de vista dos movimentos que tais tropos instauram na estrutura da língua: substituição/similaridade, deslocamento/contigüidade aos quais o sujeito recorre para produzir sentido. A *Escrita* teria outra dimensão se vista como um processo de constante substituição e deslocamento. Há um jogo significativo da metonímia e da metáfora.

Entender a *Escrita* desde a suposição de que o sujeito enuncia nesse ínterim – entre a metáfora e a metonímia – não pode deixar de considerar que elas são funções criadoras e que, grosso modo, não existe sentido senão nessa relação. É na substituição que reside o recurso criador, a força criadora da metáfora (e da metonímia), já que é a operação por excelência.

A metáfora é uma função genérica que engendra o sentido que preside, não apenas a criação e a evolução da língua, mas também a criação e a evolução de sentido como tal. De certa forma, a própria língua, no seu processo constitutivo, é metafórica e, assim, se desfaz a idéia de um sentido primeiro, originário. A metáfora, a língua, é bem sucedida quando há uma mudança de sentido, ou seja, quando o sentido de algo se torna um novo sentido.

Ao afirmar que a enunciação implica o outro e que ambos fundam-se na língua, estamos entendendo que a relação Eu, Tu e a Língua franqueia as figuras – e daí o estilo – não como uma quebra de regra, mas como condição para a enunciação. Da relação entre sintagma e paradigma se dá o sentido, ou seja, da composição desses dois termos se produz um terceiro, emerge a criação de cada sujeito, *parece, pois, que é sempre na fronteira dos dois planos que se ensaia a criação* (BARTHES, 1993, p.91). A singularidade toma da regularidade da língua para fazer nascer o sentido de cada enunciação. Um eterno renascer, um novo texto a cada escrita/*Escrita*.

Passemos, a seguir, à elaboração de uma proposta metodológica que comporte a enunciação *Escrita*.

CAPÍTULO 4

UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA A ANÁLISE DA ENUNCIÇÃO ESCRITA/*ESCRITA*

Como achar um dentre esses caminhos que se apresentam agora escancarados?

(João Cabral de Melo Neto)

Eleger uma teoria enunciativa para servir de esteio à análise da *Escrita* significa optar por um olhar dirigido ao não-repetível, característica de toda enunciação. Conseqüências advêm dessa escolha. A primeira delas, evidentemente, é a constatação de que toda opção significa uma perda; ao elegermos um viés de análise, o que foi posto de lado, sobra.

A segunda conseqüência está diretamente ligada ao objeto de análise. Tratar de enunciação é entender que a língua é posta em funcionamento *por um ato individual de utilização*. É o uso que atualiza a língua. Se cada enunciado é único e irrepetível, então é possível que todas as ocorrências verificadas na seleção de um *corpus* possam ser objeto de estudo, pois seriam inesgotáveis as possibilidades de *emprego* das formas analisadas na *língua em uso* (LICHTENBERG, 2001, p.152). Há, portanto, um leque enorme para análise. Mas se a possibilidade de constituir o *corpus*¹²⁵ é vasta, também deverá sê-lo a metodologia de análise.

Na verdade, não há *um método a priori* em Teoria da Enunciação, ao menos não na teoria de Benveniste, que possa ser empregado como um modelo para estudar um fenômeno lingüístico. Com isso, queremos dizer que as análises feitas no capítulo seguinte são, de certa forma, decorrentes de uma proposta metodológica singular que não tem a pretensão da universalidade. Ora, se cada enunciação é única, por que deveríamos lançar mão de um modelo geral e universal de análise para dar conta de enunciados tão diversos?

Assim, é importante que se diga, a metodologia aqui apresentada se insere numa leitura da obra de Benveniste articulada à releitura operada por Dany-Robert Dufour, atende a objetivos específicos, não vai além da proposta de um modelo de análise da *Escrita*, tal como fora definida, e está restrita a uma só perspectiva que é a do estudo da especificidade da enunciação na *Escrita*. Trata-se de uma proposta inicial, com certeza condicionada pela natureza do *corpus* examinado (textos de alunos) e que deverá, ainda, ser submetida a provas de outra natureza e relativamente a outros *corpora*.

Não se pode negar, no entanto, que, se por um lado, a presença de um modelo acabado de análise minimiza a possibilidade de erro do pesquisador; por outro lado, a possibilidade de

¹²⁵ Silva (2005) sustenta a existência de um *programa* de estudos e não uma definição precisa do que seria o *corpus*. Salienta que apenas Authier-Revuz apresenta um *corpus* de natureza enunciativo definido com mais rigor. De toda forma, parece coerente com os fundamentos de uma teoria enunciativa um alargar de horizontes em se tratando do objeto de estudo. Flores (2005, p.10) sintetiza bem tal questão: *qualquer fenômeno lingüístico de qualquer nível (sintático, morfológico, fonológico, etc.) pode ser abordado desde o ponto de vista da Lingüística da Enunciação. Se assim não fosse, estar-se-ia criando uma hierarquia entre “compartimentos” da língua e haveria o “compartimento” da enunciação e o da “não-enunciação”*.

construir uma análise para cada fato estudado, a partir de princípios teóricos, confere uma amplitude que possibilita a criação de novas formas de ver a enunciação cada vez que ela acontece.

4.1 DA CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* E DA NOÇÃO DE *FATO* ENUNCIATIVO

O caminho trilhado até aqui permite vislumbrar alguns pressupostos norteadores deste capítulo. Partamos de Saussure, sempre um porto seguro. Ao delimitar o objeto da lingüística, no CLG, Saussure nos diz que *outras ciências trabalham com objetos dados previamente e que se podem considerar, em seguida, de vários pontos de vista; em nosso campo, nada de semelhante ocorre*. Adiante, a questão é sintetizada: *Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto* (1991, p.15).

Dizer que *o ponto de vista cria o objeto* significa tributar ao olhar do pesquisador a capacidade de determinar o fato lingüístico no momento em que este for tomado para estudo. Nesse sentido, não há um fenômeno *a priori* a ser analisado, mas um objeto constituído no momento em que determinada teoria dele se ocupa. Considerar o olhar do cientista é incluí-lo como partícipe em um processo de análise, é somar ao objeto de estudo o viés do observador. Por essa razão, Flores (2001, p.59) diz tratar-se de *fatos* e não de *dados*, ao referir-se ao *corpus*, *porque realmente não se trata de algo “dado” enquanto evidência, mas do produto de um construto teórico*. E é próprio que seja assim, visto se tratar de uma teoria que entende a intersubjetividade como condição para a subjetividade.

Benveniste (1991, p.127) já havia chamado à atenção para a peculiaridade do estudo de um *fato* lingüístico, visto a possibilidade de todas as questões serem propostas ao mesmo tempo,

e que se propõem em primeiro lugar relativamente ao que se deve admitir como *fato*, isto é, aos critérios que o definem como tal. A grande mudança sobrevinda em lingüística está precisamente nisto: reconheceu-se que a linguagem devia ser descrita como uma estrutura formal, mas que essa descrição exigia antes de tudo o estabelecimento de procedimentos e de critérios adequados, e que em suma a realidade do objeto não era separável do método próprio para defini-lo [grifo nosso].

Significa dizer que a descrição do *fato*, seja ela formal ou não, não é independente da teoria que o elege e que lhe dá existência. Em outras palavras, quando se estuda a semântica de uma língua pelo viés enunciativo – e é de suma importância que se registre tratar-se de uma semântica - não há um *dado* pronto à espera do pesquisador. O que há são *fatos* produzidos por um sujeito no momento da enunciação, e estes serão tomados para estudo segundo o ponto de vista do pesquisador.

Se estamos nos inspirando na Teoria da Enunciação de Benveniste (Cf. cap.3), é possível afirmar que o objeto de estudo será a enunciação, atualizada em cada cena enunciativa e compreendendo toda a língua. Flores (2005, p.9), seguindo as idéias de Benveniste, nos diz que:

Se o *aparelho formal de enunciação* é constitutivo da língua então ela mesma comporta referência ao seu próprio uso. Logo, todo e qualquer fenômeno lingüístico carrega em si a potencialidade de um estudo em termos de enunciação, já que sua existência depende do sujeito que o enuncia. O objeto da *Lingüística da Enunciação* é todo o mecanismo lingüístico cuja realização integra o seu próprio sentido e que se auto-referencia no uso. A enunciação é, pois, o que constitui esse processo.

Portanto, o foco da constituição do *corpus* em uma teoria lingüística enunciativa não está na *forma*, mas no *sentido irrepitível* de cada frase (SANTOS, 2002). O relevante para a formação de uma base empírica para a descrição da linguagem é que seja levada em conta a referência enunciativa do sujeito, o *aqui* e o *agora*. Essa capacidade de ser única e irrepitível, característica da enunciação, possibilita que em uma análise enunciativa a quantidade de *fatos* analisados seja um ponto de pouca relevância, visto a possibilidade infinita de enunciados. Tal característica não impede, porém, a existência de uma estrutura capaz de comportar a enunciação e sua singularidade. E é o que nos diz Benveniste ao afirmar que o *aparelho formal da enunciação* pertence à língua toda, ou seja, há uma estrutura mobilizada pelo sujeito a cada nova enunciação¹²⁶.

Em atenção à clareza, vale repetir: estamos considerando *corpus* uma dada manifestação da linguagem dentro da qual são recortados *fatos enunciativos*, ou seja, o fenômeno propriamente analisado. Nesse sentido, os *fatos*, produtos de recorte que são, podem sempre variar, na medida em que cada análise, em função dos objetivos que tem, pode priorizar diferentes recortes.

¹²⁶ Authier-Revuz (1998) utiliza um *corpus* proveniente de diferentes lugares, vários autores e diversas situações, ratificando que o interesse é a singularidade da estrutura que comporta a enunciação.

Assim, o *corpus* dentro do qual serão recortados os *fatos* enunciativos que sustentarão a análise da enunciação na *Escrita* é constituído de dez textos produzidos por alunos em contexto escolar cada um com seu rascunho, formando um total de vinte textos.

Vejamos, a seguir como foi coletado o *corpus* para análise.

4.1.1 Da coleta do *corpus*

O *corpus* é proveniente de uma escola de ensino médio, da rede particular de ensino, situada na cidade de São Leopoldo. A coleta foi feita pela professora da turma, graduada em Jornalismo e Letras, sem curso de pós-graduação em nenhuma das áreas. A professora acompanhou a turma durante todo o ano letivo de 2003.

As redações (como são chamados os textos escritos na/para a escola) foram produzidas por falantes nativos do português em situação de sala de aula, o que significa estarem inseridas em situação particular de um trabalho escolar. A turma escolhida para fornecer os textos foi a “121”, um segundo ano do ensino Médio, no ano de 2003, sendo composta por 28 alunos, 13 do sexo feminino e 15 do sexo masculino, com idade variável entre 16 e 17 anos. As aulas ocorriam no turno da manhã, em três períodos semanais, não seguidos, cuja duração era de 50 minutos. A coleta ocorreu durante o mês de junho. A discussão do tema e o rascunho foram tarefas realizadas nos dois períodos do dia 12 de junho de 2003. O único período do dia seguinte foi destinado à tarefa de passar a limpo o texto rascunhado no dia anterior.

O encaminhamento da tarefa me foi relatado pela professora e, segundo ela, seguiu a seguinte ordem: a professora apresenta um texto sobre “resenha”, contendo exemplos ilustrativos para serem discutidos com os alunos. A tarefa de casa consiste em assistir a um filme – livre escolha do aluno – até a data da próxima aula, para servir de tema para o texto escrito em aula.

Na aula seguinte, a professora entrega a proposta para os alunos e faz um levantamento dos filmes que foram assistidos pelos alunos. A seguir, professora e alunos comentam a impressão que cada um teve do filme visto.

A proposta apresentada aos alunos é a seguinte:

A vida imita a arte ou a arte imita a vida? Esse questionamento perpassa nossas discussões através de décadas. A sétima arte, o cinema, é uma constante em nossas vidas e acessa nossos valores ou, pelo menos, nos faz refletir sobre eles.

Eis a proposta: faça uma resenha crítica de um filme em cartaz, analisando a ideologia e os valores implícitos.

Quadro 1- *O corpus de fatos* – Proposta de produção textual apresentada aos alunos

Após a leitura da proposta, os alunos iniciam a primeira versão do texto, o rascunho, e o entregam à professora que os devolve na aula seguinte para que concluam a tarefa.

Quanto ao rascunho, é hábito da professora recolhê-lo, embora os alunos saibam que não será considerado para avaliação. Segundo a professora da turma, o rascunho é considerado apenas um ritual para verificar o processo de trabalho. O objetivo é, segundo ela, criar nos alunos o hábito de, antes de escrever, enumerar aspectos que possam ser abordados, para então definir sobre os pontos relevantes e somente depois iniciar a redação. No caso específico dos textos que integram o corpus desta tese, os alunos foram informados que seus textos fariam parte de uma pesquisa, mas que não seriam obrigados a participar, entregando seus rascunhos.

Como foi dito acima, a prioridade da análise não está relacionada com a quantidade de textos que possam ser estudados. O importante é a possibilidade de que o processo da reescrita, independentemente da quantidade, possa deixar à mostra a relação enunciativa do sujeito com a língua. Isto é, o interesse desta pesquisa foi direcionado para um processo e não um produto com vistas à quantificação.

Tendo, portanto, tal objetivo em mente, a quantidade de textos recolhidos não foi prioridade durante a coleta do *corpus*. Sendo o aluno livre para participar ou não da pesquisa, a quantidade de textos recolhidos ultrapassou 50% do número total de alunos da turma. Ou seja, de um total de vinte e oito alunos, foram entregues dezesseis textos com rascunho e versão final. Deste total, foram escolhidos dez textos para serem analisados, comportando, então, vinte redações¹²⁷.

¹²⁷ Vale registrar, ainda, o desconforto demonstrado por alguns alunos, já que nem todos se sentiam à vontade em entregar o rascunho “para ser estudado por outra professora”.

Vejam, a seguir, as características gerais de tais textos.

4.1.2 As características gerais do *corpus*

Os textos que compõem o *corpus* caracterizam-se, do ponto de vista da tipologia, por serem uma resenha em que o aluno emite um juízo de valor a respeito de um filme assistido pelos alunos em suas casas. Embora a proposta seja destinada à análise de um filme em cartaz (especificamente “a sétima arte”), alguns alunos desviaram o tema central para englobar outros aspectos da mídia. Assim, nos dez textos tomados para análise, a distribuição temática foi a seguinte: 1 texto sobre programas de tv, 1 sobre um CD, 1 sobre uma novela e 7 textos analisaram um filme.

Em sua maioria, os textos apresentam uma média de trinta linhas, escritos em folha numerada até quarenta, contendo um quadro, no topo da página, com itens que serão avaliados pela professora (idéia principal, textualidade, correção gramatical, apresentação gráfica e total).

Mesmo que não se configure em objetivo desta pesquisa o diagnóstico de problemas e/ou dificuldades presentes no *corpus*, vale dizer que, em termos de características gerais, boa parte dos problemas encontrados nos textos dizem respeito à pontuação e à acentuação. Inadequações de regência são pouco relevantes no total dos textos. A dificuldade apresentada pelos alunos, constatada pelo número de erros, é em relação à concordância. Em sua maioria, os textos apresentam frases complexas e bem estruturadas, demonstrando uso pertinente de pronomes e nexos.

Quando da apresentação do *corpus*, nos casos em que se fizer transcrição, serão mantidos os aspectos originais referentes ao uso do código lingüístico.

4.1.3 Apresentação do *corpus*

O encaminhamento dos capítulos anteriores autoriza que a natureza do *corpus* seja esta: trata-se da *enunciação Escrita*. Como vimos, a *Escrita* é um acontecimento enunciativo

(Cf. cap.3), um ato de enunciação, pois, o aparelho formal de enunciação, situado no interior da língua, está à disposição de todo sujeito – quer ele fale ou escreva.

Sendo, portanto, a *Escrita*, como toda enunciação, cada vez única e irrepetível, somente será possível reter o movimento do sujeito através de rastros que são a sua história. Por esta razão, o rascunho e a versão final do texto serão tomados como possibilidades de descortinar a negociação do sujeito com o interlocutor e com a língua. Apenas o movimento deixa surpreendê-lo. Assim, as duas versões serão tomadas em relação, no entanto, a análise será feita na primeira versão - no rascunho - que posteriormente será comparado com a reescritura.

Os textos dentro dos quais serão recortados os *fatos* enunciativos serão escaneados e estarão em anexo – versão final e rascunho. Os *fatos* retirados para análise serão digitados. Cada texto será numerado e diferenciado de seu rascunho também por notação própria (cf. infra). Quando reproduzidos no corpo do trabalho, as linhas serão numeradas e o trecho ou palavra em questão destacados em um quadro.

4.1.3.1 Das notações utilizadas

Os textos, no momento da análise já considerados em termos de enunciados produtos de recortes enunciativos (cf. abaixo), serão identificados da seguinte forma: em primeiro lugar o número do texto, seguido pela indicação de rascunho (r) ou versão final (f) e pelo número da linha. Exemplificando: T1rL2, tratando-se do primeiro texto, em rascunho, na linha dois, ou T3fL13, tratando-se do terceiro texto, em versão final, na linha treze.

4.2 A METODOLOGIA DE ANÁLISE

Eleger uma metodologia de análise deriva de uma opção teórica. Olhar para um *fato* e optar por ele como sendo o fenômeno de estudo é, também, consequência de uma base conceitual. Nesse sentido, as decisões metodológicas são fruto da especificidade dos fatos recortados para análise. Num movimento dialético, o *corpus* e o método foram delimitando-se mutuamente. Ambos sendo criados e recriados durante o processo de coleta.

A seguir, vejamos mais detalhadamente a unidade de análise.

4.2.1 A unidade de análise

A unidade de nossas análises é a *frase*, tal como entendida por Benveniste, ou seja, um *enunciado* obtido a partir de um recorte que obedece aos limites do sentido e não da forma e que é indiferente ao que é tradicionalmente denominado frase ou parágrafo na literatura gramatical.

Segundo Benveniste (1991, p.139), *a frase é a unidade do discurso*, resultando em delimitação de extensão variável de acordo com o sentido, sendo impossível determinar de antemão se o sentido de um enunciado se esgotará em um parágrafo ou em uma frase (como a entende a gramática tradicional). Por vezes, a negociação do sujeito com a língua poderá ser apreendida na substituição até de uma palavra pela outra, podendo ser este o enunciado analisado. Enfim, a referência de cada enunciação será determinante na análise.

A delimitação do que pode ser considerado um enunciado se dará, portanto, tendo em vista o *recorte enunciativo*. Trata-se de unidade de extensão variável, pois sua totalidade está submetida ao sentido. Um *recorte enunciativo* esgota-se no limite do sentido do que se quer analisar, que pode ser uma palavra, uma frase, um parágrafo ou todo o texto.

Importa ainda esclarecer que estamos utilizando a expressão *recorte enunciativo* para identificar dois momentos da análise, momentos que são a um só tempo distintos e complementares: a) o *recorte enunciativo* é uma operação pela qual se estabelece o *enunciado* – a frase na terminologia de Benveniste - isto é, a unidade de análise; b) o *recorte enunciativo* é uma operação pela qual se estabelecem os *atos* a serem analisados. Em ambos os usos, a expressão *recorte enunciativo* nomeia o procedimento de estabelecer o *ponto de vista criador do objeto*, ou seja, a expressão sintetiza o olhar do pesquisador na determinação do *fato* lingüístico no momento em que este for tomado para estudo e o fenômeno, o objeto, em análise.

4.2.2 Os procedimentos de análise

Ao configurar o objeto, cria-se também o método de análise. Tal afirmação tem em Saussure seu criador e em Benveniste um ponto de sustentação. Relembremos alguns pontos (Cf. cap.3).

Benveniste, em *Os níveis da análise lingüística* (1991), tratando de um método para abordar a linguagem, aponta a existência de duas relações importantes: relações de mesmo nível e relações de nível diferente. Entre elementos do mesmo nível há **distribuição**; entre elementos de nível diferente há **integração**. A **forma** é do nível da distribuição e o elemento nela é um **constituente**; o **sentido** é do nível da integração e o elemento nela é um **integrante**. Sintetizando, esquematicamente, nos termos de Benveniste, temos:

- a) **Forma** → **distribuição** → **elemento constituinte**;
 b) **Sentido** → **integração** → **elemento integrante**

Quadro 2 – O esquema da forma e do sentido em Benveniste

Deixemos em suspenso a apresentação de Benveniste e retomemos alguns pontos de Dufour (Cf. cap.3), para a seguir unir os dois raciocínios.

Dufour (2000) aponta a existência de um dispositivo lingüístico trinitário, comum a todos os sujeitos, que contém uma dupla relação explicitada em duas díades: “eu” e “tu”, de um lado, e “eu” e “tu”/“ele”, de outro lado. O resultado de tal articulação conduz o autor a uma questão central para a lingüística: **conexão** e **disjunção** ordenam toda a linguagem. Vale citar novamente o trecho de Dufour (*op. cit.*, p.104),

O eixo “sintagmático” organiza a *consecução* da frase ali onde o paradigma introduz a substituição; a “metonímia” é esta figura construída por *conexão*, enquanto a metáfora procede da *substituição*. Surgem, pois, dois grandes eixos: por um lado, o sintagma, a metonímia, a continuidade, a aposição, o “e” – em suma, a *transitividade* - ; por outro lado, o paradigma, a metáfora, a *disjunção*, a oposição, o “ou”: em suma, a *intransitividade*.

Sintetizando, esquematicamente, nos termos de Dufour, temos:

- a) Sintagma – metonímia – conexão – continuidade – aposição – **transitividade** – o “e” – a conjunção;
- b) Paradigma – metáfora – substituição – oposição – **intransitividade**, o “ou” – a disjunção.

Quadro 3 – O esquema da conjunção e da disjunção em Dufour

Tal como foram apresentadas as relações, estamos tratando ainda de relações binárias. A subversão de tal binariedade, necessária para o estudo da *Escrita*, pode ser obtida, em nossa opinião, a partir da projeção desses dois esquemas no âmbito da trindade da enunciação – operação esta sugerida pelo próprio Dufour - cujo dispositivo enunciativo é EU–TU–ELE. Esquemáticamente, temos a seguinte figura da enunciação:

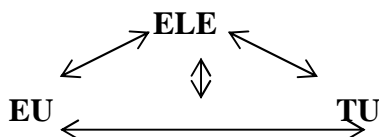


Figura 1 – Estrutura básica da enunciação

Admitida a operação de projeção, conseqüentemente, haverá duas relações básicas na estrutura da enunciação, fundamentais para a análise da *Escrita*: a da díade transitivo/intransitivo e a da díade constituinte/integrante. A implicação entre transitivo e intransitivo não é visível fenomenologicamente, isso porque, nos termos de Dufour (2000, p.112), diria respeito à relação *ele/ ele* (Cf. cap.3). Citando mais uma vez, para o autor, *é nessa terceira díade, ele/ ele, invisível fenomenologicamente, que me parece residir a chave da compreensão das relações entre as duas grandes práticas de simbolização sobre as quais se funda nossa civilização: a fala e a escrita.*

A análise do *fato enunciativo* na díade transitivo/intransitivo visa à relação entre os interlocutores e entre os interlocutores e a língua, porém, isso somente é “visível” no campo da transitividade, já que o domínio do intransitivo é suposto. Na verdade, sempre que estivermos analisando as operações transitivas, estamos também trabalhando com a suposição de uma intransitividade, de uma incomplementariedade radical.

A segunda díade é um ponto de vista segundo o qual o *fato enunciativo* é sempre estruturado quanto à forma e ao sentido. As relações constituinte/integrante, forma/sentido, são mecanismos inerentes à transitividade.

Estes princípios metodológicos de análise da enunciação *Escrita* visam a contemplar as relações entre os interlocutores e a língua (“eu”-“tu”/“ele”) no nível da transitividade, reservando um não-saber (“ele”/“~~ele~~”) próprio à presença do homem na língua, relevado do nível intransitivo.

Essas parecem ser as condições básicas de toda a enunciação que se individualizam no campo específico da *Escrita*.

A operação de projeção das díades na estrutura da enunciação produz o seguinte esquema:

- 1) Relação **transitiva** (com complemento) entre “eu” - “tu” / “ele”;
- 2) Relação **intransitiva** (sem complemento) “ele”/“~~ele~~”.

Quadro 4 – Projeção da díade transitivo/intransitivo na estrutura da enunciação

O par constituinte/integrante, referente à forma e ao sentido na linguagem, deve ser visto no interior apenas da relação transitiva prevista no quadro 4. Assim, a operação de projeção das díades se completa.

- 1) Relação **transitiva** (com complemento) entre “eu”-“tu”/ “ele” com elementos constituintes/integrantes.
- 2) Relação **intransitiva** (sem complemento) “ele”/“~~ele~~”.

Quadro 5 – Síntese da estrutura da enunciação com a projeção das díades transitivo/intransitivo e constituinte/integrante.

Tendo em vista as relações obtidas nos quadros 4 e 5, passemos a justificá-las como suficientes para a análise da *Escrita*, ou melhor, como o ponto de chegada da construção metodológica.

A relação transitiva é apresentada como sendo da ordem da complementaridade e instaurada no quadro “eu”-“tu”/“ele”. Ora, a alteridade “eu”-“tu” diz respeito à relação do

sujeito com o outro do quadro enunciativo, é uma alteridade que Lacan chamaria de “fracá”, que imaginariamente busca complemento no outro. O caráter de transitividade decorre desse movimento em que “eu” designa apenas a quem diz “eu”, mas após enunciado já será tomado pelo “tu”. Nessa troca entre os dois primeiros pronomes pessoais funda-se uma intersubjetividade - necessária, mas não suficiente - possibilidade de toda enunciação. É, pois, necessário que “eu” deixe de ser “eu” e abdique seu lugar ao “tu” para que este, por sua vez, passe a ser “eu”.

Ainda que o “eu” seja, segundo Benveniste (Cf.3.1.1), transcendente em relação ao “tu”, a possibilidade de dirigir-se a alguém viabiliza ao locutor a tentativa de encerrar um sentido, de compactuar com o outro um momento presentificado pela enunciação. A complementaridade almejada pelo “eu” em relação ao “tu” subjaz na procura pela palavra certa, pela expressão precisa, capaz de ser resgata pelo “tu”, em uma eterna busca da relação perfeita em que ambos se completam.

Mas a interlocução entre os dois primeiros pronomes pessoais somente pode ser instituída com a inclusão do “ele”, o terceiro termo da trindade. Como vimos, o “ele” é ninguém, um ausente que *faz ver aquilo que não está presente* (DUFOUR, *op. cit.*, p.90). E é esta ausência a condição para que possa haver intersubjetividade, fazendo surgir um novo movimento que não é passível de se decompor em relações diádicas: a tríade “eu”-“tu”/“ele”.

Temos, portanto, a língua como o terceiro elemento, fundante dos outros dois. A disjunção que emerge no funcionamento do eixo paradigmático releva de uma perda: eleger é sempre perder.

A relação intransitiva é apresentada como sendo de uma ordem sem complementaridade e instaurada no quadro da relação do sujeito com a língua. Há uma disjunção representada por “eu”-“tu”/“ele”/ “~~ele~~”, em que é possível apontar uma “incomplementaridade radical” entre os termos separados pela segunda barra. Se, como vimos (Cf.3.2.1), o “~~ele~~” é a ausência, a possibilidade de que “eu”-“tu/ele” formem uma trindade decorre justamente desta exclusão. Em outras palavras, significa que é a ausência que dá lugar à presença. Tal exclusão é, na verdade, uma existência: a da língua. A ausência marcada pelo “~~ele~~”, é sempre uma perda.

Ao que foi dito, devemos considerar que integrantes e constituintes são elementos que se fazem presentes em toda enunciação. Esclarecendo: tratando-se sempre de sentido, em todo

fato enunciativo haverá “forma e sentido”, bem como, “conjunção e disjunção”, pois, forma e sentido (constituente e integrante) não podem estar separados. O sentido é a própria condição da análise lingüística, *forma e sentido devem definir-se um pelo outro e devem articular-se juntos em toda a extensão da língua*, nos diz Benveniste (1991, p.131). Assim, a simultaneidade entre relações constituintes e integrantes, forma e sentido, é uma propriedade do funcionamento da língua.

Passemos, a seguir, às análises.

CAPÍTULO 5

O JOGO ENTRE SUJEITO E LÍNGUA ANÁLISES DA ENUNCIÇÃO ESCRITA

Esta [a escrita] se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem.

BENVENISTE, 1989, p.90

“Eu chamo a isso ronronar, e não rosar”, disse Alice.
“Chama-lhe o que quiseres”, disse o Gato.

LEWIS CAROLL

Este capítulo será destinado às análises da enunciação *Escrita* conforme os pressupostos teóricos expostos nos capítulos anteriores (Cf. cap.3 e 4). Metodologicamente, as análises serão apresentadas em dois níveis complementares, mas não necessariamente sucessivos.

O primeiro deles, destinado à descrição do *corpus*, será dividido em três partes, pois, a negociação do locutor com a língua em busca do sentido e em direção à completude imaginária com o “tu” ancora-se, segundo foi possível observar, em três movimentos, a saber: 5.1. Supressão; 5.2. Inserção e 5.3. Substituição.

1. Supressão	2. Inserção	3.Substituição
1.1. Rasura total 1.2. Rasura parcial 1.3. Elemento ignorado	2.1. Inserção mantida 2.2. Inserção na versão final	

Quadro 6 – Os movimentos da *Escrita*

O segundo nível de análise (Cf.5.4) busca relacionar a descrição com a noção de *Escrita* desenvolvida até o momento. Não é demais lembrar que se trata de uma divisão essencialmente didática; longe, portanto, de uma noção de hierarquia, importa a implicação entre os dois níveis de análise.

Para tanto, retomemos, brevemente, a metodologia de análise (Cf. 4.2):

A unidade de análise será o enunciado ou, na terminologia, a *frase*, ou seja, a delimitação do que pode ser considerado um enunciado se dará tendo em vista o *recorte enunciativo*, cuja extensão sendo variável, pode ser composto por uma palavra, uma frase, um parágrafo ou todo o texto.

A análise do *fato enunciativo* situa-se na relação **transitiva**, cujo movimento torna-se visível através das manobras entre os interlocutores e a língua. A transitividade, que traz virtualmente as operações intransitivas, contempla as relações *constituente/integrante* como sendo inerentes a toda enunciação (Cf. quadro 4 e 5 cap.4).

5.1 SUPRESSÃO

Esse movimento diz respeito ao reconhecimento de um elemento, frase ou parágrafo grafado de forma “inadequada” ou situado em local “impróprio”. Embora seja possível encontrar termos suprimidos sem serem rasurados, a forma mais usual de supressão é a rasura, cujo uso não se apresenta de forma única e padronizada. No *corpus* analisado, distinguiram-se dois tipos de rasura, uma mais “radical”, aqui nomeada de *total* (5.1.1) em que não há inserção de outro termo, e outra mais “moderada”, denominada de *parcial* (5.1.2) apresentando duas variantes: a) com inserção e b) sem inserção.

Primeiramente, vejamos como aparecem nos *recortes enunciativos* os dois tipos de rasura e após a supressão sem rasura (5.1.3).

5.1.1 Rasura total¹²⁸

O movimento de riscar o que foi escrito pode assumir um estatuto radical quando o enunciador não “permite” que seu leitor vislumbre o que foi elidido e não há inserção de outro termo em substituição ao que foi retirado. A negociação com a língua parece ser nada pacífica, pois em alguns trechos a determinação de esconder a primeira escrita é tão forte que o borrão assume uma presença marcante em relação ao texto todo. Em apenas um caso analisado tal fato ocorreu. O trecho riscado tornou-se tão evidente que sua retirada transformou-o em uma presença forte no rascunho. Vale lembrar que em se tratando de rasura total sem inserção de outro termo, apenas o rascunho foi tomado para análise, não havendo, portanto, a necessidade de comparação com a versão final. Exemplificando, temos:

(T1r)



¹²⁸ Em se tratando de rasura total, em que há a impossibilidade de leitura do que foi riscado, os trechos serão escaneados. Os demais *factos enunciativos* serão digitados (Cf. 4.1.3).

(T1rL28)



5.1.2 Rasura parcial

Nessa maneira de rasurar há a possibilidade de ler o que foi “fracamente” riscado. O locutor muda de idéia, mas não vê necessidade de esconder a troca. Essa forma de rasura, na maioria das vezes, apresenta-se acompanhada de outro termo inserido, em poucos casos aparece apenas a rasura sem que outro termo venha a ser acrescentado. Em apenas um caso ocorreu a rasura de um *fato enunciativo* capaz de demonstrar a mudança total de direção do locutor (texto 2, abaixo). Tal movimento assemelha-se com a rasura apresentada no item anterior, visto a elisão ser de todo um trecho que supostamente iniciaria o texto, mas diferentemente do anterior, aqui é possível ler o que foi riscado. Como no item anterior, nesse momento, ao se tratar de rasura parcial apenas o rascunho será tomado como análise, pois, as alterações se mostram na primeira versão do escrito. Vejamos:

(T2r)

~~Hoje em dia falar de música causa bastante polêmica. Falar de música brasileira, por exemplo é um assunto que tras polêmica. Mas foi lançado há dois meses atrás um CD muito bom que é o dos Tribalistas. Nesse grupo, cantam, Marisa Monte, Carlinhos Brown e Arnaldo Antunes. É um CD com 13 músicas~~

Nos trechos a seguir, é possível notar a presença de rasura sem inserção e com inserção. Para melhor visualização, o trecho inserido posteriormente à rasura será grafado em negrito.

(T2r)

1.O novo CD do grupo com o nome SE ATIVA! Contém 12 músicas muito boas 2. onde apenas algumas são românticas. A música do Cd que faz mais sucesso é a nº 3.3, Pra ficar legal; que o refrão ~~que ficou bastante~~ **que ficou bastante muito** marcado: “se ativa, pra 4. ficar legal, se ativa, pra ficar legal”.

Com inserção: (L3) ~~que ficou bastante~~ **que ficou bastante muito**

(T3r)

~~O comércio da morte~~
“Apelação em horário nobre”

1. Quem nunca sentou-se em sua poltrona em uma tarde de domingo, ao não ter 2.nada para fazer? Nesta situação, imediatamente lembramos da existência do 3.revolucionário controle remoto, indispensável aos ~~preguiçosos~~, ou melhor, 5.**acomodados**. Ao ligarmos a televisão, nos deparamos com ~~uma mulher, ou várias~~, 6.~~semi-nuas rebolando uma~~ mulheres com praticamente 1/3 do tamanho normal de 7.uma roupa ~~normal, ou seminua e/ou rebolando~~ mostrando suas próteses de silicone 8.e seu rebolado.

9. Seja em propagandas ou programas de televisão, em pleno horário nobre, a 10.vulgarização e a apelação são totalmente notáveis. Hoje em dia, ver “bundas” na 11.tevê é algo natural. Em busca de pontos no IBOPE, vale tudo, até ridicularizar.

12. ~~Ao citar programas como Domingão do Faustão, na Rede Globo, Domingo Legal do SBT, que são quase repetição sem assunto e disputa de qual~~

Com inserção: ~~“O comércio da morte”~~
“Apelação em horário nobre”
 (L3) ~~preguiçosos~~, ou melhor, **acomodados**

Sem inserção: (L5/6)~~uma mulher, ou várias, semi-nuas rebolando uma~~
 (L7) ~~normal, ou seminua e/ou rebolando~~
 (L13/13)~~Ao citar programas como Domingão do Faustão, na Rede Globo, Domingo Legal do SBT, que são quase repetição sem assunto e disputa de qual~~

(T4r)

1. O filme ~~é a continuação de V e F~~ é Do gênero aventura ação. Onde o ator Paul 2.Walker só que agora sem Van Diesel (~~que deve muito de sua carreira para o filme~~) 3.que decidiu não fazer a continuação de V e F. ~~Nest Desta~~ vez Bryan (Paul) tera 4.que descobrir a lavagem de dinheiro que acontece em Miami e para isto ele tem 5.que se 5.infiltrar no crime organizado.

6. Este não é como dizem por ai que ~~se~~ **apenas** tem carros especiais e mulheres 7.gostosa.

Sem inserção: (L1) ~~é a continuação de V e F~~
 (L2) (~~que deve muito de sua carreira para o filme~~)
 (L3) ~~Nest Desta~~

Com inserção: (L6) ~~se~~ **apenas**

(T5r)

1. Nos dias de hoje o computador substitui várias coisas que as vezes não se pode, 2.como: reportagens, ~~resumos, assuntos específicos, sobre vários deles~~ **pesquisas p/ 3.trabalhos, resumos de livros, comentários de filmes...enfim uma série de assuntos.**

[...]

4. O diário de Brinet Jones, é um livro ~~que foi escrito para~~ **que** relata a vida de 5.uma mulher, no seu dia a dia, como um diário ~~assim este livro conta a vida de uma~~ **6.mulher com mais ou menos** de trinta anos, solteira, mas à procura de um 7.namorado. Totalmente independente. ~~Mas com problemas~~ **Mas não passa uma 8.noite sem sonhar c/ o príncipe encantado** como toda a mulher.

Sem inserção: (L4) ~~foi escrito para~~

Com inserção: (L2/3) , ~~resumos, assuntos específicos, sobre vários deles~~ **pesquisas p/ trabalhos, resumos de livros, comentários de filmes...enfim uma série de assuntos.**
 (L5/6) ~~assim este livro conta a vida de uma~~ **mulher com mais ou menos**
 (L7/8) ~~Mas com problemas~~ **Mas não passa uma noite sem sonhar c/ o príncipe encantado**

(T6r)

1. Estação carandiru, do ~~(doutor)~~ **Dr.** Drauzio Varella, xxxxx faz uma radiografia 2.em aspecto físico, médico e humano do maior presídio da América Latina.

3. A casa de Detenção é, aos olhos do ~~Doutor Drauzio~~ **Autor**, um microcosmo, uma 4.microsociedade, em que o homem continua a lutar pela sua liberdade [...].

5. O autor apresenta-nos personagens como o Sem-Chance, Seu Jeremias, Pirulão 6.(grande negociador), Seu Valdomiro, o enfermeiro Lula, Filósofo (estelionatário) e 7.alguns xxxxx ~~(bichas)~~ **travestis** como Leidi Dai, Margô Suely e Veronique. Todo 8.um submundo com regras, hierarquias e aventuras, que se vistas de longe ninguém 9.imagina que ~~existão~~ **possa** existir.

[...]

10. O livro não ~~tem~~ **possui** o objetivo de denunciar um sistema penal ~~de~~ antiquado, 11.apontar soluções, ~~ou~~ culpados, nem defender direitos humanos de quem quer que 12.seja.

Sem inserção: (L10/11) ~~de - ou~~

Com inserção: (L1) ~~(doutor)~~ **Dr.**
 (L3) ~~Doutor Drauzio~~ **Autor**
 (L7) ~~(bichas)~~ **travestis**
 (L9) ~~existão~~ **possa**

(T7r)

1. “Todo Poderoso” é a + nova e engraçada comédia produzida em Holliwood. O 2.personagem principal é interpretado pelo comediante Jim Carrey, que ~~interpreta~~ **3.faz o papel de** um ~~jornalista que passa a maior parte do tempo disputando~~ repórter 4.de televisão especializado em matérias idiotas.

5. Bruce Nolan (Carrey) não tem muita sorte no trabalho. Por isso passa a maior 6.parte do tempo reclamando e ~~dizendo que~~ praguejando contra Deus. Mas sua vida 7.pessoal é pacata. Mora com sua namorada Grace, interpretada por Jennifer 8.Aniston, e com ~~um~~ **seu** cachorro ~~mau~~ **l**-educado e desobediente.

[...]

9. O filme A comédia “Todo Poderoso”, além de nos fazer rir muito, também nos 10.faz pensar.

[...]

11. Essa é a mensagem que Tom quer passar p/ seus telespectadores através ~~s~~ de ~~seu~~ **12.filme**. ~~Com~~ muitas risadas e ~~muito~~ divertimento, ~~aprendemos a dar + valor à vida~~ **13.e a ã se queixar s/ necessidade**. É a volta do bom e velho humor escrachado de Jim Carrey.

Sem inserção: (L3) jornalista que passa a maior parte do tempo disputando (L6) dizendo que (L11/12) seu filme. Com muito (L13) aprendemos a dar + valor à vida aprendemos a dar + valor à vida

Com inserção: (L2/3) interpreta faz o papel de (L8) um seu cachorro mau l
--

(T8r)

1. A triste história de Austragésilo Carrano é descrita por ele no livro “Canto dos 2.Malditos”. Ele conta ~~sua trajetória a~~ **sua** trajetória pelos hospitais psiquiátricos 3.brasileiros. ~~Foi internado pelo pai, quando~~ Seu pai encontra um baseado nas suas 4.coisas e decide interná-lo.
[...]

5.O filme tem direção de Laís Bodansky e ~~ótimo elenco~~ traz uma novidade. ~~Para~~ **6.con**seguir recursos para a produção do filme foi feita uma parceria Brasil Itália.

7. No Brasil os ~~recursos~~ **fundos** vieram da Lei de Incentivo à Cultura. ~~Na Itália~~ A 8.“Fabrica”, empresa de ~~cin~~ realizações cinematográficas italiana, entrou com os 9.recursos que faltavam.

10. ~~No elenco estão Rodrigo Santoro~~

[...]

11. ~~Os atores se~~ encaixam perfeitamente em seus personagens. ~~O responsável pela~~ [...]

12.A trilha sonora ficou nas mãos de Arnaldo Antunes. Ela “recheia” as passagens, 13.dando toques ~~finis~~ **sutis** ao que está acontecendo. Ao final do filme acontece 14.uma participação de Zeca Baleiro, com sua versão ~~de~~ **para a** música “Bicho de 7 cabeças”.

15. O resultado de tantos esforços é um excelente filme que mostra a crítica situação 16.~~po~~ **que** ~~passam~~ dos pacientes psiquiátricos em ~~alg~~ **muitos** hospitais.

Sem inserção: (L3) ~~Foi internado pelo pai, quando~~
 (L5) ~~ótimo elenco~~
 (L6) ~~Para conseguir~~
 (L7) ~~Na Itália~~
 (L8) ~~eine~~
 (L10) ~~No elenco estão Rodrigo Santoro~~
 (L11) ~~Os atores se — O responsável pela~~
 (L16) ~~por que passam~~

Com inserção: (L2) ~~sua trajetória a sua~~
 (L7) ~~recursos fundos~~
 (L13) ~~finais sutis~~
 (L14) ~~de para a~~
 (L16) ~~alguns muitos~~

(T9r)

1. Procurando algum programa interessante na televisão ~~aberta~~ sempre nos damos de 2.frente com as novelas, Novelas de épocas variadas, de assuntos com enfoques 3.diferentes e ~~com de~~ **com** autores e ~~com~~ atores variados.
4. As novelas, normalmente, têm um ~~papel~~ “**pano** de fundo” parecido [...]
5. Assim como cada ~~programa~~ **trama** tem a sua característica o autor também tem a 6.sua. [...]
7. Um bom observador pode perceber que ~~sempre nas~~ **em todas as** tramas de 8.Manuel Carlos tem uma personagem chamada Helena ~~um~~ **ou** personagens com o 9.sobrenome Morete.

Sem inserção: (L1) ~~aberta~~

Com inserção: (L3) ~~com de com~~
 (L4) ~~papel~~ “**pano**
 (L5) ~~programa~~ **trama**
 (L7) ~~sempre nas~~ **em todas as**
 (L8) ~~um~~ **ou**

5.1.3 O elemento ignorado

Como o *corpus* constitui-se de rascunhos e reescritas, foi possível identificar um tipo de supressão que não recorre à rasura. Trata-se de escrever o termo no rascunho, não o eliminar, mas ignorá-lo quando reescrever a versão final. Para poder identificar esse movimento é necessário recorrer às duas versões da *Escrita*: o rascunho e a versão final. Para melhor visualização, será grafado em negrito o termo ignorado no rascunho.

(T2r)

1. Um aspecto interessante é a capa do CD, pois é uma caixa de fósforo, que quer 2. passar a idéia de ativar, o que promove o nome da banda. **Foi muito bem 3. pensado.** Esses rapazes são gaúchos, de Porto Alegre [...]

(T2f)

1. Um aspecto interessante é a capa do CD, pois é uma caixa de fósforos que quer 2. passar a idéia de ativar, o que promove o nome da banda. Esses rapazes são 3. gaúchos, de Porto Alegre [...]

Elemento ignorado: (L2) Foi muito bem pensado.

(T3r)

1. O pior **de tudo é que além de** ser uma infeliz idéia de chamar a atenção **do 2. público alvo**, as crianças também acabam assistindo aos apelos sexuais da tevê . 3. **aberta.** Quem já assistiu ao Domingão do Faustão, da Rede Globo, o Domingo 4. **Legal do SBT** ou as propaganda de cerveja, por exemplo, comprova tudo que foi 5. **mencionado.** **Mas** o pior de tudo é que quem leva tais baixarias ao “sucesso” 6. **somos nós mesmos.**

7. Este é apenas um exemplo de uma das **graves** falhas de uma sociedade 8. **preconceituosa e gananciosa.** Vizando “encher o bolso” das grandes empresas que 9. **fazem a cabeça dos estagnados** e aumentar alguns pontos no ibope das emissoras 10. **apelativas**, a mulher é desvalorizada. Perdemos nosso tempo assistindo **os** lixos 11. **diários, em horário nobre**, enquanto que deixamos de lado os programas de 12. **qualidade, que por sinal são** estrategicamente colocados em horários em que 13. **ninguém pode assistir.**

(T3f)

1. Pior do que ser uma infeliz idéia de chamar a atenção, é se saber que por ser em 2. **horário nobre**, as crianças também acabam assistindo aos apelos sexuais da tevê 3. **aberta.** Quem já assistiu ao Domingão do Faustão, da Rede Globo, o Domingo 4. **Legal do SBT** ou as propagandas de cerveja, por exemplo, comprova tais 5. **argumentos.** O pior de tudo é que quem leva tais baixarias ao “sucesso” somos nós 6. **mesmos, os telespectadores.**

7. Este é apenas um exemplo de uma das falhas de uma sociedade preconceituosa e 8. **gananciosa.** Vizando “encher os bolsos” das grandes empresas que fazem nossas 9. **cabeças**, e aumentar alguns pontos no IBOPE das emissoras apelativas, a mulher é 10. **desvalorizada.** Perdemos nosso tempo assistindo alguns lixos diários, enquanto 11. **que deixamos de lado** programas de qualidade, estrategicamente colocados em 12. **horários em que ninguém pode** assistir.

Elemento ignorado: (L1) de tudo é que além de (L2) do público alvo (L5) Mas (L7) graves (L9) dos estagnados (L11) em horário nobre (L12) que por sinal são

(T7r)

1. A comédia **“Todo Poderoso”**, além de nos fazer rir muito, também nos faz pensar. O diretor do filme, Tom Shadyac, mostra que é muito fácil **só** reclamar e não fazer nada para mudar alguma coisa.

(T7f)

1. A comédia, além de nos fazer rir muito, também nos faz pensar. O diretor do filme, Tom Shadyac, mostra que é muito fácil reclamar e não fazer nada para mudar alguma coisa.

Elemento ignorado: (L1) **“Todo Poderoso”**
(L2) **só**

(T8r)

1. **A crítica situação dos hospitais psiquiátricos brasileiros é retratada no filme Bicho de Sete Cabeças.**

3. A triste história de Austregésilo Carrano é descrita por ele no livro **“Canto dos Malditos”**.

(T8f)

1. A triste história de Austregésilo Carrano é descrita por ele no livro **“Canto dos Malditos”**.

Elemento ignorado: (L1/2) **A crítica situação dos hospitais psiquiátricos brasileiros é retratada no filme Bicho de Sete Cabeças.**

5.2 INSERÇÃO

Ao contrário da supressão, em que há a retirada do que pode ser entendido como sendo um excesso, a inserção ocorre quando são acrescentados termos ou trechos ao que já foi escrito, na tentativa de completar o sentido, mas sem a supressão do que já existia. A busca em ambos os movimentos - supressão e inserção - é a mesma: entre o que sobra e o que falta, a completude com o “tu”.

Foi possível constatar a presença de duas formas de inserção¹²⁹: a) a inserção efetuada no rascunho e que se mantém na versão final (Cf. 5.2.1) e b) a inserção que ocorre apenas na versão final (Cf. 5.2.2). Para examinar detidamente as formas de inserção foi necessário comparar as duas versões pertencentes ao *corpus*, isto é, houve um cotejamento entre

¹²⁹ Os elementos inseridos em ambas as formas serão grafados em negrito.

rascunho e versão final em ambos os itens, ainda que esse procedimento não seja explicitado para não se tornar repetitivo. Vejamos separadamente cada tipo citado acima.

5.2.1 A inserção mantida¹³⁰

(T1r)

1. Até hoje a maioria das trilogias produzidas em Hollywood, não fizeram muito 2.sucesso. Muitos críticos sempre encontram diversos erros **no desenrolar da** 3.história destes filmes. [...]

4. O primeiro filme a ser lançado foi o silêncio dos inocentes, que relatava a história 5.de uma repórter que para descobrir como que um **procurado** assassino escolhia 6.suas vítimas, foi até Dr. Lecter, na prisão, pedir auxílio para obter esta informação.

7.[...] Outro motivo se dá pelo fato de todos os filmes, com excessão **do filme 8.Hannibal** fim da trilogia, terminarem com a cena de início do próximo filme, ou 9.seja, o seu sucessor.

Elemento inserido: (L2) **no desenrolar da**
(L5) **procurado**
(L7/8) **do filme Hannibal**

(T4r)

1. O filme é do gênero **aventura** ação. [...]

2. O filme **não** é apenas para garotos apaixonados por carros ele também chama a 3.atenção das garotas.

Elemento inserido: (L1) **aventura**
(L2) **não**

(T9r)

1. Procurando algum programa interessante na televisão sempre nos damos de frente 2.com **as** novelas. [...]

3. Manuel Carlos autor na novela “Mulheres Apaixonadas”, **assim** como todos, tem 4.suas características.

Elemento inserido: (L2) **as**
(L3) **assim**

¹³⁰ Para facilitar a leitura não foi repetido o texto final em que a inserção se mantém (Cf. anexos).

5.2.2 A inserção apenas na versão final¹³¹

(T2f)

1. Falar de música sempre causa polêmica a respeito de cada gosto **musical**. [...]
- 2.A música que fez mais sucesso é a nº 2, Pra ficar legal, pela qual seu refrão ficou 3.muito marcado **na história do grupo. Ele diz assim**: “Se Ativa, pra ficar legal; se 4.Ativa, pra ficar legal”. [...]
5. Isso dá bastante incentivo para os jovens que estão tentando entrar nessa carreira, 6.**afinal eles começaram tocando no colégio**.

Elemento inserido: (L1) **musical**
 (L3) **na história do grupo. Ele diz assim**:
 (L6) **afinal eles começaram tocando no colégio**.

(T3f)

1. O público alvo são os marmanjos que “enchem” os olhos **com as beldades 2.fabricadas em mesas cirúrgicas**, e se sentem privilegiados. [...]
- 3.A mulher que ao longo dos tempos vem buscando **respeito e conquistando** seu 4.espaço, torna-se símbolo sexual **do sexo oposto**, desvalorizando sua comprovada 5.igualdade e seu importante papel.

Elemento inserido: (L1/2) **com as beldades fabricadas em mesas cirúrgicas**
 (L3) **respeito e conquistando**
 (L4) **do sexo oposto**

(T4f)

1. O filme não é apenas para garotos apaixonados por carros. Porque o diretor 2.conseguiu continuar a história bem (**mesmo não sendo o diretor do primeiro 3.filme**).

Elemento inserido: (L2/3) (**mesmo não sendo o diretor do primeiro filme**).

(T5f)

1. Ela tem mais ou menos trinta anos, totalmente independente, mas não passa uma 2.noite sem sonhar com o príncipe encantado, **é solteira, mas está sempre atrás de 3.um namorado**.

Elemento inserido: (L2/3) **é solteira, mas está sempre atrás de um namorado**

¹³¹ Como se trata de inserção apenas na versão final, o rascunho, embora tenha sido tomado como comparação, não será transcrito (Cf. anexos).

(T7f)

1. Bruce não sabia, mas o principal papel de Deus é ajudar a todos e não apenas a si 2.próprio. **Então prefere voltar a ser como antes.**

Elemento inserido: (L2) **Então prefere voltar a ser como antes**

(T9f)

1. “Mulheres Apaixonadas”, a atual novela das nove **da Rede Globo**, fala de vários 2. problemas sociais como: as mulheres que amam demais, da professora que apanha 3.do marido e dos idosos que sofrem preconceito principalmente da neta.

Termo inserido: (L1) **da Rede Globo**

(T10f)

1. A história se passa em tempo real, o que é muito raro hoje em dia. Porém, o mais 2.interessante é que, o filme inteiro, foi rodado e pouco mais do que uma semana. 3.Enquanto alguns filmes consomem até um ano, **e nem sempre ficam bons**, a 4.equipe de “Por um Fio” foi rápida e extremamente eficiente, sem deixar de lado a 5.qualidade. [...]

6. O enredo é interessante, talvez interessante **até** demais, pois ao invés de se ater 7.somente à visão de Stu **sobre seus problemas**, o diretor se perde, mas por apenas 8.alguns momentos, ao tentar mostrar a perversidade da vida nas ruas.

Elemento inserido: (L3) **e nem sempre ficam bons**
(L6) **até**
(L7) **sobre seus problemas**

5.3 SUBSTITUIÇÃO

A substituição caracteriza-se por ser um movimento no qual há alterações na ordem em que as expressões são escritas, mudança no léxico (a forma de grafia das palavras) e modificações semânticas. Esse rearranjar dos elementos escritos difere dos dois movimentos anteriores, nos quais havia uma supressão ou uma inserção de palavras ou expressões novas, por não haver elisão nem acréscimo de nenhum termo adicional.

Vejamos como tal movimento aparece nos *recortes enunciativos*, tomando como análise o rascunho em comparação com a versão final. Vale lembrar que o termo ou expressão alterado será grafado em negrito.

(T1r)

1. No segundo filme foi narrada a história de Dr. Lecter após ele ter fugido da 2.prisão, fingindo estar morto. Este filme **foi chamado** de Hannibal. [...]

3. Talvez por esses motivos, esta trilogia faz com que o público fique ansioso para 4.saber o “porque” do filme e assim quando ve-se o filme pode-se ligar todos os 5.fatos e entender o **filme**.

(T1f)

1. No segundo filme foi narrada a história de Dr. Lecter após ele ter fugido da 2.prisão, fingindo estar morto. Este filme **recebeu o título** de Hannibal. [...]

3. Talvez por esses motivos, esta trilogia faz com que o público fique ansioso para 4.saber o “porque” do filme e assim quando ve-se o filme pode-se ligar todos os 5.fatos e entender a **história**.

Elemento substituído: (L2) **foi chamado**
(L5) **o filme**.

(T2r)

1. Falar de música sempre causa polêmica a respeito de cada gosto. Para quem gosta 2.de pagode, por exemplo, é bom ter sempre argumentos fortes **a favor**, pois é muito 3.criticado. [...]

4.O novo CD do grupo com nome SE ATIVA! Conte, **12** músicas muito boas **onde** 5.apenas algumas são românticas. A música do CD que fez mais sucesso é a nº 3, 6.Pra ficar legal, **que o refrão** ficou muito marcado. [...]

7. Esses rapazes são gaúchos, de Porto Alegre e três integrantes do grupo (Melara, 8.Paulinho e Silvinho) estudaram no Bom Conselho em **POA**. Isso dá bastante 9.incentivo para **adolescentes** que estão tentando entrar nessa carreira.Mesmo 10.depois de **ter atingido** esse sucesso, eles continuam sendo muito humildes e tem 11.uma música nesse CD que eles mostram essa humildade: “a preta, a branca..de 12.bom coração”. **Isso** é uma grande qualidade deles, a humildade.

(T2f)

1. Falar de música sempre causa polêmica a respeito de cada gosto. Para quem gosta 2.de pagode, por exemplo, é bom ter sempre argumentos fortes **para defendê-lo**, 3.pois é muito criticado. [...]

4.O novo CD do grupo com nome SE ATIVA! Conte, **doze** músicas **em que** 5.apenas algumas **delas** são românticas. A música do CD que fez mais sucesso é a nº 6.2, Pra ficar legal, **pela qual seu** refrão ficou muito marcado. [...]

7. Esses rapazes são gaúchos, de Porto Alegre e três integrantes do grupo (Melara, 8.Paulinho e Silvinho) estudaram no Bom Conselho em **Porto Alegre**. Isso dá 9.bastante incentivo para **os jovens** que estão tentando entrar nessa carreira. 10.Mesmo depois de **terem conquistado** esse sucesso, eles continuam sendo muito 11.humildes e tem uma música nesse CD que eles mostram essa humildade: “a 12.preta, a branca e a morena levantam o astral; chega rico, chega pobre, gente 13.humilde nobre de bom coração”. **Essa** é uma grande qualidade deles.

Elemento substituído: (L2) **a favor**
 (L4) **12/onde**
 (L6) **que o**
 (L8) **POA**
 (L9) **adolescentes**
 (L10) **ter atingido**
 (L12) **isso**

(T3r)

1. Seja em propagandas ou e programas de televisão, em pleno horário nobre, a
- 2.vulgarização e apelação são **totalmente notáveis**.
- 3.Quem já assistiu ao Domingão do Faustão, da Rede Globo, o Domingo Legal do 4.SBT ou as propaganda de cerveja, por exemplo, comprova **tudo que foi 5.mencionado**.

(T3f)

1. Seja em propagandas ou e programas de televisão, em pleno horário nobre, a
- 2.vulgarização e apelação são **explícitas**.
- 3.Quem já assistiu ao Domingão do Faustão, da Rede Globo, o Domingo Legal do 4.SBT ou as propaganda de cerveja, por exemplo, comprova **tais argumentos**.

Elemento Substituído: (L2) **totalmente notáveis**.
 (L4/5) **tudo que foi mencionado**

(T4r)

1. Este não é como dizem por aí que apenas tem carros especiais e mulheres 2.**gostosa**. Isto **tem /aparece** em todos os filmes mas nesse **mais do que em todos**. 3.O filme não é apenas para garotos apaixonados por carros, ele também chama a 4.atenção das garotas. Porque o diretor conseguiu continuar a história bem, este 5.filme **não é como os outros** filmes de ação e aventura que tem muitas mortes, 6.assassinatos missões impossíveis. **Por isso** que ele prende bem o publico. [...]
7. **Não perca** vá o mais rápido para **o cinema assistir Velozes e Furiosos** se não 8.eles vão passar e você **não vai nem** ver.

(T4f)

1. Este filme não é como dizem por aí que apenas tem carros especiais e mulheres 2.**lindas**. Isto **acontece** em todos os filmes mas nesse **aparece mais do que todos os 3.outros filmes**. O filme não é apenas para garotos apaixonados por carros, ele 4.também chama a atenção das garotas. Porque o diretor conseguiu continuar a 5.história bem (mesmo não sendo o diretor do primeiro filme). Este filme é 6.**diferente dos outros** filmes de ação e aventura que tem muitas mortes, 7.assassinatos e missões impossíveis **por estas questões** que ele prende bem o 8.publico. [...]
9. **Corra** o mais rápido para **os cinemas** se não eles vão passar e você **nem vai** ver.

Elemento substituído: (L2) **gostosa / tem / aparece / mais do que em todos.**
 (L5) **não é como os outros**
 (L6) **por isso**
 (L7) **não perca / o cinema assistir Velozes e Furiosos**
 (L8) **não / nem**

(T5r)1. (Título) **O diário de Brignet Jones / O diário cômico**

2. Nos dias de hoje o computador substitui várias coisas que as vezes não se pode 3.encontrar, como:reportagens, pesquisas p/ trabalhos, resumos de livros, 4.comentários de filmes...enfim uma série de assuntos.

5. Mas **uma das coisas que o computador não conseguiu substituir** como um 6.todo, foram os livros, onde muitas pessoas ainda tem um grande acesso sobre eles. 7.[...] Como toda a mulher, **ela tem** problemas com o trabalho, com a família, com 8.os homens, amigas, enfim problemas que todos **possuem**, mas **1ns + q** outros.

9. Sofre com a idéia de não receber presente no dia dos namorados, mas, logo se 10.convence de que é só uma data comercial.

11. **Com isso** já se pode conhecer Bridget, nas primeiras linhas do livro e quem sabe 12.**identificar-se** com ela! [...]

13. **Agora já para as pessoas que preferem** ler, podem conviver e entrar de forma 14.mais profunda na vida de Bridget, e perceberá que não só ela, mas **como todas** as 15.pessoas, mesmo com problemas e decepções, tendem a enfrentar o dia-a-dia com 16.um ótimo e descontraído bom humor.

(T5f)1. (Título) **O cômico diário**

2. Nos dias de hoje o computador substitui várias coisas que as vezes não se pode 3.encontrar, como:reportagens, pesquisas p/ trabalhos, resumos de livros, 4.comentários de filmes...enfim uma série de assuntos.

5. Mas **um dos assuntos que ele não substituiu**, como um todo, foram os livros, 6.onde muitas pessoas ainda tem um grande acesso sobre eles.

7.[...] Como toda a mulher, **têm** problemas com o trabalho, com a família, com os 8.homens, amigas, enfim problemas que todos **têm**, mas **uns mais que** outros.

9. Sofre com a idéia de não receber presente no dia dos namorados, mas, logo se 10.convence de que é só uma data comercial.

11. **Assim** já se pode conhecer Bridget, nas primeiras linhas do livro e quem sabe 12.**se identificar** com ela! [...]

13. **Mas para quem ainda prefere** ler, podem conviver e entrar de forma mais 14.profunda na vida de Bridget, e perceberá que não só ela, mas as pessoas,**em 15.geral**, mesmo com problemas e decepções, tendem a enfrentar o dia-a-dia com 16.um ótimo bom humor.

Elemento substituído: (L1) (Título) **O diário de Brignet Jones / O diário cômico**
 (L5) **uma das coisas que o computador não conseguiu substituir**
 (L8) **possuem/ 1ns + q**
 (L11) **com isso**
 (L12) **identificar-se**
 (L13) **agora já para as pessoas que preferem**
 (L14) **como todas**

(T7r)

1. “Todo Poderoso” é a + nova e engraçada comédia produzida em Holliwood. O
 2.personagem principal é interpretado pelo comediante Jim Carrey, que faz o papel 3.de um
 repórter de televisão especializado em matérias **idiotas**.

4.Bruce Nolan (Carrey) não tem muita sorte no trabalho. Por isso passa a maior 6.parte do
 tempo reclamando e praguejando contra Deus. **Mas** sua vida pessoal é 7.pacata. [...]

8. **Após** + um péssimo dia de trabalho, Nolan volta **p/** casa reclamando **p/** Deus, que
 9.resolveu aparecer em sua forma humana (Morgan Freeman) **p/** fazer uma proposta 10.a
 Nolan.[...] Mas Bruce obviamente, **n/** pensa nem **1 min**. Antes de usar seus 11.novos e
 maravilhosos poderes e benefício única e exclusivamente dele mesmo, 12.usando-o, por
 exemplo, **p/** aumentar os seios de sua namorada. [...]

13. Bruce nota como é difícil se passar por **deus** quando começa a ouvir os 14.pensamentos e
 rezas das pessoas. **Ter que resolver tudo, na mesma hora, p/** 15.pessoas diferentes.

(T7f)

1. “Todo Poderoso” é a + nova e engraçada comédia produzida em Holliwood. O
 2.personagem principal é interpretado pelo comediante Jim Carrey, que faz o papel 3.de um
 repórter de televisão especializado em matérias **inúteis**.

4.Bruce Nolan (Carrey) não tem muita sorte no trabalho. Por isso passa a maior 6.parte do
 tempo reclamando e praguejando contra Deus. **Já a** sua vida pessoal é 7.pacata. [...]

8. **Depois de mais** um péssimo dia de trabalho, Nolan volta **para** casa reclamando 9.**para**
 Deus, que resolveu aparecer em sua forma humana (Morgan Freeman) **para** 10.fazer uma
 proposta a Nolan.[...] Mas Bruce obviamente, **não** pensa nem **um 11.minuto** antes de usar
 seus novos e maravilhosos poderes e benefício única e 12.exclusivamente dele mesmo,
 usando-o, por exemplo, **para** aumentar os seios de 13.sua namorada. [...]

14. Bruce nota como é difícil se passar por **Deus** quando começa a ouvir os 15.pensamentos e
 rezas das pessoas. **Vendo que tem a missão de resolvê-los todos, 16.ao mesmo tempo, para**
 pessoas diferentes.

Elemento substituído: (L3) **idiotas**
 (L6) **mas**
 (L8) **após + / p/ /p/**
 (L9) **p/**
 (L10) **n/ / 1 min.**
 (L12) **p/**
 (L13)**deus**
 (L14) **ter que resolver tudo, na mesma hora, p/**

(T10r)¹³²

(Título) **Filme: por um fio (phone booth)**

O filme acontece em tempo real, o que já é muito raro. Porém o mais interessante é que, o filme inteiro, **foi filmado em apenas 10 dias.** [...]

Apesar disso, Por um Fio é um grande filme. Tenso do início ao fim, ele nos mostra que a vida não é tão fácil, e que as mentiras tem pernas curtas. Não importa o quanto nos esforçamos. Haverá sempre alguém que sabe dos nossos segredos.

Outro ponto positivo do filme é a edição. A combinação de cortes bruscos com cenas longas valoriza muito a interpretação dos atores. Os desvios de câmera e viradas inesperadas ajudam a surpreender, combinando com a entrada de novos personagens que tornam a vida de Stu, cada vez mais complicada.

(T10f)

(Título) **A tensão por um fio**

A história se passa em tempo real, o que já é muito raro. Porém o mais interessante é que, o filme inteiro, **foi rodado em pouco mais do que uma semana.** [...]

Outro ponto positivo no filme é a edição. A combinação de cortes bruscos com cenas longas valoriza muito a atuação dos atores. Os desvios de câmera e viradas junto com a entrada de novos personagens, que tornam a vida de Stu, cada vez mais complicada, ajudam a surpreender.

Com tudo isso, “Por um Fio” se torna um ótimo filme. Tenso do início ao fim, ele nos mostra que a vida nos prega peças e que as mentiras têm pernas curtas. Não importa o quanto nos esforçamos. Haverá sempre alguém que sabe dos nossos segredos.

5.4 A *ESCRITA* DE UM PALIMPSESTO

Dedicar-se a analisar a *Escrita*, materializada em enunciações escritas, é uma incursão na história de cada um, manifesta pelo estilo com que a língua é tomada em cada negociação e na incansável busca pelo cercamento do sentido. Queremos sempre dizer de nós e buscamos a melhor maneira para fazê-lo. Por conta disso, proceder à análise da enunciação *Escrita* traz à tona um movimento constante e singular entre sujeito e língua. Se a língua nos constitui, é com essa língua que negociaremos, às vezes acrescentando palavras, às vezes substituindo-as, e por outras, rasurando a folha de papel em movimentos ríspidos. É deste jogo incansável que trataram as análises desenvolvidas no item anterior.

¹³² Com é possível notar, praticamente todo o texto foi alterado, sendo desnecessário, portanto, destacar no quadro os elementos substituídos.

A negociação do locutor com a língua em busca do sentido e em direção à imaginária completude com o “tu” ancora-se, segundo foi possível observar, em três movimentos: a supressão, a inserção e a substituição e marca-se na *Escrita* de uma maneira peculiar.

Vejamos, então, cada movimento separadamente.

5.4.1 A supressão: uma permuta em *absentia*

A *supressão* busca elidir, em diferentes níveis, o que já foi escrito. Aqui, o jogo é de esconder, às vezes de si mesmo, o que já foi marcado no papel. A volta sobre o próprio escrito tenta apagar as pegadas, deixando apenas rastros.

A rasura é um drama pessoal. É uma escolha entre tantos caminhos possíveis. A luta com o termo “certo para melhor dizer o que se quer dizer” confere a esse movimento um estatuto muito particular. Silveira (2003, p.106), ao estudar os manuscritos de Ferdinand de Saussure, considera que *os termos rasurados não “descansam em paz” mesmo após serem rasurados repetidamente e às vezes até quase à exaustão*. Os impasses revelados pela rasura tornam-se visíveis na tentativa da escrita e da reescrita sobrepostas. É a história da *Escrita*. Cada termo rasurado é escada para o “novo” termo, pois é do que já não é que se faz o que será. Não há, portanto, a “folha em branco”, temos versões sobrepostas, eternos palimpsestos, sendo sempre refeitos em uma incansável *Escrita*.

Mas a supressão não se faz de uma única forma. No *corpus* analisado foi possível identificar duas maneiras de elidir o que foi escrito, ou o termo é rasurado ou ignorado. A rasura pode ser de duas formas: uma rasura radical, aqui denominada de *rasura total*, cujos riscos impedem a leitura do que foi escrito, e uma rasura apenas levemente riscada, nomeada de *rasura parcial*, em que é possível ler o termo rasurado.

A *rasura total* deixa à mostra a tensão da escolha com um elemento de auto-censura. Não há apenas a mudança de direção, é preciso não deixar marcas do que foi escrito, ainda que seja provável identificar alguns fragmentos riscados e distribuídos ao longo do texto. Tal fato pode ser observado no trecho rasurado da análise em 5.1.1, (T1r), no qual é possível ler as palavras “trilogias”, “americanas”, “críticos” e que também podem ser encontradas no texto após a rasura total. Essa determinação em apagar de forma tão intensa acaba por

funcionar como um movimento inverso, pois o que foi tão fortemente riscado tornou-se marcante e, de certa maneira, retornou. Essa volta assemelha-se a uma inserção, a exemplo do que acontece na *rasura parcial*, porque mesmo que esse inciso não seja visível, outra *Escrita* foi colocada no lugar do trecho rasurado. Não é possível supor a existência de um vazio sem que outra expressão venha a preenchê-lo. Este tipo de rasura é uma luta sem trégua, em que mesmo a mais acurada vigilância parece sucumbir ao momento imperioso da *Escrita*.

Já na *rasura parcial* a tensão é menor, uma vez que não há necessidade de ocultar a mudança de direção. Esse tipo de rasura tem seu complemento no elemento inserido logo após a supressão, como se houvesse uma oscilação entre o que foi retirado e seu substituto. Nos *atos enunciativos* analisados foi possível notar esse jogo entre expressões vizinhas de um mesmo campo semântico: (T2r) ~~bastante~~ **muito**; (T3r) ~~preguiçosos~~, ou melhor, **acomodados**; (T4r) ~~só~~ **apenas**; ou entre adequação vocabular: (T6r) ~~(doutor)~~ **Dr.**; (T6r) ~~(bichas)~~ **travestis**; (T7r) ~~interpreta~~ **faz o papel de**.

Do que vimos, a rasura parece relevar de uma relação mais forte entre “eu” e “ele”. Rasurar e inserir, ou seja, negociar com a língua – e consigo mesmo – em um nível paradigmático, para depois ir em direção ao “tu”. Nesse momento, a intransitividade suposta e não visível “se mostra” pela rasura, se esconde e por isso se mostra. A relação não é apenas paradigmática, é claro, mas é nesse nível que o enunciador se enreda, ainda que seja concomitante com a sintagmatização. A rasura releva do não saber – do léxico, da semântica, da sintaxe, da língua toda – por isso é entre eu e ele (a língua) e mostra o “ou” que sustenta a metáfora. Enfim, é uma relação que se dá em *absentia*.

O último tipo de supressão, *o termo ignorado*, não resulta de uma rasura, há apenas o “desconhecimento” do que foi escrito. De todas as maneiras de elisão, essa parece ser a mais pacífica, pois o que foi ignorado apenas é deixado de lado sem que venha a assumir um lugar muito marcado como acontece com a rasura. Assim, não há uma retomada desses termos ao longo do texto, pois, ao que tudo indica, tais palavras “esquecidas” são consideradas excedentes. Essa pode, então, descansar em paz.

5.4.2 A inserção: um movimento em *praesentia*

A *inserção* parece ir em direção ao “tu” com mais força do que a *supressão*. Se o que foi apagado acontece entre o “eu” e a língua, e por essa razão pode ser riscado, a *inserção* é uma marca visível, não um engano. O caminho está certo, basta apenas melhorá-lo. Diferentemente da rasura, o movimento da inserção não se marca pela decisão entre abordagens a seguir ou entre os elementos do léxico, sugerindo que o inciso é “posterior” à rasura. A luta do enunciador agora é com o que já está escrito, sua preocupação, portanto, é burilar e não iniciar. Exemplarmente, o texto abaixo demonstra essa tentativa (o elemento inserido está em negrito):

(T2f)

Falar de música sempre causa polêmica a respeito de cada gosto **musical**. [...]

A música que fez mais sucesso é a nº 2, Pra ficar legal, pela qual seu refrão ficou muito marcado **na história do grupo. Ele diz assim**: “Se Ativa, pra ficar legal; se Ativa, pra ficar legal”. [...]

Isso dá bastante incentivo para os jovens que estão tentando entrar nessa carreira, **afinal eles começaram tocando no colégio**.

Interessante que os elementos inseridos são perfeitamente “dispensáveis” para o entendimento do texto. Mas o enunciador quer mais que o entendimento. Sua *Escrita* precisa ser pessoalizada, modalizada, ter sua marca pessoal. Com esse fim, termos são acrescidos, explicações adicionadas em uma negociação sintagmática, quer dizer, em uma relação transitiva que releva da troca entre os enunciadores e a língua (“eu”-“tu”/“ele”). Se a inserção é da ordem da transitividade e, por isso, “visível”, então ela constrói o sentido metonimicamente a partir de conexões. Eis então a inserção, uma busca pela completude, pela soma, em uma relação que se mostra (porque se dá nos dois eixos) em *praesentia*.

Na verdade, a possibilidade de enunciar decorre dessa relação, sendo possível marcar a “dominância” de um dos movimentos em determinada enunciação, nunca a presença de um único eixo apenas. Barthes (1993, p.91) sintetiza essa questão:

[...] se lembrarmos a distinção de Jakobson, compreenderemos que qualquer série metafórica é um paradigma sintagmatizado e qualquer metonímia um sistema cristalizado e absorvido num sistema; na metáfora, a seleção torna-se contigüidade e, na metonímia, a contigüidade torna-se campo de seleção.

5.4.3 A substituição: o elo final

A *substituição* indica uma certa “sofisticação” do locutor. Há nesse ir e vir de expressões, de palavras e até de parágrafos um esforço em precisar ao “tu” o melhor sentido. A liberdade de movimentar o que já foi escrito aproxima ainda mais “eu”-“tu”. De certo modo, a *substituição* releva da *rasura* e da *inserção*. São momentos distintos de permuta com a língua, em que um destes movimentos se sobressai aos outros dois, mas não podem ser entendidos como dissociados. Um sempre implica os outros dois. Se os três movimentos estão implicados entre “eu-tu-ele/ele” parece possível que também formem uma relação indissociável, uma trindade. Não é possível apenas rasurar, é preciso inserir algo no lugar do que foi retirado. Mas este lugar não é, nem pode ser, fixo; logo, é preciso substituir para poder fazer a *Escrita* avançar. Esses são os movimentos da *Escrita*.

Na substituição, existe um “jogo” *in praesentia*, mas que releva do que foi acordado em *absentia*. Mexe-se com o que está posto no texto; se algo é adicionado, é por estar em uma estrutura de troca entre expressões.

As substituições podem ser sutis como estas: (T1r) Este filme **foi chamado** de Hannibal, por (T1f) **recebeu o título** de Hannibal; ou (T2r) Isso dá bastante incentivo para **adolescentes** que estão tentando entrar nessa carreira, por (T2f) Isso dá bastante incentivo para **os jovens** que estão tentando entrar nessa carreira; ou (T3r) Seja em propagandas ou e programas de televisão, em pleno horário nobre, a vulgarização e apelação são **totalmente notáveis**, por (T3f) **explícitas**. Nota-se que as alterações obedecem a uma busca de precisão semântica e, por isso, denota um certo grau de domínio da língua.

Também é possível observar substituições que derivam da visão que o enunciador possui do seu leitor, como estas: (T4r) Este não é como dizem por aí que apenas tem carros especiais e mulheres **gostosa**, por (T4f) **lindas**; ou (T7r) O personagem principal é interpretado pelo comediante Jim Carrey, que faz o papel de um repórter de televisão especializado em matérias **idiotas**, por (T7f) **inúteis**.

Há ainda uma mudança que vai ao encontro da idéia de rascunho como uma versão particular e que não será dada à leitura. Por essa razão, não há muita censura em relação à grafia abreviada das palavras. É o caso em: (T2r) Esses rapazes são gaúchos, de Porto Alegre e três integrantes do grupo (Melara, Paulinho e Silvinho) estudaram no Bom Conselho em

POA, por (T2f) **Porto Alegre**; ou (T7r) **Após** + um péssimo dia de trabalho, Nolan volta **p/** casa reclamando **p/** Deus, que resolveu aparecer em sua forma humana (Morgan Freeman) **p/** fazer uma proposta a Nolan.[...] Mas Bruce obviamente, **n/** pensa nem **1 min.**, por (T7f) **mais, para, não e um minuto.**

Mas também existem as substituições que acabam por modificar todo o texto, pois mexem em sua organização interna, alterando a ordem das palavras, das frases e das orações, dando um novo direcionamento à *Escrita*. É o caso do texto abaixo:

(T10r) Primeiro parágrafo:

(Título) **Filme: por um fio (phone booth)**

O filme acontece em tempo real, o que já é muito raro. Porém o mais interessante é que, o filme inteiro, **foi filmado em apenas 10 dias.** [...]

(T10f) Primeiro parágrafo:

(Título) **A tensão por um fio**

A história se passa em tempo real, o que já é muito raro. Porém o mais interessante é que, o filme inteiro, **foi rodado em pouco mais do que uma semana.** [...]

As alterações realizadas entre o parágrafo do rascunho e a versão final, apresentadas acima, atestam a busca por uma melhor expressão e a tentativa de “melhorar” o que já foi escrito. Há também a mudança de ordem em que é modificada a própria localização do parágrafo. É o que ocorre entre os dois últimos parágrafos a seguir:

(T10r) Penúltimo parágrafo

Apesar disso, Por um Fio é um grande filme. Tenso do início ao fim, ele nos mostra que a vida não é tão fácil, e que as mentiras tem pernas curtas. Não importa o quanto nos esforçamos. Haverá sempre alguém que sabe dos nossos segredos.

Outro ponto positivo do filme é a edição. A combinação de cortes bruscos com cenas longas valoriza muito a interpretação dos atores. Os desvios de câmera e viradas inesperadas ajudam a surpreender, combinando com a entrada de novos personagens que tornam a vida de Stu, cada vez mais complicada.

(T10f) Último parágrafo:

Outro ponto positivo no filme é a edição. A combinação de cortes bruscos com cenas longas valoriza muito a atuação dos atores. Os desvios de câmera e viradas junto com a entrada de novos personagens, que tornam a vida de Stu, cada vez mais complicada, ajudam a surpreender.

Com tudo isso, “Por um Fio” se torna um ótimo filme. Tenso do início ao fim, ele nos mostra que a vida nos prega peças e que as mentiras têm pernas curtas. Não importa o quanto nos esforçamos. Haverá sempre alguém que sabe dos nossos segredos.

As substituições situam-se nesse momento, como demonstra o trecho acima, quase “exterior” ao texto. No rascunho (Cf. anexo) é possível constatar a presença de flechas indicando a necessidade de mudança na ordem dos parágrafos. O enunciador consegue distanciar-se de sua *Escrita* e é capaz de apontar mudanças próprias de um leitor.

Temos, enfim, com esse movimento de substituição, o outro extremo, o contraponto iniciado pela luta incessante da rasura. Significa caminhar com a *Escrita* de uma relação muito particular entre “eu” e a língua, seguir em direção ao “tu”, para chegar a um momento em que as três instâncias responsáveis pela enunciação formam uma trindade: “eu”-“tu”/“ele”/“ele”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui se encerra um percurso, não cessam os questionamentos. Se é verdade que *tudo não se diz* (MILNER, 1987), há também um impossível onde o fim se encerra. O que é possível concluir diz apenas do delimitado, sugerindo um resto que retorna ensejando um novo caminho, um recomeço. É o destino sisifiano: rolar a pedra até o alto para novamente buscá-la no pé da montanha. Movimento e busca, as molas mestras do homem e da língua.

Esta tese foi um movimento. Partiu da lingüística como regularidade para ir em direção à enunciação como singularidade; da língua como um sistema universal foi possível chegar à particularidade do sujeito; da escrita como representação, foi-se à *Escrita* como enunciação; da idéia de unidade do UM, chegou-se ao que o excede, o não-UM. Mas o movimento é de balança, pois é entre o ir e o vir que o homem se inscreve, é entre o saber e o não-saber, é entre a língua e a enunciação que o sujeito se *escreve*. E foi assim que essa reflexão foi construída.

Tendo como base a lingüística saussuriana, solidificada em torno de um livro misteriosamente belo, o *Curso de Lingüística Geral*, esta tese procura encontrar um lugar para a escrita. O *Curso* permite tal incursão. Nas frestas da escrita representativa, da escrita que *obscurece a visão da língua*, foi possível divisar um sistema; dos *enganos* expressos pelos alunos do mestre brotaram dúvidas quanto à dignidade da escrita como *disfarce*. As dúvidas de Saussure.

Foram essas dúvidas que moveram as pesquisas anagramáticas, trazendo uma *Escrita* como via de acesso aos versos saturninos que tanto perturbaram Saussure. O Saussure em

movimento, caminhando em direção ao impossível da língua. Em seu rastro, Émile Benveniste, um homem à frente de seu tempo.

Benveniste autorizou pensar o homem *na* linguagem, sendo por ela constituído, pois está em sua natureza, uma natureza intersubjetiva: *um homem falando com outro homem* (1991, p.285), concebendo sua existência pela possibilidade de contrastá-la com o outro. Significa entender que o “eu” dirigindo-se ao “tu” fundam o sujeito e a própria língua em uma polaridade de imaginária completude em relação ao “ele”. O singular inscreve-se no sistema da língua.

Em outro passo adiante, na esteira de Benveniste, Dany-Robert Dufour (2000) postula a trindade natural como pertencente ao dispositivo lingüístico comum a todos os sujeitos, pois, *para ser um (sujeito) é preciso ser dois, mas quando se é dois, já se é três. Um é igual a dois, mas dois é igual a três* (p. 92). Se inscrito na língua, o sujeito nela faz marca: na fala e na *Escrita*. Seus movimentos dizem do sistema universal da língua, deslizando entre os dois pólos da linguagem – o paradigma e o sintagma -, mas no momento único e irrepitível da enunciação, o singular transborda, e o sujeito se *escreve*, deixando cicatrizes de seu percurso.

Foi desse percurso que as análises trataram¹³³. Foi da trajetória do sujeito na língua e de suas pegadas que a *Escrita* desta tese tratou. Foi de um não-saber que a caminhada desta reflexão e desta *Escrita* partiu, já que não se escreve o que se sabe. Paradoxalmente, é na escola que se aprende a escrever apenas sobre o conhecido, recalcando a aventura em direção ao que nos move: o que não sabemos. E um sujeito em movimento não cabe unicamente naquilo que sabe, não cabe na escrita bem acabada da escola. Ele a excede. Ela a transborda. E esse movimento só é possível de ser apreendido através dos rastros deixados em versões inacabadas do incansável caminhar da escrita.

Eis, então, o primeiro passo de uma reflexão, de um saber em movimento, pois não esqueçamos que *há um impossível próprio à língua*. Parafraseando Guimarães Rosa, esta tese pode valer muito pelo que nela não deveu caber.

¹³³ As conclusões epistemológicas referentes às análises foram apresentadas no item anterior. Cabe salientar que os movimentos apontados como sendo constitutivos da *Escrita* pertencem a toda a *Escrita* e não apenas a textos escolares.

REFERÊNCIAS

- ARRIVÉ, Michel. *Linguagem e psicanálise, lingüística e inconsciente: Freud, Saussure, Pichon, Lacan*. RJ: Jorge Zahar, 1999.
- ARRIVÉ, Michel. *Lingüística e psicanálise: Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e os outros*. São Paulo: Edusp, 2001.
- AUROUX, Sylvain. *A filosofia da linguagem*. São Paulo: Unicamp, 1998.
- AZENHA, M. G. *Imagens e letras*. São Paulo: Ática, 1996.
- BAGNO, Marcos. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social*. São Paulo: Loyola, 2000.
- BARBISAN, Leci B. *Língua e fala: conceitos produtivos de teorias de teorias enunciativas*. *Letras de hoje*, Edipucrs, Porto Alegre, v. 39, n. 138.
- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, 1984.
- _____. *Elementos de semiologia*. São Paulo: Cultrix, 1993.
- BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale I*. Paris: Éditions Gallimard, 1966.
- _____. *Da subjetividade na linguagem*. In: *Problemas de Lingüística Geral I*. São Paulo: Pontes, 1991.
- _____. *Problemas de Lingüística Geral II*. São Paulo: Pontes, 1989.
- BERLIN, Isaiah. *A força das idéias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- BORBA, Francisco S. *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.
- BOTTÉRO, Jean; MORRISON, Ken et al. *Cultura, pensamento e escrita*. São Paulo, Ática: 1995.
- BOUQUET, Simon. *Introdução à Leitura de Saussure*. São Paulo: Cultrix, 2000.

BRESSAN, Nilvia Thaís W. *A tríade enunciativa: um estudo sobre a não-pessoa na teoria de Émile Benveniste*. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Dissertação (Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso) Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

CAMARA JUNIOR, J. Mattoso. *Dicionário de Lingüística e Gramática*. Petrópolis: Vozes, 1986.

CAYGILL, Howard. *Dicionário Kant*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

CALIL, Eduardo. *Autoria: a criança e a escrita de histórias inventadas*. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina (EDUEL), 2004.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CHAUÍ, Marilena (consultoria). Rousseau, vida e obra. In: ROUSSEAU, Jean-Jacques . *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1997.

CHEMAMA, Roland (org.). *Dicionário de Psicanálise – Larousse*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CHISS, Jean-Louis; PUECH, Christian. O Cours de Linguistique Générale e a representação da língua pela escrita. In: CATACH, Nina (Org.). *Para uma teoria da língua escrita*. São Paulo: Ática, 1996.

COELHO, Eduardo Prado. Introdução a um pensamento cruel: estruturas, estruturalidade e estruturalismos. In: *Estruturalismos: antologia de textos teóricos*. São Paulo: Martins Fontes, 1968.

CRYSTAL, David. *Dicionário de lingüística e fonética*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

DELEUZE, G. Como se reconhece o estruturalismo? *Historie de la philosophie*. Paris: Hachette, 1973.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. *De que amanhã...* Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

DOSSE, François. *História do estruturalismo*. São Paulo: Ensaio, 1993. vol. I.

DUBOIS, Jean. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1978.

DUFOUR, Dany-Robert. *Os mistérios da trindade*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

ENDRUWEIT, Magali Lopes. *A redação nota dez*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. Dissertação (Mestrado em Estudos da linguagem) Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

_____. O vestibular no contexto histórico do Brasil. *Cadernos do IL*, UFRGS, Porto Alegre, n. 26-27, 2003.

_____. A Teoria da Enunciação e a escrita. *Letras de Hoje*, Edipucrs, Porto Alegre: n. 138, v.39, 2004.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore G. Villaça. *Linguística textual: Introdução*. São Paulo: Cortez, 1988.

FELIPETO, Sonia C.S. *Rasuras entre o oral e o escrito: o equívoco na alteração*. Alagoas: UFAL, 2003. Dissertação (Doutorado em Linguística) Faculdade de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade Federal de Alagoas, 2003.

FENOGLIO, Irène. Une photo, deux textes, trois manuscrits. L'archivage linguistique d'un geste d'écriture identifiant. *Langage*, Paris, n. 147, 2001.

FERREIRO, E. A Representação da linguagem e o processo de alfabetização. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 52, p.7-17, 1985.

_____. Desenvolvimento da alfabetização: psicogênese. In: FERREIRO, E.A. *Como as crianças constroem a leitura e a escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FLORES, Valdir. *Linguística e Psicanálise: princípios de uma Semântica da Enunciação*. Porto Alegre: Edipuc, 1999.

_____. Princípios para a definição do objeto da linguística da enunciação: uma introdução (primeira parte). *Letras de Hoje*, Edipucrs, Porto Alegre, n. 126, 2001.

_____. Ler Saussure hoje. O curso e os anagramas. *Nonada, Letras em Revista*, Ritter dos Reis, Porto Alegre, n. 6, 2003.

_____. Por que gosto de Benveniste? *Letras de Hoje*, Edipucrs, Porto Alegre, n.138, 2004.

FLORES, Valdir; ENDRUWEIT, Magali. Sobre estilo e subjetividade na escrita: enunciar o um para dizer o(s) outro(s). In: ENDRUWEIT, Magali. *A redação no contexto do vestibular 2005: a avaliação em perspectiva*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

FLORES, Valdir; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FUCHS, Catherine; GRÉSILLON, Almuth et al. *La genèse du texte: les modèles linguistiques*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1982.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *La lengua de nunca acabar*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

GARCEZ, Lucília. *A escrita e o outro*. Brasília: Unb, 1998.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *O mal radical em Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

GENOUVRIER, Emile; PEYTARD, Jean. *Linguística e ensino do Português*. Coimbra: Almedina, 1973.

- GERALDI, João Wanderley. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- _____. (Org.) *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática, 2000.
- GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- GOODMAN, Y. M. (Org.) *Como as crianças constroem a leitura e a escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- GRAFF, Harvey J. *Os labirintos da alfabetização*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- GRESILLON, Almuth; LEBRAVE, Jean-Louis. Lês manuscrits comme lieu de conflits discursifs. In: FUCHS, Catherine; GRESILLON, Almuth et al. *La genèse du texte: les modèles linguistiques*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1982.
- HAY, Louis. Le texte n'existe pas. In: HAYK, Louis. *Poétique*. Paris: Seuil, 1985.
- HAVELOCK, Eric. A equação oralidade – cultura escrita: uma fórmula para a mente moderna. In: OLSON, David; TORRANCE, Nancy. *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1995.
- HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas: Unicamp, 1992.
- HJELMSLEV, Louis. *Ensaio lingüísticos*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- ILARI, Rodolfo. *A Lingüística e o ensino da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- JAKOBSON, Roman. Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia. In: _____. *Lingüística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- _____. *El hombre*. Buenos Aires: Manantial, 1986.
- JURANVILLE, Alain. *Lacan e a Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- KATO, Mary A. *No mundo da escrita*. São Paulo: Ática, 1995.
- KLEIMAN, Angela. *Os significados do letramento*. São Paulo: Mercado de letras, 2001.
- LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- LANDSMANN, Liliana Tolchinsky. *Aprendizagem da linguagem escrita*. São Paulo: Ática, 1998.
- LEITE, Luciana. *Sobre o efeito sintomático e as produções escritas de crianças*. São Paulo: PUC, 2000. Dissertação (Mestrado em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000).
- LEMO, Claudia de. Os processos metafóricos e metonímicos como mecanismos de mudança. *Substratum*, Porto Alegre: Artes Médicas, v.1, nº3, 1992a.

_____. Sobre o ensinar e o aprender no processo de aquisição da linguagem. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, São Paulo, 1992b.

_____. Da morte de Saussure o que se comemora? *Revista Psicanálise e Universidade*, São Paulo, n. 3, 1995.

LEMOS, Claudia de. A poética e o significante. *Revista Traço 2*. Maceió, 1998.

_____. *Relatório Científico: Projeto Integrado: Em busca de uma alternativa à noção de desenvolvimento na interpretação do processo de Aquisição de Linguagem: Parte II*. São Paulo, 1999.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

LÉVY, P. *O que é virtual?* São Paulo: Editora 34, 1996.

LICHTENBERG, Sônia. *Uso de indefinidos no Português*. Uma abordagem enunciativa. Porto Alegre: UFRGS, 2001. Dissertação (Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso) Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

LIER-DE VITTO, Maria Francisca. *Os monólogos da criança: delírios da língua*. São Paulo: EDUC-FAPESP, 1998.

LOPES, Edward. *A palavra e os dias: ensaios sobre a Teoria e a Prática da Literatura*. São Paulo: Unicamp, 1993.

_____. *A Identidade e a Diferença*. São Paulo: Edusp, 1997.

LUFT, Celso P. *Língua e Liberdade*. Porto Alegre: LPM, 1985.

MACLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1964.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Lingüística de Texto: o que é e como se faz*. Universidade Federal de Pernambuco, 1983. Série Debates 1.

_____. *Da fala para a escrita. Atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2003.

MAURO, Tullio de. *Cours de Linguistique Générale – Ferdinand de Saussure*. Paris: Payot, 1976.

MILNER, Jean-Claude. *Ordre et raisons de langue*. Paris: Seuil, 1982.

_____. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

_____. *A obra clara*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

_____. *Introducción a una ciencia del lenguaje*. Buenos Aires: Manantial, 2000.

MOTA, Sonia B. V. da. *O quebra-cabeça: a instância da letra na aquisição da escrita*. São Paulo: PUC, 1995. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995.

- NEVES, Maria Helena de M. *Gramática na escola*. São Paulo: Contexto, 2001.
- NORMAND, Claudine. *La quadrature du sens*. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.
- _____. Os termos da enunciação em Benveniste. In: OLIVEIRA, S. L. et al. *O falar da linguagem*. São Paulo: Lovise, 1996.
- NORMAND, Claudine. *Saussure*. Paris: Les Belles Lettres, 2000.
- OLIVEIRA, Eduardo Calil de. *Autoria – a criança e a escrita de histórias inventadas*. Londrina: Eduel, 2004.
- OLSON, David; TORRANCE, Nancy. *Cultura, escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1995.
- PAVEL, Thomas. *A Miragem Lingüística: ensaio sobre a modernização intelectual*. São Paulo: Pontes, 1990.
- PAVIANI, Jayme. *Escrita e linguagem em Platão*. Porto Alegre: Edipucrs, 1993.
- PERINI, Mário A. *Sofrendo a Gramática*. São Paulo: Ática, 2000.
- PINTO, Alfredo Clemente. *Seleção em prosa e verso*. Porto Alegre: Selbach, 1936.
- PLATÃO. *Fedro ou da beleza*. Lisboa: Guimarães editores, 1994.
- POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. São Paulo: Mercado de letras, 2000.
- RAPOSO, Eduardo Paiva. *Teoria da gramática. A faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho, 1992.
- _____. Apresentação – da Teoria de princípios e parâmetros ao Programa minimalista: algumas idéias-chave. In: CHOMSKY, N. *O programa minimalista*. Lisboa: Caminho, 1995.
- REY-DEBOVE, Josette. Pour une lecture de la rature. In : FUCHS, Catherine et al. *La genèse du texte: les modèles linguistiques*. Paris: Editora: Centre National de la Recherche Scientifique, 1982.
- _____. À procura da distinção oral/escrito. In: CATACH, Nina (Org.) *Para uma teoria da língua escrita*. São Paulo: Ática, 1996.
- ROBERT, Paul. *Micro Robert*. Dictionnaire du français primordial. Paris, 1976
- ROCCO, Maria Tereza. O vestibular e a prova re redação: mais concordâncias, menos controvérsias. *Estudos em avaliação*, Carlos Chagas, São Paulo, n. 11, 1995.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Ensaio sobre a origem das línguas*. Apresentação de Bento Prado Jr. São Paulo: Unicamp, 2003.
- RUSSELL, Bertrand. *História da Filosofia Ocidental*. São Paulo: Ed. Nacional, 1968. Livro quarto.

SAMPSON, Geoffrey. *Sistemas de escrita: tipologia, história e psicologia*. São Paulo: Ática, 1996.

SANTOS, Elisângela R. dos. *Sintaxe e significação: um estudo enunciativo das orações relativas no português*. Dissertação (Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso), Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1991.

_____. *Escritos de Lingüística Geral*. Organizados e editados por Simon Bouquet e Rudolf Engler com a colaboração de Antoinette Weil. São Paulo: Cultrix, 2004.

SILVA, Silvana. *Enunciação e sintaxe: uma abordagem das preposições no português*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Dissertação (Mestrado em Teoria do Texto e do Discurso) Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

SILVEIRA, Eliane. *As marcas do movimento de Saussure na fundação da Lingüística*. São Paulo: Unicamp, 2003. Tese (Doutorado em Lingüística) Faculdade de Letras, Universidade de Campinas, São Paulo 2003.

SOARES, Magda. Redação no vestibular: uma solução? *Cadernos de Pesquisa*, Carlos Chagas, São Paulo, n. 24, 1978.

_____. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 1993.

STAROBINSKI, Jean. *As palavras sob as palavras: os anagramas de Ferdinand de Saussure*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

TEIXEIRA, Marlene; FLORES, Valdir. *Da subjetividade na linguagem: lingüística e psicanálise*. Ijuí: UNIJUI, 1995.

TOLEDO, Dionísio. (Org.) *Círculo lingüístico de Praga: estruturalismo e semiologia*. Porto Alegre: Globo, 1978.

VYGOSTSKY, L.S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da Lingüística*. São Paulo: Parábola, 2002.

ANEXOS:
TEXTOS DE ANÁLISE

ANEXO A: T1r

RED RED DRAGON ¹

Red Dragon | RESENHA 2 |

~~...~~

... EM DA E MUITO ... ENCONTRAMOS TAMBÉM ...

~~...~~

ESSE ... ANOVA ... TRILOGIA AMERICANA ...

~~...~~

1. ATÉ HOJE A MAIORIA DAS TRILOGIAS PRODUZIDAS EM HOLLYWOOD, NÃO FIZERAM MUITO SUCESSO. MUITOS CRÍTICOS SEMPRE ENCONTRAM BONS ENOS ^{DESEMPOLAR DA HISTÓRIA} DESTES FILMES. QUASE SEMPRE, O FILME QUE SURTE O SUCESSO PARA ASSIM FORMAR UMA SEQUÊNCIA, NÃO CONSEGUE Atingir o mesmo sucesso que o antecessor atingiu. MAS parece ter sido diferente com a sequência da história de Hannibal Lecter, O Canibal.

NA SEQUÊNCIA NA TRILOGIA DA HISTÓRIA DE HANNIBAL LECTER, (ANTHONY HOPKINS), O DESEMPOLAR DA HISTÓRIA SE DEU DE UMA MANEIRA MUITO INTERESSANTE, TAMBÉM DEVIDO A ESSE FATOR QUE ESTA TRILOGIA CONSEGuiu ARRANJAR ALGUNS ELOGIOS DOS CRÍTICOS.

O PRIMEIRO FILME A SER LANÇADO FOI O SILENCIO DOS INOCENTES, QUE RELATAVA A HISTÓRIA DE UMA MENINA QUE PARA DESOBRIR, COMO QUE UM ASSASSINO ESCOLHEU SUAS VÍTIMAS, FOI ATÉ DR. LECTER, NA PRISÃO. PEDIR

ANEXO C: T1f



Nome: Beatriz Marlene Albuquerque
 Turma: J311 Data: 23/06/13
 Professor: IEDA
 Redação: DESEJHA 2

Idéia Principal:	
Textualidade:	
Correção Gramatical:	
Apresentação Gráfica:	
Total:	

Aluno - 1

- Atenção!
- 1 ATÉ HOJE, A MALDADA DO TITULO DAS TRILOGIAS INDICADAS EM HOLLYWOOD
 NÃO FIZERAM MUITO SUCESSO. MUITOS CRÍTICOS SEMPRE ENCONTRAM
 DIVERGÊNCIAS NAS DESENVOLVIMENTO DA HISTÓRIA DESTES FILMES. QUASE
 SEMPRE O FILME QUE QUEDA O CAMPO, NÃO COMEÇA ATINGIR O
 5 MESMO SUCESSO QUE SEU ANTECESSOR ATINGIU. MAS TABELA TEM
 SIDO DIFERENTE COM A SEQUENCIA DA HISTÓRIA DE HANNIBAL LECTER,
 O CANNIBAL.
- NA TRILOGIA DA HISTÓRIA DE HANNIBAL LECTER, O DESENVOLVIMENTO
 DA HISTÓRIA SE DÁ DE UMA MARCHA MUITO INTERESSANTE. TALVEZ
 10 SENDO A SEDE FAVOR QUE ESTA TRILOGIA CONSEGUIU ATRAIR ALGUNS
 CRÍTICOS DOS CRÍTICOS.
- O PRIMEIRO FILME A SER LANÇADO FOI O ORIENTADO DOS INQUETOS,
 QUE RELATA A HISTÓRIA DE UMA PRISIONEIRA QUE PARA ESCAPAR COMO
 QUE UM PROVEDOR ESCONDIDA ESCOLHEA SUAS ÚLTIMAS, FOI ATÉ DA LECTER,
 15 NA PRISÃO, PARA AJUDAR PARA OBTER ESTA INFORMAÇÃO.
- NO SEGUNDO FILME FOI NARRADA A HISTÓRIA DO DR. LECTER APÓS
 ELE TER FUGIDO DA PRISÃO, ENQUANTO ESTAVA MORTO. ESTE FILME RECEBEU
 O TÍTULO DE HANNIBAL. ASSIM, ENTÃO TODOS HAVIAM ESPERADO DA DE-
 20 QUENHA, MAS NINGUÉM COMO HANNIBAL HAVIA SIDO PRISÃO.
- EM 2002, FOI LANÇADO O FILME DRAGON VELEZINO. NO QUAL O
 TÍTULO DESCRIBE COMO É PORQUE DR. LECTER FOI PRISÃO.
- EXISTEM DOIS MOTIVOS PARA QUE ESTA TRILOGIA NÃO TENHA SIDO LOM
 25 DO CRÍTICOS MAIS. UM MOTIVO PODE SER DELA RADEH DA QUAL OS FILMES
 FORAM LANÇADOS, SENDO QUE O PRIMEIRO FILME A SER LANÇADO FOI A
 PARTE DO MEIO DE JANEIRO. O SEGUNDO A SER LANÇADO FOI O FIM DA
 HISTÓRIA E O TERCEIRO É ÚLTIMO, POR COMO TUDO COMEÇOU.
- O OUTRO MOTIVO SE DÁ DELO FAVOR DE TODOS OS FILMES, COM EXCEÇÃO
 30 DO FILME HANNIBAL, TERMINARAM COM A CENA DE MUITO DO PRIMEIRO FILME,
 OU SEJA, O SEU SUCESSO. ESTE FATO NÃO QUEREM EM OUTRAS TRILOGIAS
 COMO O PÁSSO, ONDE NOS TRÊS FILMES TEM UM ASSASSINO DIFERENTE
 QUE SEMPRE É MORTE NO FINAL.
- TALVEZ POR ESSES MOTIVOS, ESTA TRILOGIA ESTE LOM QUE O PRIMEIRO
 FILME ANTES DOER O "DRAGON" DO FILME E ASSIM QUANDO SE-SE O
 FILME PODE-SE COMO TODOS OS FATOS E ENTENDE A HISTÓRIA.
- 35
- 40

ANEXO D: T2r

Música A polémica do pagode 2

Para 6ª feira R. 06. 03

Presença - 03


~~Hoje em dia falar de música causa polêmica. Falar de música brasileira por exemplo é um assunto que trás polêmicas. Mas foi lançado há 2 meses atrás um CD muito bom que é o dos Tribalistas.~~

~~Este grupo cantam, Marisa Monte, Carlinhos Brown e Arnaldo Antunes. É um CD com 13 músicas.~~

~~Falar de música sempre causa polémica a respeito de cada gosto. Para quem gosta de pagode, por exemplo, é bom ter sempre os seguintes fóruns a favor, pois é muito crítico.~~

~~O novo CD do Se Ativa, um grupo de pagode é um fortíssimo argumento. É um dos melhores CDs de pagode já lançados.~~

~~O grupo Se Ativa é formado por nove integrantes. São eles: Pitta (bateria e voz); Mela, via (pandeiro e voz); Andrézão (tambor e voz); Balão (violão); Rios (saxofone); Paulinho (percussão); Silvinho (tubalão); Ru.ão (bateria) e Palito (baixo). O novo CD do grupo tem nome SE ATIVA! contém 12 músicas, muito boas, apesar algumas não românticas. A música que fez mais sucesso é a nº 3, pra ficar legal, que o refrão ficou muito marcador: "se ativa, pra ficar legal, se ativa, pra ficar legal".~~



Um aspecto interessante é a capa 

tilibra do CD, pois é uma coisa de fófaro.

onde cada um está se sentando.

que quer passar a idéia de ativar, o
 que promete o nome da lancha. É muito
 bem pensado. Os meus vapores são gaudhos,
 de Paulo Aleque e três integrantes do
 grupo (Melora, Paulinho e Bibinho) estudaram no Bom
 Conselho em FOM. Isso dá bastante incentivo para
 estudantes que estão tentando entrar nessa carreira.
 Mesmo depois de ter atingido um sucesso, eles
 continuam sendo muito humildes e tem uma miss-
 são nessas coisas que eles mostram uma humil-
 dade. "A preto, a branca... de bom coração". Isso
 é uma grande qualidade deles, a humildade.

A musicalidade desse grupo é uma coisa in-
 crível. Cada música tem um ritmo diferente, e as
 letras muito envolventes e fáceis de cantar e po-
 de-se ver um mais um dos motivos de o Se-
 Alina ser uma das melhores bandas musicais.

ANEXO F: T2f



Nome: Tatiane Vitor Espinoza
 Turma: 121 Data: 13.06.03
 Professor: Jedo
 Redação: Exercício 2

Idéia Principal	
Textualidade	
Correção Gramatical	
Apresentação Gráfica	
Total	

Se Ativa é muito bom.

- ¹ Tocar de música sempre causa polêmica a respeito de cada gosto musical. Para quem gosta de pagode, por exemplo, é bom ter sempre argumentos fortes para defendê-lo, pois é muito criticado. O novo cd do Se Ativa, um
- ⁵ grupo de pagode, é um fortíssimo argumento. É um dos melhores cds de pagode já lançados.
- O grupo Se Ativa é formado por nove integrantes, em cada um surge o seu dom. São eles: Pitta (cavaquinho e voz), Melara (sanfona e voz); Andrijão (tambor e voz); Babão (viola);
- ¹⁰ Pico (bateria); Paulinho (percussão); Silvinho (tambor); Rubão (bateria); Balão (bateria). O novo cd do grupo, com nome SE ATIVA!, contém dez músicas, em que algumas delas são românticas. A música que fez mais sucesso é a nº 2, Pra ficar legal, pela qual seu intérprete ficou muito marcado uma história do
- ¹⁵ grupo. Ele diz assim: "Se Ativa, pra ficar legal; Se Ativa, pra ficar legal."
- Um aspecto muito interessante é a capa do cd, pois é uma caixa de fôrfors que quer passar a idéia de ativar, o que promoveu o nome da banda.
- ²⁰ Esses rapazes são são gaúchos de Porto Alegre e três integrantes do grupo (Melara, Paulinho e Silvinho) estudaram no colégio Dom Bonifácio em Porto Alegre. Um dia durante um livro para os fôrfors que estão tentando entrar numa carreira afinal eles começaram tocando no colégio. Mesmo depois de
- ²⁵ terem conquistado esse sucesso, eles continuam sendo muito humildes e tem uma música que mostra isso: "A preta, a branca e a morena montam o castel; chega esse chego pra gente humilde nobre de bom coração... tem a uma grande qualidade deles."
- ³⁰ A musicalidade desse grupo é uma coisa incrível, a música tem um ritmo diferente e as letras muito envolventes e fáceis de cantar. Pode ser um mais um motivo de o Se Ativa ser uma das melhores bandas gaúchas

35

ANEXO H: T3f



Nome: Denise Brito
 Turma: 121 Data: 13/06/03
 Professor: Juda
 Redação: Resenha

Idéia Principal:	
Textualidade:	
Correção Gramatical:	
Apresentação Gráfica:	
Total:	

3

Apeloção em horário nobre

- 1 Quem nunca sentiu - se em sua vida em uma tarde de domingo, ao não ter nada para fazer? Nesta situação, imediatamente em mãos da existência do revolucionário contra o tema divisão, nos deparamos com mulheres com praticamente 1/3 do tamanho normal de uma roupa, mostrando suas próteses de silicone e sua rebeldade.
- 10 Seja em propagandas ou em programas de televisão, a vulgarização e apeloção são explícitas. No p. ex. dia, vi "bundas na text" e algoritmos, afinal, vale tudo na luta por pontos a mais no IBOPE, até ridicularizar. O público alvo são os mar
- 15 manja que "enchem" os olhos com as belezas fabricadas em mesas cirurgicas, e se sentem privilegiados. Esse tipo de ridicularização leva à sociedade o preconceito, dando a visão de mulher-dito, aumentando e fofa ficando o antiquado machismo.
- 20 A mulher que ao longo dos tempos vem buscando respeito e conquistando seu espaço, torna-se assim comparada a igualdade e seu importante papel. Porém que ser uma infeliz ideia de chamar
- 25 a atenção, e os saies que por ser em horário nobre, as crianças também acabam assistindo aos Apeloceis visuais da text. Quem já assistiu ao Domingo de Faustão, da Rede Globo, e Domingo Legal do SBT ou as propagandas de cerveja, por exemplo, compreva tais argumentos. O pior de tudo é que quem leva tais mensagens ao "sucesso" somos nós mesmos, os telespectadores.
- 30 Este é apenas um exemplo de uma das falhas de uma sociedade preconceituosa e gananciosa. Vizando
- 35 "encher os olhos" das grandes empresas que fazem mesas cirurgicas, e aumentam alguns pontos no IBOPE das emissoras apelativas, a mulher é desvalorizada. Perdemos nesse tempo assistindo alguns lixes dia
- 40 qualidade, estrategicamente colocados em horários

em que ninguém pode assistir. É assim que funciona a televisão brasileira de atualidade. Sem para os cultuadores da burocracia.

ANEXO J: T4f



Nome: [Redacted]
 Turma: 12.7 Data: 18/06/03
 Professor: Tudo
 Redação: Humberto

Idéia Principal:	
Textualidade:	
Correção Gramatical:	
Apresentação Gráfica:	
Total:	

Res do que Velozes

1 O filme Velozes e Furiosos 2 é do gênero aventura
 e ação. Onde o ator Paul Walker, saquei agora sem um
 Diepil que decidiu não fazer a continuação de Velozes e Furiosos
 que descebrir a budget de dinheiro que acontece em seus
 5 Para isto ele teve que se infiltrar no crime organizado
 Este filme não é como dizem por aí que apenas
 tem carros rápidos e mulheres lindas. Isto acontece em
 toda os filmes mas neste aparece mas do que
 10 todos os outros filmes. O filme não é apenas
 para garotos apaixonados por carros, ele também
 chama a atenção dos garotos porque o diretor
 conseguiu continuar a história (o mesmo
 não sendo o diretor do primeiro filme). Este filme é
 15 diferente dos outros filmes de ação e aventura
 que tem muitas mortes, assassinatos e missões im-
 possíveis por atos quânticos que ele prende bem o
 público.
 Deste jeito que Velozes e Furiosos 2 conseguiu
 20 fazer vários recordes não só de velocidade mas
 também fazendo uma arrecadação de US\$ 50 milhões
 no início nos Estados Unidos da América. Essa
 é mais rápida para os cinemas se não eles não
 passar a noite nem seu ven.

25

ANEXO L: T5r

3
1

-121

de modo a obter, através de uma série de entrevistas, com os

parâmetros de introdução de novos métodos de análise

Resumo (trabalho) apresentado ao curso de pós-graduação em

Personagens (trabalho) apresentado ao curso de pós-graduação em

Assunto (trabalho) apresentado ao curso de pós-graduação em

Conclusão - Retorno ao que já foi falado, um resumo

Mensagem - mensagem de amor para a mãe e para a filha

Impressivo - vá ao cinema / assista o filme

Diário - Diário - como

Nos dias de hoje, o computador substitui várias coisas

que as vezes não se pode encontrar, como: reportagens, resumos

de livros, resumos de livros, comentários de filmes, etc. Enfim

questões específicas sobre vários deles. É uma série de assuntos

Mas uma grande coisa que o computador não consegue

substituir, como um todo, são os livros, onde muitas

vezes ainda temos grande acesso sobre eles. Livros

sempre têm uma linguagem, principalmente a linguagem

que precisam de um descendo, uma paz! Ler realmente

nos dá as pessoas informações e dá-las elas uma boa

linguagem, que no dia a dia não se pode adquirir.

O diário de Brigid Jones, ^{de Helen Fielding} que ^{ela} escreveu

para relatar a vida de uma mulher, ^{relato} ^{de} ^{uma} ^{mulher} ^{em} ^{uma} ^{forma} ^{de} ^{diário}

assim. Este livro conta a vida de uma ^{mulher} ^{de} ^{trinta}

- anos, solteira, mas à procura de um namorado, totalmen

te independente. ^{ela} ^{tem} ^{problemas} ^{como} ^{toda} ^a ^{mulher} ^{ela}

tem problemas ^{no} ^{trabalho}, com a família, com os ^{homens} ^{amores},

amigos, enfim problemas ^{de} ^{vida} ^{que} ^{todo} ^o ^{ser} ^{humano} ^{tem}, mas ^{ela} ^{sofre}

sofre com a ideia de não receber presente nada dos


namorados, mas logo se convence de que esta é só uma data

comercial.

Com isso já se pode conhecer Bridget, nas primeiras

ANEXO M: T5f

5



Nome: Isabella Pereira
 Turma: 121 Data: 04/06/2023
 Professor: Feda
 Redação: Resenha 2

Idéia Principal:	
Textualidade:	
Correção Gramatical:	
Apresentação Gráfica:	
Total:	

S. Louise de la Cruz

1 Na era de hoje o computador substitui várias coisas que as vezes não se pode encontrar, como: aplicativos, pesquisas para trabalhos, resumos de livros, comentários de filmes, enfim, uma série de assuntos.

5 mas um dos assuntos que ele não substituiu, como um todo, foram os livros, onde muitas pessoas, ainda têm um grande apreço sobre eles. Isso, realmente, não sempre temos acompanhados, principalmente para aquelas pessoas que precisam de descanso, uma paz, um lugar, as pessoas infelizmente não dá a elas, como boa linguagem, que no dia-a-dia não se pode adquirir.

10 O livro de Budget Jones, de Helen Guckling, é um livro que relata a vida de uma mulher por um ano, no dia-a-dia, como se fosse um diário. Ela tem mãe e memos tanta mãe, totalmente independente, mas não para uma mãe sem senhas, com a própria identidade, e solteira, mas está sempre atrás de um namorado.

15 Como toda a mulher, tem problemas com o trabalho, com a família, com as amigas, amigos, enfim, problemas que todas têm, mas uma mãe que outras não têm, com a ideia de não ser das pessoas no dia dos computadores, mas logo se lembra de que está e só mais uma data comercial. Assim já se pode conhecer Budget nas primeiras linhas do livro, e quem sabe se identifica com ela!

20 A vida de uma mulher solteira, na maioria dos casos, é bem assim como relata o livro. Quem se parece que em algum lugar, o próprio leitor pode se identificar com a personagem. Este livro fez muito sucesso na Inglaterra (onde foi lançado), mas também vendeu, na França, onde mais foi lançado.

25 É ele também passou a ser um filme, muito comentado por acadêmicos que se divertiram muito com a linguagem para quem, alguns dizem que é uma brilhante criação literária que até os homens não têm.

30 Mas para quem ainda preferir ler, podem encontrar e ler de forma mais profunda na vida de Budget, a realidade que não só ela, mas as pessoas, em geral, mesmo com problemas e dificuldades, também se importam a dia-a-dia com um ótimo livro.

35

40

ANEXO N: T6r

(Rosendo)
 Rosenda 2. ~~1121~~ (1121) 6

Estação Carandiru, do ~~dentor~~ ^{por} Rosendo
 Varella, ~~foi~~ faz uma radiografia ~~em~~
 aspecto físico, médico e humano do
 maior presídio da América Latina.
 A casa de detidos é, por alto do ~~delator~~
~~delator~~ luto. Um microcosmo, uma
 microsociedade, em que o homem
 continua a lutar pela sua liberdade,
 exercendo a solidariedade, negociando
 a propriedade privada, trabalhando,
 amando e morrendo, amando e sofren-
 do, rezando e inventando.

O autor apresenta-nos personagens
 como o Sem-Dança, Seu Jeremias, Pirulão (o
 grande negociador), Seu Valdomiro, o en-
 fermeiro Lula, Filisola (estrelonário) e
 alguns ~~outros~~ ^(outros) como Leidi Dai,
 Targó Suelly ^(traficante). Todo um submundo
 com regras, hierarquias e aventuras,
 que ~~se~~ ~~está~~ ~~longe~~ ~~ninguém~~ ~~imagina~~
 que ~~está~~ ~~existir~~.
 Rosa

O drama da ~~do~~ ^{por} AIDS, da tuberculose
 e dos drogas ~~do~~ faz aumentar o medo
 da insegurança física, que a morte
 possa estar dormindo na cela ao
 lado, pronta a atacar.

libra


21

11

O livro não ~~tem~~ possui o objetivo de
 denunciar um sistema penal ~~do~~ antigo
 do, apontar soluções, ~~de~~ culpados,
 nem defender direitos humanos
 de quem quer que seja. Porém, este
 livro é como sentir as
~~grandes~~ grandes e pesadas portas
 do Carandiru fecharem-se nas
 suas costas.

ANEXO O: T6f

6



Nome: ~~Guilherme~~ ~~de~~ ~~Almeida~~
Turma: 121 Data: 18/06
Professor: Tecla
Redação: Resenha 2

Idéia Principal:	
Textualidade:	
Correção Gramatical:	
Apresentação Gráfica:	
Total:	

Raso x de um submundo

Atividade!

1 Estação Carandiru, do Dr. Drauzio Varella, faz uma radiografia em aspectos físicos, médicos e humanos do maior presídio da América Latina.

5 A casa de detenção é, aos olhos do autor um microcosmo, uma microssociedade, em que o homem continua a lutar pela sua liberdade, exercendo a solidariedade, regularizando a propriedade privada,

10 trabalhando, matando e morrendo, amando e sofrendo, rezando e mentindo.

15 O autor apresenta-nos personagens como o Sem-Chance, seu Jeremias, Pirulato (grande negociador), seu Valdomiro, o enfermeiro Lula, Filsofo (estelionatário) e alguns transtis como Leidi Dai, Margo Luely e Veronique. Todo um submundo com regras, hierarquias e aventuras, que se nestas de longe ninguém imagina que possa existir.

20 O drama da AIDS, da tuberculose e das drogas faz aumentar o medo da insegurança física, que a morte possa estar dormindo na tela ao lado, prestes a atacar.


25 O livro não possui o objetivo de denunciar um sistema penal antiquado, apontar soluções, culpados, nem defender direitos humanos de quem quer que seja. Porém ler este livro é como sentir as grades e pesadas portas do Carandiru fechar-se em suas costas.

30

ANEXO P: T7r

Tudo Bem com as BÊNEDIÇÕES DE DEUS
 TUM NOVO DEUS

7





"Tudo Bem com as BÊNEDIÇÕES DE DEUS" é a 6ª novela e é interpretada com sucesso. O personagem principal é interpretado pelo comediante Jim Carrey, que ^{faz o papel de} jornalista que passa a maior parte do tempo disputando repórter com televisão especializada em matérias variadas.

Kevin Nolan (Carrey) não tem muita paciência no trabalho. Por isso é para a maior parte do tempo reclamando a razão que pragmatismo contra Deus. Mas sua vida pessoal é pacata. Mora com sua companheira Grace, interpretada por Jennifer Aniston, e com um filho chamado Mattie educado e desobediente.

Após um dia com péssimo dia de trabalho, Nolan volta para casa reclamando de Deus, que aparece inesperadamente em sua forma humana (Morgan Freeman) para fazer uma proposta a Nolan. Deus oferece seus poderes divinos a Bruce para que ele tente fazer um trabalho melhor na condição de Deus. Mas Bruce, obviamente, não pensa nem 1 min antes de usar seus podres e maravilhosos poderes em benefício próprio e exclusivamente dele mesmo, usando-os, por exemplo, para aumentar os seus de sua companhia.

O filme A comédia "Tudo Bem com as BÊNEDIÇÕES DE DEUS" além de nos fazer rir muito, tem

mas faz pensar. O diretor do
 filme, Tom Stoppard, mostra que
 é muito fácil se enganar e
 não fazer nada p/ mudar algu-
 ma coisa. Eu quer mostrar também
 o papel de Deus. Que não é apenas um
 * mauvêz deuses e maravilhosos. Bruce
 se nota como é difícil se passar
 por Deus quando começa a fazer
 os pensamentos e rezas das pessoas.
 Foi que resolveu tudo, na mesma
 hora, p/ pessoas diferentes. Bruce não
 salva, mas o principal papel de
 Deus é te ajudar a todos,
 e não apenas a si mesmo.

Essa é a mensagem que
 Tom quer passar p/ Deus através
 de seu filme. Tom muitas vezes é muito diver-
 timento, sempre nos dá o calor
 da vida e a m. de quem se sente
 querido e a volta de quem o velho sur-
 mer encachado com Jim Carrey.

TEM NOME DE DEUS


DUAS MÃOS DE DEUS

EMAS LINGUAGENS DE DEUS

NUM NOVO DEUS



ANEXO Q: T7f

	Nome: <u>Luiz Carlos</u>	
	Turma: <u>121</u> Data: <u>13/06/10</u>	
	Professor: <u>Sora F.</u>	
	Redação: <u>Luiz Carlos</u>	

Idéia Principal:	
Textualidade:	
Correção Gramatical:	
Apresentação Gráfica:	
Total:	

7

nas "Aventuras de Deus"

1 "Todo Poderoso" é a mais empolgante comédia produzida em Hollywood. O personagem principal é interpretado pelo comediante Jim Carrey, que faz o papel de um repórter de televisão especializado em assuntos místicos.

5. car
Bruce Nolan (Jim Carrey) não tem muita sorte no trabalho. Por isso para a mais parte do tempo reclama e briga com a esposa contra Deus já a sua vida pessoal é pacata. Mora com sua namorada Grace, interpretada por Jennifer Aniston, e com seu cachorro mal-educado e desobediente.

10 Depois de mais um péssimo dia de trabalho, Nolan volta para casa reclamando para Deus, que nunca aparece com uma forma humana (Meghan).

15 E mesmo para fazer uma proposta a Nolan Deus oferece-lhe poderes divinos a Bruce para que ele tente fazer um trabalho melhor na comédia de Deus. Mas Bruce, obviamente, não pensa nem um minuto antes de usar seus novos e maravilhosos poderes.

20 um tempo único e exclusivamente dele mesmo, usando-o, por exemplo, para aumentar os salários de sua namorada.

A comédia, além de nos fazer rir muito, também nos faz pensar. O diretor do filme, Tom Brady, mostra que é muito fácil reclamar e não fazer nada para mudar alguma coisa. Ele que mostra também o papel de Deus, que não é apenas de poderes divinos e maravilhosos. Bruce vê a como é difícil se passar por Deus quando começa a ouvir os pensamentos e rezas das pessoas. Pessoas que têm a missão de resolver os problemas, ao mesmo tempo, para pessoas diferentes.

30 Bruce não sabia, mas o principal papel de Deus é ajudar a todos e não apenas a si mesmo.

35 Então preferi voltar a ser como antes.
Era a mensagem que Tom quer passar para seus telespectadores através de muitas situações e muito divertimento. A volta do homem velho nos lembra das histórias de Jim Carrey.

40


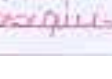


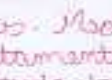
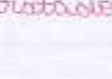







8


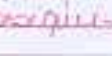


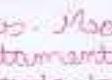
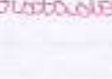







Os filmes sobre Rodrigo Santoro

Os cenários que aconteceram em hospitais foram filmados em antigos castêlos, que hoje estão desabitados. Todas as marcas dos lugares foram feitas por pessoas que realmente viveram lá. Tudo se torna muito real aos olhos do espectador.

Os ~~atores~~ encarnam perfeitamente um ou outro personagem. O transcorrer da vida é bem visto através de cenas, como Rodrigo Santoro, Alton Bastos, Bárbara Ruvo e Isaac Lacerda, junto com muitos figurantes. O elenco passou por uma preparação antes de as filmagens começarem a acontecer. *
Tudo isso

A trilha sonora ficou nas mãos de Arnaldo Freire. Ele "mexeu" as parcerias, dando toques finais e tudo se que está acontecendo. No final do filme acontece uma participação de Izaola Solano, com sua versão da música "Sorriso de 7 coleções".
para


O resultado de tanto esforço é um excelente filme que mostra a crítica radiante ~~que~~  ~~que~~  ~~que~~  ~~que~~  ~~que~~  ~~que~~  ~~que~~  ~~que~~  ~~que~~  ~~que~~  ~~que~~  ~~que~~  ~~que~~  ~~que~~

que ~~que~~  ~~que~~  ~~que~~  ~~que~~  ~~que~~  ~~que~~  ~~que~~  ~~que~~  ~~que~~  ~~que~~  ~~que~~  ~~que~~  ~~que~~ 

atrasos em alguns muitos hospitais. Mostra também a situação dos tratamentos, a solidão daqueles que foram maltratados e nada puderam fazer.

ANEXO S: T8f

8



Nome: [Redacted]
 Turma: 181 Data: 13/06/13
 Professor: Lúcia
 Redação: Resenha 2

Idéia Principal:	
Textualidade:	
Correção Gramatical:	
Apresentação Gráfica:	
Total:	

Bicho de Sete Cabeças

1 A triste história de Inesbegrinda Barnano é descrita por ele no livro "Bom dia dos Malditos". Ele conta sua trajetória por alguns hospitais psiquiátricos brasileiros. Seu pai encontra um barão de nos seus sonhos e decide interná-lo. Essa experiência mudou completamente sua vida.

5 A história passou do livro para as telas de cinema através do filme "Bicho de Sete Cabeças". O filme tem direção de Sísio Beckmann e traz uma novidade: foi feita uma parceria Brasil-Itália para conseguir recursos para a produção do filme. No Brasil os fundos vieram da Sesi de Indaial e a "cultura: A. Fabrice", empresa de realização cinematográfica italiana, entrou com os recursos que faltavam.

10 Os cinemas que acontecem em hospitais foram filmados em antigos camarões, que hoje estão desativados. Todas as marcas dos lugares foram feitas por pessoas que realmente viveram ali. Tudo se torna muito real aos olhos do espectador.

15 No elenco estão atores conhecidos como Rodrigo Santoro, Ulhôa Barboza, Górgia Lago e Laco Linsler, junto com muitos figurantes. O elenco passou por uma preparação antes de as filmagens começarem. Todos se encasaram perfeitamente em seus personagens.

20 O trabalho com a física das mãos de Arnaldo Antunes. Ele "recria" os personagens dando toques sutis ao que está acontecendo. No final do filme acontece uma participação de Zeca Baleiro, com sua versão para a música "Bicho de Sete Cabeças".

25 O resultado de tantos esforços é um excelente filme que mostra a crítica subjugação dos pacientes psiquiátricos em muitos hospitais. Mostra também a situação pós-tratamento, a solidão daqueles que foram maltratados e nada puderam fazer.

35

40


, a vida profissional que se apresenta sob um modo e
 estes valores que incluem presença física, paciência,
 etc. ~~etc.~~ ~~Tudo isso~~

Todos esses são problemas pelas quais
 a nossa sociedade passa, mas que podem
 ser superados através de uma ou de uma
 forma de organização diferente, com
 respeito.

Então, que não devemos nos deixar ser
 vitimados que somos nós, nossas, nossas,
 filhos, as crianças que eles não passam
 podemos aprender com elas.

ANEXO U: T9f

9



Nome: [Redacted]
 Turma: 121 Data: 13-06
 Professor: Lida
 Redação: Resenha

Idéia Principal:	
Textualidade:	
Correção Gramatical:	
Apresentação Gráfica:	
Total:	

Velhas práticas ou não?

1 Procurando algum programa interessante na televisão sempre nos damos de frente com as novelas de várias épocas distintas, de assuntos com enfoques diferentes e com autores e atores variados. As novelas contemporâneas têm um "parce de fundo" parecido. Tem um plot com um mocinho, uma mocinha e toda a ideia de contar uma história, mas que no final tudo acaba em um para os "bons" e para os "malvados" um tanto.

10 Assim como cada drama tem sua característica, o autor também tem a sua. Manuel Pestal, autor da novela "Mulheres Apaixonadas", assim como todos, tem suas características.

Um bom observador pode perceber que em todas as obras de Manuel tem uma personagem chamada Helena ou personagens de nome semelhante. Uma das suas principais características é que ele gosta de tratar de assuntos atuais e polêmicos que são relevantes para como um "caso de família", em

15 que o assunto em questão era a leucemia.

"Mulheres Apaixonadas", a atual novela das nove da Rede Globo, trata de vários problemas sociais como as mulheres que vivem sozinhas, da professora que capta uma rede de marido e dos atores que sofrem preconceito

20 da principalmente da mídia.

Todos esses são problemas dos quais a maioria conhece mas que devem ser superados. Há um el retrato de uma forma um específica, de tentar de mostrar seus telespectadores. Sei que não idealmas

25 mas deixam um tudo que nos dá uma ideia, mas valendo a pena as informações que elas nos passaram podemos assim, aprender com elas.

35

ANEXO V: T10r

Filme: por um fio (Phone Booth)

Contando com a presença do "novato" Colin Fernel, Por um fio chama a atenção por ser muito rápido e bem em Fernel, o seu ponto alto. Interpretando um Relações Públicas promissor que fica preso em uma cabine telefônica (Phone Booth) ao descobrir que tem uma arma apontada para sua cabeça, este é o alma do filme.

O filme acontece em tempo real, o que não é muito raro.

Porém, o mais interessante é que o filme inteiro foi filmado em apenas 10 dias. Enquanto alguns filmes consomem até um ano, a equipe de "por um fio" foi extremamente eficiente, sem deixar a qualidade de lado.


O enredo é interessante, talvez interessante demais, pois ao invés de se ater somente à visão de blur, o diretor se perde, mas por apenas alguns momentos, ao tentar mostrar o lado "quadrado" da vida atual. Quando se vê cercado por policiais, com um laser mirando para sua cabeça e sem poder recular por que está ao telefone, é ~~modo~~ que Fernel mostra o seu lado mais talentoso, e também ali que o diretor Joel Schumacher deveria ~~se~~ ^{investir} ~~em~~ ^{em} ~~outra~~.

Apesar disso, Por um Fio é um grande filme. Terço do início ao fim, ele nos mostra que a vida não é tão fácil, e que os mentirosos tem pernas curtas. Não importa o quanto nos esforçamos. Haverá sempre alguém que sabe dos nossos segredos.

Outro ponto positivo do filme é a edição. A combinação de cortes breves com cenas longas valoriza muito a interpenetração dos atores. Os desvios de câmera e vitrosos inesperados ajudam a surpreender, combinando com a entrada de novos personagens que tornam a vida de blur, cada vez mais complicado.

ANEXO X: T10f

10



Nome: Francisco de Assis

Turma: 121 Data: 12/06/2019

Professor(a): Isolda

Redação: Resenha

Idéia Principal:	
Textualidade:	
Correção Gramatical:	
Apresentação Gráfica:	
Total:	

A tensão por um fio

Abunda!

1 Contando com a presença do "invitado" Colin Farrell "Por um Fio" chama a atenção por ser muito bombar e não ser muito bombar o seu ponto de vista. Interpretando Stu Shepard, um milionário publico promissor sua vida por ser um um sobrinho. Referência ao desastre que tem uma uma oportunidade para sua vida, ele é o tema do filme.

5 A história se passa em tempo real o que é muito raro, hoje em dia. Apesar de não interessante e que o filme inteiro foi baseado em uma história que uma semana enquanto alguns filmes acontecem até um ano, e nem sempre ficam bons, o roteiro de "Por um fio" foi rápido e extremamente eficiente, sem deixar de lado a qualidade.

10 O enredo é interessante, talvez interessante até demais, pois ao invés de se obter somente o visor de Stu sobre seus problemas, o diretor se permitiu, mas por apenas alguns momentos, ao tentar mostrar a personalidade de vida nos nos. Quando se vê cercado por polícias, com um livro mostrando para sua vida. 15 Lá se tem poder e viver por que está ao telefone e que Farrell mesmo o seu lado mais talentoso, mas é também ali que o diretor quer mostrar deveria mostrar mais.

20 Outro ponto positivo no filme é o ritmo. A combinação de certos pontos com cenas longas valoriza muito a atuação dos atores. O deslizar de câmeras e viradas inesperadas junto com a entrada de novos personagens, que tornam a vida de Stu cada vez mais complicada, ajudam a surpreender.

25 Com tudo isso, "Por um fio" se torna um ótimo filme. Tanto no início do filme, ele nos mostra que a vida nos prega peças e que os momentos não passam certos. Não importa o quanto nos esforçamos. Sempre alguém que sabe dos nossos segredos.

30